



# PUC RIO

MARIA APARECIDA TARDIN CASSAB

JOVENS POBRES E O FUTURO: A CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE NA  
INSTABILIDADE E INCERTEZA

TESE DE DOUTORADO

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA  
DO RIO DE JANEIRO

Rua Marquês de São Vicente, 225 - Gávea

CEP 22453-900 Rio de Janeiro RJ Brasil

<http://www.puc-rio.br>

**N.Cham. 150 C343 TESE UC**

**Título Jovens pobres e o futuro**



Ex.2 PUCB

0136372

Maria Aparecida Tardin Cassab

**Jovens pobres e o futuro: a construção da subjetividade na  
instabilidade e incerteza**

Tese de Doutorado

Departamento de Psicologia

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, dezembro de 1998

Maria Aparecida Tardín Cassab

**Jovens pobres e o futuro: a construção da subjetividade na  
instabilidade e incerteza**

Tese apresentada ao  
Departamento de Psicologia  
como parte dos requisitos para  
obtenção do título de Doutor em  
Psicologia

Orientador: Esther Maria de  
Magalhães Arantes

Departamento de Psicologia  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, dezembro de 1998

*136372*



92701

250  
C 343  
FESE UE

Para Paulo pelo que pudemos e ainda poderemos construir juntos.  
Para Mariana, Clarice e Lucas, jovens, pelo que poderão construir.

## Agradecimentos

À Professora Dr<sup>a</sup> Esther Maria de Magalhães Arantes, orientadora deste trabalho, por ter aceitado os riscos da interlocução acadêmica.

Aos professores companheiros do Departamento de Serviço Social de Niterói da UFF, que com seu trabalho me propiciaram a valiosa oportunidade de dedicar-me integralmente aos estudos nesse período.

Aos professores do curso de doutorado: Dr.<sup>a</sup> Lucia Rabello de Castro, do Instituto de Psicologia da UFRJ, que com sua aguda inteligência travou um generoso diálogo com minhas posições no início da formulação deste estudo; Dr.<sup>a</sup> Junia de Vilhena, com quem comecei a buscar a discussão do sujeito; Dr.<sup>a</sup> Anamaria Ribeiro Coutinho por sua observação sempre atenta e rigorosa na construção do conhecimento e ainda ao Dr. André Rios do Instituto de Medicina Social da UERJ que com sua ampla cultura realizou uma profícua leitura de questões que desafiam o pensar sobre os sujeitos na contemporaneidade.

Aos colegas do curso de doutorado em particular à Professora Eliana Myriam Serfatty Gabbai pela leitura atenta e sugestões sempre interessantes e ainda, às professoras Flavia Sollero e Maria Helena Zamora por sua infinita paciência em responder às minhas perguntas.

Aos Professores Deise Gonçalves Nunes, Maria Lídia Souza da Silveira e Serafim Fortes Paz, companheiros do Núcleo de Pesquisa sobre Violência e Exclusão Social pelo enriquecedor debate acadêmico travado.

À CAPES pelo aporte financeiro durante a realização da pesquisa.

Aos alunos com quem travei um fecundo diálogo de crítica e autocrítica durante toda a construção do estudo: Itamar Bento Claro, Marcia Pereira Mattos, Elisângela Callado Amorim, Fernanda Rodrigues Estevez, Janaina Espíndola, Rosana Alves e Claudia Cruz; bolsistas de Aperfeiçoamento e de Iniciação Científica do CNPq e da FAPERJ.

Ao Professor Dr. Paulo Roberto Curvelo Lopes, pela leitura crítica, arguta e precisa que descortinou caminhos na elaboração deste estudo.

À geógrafa Clarice Cassab Torres pelas conversas, pelos livros, pela descoberta de laços que nos ligam ainda mais.

Ao serviço de Consultoria Bibliográfica do Departamento de Documentação da UFF, na pessoa da Professora Marcia H. T. de Figueredo Lima, pela revisão rigorosa das referências bibliográficas, certamente os erros que ainda existem não são de sua responsabilidade.

Do mesmo modo, à Professora Florine Nazaré Pinto pela revisão criteriosa de todo o material.

À Marise Lira de Souza sempre tão gentil e disponível em atender nossas solicitações.

À Deise e Rita, minhas irmãs.

Aos jovens, sujeitos dessa pesquisa, que dispuseram de seu tempo para participarem das entrevistas e que com entusiasmo e interesse compartilharam conosco seus temores e seus sonhos. Com eles sonhamos e apostamos no futuro.

## Resumo

Este estudo pretende discutir as estratégias de inclusão à vida social buscadas por jovens pobres urbanos. Seu campo de análise está ligado aos chamados Estudos da Cultura que, a partir de uma leitura crítica da cultura, constrói um reconhecimento dos processos de produção das diversas identidades dos sujeitos na contemporaneidade. As formas de vida na cidade e o consumo são os elementos abordados na discussão dessa produção nos sujeitos alvos desse estudo.

A tese conclui que as alternativas produzidas pelos jovens, circunscritas a uma subjetividade individual, são frágeis frente aos processos de exclusão social a que estão submetidos. Nesse sentido, as ações políticas destinadas a esse segmento poderão ter efetividade no apoio à sua inclusão, se assumirem uma lógica de construção de laços coletivos.



## Abstract

This studying intends to discuss the strategies of inclusion to the social life searched by urban poor young people. His field of analysis is connected to the calls Cultural Studies that from a critical lecture of the culture, builds a recognition of the production processes of various identities of the contemporaneous subjects. The ways of life in the city and the consumption are the elements taken on the discussion of this production on the subjects the target of this studying.

The thesis concludes that the alternatives produced by the young people, circumscribed to an individual subjectivity, are fragile in relation to the processes of social exclusion that are submitted. On that sense, the political actions destined to this segment may have effectivity on the support of its inclusion, if they assume a logic of built collective construction.

Palavras chave:

Jovens;

Subjetividade;

Exclusão social;

Cidade;

Consumo.

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>01</b>
<b>1. Jovens excluídos na cidade do Rio de Janeiro.....</b>	<b>17</b>
1.1. Exclusão social e identidades.....	18
1.2. Subjetividade e cultura da cidade.....	33
1.3. A cidade na subjetividade dos jovens em processo de exclusão.....	44
1.4. A luta pela sobrevivência e as estratégias de inclusão.....	58
<b>2. Juventude e exclusão social.....</b>	<b>78</b>
2.1. A juventude como noção construída.....	80
2.2. Ser jovem no Brasil hoje.....	97
2.3. Breve exame da política dirigida à jovens.....	115
<b>3. A cultura da cidade na contemporaneidade.....</b>	<b>130</b>
3.1. A urbanização excludente brasileira - a cidade do Rio de Janeiro....	132
3.2. O desenho da metrópole e o modo de vida dos sujeitos.....	145
3.3. O tempo e o espaço da cidade - os fluxos na subjetividade.....	165
3.4. Cultura de consumo e subjetividade.....	176

<b>4. A subjetividade</b> .....	189
4.1. Subjetividades, uma nova compreensão do múltiplo.....	190
4.2. A cultura – o outro na subjetividade.....	206
4.3. A produção de subjetividades e ordem simbólica.....	220
<b>5. A Luta pela inclusão</b> .....	235
5.1. Estratégias dos jovens para inclusão.....	236
5.2. Um ensaio de conclusão.....	252
<b>Bibliografia Geral</b> .....	259

## Introdução

A experiência como docente na formação de assistentes sociais está na origem deste estudo, pois é a partir dela que foi se ampliando a nossa percepção sobre a grave situação vivida pelos jovens pobres urbanos na sociedade brasileira. Intrigou-nos a constatação de que é nesse período da vida que essa população experimenta uma transição da situação de crianças pobres, vistas como vítimas inocentes e objeto de uma certa comiseração social, para a de personagens agressivos e potencialmente perigosos que devem estar sob constante vigilância.

Essa transição é agravada com o desmantelamento das redes de proteção social que, já débeis na infância, se desfazem nesse período da vida para os jovens das classes populares.

A agudeza e urgência da questão dos jovens pobres urbanos, na formação social brasileira, está expressa pelos aterradores indicadores de vítimas de homicídio nesta faixa etária, pelos indicadores de exclusão do sistema educacional, pelas estatísticas do protagonismo desses jovens no cenário de violência em grandes centros urbanos e pelas limitações de sua inclusão ao mercado de trabalho.

Enfim, pode-se talvez afirmar que esse grupo etário, nesse segmento social, é uma das principais vítimas daquilo que, na literatura sobre a violência, é apontado como a "brasilianização" da violência social (WACQUANT, 1994). Trata-se da combinação de uma aparente democracia racial, baseada principalmente na miscigenação, com uma segregação que de fato condena amplos segmentos da população à exclusão social, justificada ideologicamente como incapacidades inerentes a cada um em particular. A brasilianização da violência social é

particularmente perversa, na medida em que condena o sujeito por ser o que ele é. Esta condenação é particularmente visível nessa faixa etária.

Os argumentos de caráter moralista, que atribuem a esses jovens consumismo exacerbado, desapego ao trabalho, desejo de ascensão social fácil e rápida, perda de valores comunitários e principalmente uma agressividade fora de controle, são os mais utilizados como justificativa das práticas de repressão social sobre esses jovens. Mesmo a maior parte da literatura produzida sobre eles, particularmente sobre aqueles envolvidos com violência urbana, está, no ponto de vista deste estudo, em muitos dos casos, clivada por preconceitos e abordagens superficiais. Muitas delas, atendo-se apenas aos próprios discursos dos jovens, não conseguem desvelar a complexa rede que os coloca nestes lugares.

Dito desta maneira, pode parecer que eles são passivos diante das situações que enfrentam, isentos de responsabilidades e sem quaisquer alternativas. Não parece ser isso. Quotidianamente eles mostraram, ao longo desses anos de convívio no trabalho em várias instituições que os atendem, sua luta para escapar da exclusão social. Porém, a negatividade de suas experiências de vida parece ser muito mais ressaltada do que suas possibilidades de afirmação.

Este estudo pretende ser uma contribuição para ampliação das positivities presentes nas experiências de vida desses jovens. Para realizar isso, assume como caminho estratégico a busca de reconhecimento destes jovens constituídos em um segmento de classe específico. Neste reconhecimento a questão trabalhada é a produção da subjetividade desses jovens, entendidos no horizonte de sua classe social, a partir de uma referência, nesse ponto de vista, inescapável quando se discute subjetividade, que é a cultura. No domínio amplo da cultura elegemos a cidade e o consumo como os elementos fundamentais para a problematização da produção da subjetividade desses jovens.

*i. O campo teórico na produção da subjetividade.*

A tese discute a produção da subjetividade de jovens urbanos de classe popular, a partir de uma dupla referência. A primeira é caracterizada por um olhar sobre o singular na questão da produção da subjetividade destes jovens. A segunda diz respeito à segmentação social que constitui a moldura da singularidade, em sua produção perpassada pela questão de classe e do caráter urbano desta produção.

Tal duplicidade não é casual, pois a moldura compõe o conteúdo. Ela expressa uma forma determinada de apreensão da vida social, cujo caráter político da ação humana tem sua relevância acentuada. Deste modo, a subjetividade a ser desvelada é política e o seu estudo estará construído dentro de marcos teórico-metodológicos, que deverão sempre levar em conta as visões ideológicas subjacentes.

Nesta perspectiva, deve-se esperar uma discussão de subjetividade que tenha como horizonte sua construção na ordem do capital, e aí a exclusão social é uma das mais fortes marcas presentes na conformação desta subjetividade. O estudo da questão será feito através das expressões culturais dos relacionamentos que vão tecendo entre si e com outros grupos, em uma escala global ou individual..

Cabe fazer um breve parênteses com a ressalva acerca do conteúdo que a noção de sujeito assume neste estudo. Nas ciências sociais algumas formulações concebem de diferentes formas esse sujeito. Poder-se-ia citar os conceitos de *agente social* em BOURDIEU; de *ator social* em TOURRAINE e na tradição estrutural-funcional norte americana (PARSONS e MERTON) e, a de *sujeito social histórico* na tradição marxista. Cada uma dessas noções está referenciada em visões diferenciadas acerca das relações entre os sujeitos e a sociedade.

No âmbito deste estudo eles serão referidos, em primeiro lugar, como sujeitos sociais, existentes em uma classe social. Trata-se de uma formulação que se fundamenta em uma perspectiva filosófica centrada na apreensão do sujeito em suas relações sociais. Este sujeito do qual se fala, marcado pela historicidade, constrói-se em um universo de cultura e só pode ser pensado como um ser relacional. Ele é essencialmente político, pois está permanentemente produzindo sua vida material e a si próprio, sua subjetividade, em suas relações com outros sujeitos.

Em outra área de conhecimento, Joel BIRMAN (1994)<sup>1</sup>, mesmo trabalhando com o conceito de sujeito do inconsciente, reconhece essa dimensão da cultura como pregnante na formação do sujeito. Sobre isso ele afirma:

*"(...) Não existe no discurso freudiano qualquer possibilidade de se pensar na exterioridade das categorias do sujeito e cultura, pois a constituição do sujeito implica o Outro representado pela cultura, sendo o sujeito definido radicalmente pela alteridade no campo social. (...) O que implica afirmar que o sujeito é de ordem intersubjetiva, exigindo a referência a outros sujeitos para sua constituição. (...) Assim, seria ingênuo pensar na separação absoluta entre as categorias de sujeito e de sociedade no discurso freudiano, pois nesse o sujeito é imediatamente representado no campo da intersubjetividade, implicando sempre outros sujeitos."*  
(BIRMAN, 1994, p. 129)

Assim a tese se localiza no campo dos chamados *Estudos de Cultura*, que buscam romper com as fronteiras entre disciplinas, articulando conhecimentos de algumas delas. Para a explicitação deste campo teórico é preciso vê-lo como um campo de produção de uma leitura crítica da cultura, com vistas à produção de um conhecimento capaz de reconhecer os processos de produção das identidades. A

<sup>1</sup> BIRMAN, Joel. *Psicanálise, ciência e cultura* Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1994.



inserção das identidades no campo da cultura ressalta seu caráter político, valorizando a intersubjetividade em suas dimensões mais coletivas da cidadania e da prática da democracia.

Este campo teórico movimenta-se ainda em uma dimensão espacial. O contexto da cultura da cidade e a cultura nacional, na contemporaneidade globalizada são os elementos que compõem o cenário dos estudos deste campo. Fredric JAMESON,<sup>2</sup> refletindo sobre ele, considera que:

*"essa análise das subjetividades e posições do sujeito intercoletivas nos leva virtualmente às fronteiras de todo um campo novo, que não é mais nem antropologia nem sociologia no sentido tradicional, mas que certamente devolve à cultura seu significado interior oculto como espaço dos movimentos simbólicos de grupos em relação agonística uns com os outros". (JAMESON, 1994, p. 35)*

Esta demarcação do campo teórico do estudo, articulado em torno da cultura, pode ajudar a iluminar a lógica que presidiu a delimitação da questão a ser tratada. Ela poderá auxiliar ainda a compreensão das escolhas estratégicas feitas no recorte da questão da subjetividade e das interlocuções teóricas, vistas como essenciais na problematização do objeto em questão.

Entretanto, a questão que nos move - a produção da subjetividade de jovens urbanos de classe popular - não se situa como um campo de interesse apenas teórico. Suas raízes estão fortemente fincadas no reconhecimento das graves questões que envolvem esses jovens na vida social brasileira hoje.

<sup>2</sup> JAMESON, Fredric. Sobre os "Estudos de Cultura". *Novos Estudos*, São Paulo : CEBRAP, nº 39, 1994.

*ii. O contexto sócio-ideológico na produção da subjetividade.*

Os telejornais de 14 de outubro de 1998 divulgaram estatísticas de homicídios praticados por policiais da região metropolitana de São Paulo até aquela data. Segundo eles houve um aumento de quatro vezes em relação ao ano anterior, chegando a 227 ocorrências.

Como ilustração da matéria em questão, relatavam o caso de quatro rapazes que haviam sido considerados vagamente suspeitos de serem ladrões por estarem juntos na rua à noite. Mostravam as queimaduras e mordidas dos cães da polícia e relataram rapidamente a arbitrariedade dos policiais. Um olhar rápido identifica os quatro como aqueles que são os alvos preferenciais das ações policiais. Os quatro são rapazes negros e mulatos, com idade variando entre 18 e 20 anos. A ilustração da reportagem não é uma exceção, ao contrário, é, cada vez mais, a regra. A regra tanto na forma de operação das forças policiais, quanto em seu alvo preferencial.

Esse não é um privilégio da polícia paulista. Qualquer pessoa que lê jornais hoje é capaz de imediatamente perceber qual a orientação da ação policial na cidade do Rio de Janeiro. Já em 1995 o jornalista Jânio de Freitas em artigo registrava: "A ordem é matar a granel. Marcello Alencar, o governador atônito, não precisava ser mais claro: 'Não vamos vacilar. Temos de nos portar como guerreiros, não como vassalos'." (Folha de São Paulo, 9/05/95) Segundo pesquisa feita nos Autos de Resistência da PM-RJ, pelo Jornal do Brasil nos meses de fevereiro e março de 96, a polícia carioca mata ainda mais hoje do que a temida ROTA de São Paulo.

Pesquisadores da área de violência urbana supõem que a maior parte destas mortes está ligada ao tráfico de entorpecentes e armas, onde a violência policial não está submetida a qualquer controle legal. Os dados que são apresentados

mostram que esses jovens vêm sendo sistematicamente mortos na cidade do Rio de Janeiro, e, indubitavelmente são eles as mais numerosas vítimas da violência urbana.

O ódio social à pobreza, àqueles que pela simples razão de existirem reivindicam um lugar, tem sido o móvel predominante das ações do poder público dirigidas a esse segmento da população. Todas essas ações contam, no mínimo, com o silêncio cúmplice das entidades da sociedade civil. Poucas são as vozes que se levantam para denunciar e pedir solução. Mesmo essas, têm sido violentamente combatidas com um argumento ideológico de "proteção ao bandido", de não reconhecimento de "direitos humanos" para as vítimas.

Por tudo isso, a escolha do tema da tese tem, em primeiro lugar, uma forte adesão à cidadania. O estudo, dessa forma, não é apenas um exercício intelectual, mas está impregnado pelo desejo de reação frente a essa situação e pela solidariedade a esses jovens. Essa solidariedade é que o move na busca da construção da singularidade deste grupo.

A prática profissional desenvolvida junto a grupos de jovens urbanos de classe popular tem apresentado uma série de impasses que, certamente, poderiam se constituir como objetos de pesquisa. Porém, a questão de quem são esses jovens, usuários das políticas sociais e públicas, foi particularmente desafiadora. Até mesmo porque, como já foi dito anteriormente, é comum se julgar os virtuais comportamentos violentos destes jovens de classe popular como um sinal de crise moral, de falta de limites, de uma certa "psicopatologia" social inerente à pobreza.

As "explicações" para o comportamento violento, em sua imediatez, ressaltam a promiscuidade sexual, o uso de drogas, o desejo imoderado de consumo e uma certa "moral desviante" de origem familiar, como causadores das condutas violentas. Esse tipo de explicação encerra em si duas únicas possibilidades de ação, que na verdade têm a mesma raiz: ou a repressão pura e

simples, ou ações repressivas recobertas por um cunho paternalista. Porém um olhar um pouco mais demorado desmonta essas justificativas e expõe sua ideologização.

Em nenhum momento o estudo preocupa-se em perguntar por que alguns jovens envolvem-se nos acontecimentos associados à violência urbana e outros não. Do ponto de vista assumido aqui esta é a pergunta conservadora que fundamenta as ações de cunho apenas repressivo, pois remete aos indivíduos, considerados isoladamente, as escolhas por este ou aquele modo de vida. O que o estudo vai todo o tempo buscar desvelar é a intrincada tessitura que liga sujeitos e cultura, espaço e tempo histórico para que, com isso, a particularidade da formação social onde se desenvolve a vida dos sujeitos possa surgir como um universo de condições que marcam as trajetórias possíveis de serem traçadas.

Assinalar a particularidade, substantivar a presença desses jovens como sujeitos de direitos no desenho das cidades é a estratégia aqui adotada de exercício da solidariedade às suas lutas quotidianas.

### *iii. As políticas públicas e sociais na perspectiva deste estudo:*

Como mencionado acima, há alguns anos, como docente do ensino superior, trabalhando na formação de assistentes sociais, foi estabelecida uma relação com esses jovens em instituições, tanto abertas como fechadas. Uma das atividades desenvolvidas nessa prática é a de supervisão de alunos inseridos em campos de estágio em instituições públicas ou privadas. Foi no acompanhamento direto dos alunos estagiários nessas instituições, que várias das questões que orientam este trabalho foram surgindo. Desse modo, esta pesquisa é a de uma trabalhadora social, comprometida com a formulação e execução de políticas públicas e sociais.

Este estudo direciona-se, portanto, a um público que enfrenta o desafio de formular e executar políticas sociais e públicas, cujos consumidores e/ou objeto são esses jovens. Em termos de políticas sociais de saúde, educação e assistência, tal como definidas na Constituição, os programas desenvolvidos têm um amplo escopo de objetivos e significações. Podemos encontrar projetos de colocação e formação para o trabalho; de atendimento e prevenção à dependência química; ações de saúde, dirigidas especialmente para esta faixa etária, como o controle de doenças sexualmente transmissíveis, a prevenção de gravidez entre adolescentes, entre uma enorme variedade de ações que têm em vista esse grupo específico.

Em termos de política pública de segurança e justiça, esses jovens têm se constituído como um grupo particularmente visado como alvo de ações de repressão. Estão ainda, cada vez mais presentes nas estatísticas policiais, seja como vítimas ou autores de delitos violentos contra a vida, de tráfico de entorpecentes etc.

Quanto à política pública de justiça eles vêm sendo objeto das medidas sócio-educativas definidas no Estatuto da Criança e do Adolescente que, muitas vezes, deixam marcas permanentes em suas vidas, pelo tipo de rede de relações que sua entrada na esfera judicial traz, interferindo diretamente em seu cotidiano.

Suas vidas começam a ser geridas, mais do que isso, tuteladas pelo Estado, obedecendo a finalidades, muitas vezes, estranhas a seus próprios interesses. Nesta relação com as instituições de justiça eles vão aprendendo, com seus próprios recursos, a lidar com o arbítrio, a burlar e estabelecer estratégias de sobrevivência, onde dissimular bem pode ser a chance de escapar. Desse modo, suas relações com os profissionais dos campos assistenciais e jurídicos na aplicação destas medidas são marcantes em relação às suas possibilidades de inclusão social.

Ainda em relação às políticas, na de ordenação do espaço urbano, central nessa análise, esse segmento tem sido objeto de ações normalmente de caráter

apenas repressivo. Suas necessidades peculiares não são consideradas no planejamento urbano, no qual sua presença agressiva nos espaços públicos é objeto de constante vigilância e suspeição.

A crítica a essas ações políticas é uma urgência face a sua ineficiência e incapacidade de produzir resultados que possibilitem a inclusão dos jovens à vida social. Ela pode ser realizada a partir de diferentes ângulos. Pode ser feita, por exemplo, pelo ponto de vista das próprias políticas, examinando sua trajetória e repercussões. Pode ainda, estar referenciada no baixo nível de investimentos em programas sociais, em um modelo de gestão neoliberal do Estado. Porém, o ponto de vista para a crítica dessas políticas que se estará perseguindo, aqui, é o da incapacidade que apresentam de considerar seus usuários e/ou objetos em sua singularidade. Como se sabe, obliterar diferenças é uma forma preconceituosa de diluir as condições de desigualdade presentes na vida social e não reconhecer as desvantagens que determinados segmentos da população enfrentam, quotidianamente, em sua luta por sobreviverem e exercerem sua condição de cidadãos.

O que se pretende, portanto, é vislumbrar o universo dos usuários e/ou objeto destas políticas. O que se deseja é conhecê-los para se construir uma referência substantiva desses sujeitos sociais. Conhecê-los para que seja possível se recuperar as interpretações que eles têm das políticas públicas e sociais. Conhecê-los para que possam ser superadas as visões formalizadas e abstratas sobre esses jovens, a fim de que possam ter visibilidade nos processos de formulação e execução das políticas. Esse ângulo de análise pode propiciar aos trabalhadores sociais, envolvidos nas políticas públicas, condições para que possam formular ações mais adequadas ao universo a que se dirigem.

Tal ponto de vista está construído sobre a perspectiva de que este estudo pode colaborar para a afirmação destes jovens enquanto sujeitos sociais. É claro

que a violência dos processos de exclusão social estará sempre em curso, porém, pode ser possível que a ação dos profissionais, que cruzam nas biografias desses jovens, os auxilie a estabelecer estratégias de enfrentamento capazes de colocá-los no sentido contrário da dinâmica de exclusão social. Em síntese, o que se pretende é recuperar na trajetória de vida desses jovens, em suas experiências na cultura marcada pela contemporaneidade, suas possibilidades concretas de reforço dos espaços de inclusão social.

*iv. A pesquisa e sua lógica de exposição*

Duas foram as fontes fundamentais para a construção deste estudo. A primeira, já anteriormente citada, é a experiência acumulada no trabalho desenvolvido com jovens, inclusive alguns estudos mais sistemáticos produzidos ao longo deste período. Esse material foi de fundamental importância no traçado inicial do tema e dos contornos da questão de estudo.

A segunda fonte é proveniente de entrevistas semi-estruturadas, feitas com rapazes que se encaixam no perfil definido como universo da pesquisa. Por uma definição metodológica, essas entrevistas foram realizadas em três momentos diferentes do desenvolvimento da elaboração da tese. No total foram entrevistados 32 rapazes, sendo que nenhum deles foi entrevistado duas vezes.

A primeira rodada de entrevistas ocorreu logo no início da pesquisa e foi de fundamental importância no delineamento mais preciso das fronteiras da questão de estudo. Ela teve um caráter ainda mais exploratório, porém algumas intuições iniciais começaram a ser perseguidas. Após o trabalho com o material coletado realizou-se uma segunda rodada de entrevistas, onde foram aprofundados alguns temas importantes que surgiam no desenrolar do estudo; mais especificamente foram abordados com mais profundidade a questão do consumo e da cidade.

Finalmente foi feita uma terceira série de entrevistas onde a temática do trabalho foi a questão central definida a partir das necessidades de complementação e aprofundamento da visão que se construía. Outra fonte importante para a compreensão das condições de vida dos jovens no Brasil, e na região metropolitana do Rio de Janeiro em particular, foram as bases de dados sistematizadas sobre a população e os arquivos de entidades, todas citadas ao longo do texto, que sistematizam dados sobre violência urbana.

Toda a pesquisa empírica buscou, do modo mais amplo possível, em primeiro lugar descrever a vida desses jovens no cotidiano da cidade com suas estratégias de negociação nesse espaço, bem como suas percepções acerca de seu lugar no mundo hoje e das alternativas que vêm para si e para o mundo. É claro que se sabe que esse procedimento foi todo o tempo guiado por um olhar que se produziu em lugar carregado de significados e relacionado a outros lugares e olhares de outros sujeitos, em oposição ou convergência a eles. Por isso desenhar um objeto e produzir um conhecimento sobre ele será sempre limitado pelo ato de descrevê-lo.

A pesquisa e seus resultados estão apresentados em cinco capítulos que obedecem a uma lógica de exposição baseada no trato do material coletado, que parte de suas definições mais amplas, e por isso mais imperfeitas, até buscar um foco mais dirigido que incide sobre as estratégias de inclusão tentadas pelos jovens. Para melhor compreensão da lógica organizadora da exposição será utilizada uma analogia com os mapas.

Antes do desenvolvimento de certas técnicas de mensuração de distâncias e posições relacionais, os navegadores da Antiguidade desenhavam uma espécie de roteiro que continha uma representação detalhada das costas que passavam em suas rotas. Esta representação, denominada de portulano, era baseada em estimativas de



distâncias, por isso eram muito imprecisas, ainda que descrevendo detalhadamente o território representado.

A tese começa por um portulano. Em seu primeiro capítulo está toda a sua argumentação. Como portulano ele descreve o tema e a questão de estudo, a decompõe em seus vários elementos conceituais, estabelecendo o percurso. De uma maneira mais geral o primeiro capítulo apresenta o conteúdo em sua abordagem mais ampla, porém articulada em uma só unidade. Ele relata as conexões, mas ainda não dimensiona com exatidão sua extensão.

São quatro os elementos conceituais apresentados em uma ordenação que segue um movimento que se inicia pelo mais geral. O primeiro elemento é a noção de exclusão social, formulada a partir das clivagens de idade e etnicidade na constituição das identidades dos jovens estudados. O segundo elemento conceitual apresentado pretende aprofundar o anterior ao acrescentar no processo de formação de identidades as dimensões de tempo e espaço presentes na cultura e que configuram as subjetividades em seu processo de produção. Em seqüência a esse o terceiro elemento é a cidade, abordada como o espaço definidor das configurações que, na contemporaneidade, as subjetividades assumem. Finalmente o quarto e último item vai preocupar-se em descrever as estratégias que os jovens estabelecem para poderem incluir-se.

Neste capítulo expõe-se então, o anteriormente referido, lugar carregado de significados da descrição, que dirige o olhar no percurso da investigação. Por isso foram privilegiadas em sua construção as falas dos rapazes entrevistados. O texto é todo pontuado por elas, pelos relatos que fazem, procurando o mais possível deixar que falem sobre cada um dos elementos conceituais que o estudo articula.

A problematização de ordem teórica é ainda mais genérica, com um foco mais aberto do campo conceitual. Poder-se-ia dizer que ele se movimenta horizontalmente pelo campo teórico, definindo as fronteiras do território da análise

muito mais do que mergulhando nesse campo e definindo suas medidas com exatidão. Em sua qualidade de portulano, ao fim de cada um dos itens, são *definidas as questões teóricas a serem respondidas para a definição da categoria tratada*. Cada um dos itens remete, com essas questões, a um dos capítulos subseqüentes ainda no movimento de decomposição da questão de estudo.

Nesse movimento o segundo capítulo vai tratar da noção de juventude e exclusão social. Será desenvolvida a idéia de que a juventude é uma noção construída histórica e socialmente, que vem funcionando como um elemento a mais de segmentação na exclusão social. Buscar-se-á demonstrar isso pela reconstrução do percurso histórico de construção da noção de juventude e dos vários significados que foi assumindo ao longo do tempo. A noção de exclusão vai assim sendo construída por dentro, através do desvelamento de seus significados nos processos sociais onde se produzem as subjetividades.

Desse ponto de partida, a reflexão se encaminha no sentido do exame das condições de vida dos jovens no Brasil e na região metropolitana do Rio de Janeiro, buscando quantificar-se as dimensões dos processos de exclusão social que incidem sobre os jovens. Ou seja, a noção de exclusão cresce em profundidade tornando-se mais substantiva pelo acréscimo da dimensão espacial que lhe confere algumas características peculiares.

Finalmente o terceiro e último item registra as respostas em termos de política social que o Estado brasileiro engendra para o atendimento das demandas dos jovens excluídos. É feita uma análise de algumas destas políticas na atualidade e do substrato teórico que orientou as ações assistenciais desenvolvidas junto a esse segmento etário e social.

Dos processos de exclusão a reflexão se aprofunda no exame da cidade, procurando reconhecer algumas das condições que configuram as subjetividades na contemporaneidade. É, no terceiro capítulo que se encontra a discussão que

fundamenta a visão de que a cidade é o cenário possível de construção das subjetividades hoje existentes. Desse modo, o que se pretende, aprofundando a reflexão anterior, é dimensionar a subjetividade no espaço.

Para realizar isso, novamente se começa pelo mais geral que é um breve exame do modelo de urbanização excludente levada a cabo no Brasil nos últimos anos e de suas conseqüências no desenho das cidades, em especial no Rio de Janeiro. Deste percurso, de caráter predominantemente histórico, a reflexão se encaminha para o reconhecimento das profundas alterações que a contemporaneidade imprime às formas de viver urbanas e os impactos que elas produzem nos sujeitos, principalmente em suas noções de tempo e espaço.

Deste ponto se reconstroem as elaborações em torno da questão do consumo como um elemento central nos processos de produção da subjetividade na contemporaneidade. Tenta-se então conhecer as intrincadas relações entre o consumo e o urbano, nas formas que acabam sendo enunciadas na ordem simbólica.

No capítulo 4 trata-se especificamente da subjetividade. As perguntas formuladas na definição do campo de abrangência que essa categoria vai assumir no estudo estão relacionadas à identificação dos elementos que podem viabilizar as estratégias de inclusão dos jovens, através do reconhecimento dos processos de produção da subjetividade na cultura, nos marcos da contemporaneidade.

A subjetividade é caracterizada sempre como uma produção que se dá socialmente. As condições dessa produção estão articuladas no grande texto que se tornou a cultura na contemporaneidade. É nesse texto que se encontram os elementos e modelos para a formação das identidades.

O mergulho na noção de subjetividade começa por construir a própria noção de identidade em seus processos de produção nos sujeitos, sublinhando sua multiplicidade. Para isso busca-se no primeiro momento conhecer, ainda que

brevemente, as formas como elas se construíram no texto da cultura ocidental, através da noção do Outro.

A partir disso, o esforço de elaboração teórica se aprofunda na tentativa de realizar uma crítica da cultura na contemporaneidade sob a vertente do consumo. É a tentativa de apreender na produção da ordem simbólica as condições sob as quais os vários modelos de identificação se apresentam aos sujeitos no diálogo das múltiplas subjetividades que produzem socialmente essa ordem. Esse esforço vai se encaminhar para, em um retorno à particularidade, buscar reconhecer as ferramentas através das quais os sujeitos se orientam nessa ordem simbólica e nela se produzem.

Dessa construção é possível agora retomar o ponto de partida, na tentativa de transformar o portulano inicial em um mapa com medidas e território nitidamente desenhados. Esta é a tarefa que se busca empreender no quinto capítulo que funciona como um ponto de chegada de toda a reflexão empreendida. É feito o exame das estratégias de inclusão empreendidas pelos jovens, agora pensadas em suas possibilidades concretas frente à ordem simbólica e às condições que se enunciam para esses jovens neste fim de século. À guisa de conclusão são pensadas, ainda, as possibilidades que as ações de política social podem ter em uma razão inclusiva, quer dizer, ações realmente orientadas para seus usuários.

Pois não há qualquer sentido em se assumir a tarefa da crítica da cultura na ordem social, senão para nela buscar as várias narrativas que estão ocluídas como utopias vazias e desnudá-las como possibilidades concretas. Esta era a tarefa central deste estudo.

## Capítulo 1

### **Jovens excluídos na cidade do Rio de Janeiro**

- 1.1. Exclusão social e identidades
- 1.2. Subjetividade e cultura da cidade
- 1.3. A cidade na subjetividade dos jovens em processo de exclusão
- 1.4. A luta pela sobrevivência e as estratégias de inclusão

Neste capítulo desenha-se o núcleo central deste estudo. Nele estão contidas as categorias que serão os instrumentos de análise da situação dos jovens urbanos em processo de exclusão social e as articulações iniciais entre elas. Seu objetivo é traçar os contornos por onde tráfegará toda a investigação.

Ele está organizado em quatro itens. O primeiro se ocupará em construir a categoria teórica de exclusão social, articulada à questão da formação de identidades na contemporaneidade, a partir dos elementos de etnicidade e idade.

No segundo item, em seqüência ao anterior, será acrescentada uma dimensão espaço-temporal à noção de exclusão social através do exame da questão da cultura da cidade que se constrói sob a referência dos processos de exclusão social. É sob esta ótica que é então pensada a produção da subjetividade em suas interações com essa cultura.

O terceiro item amplia a construção dessa articulação teórica entre cidade e produção de subjetividade ao acrescentar a ótica dos jovens sobre a cidade. Neste ponto trabalha-se diretamente com suas falas, procurando evidenciar em seus relatos os modos como vivenciam sua relação com a cidade e, neste movimento, *vão se produzindo como sujeitos*.

Finalmente o quarto e último item se detém no exame do que se está chamando estratégias de inclusão, que são assumidas por esses jovens na negociação quotidiana de sua sobrevivência na cidade.

Com esse primeiro capítulo desenha-se um núcleo que vai sendo desdobrado de diferentes modos ao longo de todo estudo. Ao final de cada item acima descrito se colocam as interrogações que orientarão seu desdobramento realizado nos capítulos seguintes.

### 1.1. Exclusão social e identidades

Neste item estar-se-á trabalhando a questão da exclusão social na constituição das identidades dos sujeitos desse estudo. Tal tarefa se inicia por explicitar o conceito de exclusão social, localizando os processos sociais aos quais ela se refere e as identidades que se produzem sob seu signo.

Para isso será trabalhada introdutoriamente a noção de identidade, que será retomada mais à frente. O recurso a essa categoria justifica-se por ser ela um instrumento capaz de auxiliar a construção da ótica do sujeito sobre a exclusão social. No ponto de vista desse estudo, a discussão sobre identidade terá seu eixo centrado no caráter de desvantagem que os elementos de exclusão social acima citados conferem aos sujeitos. Nesse sentido, a questão da pobreza na sociedade brasileira será brevemente tocada.

A partir disso, com vistas a substantivar essa noção, procurar-se-á percebê-la no interior da vida social brasileira, a partir de alguns de seus elementos de clivagem que interessam de perto a esse estudo. O primeiro deles é a questão étnica. Porém, é importante ressaltar que não é o objetivo aqui realizar-se uma reflexão aprofundada em torno das evidentes desvantagens dos negros na sociedade brasileira. Procura-se apenas delinear um rápido esboço dessas desvantagens

apresentando-as como pano de fundo no qual se constroem as identidades dos jovens que se está procurando conhecer. O segundo critério de clivagem que será apontado é o de faixa etária.

#### A exclusão social

Ana Clara RIBEIRO (1996)<sup>1</sup> delimita alguns dos aspectos em que os processos de globalização em curso, na modernização das formas de reprodução do capital, produzem impactos diretos sobre as condições de vida dos segmentos pobres, nas grandes metrópoles brasileiras:

*“(...)redução do mercado de trabalho, difusão acentuada de valores individualistas e daqueles associados a uma moderna sociedade de consumo; mercantilização da cultura e monopolização dos meios de comunicação de massa; recuos nas políticas públicas e conseqüente privatização mais ampla dos serviços de educação, saúde e previdência social; adoção de princípios empresariais em avaliações do agir social - produtividade e competitividade; desestabilização de formas de organização da sociedade capazes de amenizar parte dos custos sociais da modernização e manter expectativas de mobilidade ascendente; descrédito social nas instituições públicas, nos políticos e na política; crise dos movimentos sociais; incorporação da pobreza às formas paralegais de trabalho e, ainda, ao circuito das drogas e do contrabando, acentuando clivagens sociais, estereótipos e preconceitos com relação ao lugar dos pobres nas grandes cidades brasileiras”. ( RIBEIRO, 1996, p. 14)*

Os impactos apontados por Ana Clara Ribeiro referem-se a diversas esferas da vida social. Eles atuam desde as formas de reprodução da vida material de cada sujeito, afetando suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho, até a organização das instituições políticas de ordenamento da vida social com os

<sup>1</sup> RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Urbanidade e vida metropolitana**, Rio de Janeiro : Jorbran, 1996.

comprometimentos de suas expectativas em relação ao futuro. A complexidade destes processos indica a profundidade em que os mecanismos de exclusão social atuam sobre os sujeitos.

A idéia de exclusão social tem uma construção bastante sólida na tradição das chamadas Ciências Sociais. Neste domínio tal noção está referida ao social, mais do que ao sujeito. A idéia de exclusão está vinculada à participação no mercado, estar excluído é estar fora do mercado. Tal noção tem um forte componente político-econômico. Quando se fala em exclusão, a referência imediata é a de não se ter acesso a um conjunto de bens, materiais ou simbólicos, ou ainda não se ter acesso a cidadania, por expropriação de direitos civis ou sociais.

A noção de exclusão social toma força, é claro, no momento em que cresce, em proporção geométrica, a massa de excluídos em razão dos novos processos de acumulação do capital e ordenamento do trabalho. As políticas neoliberais de ajuste econômico, com sua conseqüente diminuição de investimentos públicos, tem deixado à própria sorte setores cada vez maiores da população.

O desemprego é hoje um dos maiores desafios à gestão da economia, até mesmo em países desenvolvidos. Além disso, as condições do mercado de trabalho, com a introdução de novas tecnologias, com o reordenamento dos setores dinâmicos da economia a demandar novas qualificações dos trabalhadores, têm provocado uma desproletarização de amplos segmentos sociais que tradicionalmente estavam preparados para um tipo de mercado de trabalho, num processo de produção fordista.

Com o esvaziamento das condições de inserção no mercado de trabalho e a conseqüente desproletarização de amplos segmentos de trabalhadores, como apontado acima, as formas de gestão de conflitos na vida social tenderão também a alterar sua expressão. A desproletarização enfraquece os movimentos operários e dificulta, por parte destes, a localização das fontes de exploração.



Michel WIEVIORKA (1997)<sup>2</sup> aponta este como um dos novos significados que a violência assume na contemporaneidade. Sobre isso ele afirma:

*"(...)Não é mais a luta contra a exploração, a sublevação contra um adversário que mantém com os atores uma relação de dominação, e sim a não-relação social, a ausência de relação conflitual, a exclusão social, eventualmente carregada de desprezo cultural ou racial, que alimentam hoje em toda parte do mundo, inclusive na Europa ocidental, condutas amotinadoras ou uma violência social mais difusa, fruto da raiva e das frustrações."* (WIEVIORKA, 1997, p. 7)

Essa exclusão difusa, representada pela fraqueza do Estado e a falência de suas políticas, vai possibilitar o perverso processo de encarnar em determinados grupos as responsabilidades por situações que envolvem conflitos sociais graves. Tais grupos serão diabolizados nas relações sociais. Neles se encontram algumas características que se intensificam com as fontes de ameaça à ordem social.

Porém, a dinâmica dos processos de exclusão social mostrada em seus aspectos de amplo escopo ainda é pouco substantiva em relação às experiências quotidianas dos sujeitos sociais. { A exclusão apreendida pela ótica dos sujeitos excluídos pode mostrar como seus processos, dos mais explícitos aos sutis em sua violência, são vivenciados pelos sujeitos, presentes em sua subjetividade e integrados na experiência acumulada pelos grupos que são alvos privilegiados da exclusão.

Fredric JAMESON (1994) mostra como nos processos de exclusão social determinados grupos vão sendo diabolizados e identificados como autores de sua própria exclusão até o ponto de serem identificados apenas por essas

<sup>2</sup> WIEVIORKA, Michel. O novo paradigma da violência. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 5 - 41, maio 1996.

características. Para mostrar esse processo ele formula a noção de *duplo passaporte*. Essa noção refere-se a identidades duplas, que cruzam inserções "problemáticas" na vida social, conferindo, através do domínio da cultura, especificidades ao grupo referido que ultrapassam a própria divisão de classes, combinando, por exemplo, elementos de segmentação social e de minorias. Essa noção coloca em relevo os estereótipos "aderidos" a esses grupos.

Sobre isso Fredric JAMESON (1994)<sup>3</sup> afirma:

*"O estereótipo é na verdade o lugar de um superávit ilícito de significado, o que Barthes chamou a 'náusea' de mitologias; é a abstração em virtude da qual minha individualidade é alegorizada e transformada em uma ilustração abusiva de outra coisa, algo não concreto e não individual". (JAMESON, 1994, p.32)*

Porém, se é verdade que esses sujeitos carregam em seu corpo, muitas vezes os sinais da exclusão é também verdade que os sujeitos constroem, no curso de sua vida, portanto, em sua vivência, e nas experiências que integram com outros sujeitos na vida social, circuitos onde buscam estar. O desafio de construir a noção de exclusão através da ótica do sujeito precisa necessariamente considerar esses aspectos das ações dos sujeitos.

É necessário chamar atenção para um aspecto que, de imediato, é identificável. Esse aspecto é que a exclusão não é uma categoria intransitiva. Isso significa dizer que os sujeitos são excluídos de alguns circuitos e incluídos em outros. Ela não é uma "capa" que se justapõe sobre o real, mas é preciso que esta categoria seja sempre relacionada a alguma coisa. Como categoria ela inclui uma noção de lugares dos quais se está fora e, de outros, no qual se inclui. Não parece

<sup>3</sup>JAMESON, Fredric. Sobre os "Estudos de Cultura". *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 39, p. 11 - 48, jul. 1994.

existir um não estar em qualquer circuito. Pedro GUARESCHI, buscando percebê-lo através dessa ótica diz:

*(..) “o excluído não existe por si mesmo. Ele é uma realidade sempre ligada a outra. Se digo que alguém é excluído devo logo perguntar: excluído de onde? Ou: excluído por quem? O ser excluído de algum lugar implica que existe esse outro lugar”. (1992:5)*

Ou seja, os sujeitos não são objetos passivos da exclusão social e ela não se dá como uma realidade apenas exterior a eles. Cabe aqui assinalar o que se está chamando de identidade.

A definição da categoria teórica de identidade como elemento conceitual articulador da análise sobre a produção da subjetividade na contemporaneidade comporta alguns riscos. O mais imediato deles é o de, em uma leitura apressada, considerá-la como uma “segunda pele” aderida ao sujeito, como um rótulo classificador que funciona como clichê reificador e justificador de desigualdade. Certamente tal visão não leva em conta a noção de identidade como escolhas identificatórias em mudança e movimento que se produzem em um universo de cultura. Esse conceito de identidade com seu movimento comporta inclusive a idéia da convivência de múltiplas identidades, como será visto adiante.

Poder-se-iam traçar três noções do sujeito que, em certo sentido, sintetizam as revisões a que a noção de identidade vem sendo submetida. Douglas KELLNER<sup>4</sup> (1992) mostra que a identidade pré-moderna é a do sujeito do Iluminismo. É o indivíduo centrado, uno, com capacidades de razão e discernimento, com uma identidade fixa e estável. Tal sujeito, essencialmente masculino, está fundado em

---

<sup>4</sup> KELLNER, Douglas. Popular culture and the construction of postmodern identities. In LASH S., Friedman, J. (org). *Modernity and identity*. Cambridge: Mass Basil Blackwell, 1992. p. 141 – 177

uma afirmação de uma legítima igualdade entre os sujeitos e de uma concepção altamente individualista. Nesse momento a identidade não é um problema, pois ela é o próprio sujeito.

A complexificação da vida moderna vai desmistificar esse sujeito autônomo e autocentrado. Reconhece-se a construção da identidade nos processos de negociação na cultura. KELLNER afirma: " A identidade moderna era uma questão séria, envolvendo escolhas fundamentais que definiam quem o sujeito era (profissional, familiar, identificações políticas, etc.)" (KELLNER, 1992, p. 153). O sujeito moderno tem ainda necessidade de autodefinir-se em uma identidade estável, embora auto-reflexiva. Stuart HALL<sup>5</sup> (1995) sobre isso afirma:

*"A identidade faz a ponte entre o 'interior e o 'exterior'- entre os mundos público e privado. O fato de projetarmos 'nós mesmos' nestas identidades culturais, ao mesmo tempo internalizando seus significados e valores, fazendo-os 'parte de nós mesmos', auxilia-nos a alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. (HALL, 1995, p. 11)*

Para Kellner, neste momento, o sujeito que buscava uma identidade estável fazia escolhas e quando estas se tornavam múltiplas ele sentia necessidade de defini-la. É justamente a reciprocidade entre sujeito e mundo o foco central sobre o qual se opera a mudança para aquilo que, na literatura, está denominado de identidade pós-moderna.

Tal identidade não é mais una, ela está fragmentada, muitas vezes de forma contraditória, em uma variedade de papéis, imagens e atividades. Kellner mostra que a identidade não perdeu a auto-reflexividade, mas na contemporaneidade tornou-se mais fácil conviver com múltiplas identidades que podem se alternar e

---

<sup>5</sup> HALL, Stuart. A questão da identidade cultural. *Textos Didáticos*, n. 18, São Paulo: IFCH/UNICAMP, dez. 95.

ser descartadas com facilidade, uma vez que elas são a extensão das múltiplas identidades. Desse modo, a instabilidade e as rápidas transformações, que eram fatores de desordem e ansiedade, deixam de sê-lo. Jameson afirma mesmo que o conceito de ansiedade talvez seja inadequado para descrever identidades dos sujeitos hoje. HALL diz que:

*"A identidade tornou-se uma 'festa móvel'; formada e representada continuamente em relação às maneiras pelas quais somos representados e tratados nos sistemas culturais que nos circundam. O sujeito assume identidades diferentes em momentos diversos, identidades que não estão unificadas em torno de um self coerente(...) Se sentimos que temos uma identidade unificada do nascimento à morte, é somente porque construímos uma história confortante ou uma 'narrativa do self' sobre nós mesmos."(1995:12)*

A visão de que houve um deslocamento de um sujeito centrado, com identidades definidas, para o sujeito fragmentado da contemporaneidade parece ser uma razoável unanimidade na literatura, bem como a visão de que a cultura é o ambiente privilegiado de formação dessas identidades. GAZOLLA (1994)<sup>6</sup>, resenhando o percurso intelectual de Jameson, demonstra isso com clareza no pensamento do autor:

*"Jameson parte do pressuposto de que há uma correspondência entre a produção cultural e as experiências e modos de subjetividade nas sociedades capitalistas contemporâneas: a fragmentação, e a falta de profundidade, o caráter de dispersão, dissolução e esquizofrenia, a instabilidade, a descontinuidade e o descentramento, a experiência do tempo como um presente perpétuo e portanto espacial."(GAZOLLA, 1994, p.14)*

<sup>6</sup>GAZOLLA, Ana Lúcia Almeida. Frederic Jameson: uma epistemologia ativista. In: JAMESON, Fredric. Espaço e Imagem: teorias do pós-moderno e outros ensaios, Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

Desse ponto de vista é de particular importância para esse estudo a dimensão espaço-temporal que os processos de exclusão social supõem. A exclusão social não é uma situação dada que cada sujeito carrega como um fardo em si mesmo, mas ela é essencialmente uma categoria relacional e supõe movimento.

Doreen MASSEY<sup>7</sup> (1991) sobre isso observa as diferentes posições dos indivíduos no que ela denomina de "compressão tempo-espaço". Ela imagina uma situação na qual um indivíduo teria o poder de ver o planeta no mais remoto de todos os satélites, observando todos os indivíduos e sua comunicação. Ela diz que este indivíduo veria grandes distâncias e pequenas a serem vencidas, veria comunicações que supõem troca física e transmissões por mídia. Desse modo, ele teria os faxes, e-mails, fluxos financeiros, etc., bem como navios e trens a vapor. Se olhasse mais de perto veria automóveis, caminhões, mas veria também provavelmente "em algum lugar do Saara na África, uma mulher a pé que ainda gasta horas por dia buscando água." (MASSEY, 1995, p. 92)

#### **Etnicidade**

A partir da imagem criada por Massey tentar-se-á "chegar mais perto" para que seja possível se vislumbrar a exclusão social na sociedade brasileira. Nesse movimento, é necessário iniciar reconhecendo-se os processos mais amplos que a configuram e lhe dão uma feição particular na formação social brasileira. Para isso os processos de exclusão social serão vistos a partir das formas historicamente construídas de clivagem social em classes e segmentos de classe e nas relações etno-raciais.

---

<sup>7</sup> MASSEY, Doreen. Um sentido global do espaço, *Marxism Today*, jun. de 1991

Loïc WACQUANT<sup>8</sup> (1994) fala em uma "violência estrutural" sobre esses sujeitos sociais excluídos que ocorre a partir da perversa combinação de dois processos sociais que são a polarização de classes em razão das desigualdades sociais e a segregação racial. Esses dois elementos produzem o que ele denomina de "dualização da metrópole", que "ameaça não apenas marginalizar os pobres como condená-los à redundância social e econômica". (WACQUANT, 1994, p.21)

Para ele, essa "violência estrutural" combina três faces: desemprego crônico, onde a desproletarização representa no cotidiano dessas pessoas privação material intensa; estigmatização social e racial e um "exílio" desse grupo social em áreas urbanas decadentes e mal providas de serviços de infra-estrutura urbana. Segundo o autor, esses elementos se combinam e reforçam mutuamente. Ele afirma:

*(...) "Em primeiro lugar, o sentido de indignidade pessoal que ele carrega é uma dimensão altamente saliente da vida quotidiana, que colore as relações interpessoais e afeta negativamente as oportunidades em círculos sociais, escolas e mercado de trabalho. Em segundo, observa-se uma forte correlação entre degradação simbólica e o desmantelamento ecológico dos bairros urbanos (...) Em terceiro, a estigmatização territorial origina entre os moradores estratégias sociófugas de evasão e distanciamentos mútuos e exacerba processos de diferenciação social interna, (...) Finalmente, existe a maldição de ser pobre no seio de uma sociedade rica, na qual a participação ativa na esfera de consumo tornou-se uma condição sine qua non da dignidade social - um passaporte para a cidadania, mesmo entre os despossuídos."*(WACQUANT, 1994, p. 24)

O reconhecimento das condições em que, na sociedade brasileira, ocorre essa perversa combinação é possível se rapidamente examinam-se alguns dados

<sup>8</sup> WACQUANT, Loïc J. D. O retorno do recalcado: violência urbana, "raça" e dualização em três sociedades avançadas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, n. 24, p. 16 - 29, fev. 1994.

referentes à população brasileira. Na reunião da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social em Copenhague, em 1995, o Brasil apresentou relatório afirmando que no país 42 milhões de pessoas são pobres e 16 milhões vivem abaixo da linha de pobreza, em situação de indigência. Estes números situam-se em um quadro onde 10% da população mais rica concentra 51,3% de toda a riqueza nacional e os 20% mais pobres detém apenas 2,1% desta riqueza.

Esses dados ainda são vagos se não se identifica quem são estes brasileiros pobres e abaixo da linha de pobreza. Um exame dos dados dos Censos de 1940 a 1990 contribui para essa identificação.

O primeiro procedimento para essa identificação é registrar os percentuais da composição racial da população nacional. O quadro abaixo mostra, com arredondamentos, a dinâmica do crescimento populacional organizada por cor.<sup>9</sup>

Perfil populacional do Brasil por composição de cor - 1940/1990

Ano	Branca	Parda	Preta
1940	64%	21%	15%
1950	62%	27%	11%
1960	61%	30%	9%
1980	55%	39%	6%
1991	55%	39%	5%

*Fonte: Censos demográficos de 40, 50, 60, 80 e 91.*

<sup>9</sup> Utilizar-se-á nesse estudo a categoria de cor preta e parda conforme nomenclatura do IBGE, já que se está trabalhando com dados censitários. Isso não significa desconhecimento acerca das restrições que tais nomenclaturas têm sofrido em particular do movimento negro mais organizado pelo conteúdo racista que podem carregar.



Vale aqui conhecer como se dá essa distribuição, com detalhamento por sexo, na região metropolitana do Rio de Janeiro, que é o foco de nosso estudo.<sup>10</sup>

Rio de Janeiro - Região Metropolitana

População residente por cor ou raça, segundo o sexo

		População Residente			
		Cor ou Raça			
Total					
		Branca	Preta	Parda	Outras
Total	10 169 683	6 110 877	1 166 953	2 875 781	16 072
HOMENS	4 812 485	2 859.137	556 786	1 388 526	8 036
MULHERES	5 357 198	3 251 740	610 167	1 487 255	8 044

Fonte: IBGE - PNAD 95

Ao se analisar os dados referentes às condições de vida de cada um desses grupos populacionais, é possível ver que há uma variação significativa. É o que

<sup>10</sup> É importante observar que a tabela anterior não é comparável com a seguinte, pois são bases de dados diferentes. A primeira tem como fonte o Censo Demográfico e a segunda é amostral - PNAD.

mostra, por exemplo, os números referentes à esperança de vida de cada grupo. Utilizando-se dos Censos Demográficos, Elza BERQUÓ (1988)<sup>11</sup> chega à conclusão que em 1950 os brancos tinham chance de viver 7.5 anos a mais do que os não-brancos. Passados 30 anos estes tinham expectativa de vida de 59.4 anos, enquanto que os brancos alcançaram a média de 66.1 anos.

Outros indicadores demonstram com clareza a desigualdade dessas condições. Sobre a mortalidade infantil BERQUÓ afirma:

*"Inquestionável é a situação de injustiça social traduzida pelos altos níveis de mortalidade infantil dos segmentos mais pobres da população, que são os pretos e pardos. Em conjunto, esses dois grupos levaram vinte anos para atingir o nível de mortalidade infantil que os brancos possuíam em 1960. Quando controlada pela instrução da mãe, ainda permanece, um claro diferencial por cor, no qual os pretos são sempre os mais desfavorecidos. Para mães analfabetas, 120 de cada mil nascidos vivos de mães pretas, em 1980, morriam no primeiro ano de vida, sendo de 95 por mil a chance de morrer, se nascido de mãe branca". (BERQUÓ, 1988, p. 76)*

O Censo de 1990 mostra ainda que o rendimento médio nominal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, varia de acordo com sua cor.:

---

<sup>11</sup> BERQUÓ, Elza. Demografia da desigualdade. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 21, p. 74 - 84, jul. 1988.

Rendimento médio nominal em cruzeiros de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas segundo a cor – 1990.

<u>Cor</u>	<u>Rendimento</u>
Total	24.956
Branca	32.212
Preta	13.295
Parda	15.308

*Fonte: IBGE – 1991*

Tais números falam por si mesmos e demonstram indubitavelmente o peso da questão da cor na desigualdade da distribuição da massa salarial no país. Quando acrescidos da taxa de analfabetismo das pessoas de 7 anos ou mais de idade pode-se compreender o comprometimento de longo prazo que esta população tem em relação a seu futuro.

Taxa de analfabetismo das pessoas de 7 anos ou mais de idade segundo cor e grupos de idade – 1990

<u>Grupos</u>	<u>Brasil</u>	<u>Branca</u>	<u>Preta</u>	<u>Parda</u>
Total	19.6	12.1	30.1	29.3
7 a 9 anos	38.9	24.7	50.3	54.3
10 a 14 anos	14.4	6.6	19.6	22.5
15 anos ou +	18.3	11.6	29.9	27.4

*Fonte: IBGE – 1991*

Os índices de analfabetismo revelam claramente a extensão do que já era sabido: há uma grande disparidade entre as oportunidades de acesso à escolarização, em muito determinadas pelo binômio pobreza e cor. Exemplo dessa assimetria é possível de ser visto ao se comparar os rendimentos médios de homens e mulheres negros no Censo de 1990. Os homens negros tinham um rendimento expresso em cruzeiros de 15.579 e as mulheres de 9.682.

Através dessa rápida amostra das desvantagens experimentadas pelos negros em comparação aos brancos em relação ao acesso às oportunidades de vida, fica patente como a questão racial é um elemento de clivagem na exclusão social. No universo pesquisado ela vai estar associada à juventude, que é outro elemento reforçador dos processos de exclusão, dentro do que anteriormente foi apontado com o conceito de duplo passaporte. Na verdade, esses jovens vão ser reconhecidos duplamente através de um estereótipo aderido a eles, que, ao mesmo tempo, lhes confere, de certa forma, uma identidade.

Algumas questões podem ser sinalizadas em direção ao aprofundamento das discussões sobre os processos sociais de exclusão dos jovens urbanos, universo deste estudo, no sentido de se buscar perceber suas possibilidades de inclusão. Será necessário reconhecer no tempo como se produziu a idéia de juventude, a que necessidades e realidades tal noção responde, desnaturalizando-a como uma passagem obrigatória da vida e igual para todos, em todas as sociedades e em todos os tempos. Será necessário responder ainda como o conjunto de imagens produzidas em torno da juventude está presente na vida deste segmento social, também como justificativa de sua exclusão. Produzir elementos que respondam a essas questões será a tarefa realizada no segundo capítulo deste estudo.

## 1.2. Subjetividade e cultura da cidade

Todo o tempo em que se conceituou a exclusão social, no item acima, foi assinalada a importância de reconhecê-la em sua dimensão espaço-temporal. Procurou-se demonstrar que não é possível falar da exclusão como uma categoria intransitiva sem se cair em uma generalidade tão abstrata que o conceito perde qualquer força de expressão dos complexos processos aos quais se refere.

Desse modo, nesse item serão aprofundados alguns pontos dos quais se parte na análise a ser empreendida em torno da produção da subjetividade de jovens urbanos nos marcos da exclusão social. Esses pontos referem-se a um percurso teórico que permita delimitar aspectos do que está se chamando de cultura da cidade e as interações disso com a produção da subjetividade dos jovens excluídos.

A utilização mesmo do termo cultura da cidade em detrimento de cultura urbana remete a análise a um lugar que denota uma forma de abordagem do objeto. Milton SANTOS<sup>12</sup> (1996) traça essa distinção ao afirmar:

*“Na realidade, há duas coisas que estão sendo confundidas gratuita e alegremente, isto é, a cidade e o urbano. O urbano é freqüentemente o abstrato, o geral, o externo. A cidade é o particular, o concreto, o interno. Não há o que confundir. Por isso, na realidade, há histórias do urbano e histórias da cidade”.* (SANTOS, 1996, p. 69)

Como dito acima, tal afirmação denota o lugar de onde se fala neste estudo, o que se busca registrar são as “histórias da cidade”. O ponto de vista da cidade assumido aqui é o ponto de vista de seus sujeitos.

---

<sup>12</sup> SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo : globalização e meio técnico-científico informacional*. Hucitec : São Paulo, 1996

Isso traz implicações metodológicas importantes que necessitam ser esclarecidas, uma vez que elas delineiam um certo percurso por onde essas reflexões irão trafegar. Elas conformam as intuições, pontos de partida, construídas na prática cotidiana do trabalho com os jovens, que este estudo pretende fundamentar. São elas: a ótica dos sujeitos, a subjetividade e sua produção, subjetividades na cidade.

### **A ótica dos sujeitos**

A primeira dessas implicações que poderíamos citar é a de que, sem desconhecer as dinâmicas mais amplas que envolvem a questão da exclusão social e das peculiares condições de existência dos jovens urbanos em processo de exclusão, estar-se-á buscando reconhecê-las em sua presença nesses sujeitos.

Isto quer dizer que nesta primeira análise do material empírico sobre o qual se trabalhou na pesquisa, o objetivo é procurar mostrar como, utilizando-se as expressões de Milton Santos, *o externo aos sujeitos se expressa no interno*. É a isso que se está denominando de ótica do sujeito sobre os processos de exclusão social que vivencia.

Para uma visibilidade maior deste lugar de onde se fala serão utilizados os conceitos de vivência e experiência de BENJAMIN. Com eles é possível compreender a articulação entre dois pares analíticos fundamentais nesta tese quais sejam - tempo e espaço - e sujeito e coletivo na caracterização da chamada ótica do sujeito.

Ele diferencia duas ordens na constituição do sujeito histórico frente à realidade social. BENJAMIN chama-as de *experiência (die Erfahrung)* e *vivência*

(*das Erlebnis*)<sup>13</sup>. Com essas ferramentas conceituais ele vai buscar apreender como se cruzam as dimensões do externo e interno ao sujeito.

*Erlebnis* é a vivência do sujeito isolado, solitário, fragmento passageiro e a-histórico. BENJAMIN, em *Sobre Alguns Temas em Baudelaire*, fala que acontecimentos tornam-se vivências quando no esforço de sua assimilação, mutila-se seu conteúdo, localizando-o temporalmente na consciência. A vivência é imediata, apressada, construída no ritmo do "choc", dos acontecimentos advindos dos meteóricos encontros com a fantasmagoria urbana. É o signo do momento (*Einblick*).

*Efahrung*, ao contrário, é o conhecimento da experiência, aquele que se acumula historicamente, que articula passado e presente, que pode realizar a crítica do futuro. É o conhecimento do indivíduo que mantém um traço de união com o coletivo. É o conhecimento produzido, conscientemente trabalhado. Recorrendo ao próprio BENJAMIN no mesmo texto:

(...) "o desejo pertence às ordens da experiência. Na vida, quanto mais cedo se formula um desejo, tanto maiores são suas perspectivas de realização. (...) Mas aquilo que reporta ao tempo passado é a experiência, é o que o preenche e articula. Por isso, o desejo realizado é a coroa destinada à experiência". (BENJAMIN, 1974, p. 52)

Desse ponto de vista não se dicotomiza interno e externo como dois pólos distantes, mas como um par em interação dialética na qual um não tem possibilidade de existência fora do outro.

É importante ainda assinalar nestes conceitos benjaminianos a dimensão temporal que eles articulam. Na vivência o que se ressalta é o tempo presente, o

---

<sup>13</sup> BENJAMIN, Walter *Sobre alguns temas em Baudelaire*, In: ADORNO, T. *Textos Escolhidos*, São Paulo: Abril Cultural, 1975. (Os Pensadores, v. 48)

imediatos. Enquanto que com o conceito de experiência a memória é vista como conhecimento. Mais do que reminiscência, ela é presença do mundo na subjetividade do sujeito, conhecimento que o orienta frente ao novo, é a unidade passado-presente. Essa dimensão temporal será retomada mais à frente em suas relações com o espaço.

### A subjetividade

A segunda implicação supõe o estabelecimento de alguns parâmetros da produção da subjetividade. De modo corrente identifica-se como subjetividade as expressões mais particulares. É certo que o domínio da subjetividade é também o domínio das expressões afetivas, das formas peculiares de sentir e elaborar as experiências de vida.

Ao se assumir o ponto de vista indicado pelos conceitos benjaminianos de experiência e vivência podemos ver que a subjetividade é mais do que isso, é também conhecimento do mundo. Ela é uma forma de conhecimento do mundo. Ela é o mundo dentro do sujeito e desta forma o orienta em suas escolhas. Desse modo, a subjetividade não é apenas representação do mundo e tampouco sua reprodução na consciência dos sujeitos. Ela supõe, todo o tempo, a atividade de sua produção, construída na relação entre sujeito e realidade, entre sujeito e outros sujeitos. MARX<sup>14</sup> já mostrava isso:

*“De certo modo, com o homem sucede o mesmo que com a mercadoria. Como não vem ao mundo com um espelho na mão nem tampouco afirmando, como o filósofo fitchiano, ‘eu sou eu’, o homem se vê refletido primeiro só em outro homem. Só através da relação com o homem Paulo como seu igual, o homem Pedro se relaciona consigo mesmo como homem. Mas*

<sup>14</sup> MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo : Nova Cultural, 1983. v. 1, l. 1



*com isso também o homem Paulo, dos pés a cabeça, em sua corporeidade paulina, conta para Pedro a forma que se manifesta o genus (gênero) homem.” (MARX, 1983, p. 65)*

Essa noção de uma subjetividade produzida afasta qualquer noção de que ela possa se dar fora das condições objetivas da vida dos sujeitos. Desse modo a subjetividade se produziu no texto das contradições de constituição da experiência burguesa ao longo da história e nas formas sempre permanentes de sua atualização. Isso significa que ela se constrói nas relações que os indivíduos tecem na ordem do capital e está impregnada nessa tessitura dos valores e ideais nela postos e da cultura que ele engendra. Nos sujeitos estão presentes os conflitos da ordem social postos como aparentemente exteriores a eles.

Dizer isso equivale, em primeiro lugar, a afirmar que a subjetividade não é algo que exista fora da cultura, ela se produz, não está dada em cada um ao nascer, como uma natureza imutável aderida ao sujeito. Na cultura estão os múltiplos fragmentos com que, na experiência da vida social, os sujeitos vão fazendo encaixes peculiares que configuram subjetividades particulares. Os fragmentos são da ordem de um patrimônio socialmente construído, mas a experiência da composição da subjetividade é única e confere rostos singulares a cada sujeito. Nesta posição Göran THERBORN<sup>15</sup> (1996) acentua:

*“As formas da subjetividade humana são constituídas pelas interseções do psíquico e do social e podem ser vistas como os aspectos mais exteriores, mais conscientes e socialmente mais mutáveis dos indivíduos.” (THERBORN, 1996, p. 50)*

<sup>15</sup> THERBORN, Göran. A formação ideológica dos sujeitos humanos. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 1, nov. 1996.

A subjetividade, portanto, está referida a um campo cultural e simbólico, aos outros sujeitos, aos conflitos sociais e às ações coletivas que os sujeitos empreendem frente a esses conflitos. Assim, a subjetividade é sempre plural, é individual e coletiva e, finalmente, é construída em uma relação com a objetividade. Isso não quer dizer que ela seja reflexo, em uma causalidade unívoca, mas, que nela existe a multiplicidade presente na cultura e também a dinâmica da própria subjetividade com as peculiaridades das vivências das histórias que cada sujeito carrega consigo.

Os desejos dos sujeitos constroem-se dentro e fora deles e, nessas instâncias interagem. A objetivação da subjetividade do sujeito se dá, portanto, em um universo de cultura. No capitalismo, ela se dá no universo da cultura sob o signo da mercadoria. Joel BIRMAN<sup>16</sup> (1994) demonstra isso ao articular as noções de valor de uso e valor de troca da mercadoria ao corpo do sujeito. Ele aponta que esses valores são retirados de seu corpo e desse modo inscrevem-no em uma ordem social determinada e exterior a ele. Recorrendo a uma longa citação do autor pode-se elucidar mais claramente essa relação.

*“A reflexão sobre o valor, ao nos remeter para a regulação das trocas econômicas e para o que sustenta a equivalência entre as mercadorias, pertenceria ao registro da economia política. Entretanto, o intercâmbio de mercadorias se realiza entre sujeitos, onde o valor se funda no corpo e se extrai do corpo do sujeito. Com isso, o sujeito se inscreve no circuito da circulação social e simbólica dos valores, através dos gozos e das perdas de seu corpo. Neste contexto, apresentam-se modalidades diferentes de correlação de valores no sujeito, o que regula suas relações com os outros sujeitos e com as coisas. Portanto, os circuitos do desejo, do gozo e da perda estão permanentemente em pauta nos processos de troca, de maneira que é sobre o corpo do sujeito*

<sup>16</sup> BIRMAN, Joel. *Psicanálise, ciência e cultura*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994

*que o valor incide e do qual é retirado*".(BIRMAN, 1994, p. 10)

A isso denomina-se produção de subjetividade. Fica claro que os sujeitos não são autônomos nesta produção, em sua construção eles negociam com inúmeras forças em uma dimensão espaço-temporal tal como nos mostrou Benjamin. Portanto um novo patamar de abstração se impõe na delimitação dos parâmetros da pesquisa que se refere à questão do espaço.

### **Subjetividades na cidade**

Hoje, ao se pensar o cenário no qual as subjetividades se produzem, ou seja, onde se dão aqueles fragmentos referidos anteriormente, não se pode deixar de considerar a questão da cidade como central na produção da subjetividade.

Em sociedades globalizadas como as contemporâneas, as cidades são formas de síntese que em sua dinâmica expressam agudamente a tensão entre o global e o local. Essa tensão se dá entre experiências vivenciadas pelos sujeitos em uma ordem planetária, comunicadas instantaneamente, e as mediações particulares presentes em sua cultura, transmitidas pelas diversas formas de socialização de cada sociedade, ao longo de seu percurso histórico.

Se é verdade que a globalização diminuiu o mundo, integrando-o através de seus fluxos econômicos e informacionais, é também verdade que essa integração deu-se, em aparente paradoxo, pela exclusão, pela fragmentação e pela homogeneização. Quer dizer que parte substancial das populações dos países pobres está "globalizada" pela porta dos fundos, entra de "contrabando" nesse processo com sua memória e sua cultura.

Durante algum tempo, nos estudos acerca da presença desta cultura, ela foi vista apenas como um campo de ressonância de uma cultura hegemônica que

dominava completamente, através de seus artefatos ideológicos, as formas de conhecimento e ação social desse segmento. PAOLI e ALMEIDA<sup>17</sup> mostram o deslocamento deste tipo de análise para uma outra concepção desta cultura onde:

*“(...) a leitura relativamente recente das elaborações simbólicas populares sobre o mundo vivido - especialmente quando articulado pela situação de exclusão- tendeu, não poucas vezes, a afirmá-las como potencialmente políticas, dado que mostravam a outra face, e os limites, da capacidade integradora de uma sociedade desigual.” (PAOLI, ALMEIDA, 1996, p. 185)*

Assim, seria extrema falta de visão não reconhecer como impossível o fato de que tais histórias e peculiaridades locais não estivessem todo o tempo tensionando essa avassaladora ordem globalizada. Marilena CHAUI<sup>18</sup> nos diz que a cultura ultrapassa o “dado ou fato” de uma invenção coletiva e temporal, presente nas práticas e valores de uma sociedade, para se constituir como um cenário no qual os sujeitos “relacionam-se com o ausente e com o possível” na construção de utopias.

Nesse sentido, nas várias faces das cidades, sínteses da globalização, estão presentes as marcas desses sujeitos com suas memórias e principalmente com suas lutas para a realização de seus projetos, seja em que dimensão eles o localizem.

As cidades são ainda protagonistas como centros de produção, de circulação e de consumo de bens materiais e simbólicos. Esse protagonismo se dá desde o nível mais cotidiano da vida dos cidadãos, interferindo em suas atividades mais rotineiras e assumindo uma relevância fundamental nas experiências de vida de todos os seus habitantes.

<sup>17</sup> PAOLI, Maria Célia et ALMEIDA, Marco Antonio. Memória, cidadania, cultura popular, *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 185 – 192, 1996.

<sup>18</sup> CHAUI, Marilena Política cultural, cultura política e patrimônio histórico : o direito à memória. São Paulo : Secretaria Municipal de Cultura/DPH, 1992.

Do mesmo modo, os sujeitos interferem no desenho das cidades impondo sua presença. A ocupação do espaço urbano pelos assim chamados de excluídos desenha na cidade feições que estão fora das demarcações de territórios feitas na cartografia dominante. PAOLI e ALMEIDA (1996) chamam a atenção para a presença desses segmentos no espaço da cidade a partir das soluções que encontram em sua ocupação. Eles afirmam:

*“(...) O próprio espaço urbano se redesenha: antigos bairros são reinventados em sua ocupação, as ruas se enchem de ambulantes, mendigos, vendedores itinerantes, pequenos golpistas, crianças de rua, todos com estratégias próprias de sobreviver que incluem um conhecimento sofisticado dos próprios recursos técnicos da cidade.” (PAOLI, ALMEIDA, 1996, p. 190)*

Neste processo de imposição de sua presença esses segmentos sociais negociam sua marca na cidade, e, por extensão, na vida social. A idéia de negociação é de fundamental importância para que se possa perceber as múltiplas formas que os sujeitos criam como resistência à aniquilação que os violentos processos de exclusão social produzem. A noção de negociação é ainda chave para se apreender como se dá aquele processo de encaixes dos fragmentos na construção da subjetividade referido anteriormente.

É PAOLI e ALMEIDA (1996) que, mais uma vez, mostram como essa negociação aparece na tessitura da cidade:

*“(...) “a cidade se torna um patchwork de territorialidades recolocadas e móveis, cujas fronteiras fluidas geram espaços de negociação que visam reverter os limites estreitos da ordenação racional dominante da cidade: um modo de negociar a modernidade excludente, pauperizadora e violenta com a qual, em princípio, essa população tem pouco a ganhar.” (PAOLI, ALMEIDA, 1996, p. 190)*

Através da noção de negociação pode-se ver como os sujeitos utilizam-se de recursos variados nas tentativas de imposição de seus interesses nas lutas sociais. Na negociação cotidiana de seu espaço no tecido da cidade esses segmentos adquirem certa visibilidade e tramam uma determinada cultura, que está presente nos circuitos de uma outra tida como oficial e veiculada, por exemplo, através dos meios de comunicação de massa. Nesse sentido, pode-se falar em uma negociação entre elas.

Assumir esse ponto de vista da negociação tem duas implicações importantes. Para maior clareza de exposição é possível pensá-las a partir do exemplo dos meios de comunicação de massa. Por um lado não é possível pensar que a comunicação de massa torna os sujeitos fantoches, presos a seu poder, sem qualquer capacidade de reflexão sobre as mensagens recebidas e produzindo comportamentos inteiramente irrefletidos. Esse tipo de compreensão supõe uma relação unívoca e linear entre mensagem e sujeito, retirando deste qualquer poder de interferência sobre os conteúdos recebidos. Tais concepções são perigosas pois resvalam muitas vezes para discursos moralistas e disciplinadores dos segmentos populares. PAOLI e ALMEIDA no texto acima citado mostram isso com clareza ao afirmar que:

*(...) “Essa visão de ‘manipulação e dominação’ dos mídia repousa numa equação, no mínimo, ambígua, fundindo uma concepção crítica da sociedade a qual politizou enormemente os aspectos relativos à economia dos meios e à análise das mensagens, com uma concepção dessocializada do receptor, tomado como indivíduo isolado, mera tábula rasa, recipiente vazio a ser preenchido pelos conteúdos emitidos pela cultura de massa.” (PAOLI, ALMEIDA, 1996, p. 191)*

A crítica a tal posição será muito importante na discussão da questão do consumo na contemporaneidade que será empreendida mais adiante, pois nela as posições moralizantes dos segmentos populares ficarão bastante evidentes em análises que ligam linearmente consumismo e violência entre os jovens urbanos excluídos.

Por outro lado, é também necessário não desconhecer o fato de que os sujeitos receptores dessas mensagens não são inteiramente autônomos em relação a elas, fazendo escolhas próprias e apropriando-se delas do modo que querem. MARTÍN- BARBERO salienta que a recepção dessas mensagens envolve uma negociação dos sentidos que elas carregam e esta se dá entre sujeitos que trazem suas histórias, memórias e formas particulares de estar no mundo.<sup>19</sup>

Portanto, não se trata de desconhecer o poder de influência dos conteúdos veiculados pelos meios de comunicação de massa, mas pensá-lo a partir da visão de que o poder é sempre relacional. Do mesmo modo é necessário dialetizá-lo a partir do fato de que são múltiplas as formas de recepção das mensagens, uma vez que os também múltiplos segmentos sociais têm inserções diferenciadas na vida social, a partir de seus interesses e posições nos conflitos sociais. Enfim, se não há homogeneidade na sociedade não há também porque supor que as informações possam ser recebidas de forma indiferenciada por todos os sujeitos.

Retornando agora à idéia da negociação pode-se entendê-la como instrumento conceitual fundamental para a apreensão da dinâmica dos modos de encaminhamento dos conflitos sociais. A negociação surge então como forma de garantir a existência dos segmentos populares no desenho das cidades. Tal exigência torna-se particularmente aguda nas sociedades em que, como a

<sup>19</sup> MARTÍN-BARBERO, Jesus. "América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social". In: SOUSA, Mauro W.(org.) *Sujeito, o lado oculto do receptor*, São Paulo : Brasiliense, 1995

brasileira, as desigualdades sociais abrem fossos profundos entre as condições de vida dos vários segmentos sociais. Nessas sociedades a modernização econômica incorporada no processo de globalização vai aprofundar ainda mais os processos de exclusão social.

O cruzamento da cultura e do sujeito é uma questão central a ser interrogada para a ampliação dessas reflexões, no sentido de se pensar as possibilidades de inclusão dos jovens como é objetivo desse estudo. Como os sujeitos realizam internamente essa ordem simbólica e ao mesmo tempo que a realizam a produzem? Quais as possibilidades de invenção e superação das práticas reiterativas do que está inscrito na ordem simbólica produzida sob o signo da exclusão? Essas são questões que estarão trabalhadas no terceiro e também no quarto capítulo.

### 1.3. A cidade na subjetividade dos jovens em processo de exclusão

Neste item, através das falas dos jovens, serão vistas as várias faces que a cidade assume e como eles vão interagindo com ela e se produzindo nessa relação. Porém antes de se iniciar essa discussão, objeto deste item, cabe fazer um breve parêntese para a descrição do material coletado que se trabalha nesse estudo.

Ele é proveniente de duas fontes. A primeira é o material recolhido no curso da ação profissional desenvolvida junto a esses jovens, seja ela direta ou através do trabalho de supervisão a alunos graduados em estágio em instituições de política social e pública. Nesse último caso foi largamente utilizado o diário de campo de estágio e o material advindo das reuniões de supervisão.

A outra fonte foram entrevistas coletivas, de tipo semi-estruturadas, realizadas com jovens que apresentassem características compatíveis às definidas. Foi entrevistado o seguinte universo:



a. 4 rapazes moradores com os pais em um conjunto habitacional em um bairro popular da zona suburbana, todos estudantes, sendo três de primeiro grau e um na universidade. Dois se identificaram como funkeiros e um pertencente a uma igreja pentecostal;

b. 7 rapazes com idade variando entre 16 e 18 anos, moradores em uma favela no centro da cidade, também todos estudantes de primeiro grau. Todos possuem vínculos familiares, morando com seus pais. Esses são um pouco mais jovens e com possibilidades de consumo menores que o grupo anterior. Dois deles são religiosos, relatando compromissos com igrejas pentecostais. Nenhum tem trabalho fixo, no máximo fazem biscates esporádicos ou ajudam seus pais;

c. 6 rapazes em situação de risco, sem vínculos familiares, atendidos em um programa de colocação em trabalho e vivendo em instituições assistenciais para jovens. Estudam todos no primeiro grau e trabalham;

d. 6 rapazes estudantes da 2ª fase do primeiro grau, com idade variando entre 15 e 17 anos, atendidos em instituição assistencial religiosa de colocação de jovens em mercado de trabalho. Todos moram com a família em bairros da zona oeste da cidade e não relatam envolvimento com a Justiça anteriormente. Não têm trabalho regular, fazendo biscates esporádicos.

e. 4 rapazes trabalhadores do setor informal, com idade variando entre 16 e 18 anos, morando com as famílias. Trabalham regularmente como camelôs no centro da cidade e não estudam atualmente. Um deles tem um filho.

f. 4 rapazes com idade entre 18 e 20 anos, presos em estabelecimentos penais, cumprindo pena por assalto há pelo menos 1 ano e 3 meses. Nenhum deles tem qualquer atividade, sua escolaridade é o primeiro grau incompleto. Todos mantêm vínculos familiares, apesar de terem tido experiências anteriores de institucionalização;

g. 1 rapaz com 17 anos, com passagens anteriores no Instituto Padre Severino por roubo e tráfico de entorpecentes, hoje no programa de dependência química no Juizado de Menores. Mora com a família atualmente, apesar de ter passado anteriormente um período vivendo nas ruas.

Para a realização dessas entrevistas foram elaborados alguns temas que eram trabalhados nos grupos, explorando-se as idéias apresentadas pelos entrevistados, confrontando as várias opiniões. Tal metodologia facilitou que os rapazes construíssem articulações sobre suas situações individuais e perspectivas mais coletivas, escapando a um tom mais confessional, que não era objetivo da pesquisa.

Esses temas mais gerais serviram como um guia para a realização das entrevistas. Apesar de não estarem presas a eles buscou-se pesquisar a totalidade dos assuntos previstos, explorando-se, além do relato mesmo dos acontecimentos, as opiniões que eles tinham sobre os assuntos que iam sendo levantados.

Os temas abordados foram:

*.vida familiar:* neste item procurou-se conhecer o que eles sabiam da história de seus pais, contendo informações sobre migração, instrução, trabalho etc. Procurou-se ainda abordar a dinâmica de sua relação com os pais, sua posição no interior da família, compromissos e obrigações em relação a ela.

*.a rua:* aqui foram valorizadas informações sobre suas experiências de trânsito na cidade, as formas que eles a ocupam, os lugares que freqüentam e os que não vão, seus motivos para isso, suas informações sobre a geografia da cidade, as relações com o crime organizado em seus locais de moradia e outros que freqüentam a lazer ou trabalho, sua percepção dos diferentes grupos sociais que convivem no espaço urbano e sua opinião sobre eles, suas relações com a polícia e forças privadas de disciplinamento e controle do espaço urbano.

*.consumo e formas associativas:* como distribuem seu tempo, o que fazem com seu tempo livre, com que se distraem, o que consomem, onde consomem, com quem se relacionam (amigos, namoradas), sexualidade foram assuntos abordados neste tema. Foram buscadas ainda informações sobre sua participação em grupos religiosos e de lazer, sua inserção nestes grupos, como se dá na prática cotidiana essa inserção e que perspectivas vêm para isso.

*.instituições de políticas sociais e públicas:* a presença das instituições de política social de educação e saúde, sua presença em sua formação, relação com órgãos assistenciais. Foram ainda pesquisadas suas relações com instituições de políticas públicas de justiça e segurança.

*.trabalho:* como ganham dinheiro hoje, o trabalho atual, a preparação para o trabalho na idade adulta, expectativas e o que consideram como perspectiva mais realizável em relação a ele foram os principais conteúdos abordados. Buscou-se ainda neste tema conhecer sua avaliação sobre o mercado de trabalho procurando compará-lo com o que eles pensavam ser o mercado à época de seus pais.

*.expectativas em relação ao futuro:* neste tema procurou-se conhecer suas expectativas em relação a vida familiar e profissional, bem como ao que desejavam ter em bens materiais.

Os temas tiveram pesos variados nas entrevistas a partir das situações de vida dos grupos entrevistados. É óbvio que no grupo recolhido em instituição do sistema penal o tema de relações com instituições de justiça e segurança aparece com grande relevância e o que aborda a rua surge muito mais como memória. O contrário ocorre com aqueles que vivem com as famílias.

Os depoimentos que se seguem mostram um pouco da experiência de exclusão/ inclusão reveladas por esses jovens.

Para a organização do material recolhido partiu-se do ponto de vista de que *a cidade é um outro na constituição da subjetividade destes jovens em processos de*

*exclusão*. Mais do que o *lócus* onde essa subjetividade se produz, a cidade se "personifica" e impõe a esses jovens determinadas restrições e/ou possibilidades que se conformam como elementos importantes na configuração dessas subjetividades.

A cidade se personifica como um outro contraditório, cuja tônica principal pode ser a de um outro que se deve temer. Essa noção foi inferida a partir das experiências resultantes do trabalho profissional com esses jovens e das entrevistas realizadas, como já foi dito anteriormente.

A organização deste material está referenciada em algumas categorias que possam ser possibilitadoras do pensar a exclusão social a partir da ótica dos sujeitos. Como anteriormente enunciado o ponto de partida é a noção de que a cidade é um *outro* na produção da subjetividade desses jovens. Nessa produção, a cidade vai estar presente, ao mesmo tempo, como espacialidade, escolhas identitárias simultâneas e circuitos de inclusão-exclusão social diferenciados.

Tratar a cidade como "outro", presente na subjetividade dos sujeitos, pode apresentar alguns avanços em termos da recuperação da singularidade dessa subjetividade produzida na experiência do espaço urbano, na modernidade.

O primeiro deles é a possibilidade da apreensão da espacialidade no domínio do subjetivo. Isso pode ser feito inicialmente através da discussão da produção e circulação da mercadoria, que no espaço urbano tem sua expressão mais ampliada. As dinâmicas produzidas pelo urbano na reprodução das mercadorias estão funcionalizadas na vida dos indivíduos. Isto é, as exigências materiais de produção e circulação das mercadorias configuram uma organização ao cotidiano dos sujeitos a partir de suas formas de inserção como produtores e consumidores. Esse cotidiano está circunscrito em torno de alguns elementos dos quais são destacados dois: as rotas na cidade, ou seja sua circulação e visibilidade no espaço urbano e as atividades rotineiras incluindo o uso de seu tempo livre.

### Circulação e tempo livre

Os indivíduos em seu cotidiano fazem percursos pela cidade, definidos previamente por suas funções de produtores e consumidores. As paisagens que descortinam nos seus deslocamentos, as ofertas de prazeres de consumo e lazer, que compõem este "vivido" dos sujeitos, estão presas a territórios bem delimitados. As experiências de vida dos sujeitos os localizam na reprodução da divisão de sua vida como morador/consumidor e produtor. Como morador seu território é desvalorizado, como produtor ele próprio, por sua inserção subalternizada no processo produtivo, é que se torna desvalorizado. Essa espacialidade impregna o cotidiano dos sujeitos sociais, delimita seus horizontes, circunscreve suas relações e espaços de identificação e seus circuitos de inclusão e exclusão.

É ainda na referência espacial que o sujeito faz escolhas, objetivas e subjetivas, e estabelece todo um complexo de relações baseadas, igualmente, nessas escolhas. Os espaços configuram, também, um "que fazer" em cada lugar. Isto se refere tanto a formas de se comportar, de olhar, de assumir determinada postura corporal, como ao tipo de atividade que ele desenvolve em cada um desses espaços. Desse modo, ele está em determinados lugares com visibilidades diferentes.

A cidade é, ainda, como "outro", espelho que "dialoga" com o sujeito na produção de si mesmo. Se a cidade favorece identificações ela permite ao sujeito reconhecer-se também através da imagem que ela devolve. Para aqueles que trazem em seu corpo os signos visíveis de desvantagens no jogo de inserção social a cidade é um espelho de alta reflexão. Quando fora de seus espaços, são identificados, porém, não como cidadãos. Paradoxalmente tal identificação se dá

através do anonimato. Os sujeitos em seus espaços tornam-se, confortavelmente, invisíveis porque identificados com eles. Estão reconhecidos como sujeitos passíveis de pertencerem àquele lugar, não causam estranheza e não são objeto de vigilância. Podem transitar pelas ruas sem estarem sob suspeição.

A noção de espaço pode ser um recurso teórico de fundamental importância para, na articulação da idéia de visibilidade, ser possível apreender e recuperar no plano teórico a multiplicidade e complexidade dos processos de exclusão e inclusão sociais.

Assim, para esses jovens, a cidade aparece como outro ...

**... em anonimato e vigilância:**

Um dos rapazes entrevistados fala, em determinado momento, sobre os vários riscos que ele enfrenta andando pelas ruas da cidade. Ele conta:

*"... Tava com a minha namorada, eles me chamam: oh, fulano, vem cá. Aí eu olhei assim pro cara que me chamou, aí não tem nada aí não? - tem não Sr. - Oh, se eu achar vou te dar um pau. Eu falei não tô levando minha namorada em casa. - então entra aí que eu vou levar vocês. Ainda falei que era perto, mas aí entramos no carro e ele levou a gente na casa dela, aí ele falou - vai para casa - aí eu fiquei com medo né, eu vou entrar no carro sozinho, esses polícias tudo safado - deixa que a gente te leva em casa. Eu disse - não, não vou dormir na casa dela hoje. Aí quando eles foram embora eu fui para minha casa, vou deixar eles me levarem em casa? Quatro polícias, eu lá sozinho, só eu de moleque, sem ninguém me conhecer, iam me massacrar dentro do carro deles..".*

**Outra situação:**

Em um supermercado uma jovem negra aproxima-se e pede a uma senhora \$0.90 para completar o preço do produto que tinha na mão. A senhora conversa

com ela e lhe dá algumas moedas que não chegam a completar a quantia solicitada. Vindo não se sabe de onde, chega o "segurança" da loja, nervoso, agitado, mandando que a adolescente saia já dali. O segurança é negro e, se não estivesse uniformizado, não teria muitas diferenças visíveis em relação à moça. A jovem diz a ele que a senhora havia completado o dinheiro para a compra e que ela queria apenas pagar o produto e ir embora. O segurança diz que então ela pagasse na frente dele, ali, já. De repente se dá conta de que havia atropelado a ordem da fila, vira-se, solícito, quase humilde mesmo, para a senhora e pede licença. Volta-se para a jovem e fala que agora queria vê-la pagar.

Dá-se então uma longa cena onde a adolescente protagonizou, em um misto de deboche e prazer, sua vingança. A caixa cruzou os braços, recostou-se na cadeira enquanto ela muito lentamente olhava cada uma das moedas, contava-as, combinava-as, recombina-as, contava de novo. Tudo isso olhando fixamente para o "segurança" que cada vez mais ficava incomodado e exasperado ante a possibilidade de ser ridicularizado. Não resistindo mais ao olhar da moça, da caixa, de uma adolescente branca e da senhora, chama um funcionário, que parecia ter como função controlar a entrada da loja, e pergunta, apontando para a jovem, como ela havia entrado. O funcionário, branco, não responde e dá de ombros. A caixa descruza os braços, recebe o dinheiro, dá a nota e a sacola. O guarda sai meio cabisbaixo, sem dizer uma palavra.

Ainda uma outra situação:

Em uma entrevista de acompanhamento de sursis um jovem negro, de 20 anos, condenado por pequeno delito comparece para sua entrevista mensal. Na entrevista anterior ele havia feito um pequeno serviço que o havia levado a uma universidade. Na entrevista comenta com a estagiária que tinha gostado demais de ir àquele local. Lá ele havia percebido que todas as pessoas conversavam e sorriam, que elas eram diferentes. A estagiária pede que ele localize essa diferença. Ele diz

que está no ar, que não está apenas nas roupas ou rostos das pessoas, mas está em um modo de ser diferente. Todos o haviam tratado bem, ele havia se tornado "invisível" no meio daquelas pessoas.

Em cada uma dessas situações, presentes no cotidiano de todas as pessoas, esses jovens estão submetidos a um tipo de vigilância que os identifica a partir de certos estereótipos. Essa identificação não os personaliza, não os recupera em sua singularidade, mas, ao contrário, torna-os mais anônimos. Esse aparente paradoxo pode ser visível nas três situações acima relatadas.

Na primeira delas, o "seqüestro" que o jovem relata só é possível pelo anonimato dele e dos policiais, apesar de ser resultante de uma identificação. Os policiais o particularizam a partir de sua aparência, e ao fazê-lo o tornam anônimo, pois seu olhar não é o da singularidade, mas sim o do estereótipo. Seu temor está localizado em estar sozinho com os quatro policiais e sem defesa ante o arbítrio. Ele não tem escolha, precisa entrar no carro mesmo contra sua vontade.

Pode-se argumentar que esta fragilidade do cidadão ante o arbítrio de uma autoridade, constituída supostamente para protegê-lo, é uma característica marcante de nossa formação social. Ela é historicamente marcada pela baixa cidadania. Porém acrescido a isso é necessário considerar que o espaço urbano é particularmente potencializador do anonimato. Nele o policial pode exercer, quase que sem limites, seu poder e contraditoriamente o jovem fica sem defesa.

A segunda situação revela, da mesma forma que a primeira, esta mesma relação de um olhar que individualiza, mas não singulariza. O olhar individualiza discriminando a partir do estereótipo. Ele vigia em relações que são absolutamente anônimas.

Já a terceira situação mostra uma fala de um indivíduo que se sente livre justamente no momento em que não está sendo identificado. Por um momento ele



experimenta a sensação de ser invisível, ou de não pesar sobre ele o estereótipo que representa.

Esse olhar é fundado em um estereótipo produzido na exclusão social e também os remete de novo a esse lugar. Porém, eles não são passivos frente a ele. Cada um dos três relatos feitos registra um tipo de reação frente a esse olhar excludente de anonimato/vigilância. Na primeira, o rapaz *negocia* uma saída. Ele produz uma alternativa de não enfrentamento, tentando preservar-se do arbítrio. Na segunda, a jovem *agride*, debochando do segurança, vingando-se de seu arbítrio. A terceira situação nos mostra uma saída onde o jovem se *aniquila*, sua alternativa, na verdade é, naquele momento, deixar de existir para não ser visto.

Como entender cada uma das três reações? Negociação, agressão e aniquilamento são expressões de identificações diferentes?

#### **... em espaços e limites**

Ainda no material das entrevistas um rapaz relata sua travessia pela Central do Brasil:

*"... Igual outro dia na Central, eu desço do ônibus aí o cara (um policial) chega no meu ouvido, ei, tem alguma coisa aí - não senhor - então vamos sentar ali nós dois, você vai mostrando seu documento devagarinho, (...) aí pum tinha um dinheiro dentro da carteira. Aí ele - está vindo de roubo, né - não senhor - tá vindo de roubo, oh, vamos fazer um negócio para eu não te levar para dura você me dá seu relógio, seu dinheiro e vai embora - que que é isso, eu não tô vindo do roubo, tô vindo do trabalho - para cima de mim - aí pum pegou meu relógio, meu dinheiro, me mandou embora. (...) É o mesmo policial da Central, ele já me parou três vezes, eu passando e ele psiu, psiu, de novo. Da outra vez levou meu cordão, meu casaco, eu desesperado, toda vez, aí ele me levou ali por Campo de Santana, aí ele falou, eu vou contar até três tu some, quando ele começou eu vuummm, quando olhei prá*

*trás ele estava com o revólver na mão. Na terceira que ele me pegou, pô vamos entrar no Campo de Santana para ficar mais perto, aí quando entra já pede tudo, eu já venho até tirando, eu já sei o que ele quer, já venho tirando, aí ele - não tô dizendo que tu rouba, já vem tirando - não é isso não, é só prá não demorar aqui - não vamos parar conversando. Já pegou o meu primo assim, fez ele andar de mão dada aqui na Central. Agora só passo lá morto, dou a maior volta, quando tô com grana entro no ônibus só para andar um pedacinho, mas não passo."*

Outro relato conta:

*"... Mas na rua, parar o carro dá dura, igual uma vez lá em Botafogo, um colega meu estava sem documento, eles levaram logo para a DPCA, aí os caras deram uns tapas na orelha e mandaram ralar, dali mesmo fomos voado embora. Eu quase nem saio muito mais. Saio agora mais dia de domingo que tem um baile perto de casa."*

Outro ainda diz

*: ..."depois me leva pro Mendanha aí mata acabou, ninguém viu nada."*

Um rapaz falando sobre o que teme na cidade:

*"... Mas acontece mesmo é de noite, mesmo... de pegar você na rua, assim de noite, voltando de algum lugar, se eles vêem que não tem ninguém vendo a gente eles fazem miséria, bate, ou então bota você dentro do carro e vão dar uma volta contigo..."*

Um entrevistado diz que o que mais teme é morrer.

*"Morrer de tiro mesmo.. saindo de noite.. eu acho que é a violência mesmo no Rio de Janeiro à noite... essas coisas assim... é uma loteria sexta-feira de madrugada assim é um risco forte morrer por engano ... ir no lugar onde você não tem*

*conhecido, falar que a minha área é inimiga da área deles, negócio de facção criminosa..."*

Outros relatos e situações poderiam ser transcritos que mostram os limites dentro dos quais esses jovens circulam na cidade. A cidade está mapeada a partir dos perigos que apresenta. É interessante observar que na maior parte dos relatos de constrangimentos e violências que sofrem as situações se dão em momentos de trânsito. É quando estão nas ruas indo e vindo que estes limites, do pode ou não passar, aparecem de forma mais explícita. Porém há relatos de situações que ocorrem em lugares de exclusão na cidade; em suas falas tais situações são particularmente carregadas pela ameaça nelas presente. Por exemplo:

*"... Quando eles chegam (na favela onde mora) já chega pegando já, chega batendo... Também quando solta os fogos ninguém fica mais na rua... Tem que ficar onde tá se não quer levar"...*

*"Aqui mesmo o edifício é aqui no pé do morro, a gente via 3 horas da tarde a polícia dando tiro, o pessoal respondendo, criança na rua e eles dando tiro. Três horas da madrugada a gente acorda com tiro, polícia passando por dentro da instituição. Um dia desses subiu sete polícias lá para cima. Na instituição tem uma quadra em baixo todo mundo jogando bola, chegaram dando tiro em todo mundo, morreu um moleque. Dá muito medo".*

Já os rapazes moradores de um conjunto habitacional do subúrbio carioca relatam situações onde "morar perto" impede a violência. Este relato mostra bem as diferenças entre os dois lugares:

*"Ah! Mas aqui é mole. Qualquer coisa eu moro ali e tal. Porque aqui embaixo você conhece.. Alguém tá vendo você. Eu conheço ele e tal. Aqui é mais fácil. Agora área de morro é que é ruim de sair. Mesmo quando diz que te conhece, tu explica que não tem nada a ver. Já era. Já te bateram. Eles batem primeiro e perguntam depois. Já chegam batendo com cassetete e coronhada."*

Há ainda relatos de violências não tão explícitas, mas sentidas como forma de coerção e imposição de limites. Tais situações são relatadas como ocorridas em locais mais ricos da cidade:

*"... Que nem uma vez fui eu e uns colegas lá no shopping. Aí tava lá. Fomos a toa, só para não ficar aqui em cima a toa. Todo mundo reparando... só olhando a gente... daí viemos logo embora"*

*"... Criticam minha cor, o modo de vestir, de andar. Às vezes as pessoas falam assim, só podia ser preto mesmo. Corta cabelo baixinho as pessoas pensam, é marginal. Teve uma vez que tava eu e um amigo meu, aí a senhora foi e escondeu a bolsa. A gente ficou puto. Aí ele falou assim: Aí minha senhora, não precisa esconder a bolsa não. Nós não somos ladrão não. Eu tenho pai, tenho mãe e eles me dão as coisas."*

*"... Quando eu vou à praia é certo. Outro dia estava sem camisa no ônibus, voltando da praia, o polícia falou que não podia ficar sem camisa. Eu não tinha camisa mesmo. Não levei. Aí ele falou vou matar todo mundo. Mas ele não falou só para mim não. Falou prá todo mundo que estava zoando no ônibus. Eu vou matar vocês. Vão ali pro carro..."*

### **... em possibilidade e proteção**

Mas a cidade não é só ameaça, ela também pode ser proteção. Pode ser também multiplicidade de espaços possibilitadores de encontros e solidariedade. A cidade é ainda o universo de ofertas de mercadorias e bens simbólicos, que mesmo fora de seu alcance o tornam incluído em um mundo muito sedutor. Algumas passagens são esclarecedoras das formas como os rapazes se relacionam com a cidade desse ponto de vista.

Um dos rapazes entrevistados trabalha como aprendiz de frentista em um posto de gasolina. Ele ganha meio salário mínimo e mais gorjetas. É sua a fala a seguir:

*... "Eu tô na Petrobrás, a Petrobrás é muito boa, eu gostei muito. O que eu quero é ficar lá. Fico olhando aqueles caras que trabalham lá, tudo bem. Nós somos todos muito bem de vida, os da Petrobrás. Eu gosto da confiança que eles tem em mim, porque sei lá, acho que ninguém confiou tanto em mim assim como eles têm. De me entregar requisição de vale transporte e entregar lá, levar cheque no banco, depositar dinheiro na conta do posto, me dá a conta do posto na minha mão para depositar dinheiro... Me deram \$400,00 assim, vai lá e deposita".*

É desse mesmo rapaz a seguinte fala:

*"... Minha mãe voltou de viagem aí estou morando com minha mãe. Lá em casa mal ou bem não tem fogão, não tem nada, mas dá para se virar, um dia eu como no trabalho, a minha mãe também come no trabalho dela. Se Deus quiser vamos comprar um fogão e uma televisão, mas estamos levando graças a Deus."*

Outro trabalha em uma grande loja e conta:

*"... entrega cheque na minha mão eu carimbo e joga no cofre forte. O carro forte chega, não pedem para mim sair, eu escuto a reunião deles, sei quem vai ser mandado embora, quem não vai, quem está suspenso, quem não está. Qualquer coisa que eles me pedem eu faço sem fazer cara feia."*

Um deles fala:

*"...Na cidade tem seu divertimento, tem seu colega. Tem seu divertimento. Às vezes você não pode ir, tá duro, mas você sabe que tem, tá lá. Isso é bom. Tem também carro e moto."*

Outro lembra da existência de teatros. Perguntado se já havia ido a um, disse que não e nem tinha vontade. Imaginava ser muito chato, mas achava "legal" que existissem.

Esses depoimentos ressaltam que a exclusão social é uma categoria a ser apreendida na esfera do sujeito e não apenas do capital. Ela é um "espaço" a que são remetidos, os sujeitos são os excluídos. Isso implica em que na vida cotidiana

os sujeitos, sempre não passivos, busquem adaptar-se ou lutar contra uma série de mudanças que, muitas vezes, estão acima de suas possibilidades de compreensão, ou apenas compreendidas na ordem de sua singularidade. Tal aspecto retira da categoria de exclusão qualquer determinismo, pois isso permite vislumbrar as formas pelas quais, no curso da vida social, os sujeitos vão construindo estratégias de inclusão, em substituição aos circuitos dos quais estão excluídos.

Por fim, é preciso ainda localizar o caráter de simultaneidade da exclusão/inclusão. Os sujeitos não experimentam tais processos linearmente, mas os vivenciam ao mesmo tempo, e, mais do que isso, no mesmo tempo histórico. A partir de suas posições sociais colocam-se de formas diferentes em relação a esses circuitos de exclusão/ inclusão. As formas nas quais os sujeitos estão capturados nestes circuitos são múltiplas e variadas, podendo inclusive em determinados momentos excluírem, se excluírem e serem excluídos.

Apreender como a cidade se constitui como outro supõe responder a algumas questões sobre a dinâmica da vida na cidade neste fim de século a partir das subjetividades que produz. Como o desenho das cidades está presente na subjetividade dos sujeitos? Como nesse desenho da cidade globalizada pode se reconhecer o sujeito atado a uma cultura local? De que forma se dá a produção de valor na cidade, através do consumo de mercadorias e bens simbólicos, e no corpo de seus sujeitos? É esse eixo de questões que será desdobrado no terceiro capítulo e quarto capítulo desse estudo.

#### 1.4. A luta pela sobrevivência e as estratégias de inclusão

Neste item se estará trabalhando com a noção de inclusão. A partir dela procurar-se-á reconhecer como os jovens, sujeitos de nossa pesquisa, produzem

suas alternativas de inclusão e através de que circuitos buscam isso. Para tanto, todo o tempo serão mescladas duas fontes. A primeira é o material já utilizado das entrevistas realizadas. A segunda são bases de dados estatísticos que permitam delinear as condições de vida e trabalho desses jovens nas últimas décadas.

Esse estudo parte do reconhecimento das formas correntes de inclusão desses jovens urbanos ao mercado. Tal reconhecimento se construiu na experiência de trabalho com esses jovens e veio a ser confirmado na coleta de dados mais sistemática realizada.. Serão consideradas duas formas de inclusão que configuram "escolhas" identificatórias estratégicas frente à exclusão / inclusão. São elas:

- . mão-de-obra no mercado formal / informal;
- . mão-de-obra do crime organizado.

É importante observar alguns pontos sobre o que está sendo considerado como estratégias de inclusão ao mercado. O primeiro é que elas não são excludentes e podem, inclusive, coexistir concomitantemente, bem como podem se alternar em determinados momentos da vida dos sujeitos.

Não é incomum, por exemplo, encontrar jovens que começaram a vida como trabalhadores no mercado formal e hoje estão cumprindo penas por envolvimento no tráfico, assim como jovens com envolvimento em tráfico e pertencentes ativos de grupos religiosos bastante rígidos. É possível encontrar ainda situações em que uma das escolhas possibilita a existência de outra. É a situação do "estica", que é aquele que acumula a inserção no mercado formal e no tráfico, atuando como distribuidor junto a seus companheiros de trabalho.

Portanto, parece haver mais do que uma relação de sucessão temporal entre essas estratégias, existe tautocronia entre elas. Elas estão envolvidas por uma teia de negociações necessárias para a garantia de sobrevivência cotidiana.

É ainda importante assinalar que essas estratégias não rompem com o caráter de subalternidade - são mão-de-obra - presente na origem de classe destes

jovens. Suas tentativas de inclusão em certo sentido reforçam as leis ou valores contra as quais se insurgem. Isso retira qualquer dúvida sobre a existência de um caráter de transformação social no crime organizado, por exemplo.

Essas duas vias de inclusão, postas como possibilidade a esses sujeitos na vida social, estão atravessadas por outras formas possíveis de realização de identidades. É importante registrar a existência de um amplo espectro de grupos de origens e objetivos diferentes que, na prática, funcionam como referências fundamentais na construção de identidades destes jovens. Eles significam áreas de pertencimento e definem, muitas vezes, suas escolhas. Esses grupos podem ser tanto religiosos como grupos reunidos em torno de manifestações culturais. Tais grupos têm em comum a característica de formarem identidades rígidas com comportamentos bastante ritualizados.

Esses grupos diferem do crime organizado, que também forma identidades rígidas e tem alta padronização de comportamentos, por estarem dentro de uma região socialmente aceita como legal. Apesar de estarem na esfera da legalidade, situam-se em uma área que é objeto de certa desaprovação social, vista como potencialmente perigosa, se não assimilada ao mercado ou controlada por meios eficazes o suficiente que os coloquem ocupando espaços pré-delimitados. São exemplos desses grupos, com penetração ampla nesse segmento social, as igrejas pentecostais e os grupos funk.

Definidos os parâmetros iniciais do que se está reconhecendo como estratégias de inclusão é possível se começar a examiná-las a partir de sua inserção no mercado de trabalho. Para isso será utilizado um estudo intitulado Os Jovens e as Mudanças Estruturais no Brasil ao Longo da Década de 70, realizado por Felícia



Reicher MADEIRA<sup>20</sup>, para a CEPAL em 1985, ano que a ONU designou como Ano Internacional da Juventude.

Nesse estudo a autora apresenta uma ampla reflexão acerca das mudanças no mercado de trabalho nas décadas de 70 e 80 e seus impactos nas formas de mobilidade social e de acesso pelos setores populares a novas questões que a juventude apresenta. Para fins deste estudo retomou-se o trabalho de Madeira e realizou-se sua atualização para os anos 90. Usando os dados censais foi seguido o percurso que a autora traçou procurando reconhecer-se os impactos das transformações advindas das mudanças na organização do trabalho dos anos 80 e 90 nas condições de acesso social à juventude.

MADEIRA (1986) inicia seu estudo apontando as tendências de ordenação da força de trabalho nos anos 70 que ela vai considerar como determinantes para um novo posicionamento dos jovens como força econômica e política na sociedade brasileira. Dentre os elementos arrolados pela autora destacam-se três que são particularmente relevantes para se pensar as alterações presentes nos anos 90. São eles: o rejuvenescimento da PEA (população economicamente ativa) urbana, a expansão acelerada dos meios de comunicação de massa, com a conseqüente ampliação das pautas de consumo e, finalmente, a difusão do crédito direto ao consumidor. Os anos 80 são marcados pela recessão econômica com o conseqüente desemprego e subemprego e queda acentuada das possibilidades de consumo dos segmentos populares, também pela restrição ao crédito.

Ao se pensar nos anos 90, algumas tendências poderiam ser apontadas como configuradoras das dinâmicas de organização da força de trabalho que incidem diretamente sobre as expectativas de inclusão dos jovens urbanos no Brasil. Poder-se-ia começar arrolando a reestruturação produtiva como uma das mais

---

<sup>20</sup> MADEIRA, Felícia Reicher. Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e sugerindo pistas, *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n 58, ago 1986.

importantes.<sup>21</sup> É necessário pensá-la como um processo que incide não só na organização da produção, mas em diversas esferas da vida social.

MADEIRA (1996),<sup>22</sup> apoiada em Castells e Soja, elenca dois desses desdobramentos, o primeiro que ela chama de reestruturação social vai significar os impactos destas transformações na estrutura ocupacional, quais sejam: a ampliação da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho, a diminuição de oferta do emprego industrial e seu crescimento no setor de serviços, associados à precarização do trabalho e ao aumento da pobreza. O segundo é a reestruturação urbana advinda dos impactos da reorganização do trabalho que SOJA (1993) vai localizar em seis áreas: urbanística, social, política, econômica, cultural e étnica.<sup>23</sup>

É de fundamental importância para esse estudo registrar ainda a relação entre os desdobramentos da reestruturação produtiva e as condições de vida dos jovens. Em seu estudo sobre a mortalidade de jovens na região metropolitana de São Paulo, FERREIRA e CASTIÑEIRAS<sup>24</sup> mostram que, apesar de um decréscimo das taxas brutas de mortalidade, as faixas de jovens rapazes de até 20 anos têm apresentado um dramático crescimento, de tal monta que elas retrocederam aos patamares de mortalidade apresentados em 1950.

---

<sup>21</sup> A reestruturação produtiva caracteriza-se por um reordenamento do processo de trabalho com vistas a possibilitar uma expansão mais acelerada do capital. Ela baseia-se na substituição de insumos, na automação da produção, na reorganização da gestão administrativa das empresas e no surgimento de novas ofertas de produtos.

<sup>22</sup> MADEIRA, Felícia R. et TORRES, Haroldo da Gama. População e reestruturação produtiva: novos elementos para projeções demográficas, *São Paulo em Perspectiva*, v. 10, n. 2, São Paulo, abr-jun de 1996.

<sup>23</sup> SOJA, E. *Geografias Pós-modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro : J. Zahar, 1993.

<sup>24</sup> FERREIRA, Carlos Eugenio de Carvalho et CASTIÑEIRAS, Luciane Lestido. O rápido aumento da mortalidade dos jovens adultos em São Paulo, uma trágica tendência. *São Paulo em Perspectiva*, v. 10, n. 2, São Paulo, abr-jun de 1996.

Tal tendência remonta aos anos 80 quando, contrariando tendência anterior, a mortalidade da população masculina na faixa etária entre 15 e 39 anos tem um aumento. As causas principais de morte apontadas são as chamadas causas externas que incluem as mortes violentas, seja por homicídio ou morte no trânsito, por exemplo. Em 1991, dentre as causas externas de óbito prevalecia a de homicídios, sua razão saltou de 150 por 100.000 habitantes em 1980 para 200 por 100.000 em 1991. Os autores apresentam a AIDS como a segunda causa mais incidente de morte no período nessa população estudada.

No mesmo estudo os autores demonstram que nas áreas onde as taxas de desemprego são mais elevadas é também onde ocorrem as mais altas taxas de mortalidade de jovens masculinos por causas violentas, sugerindo uma relação direta entre desemprego e a mortalidade destes jovens. MADEIRA (1996) assinala não ser aleatório o fato de ser esse o grupo etário mais atingido pelas conseqüências da reestruturação produtiva. Segundo a autora os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego, 1995, indicam que de um total de 1.105.000 desempregados, 505.000 estavam entre 15 e 24 anos, sendo este um padrão que se repete em relação a este grupo etário.

A reestruturação produtiva tem, desse modo, atingido esses jovens de forma bastante significativa promovendo rearranjos em todos os níveis de sua vida. Recorrendo novamente a MADEIRA e TORRES (1996), é possível ver que esses rearranjos atingem diretamente a organização familiar. Os autores afirmam:

*“As mulheres também têm conseguido aumentar sua taxa de participação, mesmo num mercado de trabalho em crise. O desemprego e o desalento crescentes entre os jovens, combinados com este aumento da taxa de participação das mulheres, talvez estejam sugerindo uma mudança nos arranjos familiares relativos à participação dos membros da família no mercado de trabalho”.*(MADEIRA, TORRES, 1996, p. 8)

É interessante observar que em seu estudo de 1986 Felícia MADEIRA chamava atenção para o fato de que, na análise da inserção do jovem no mercado de trabalho, era necessário superar visões estereotipadas sobre a pobreza e marginalidade e considerar o trabalho desse grupo etário nas dinâmicas mais amplas do processo social de produção. Se perseguimos essa pista indicada pela autora pode-se ver que, nos processos de reestruturação produtiva, esse contingente populacional passa a ser o primeiro a ser visto como excessivo e dispensado. Ou seja, a entrada dos trabalhadores sem experiência no mercado vai ficando cada vez mais remota.

Por outro lado, os jovens têm respondido a esse movimento com a tentativa de ampliação dos anos de escolarização. Segundo dados da autora o número de matrículas de jovens adolescentes no 2º grau teve uma expansão bastante significativa. Tal tendência já se registrava nos anos 80. É preciso ter claro aqui que essa expansão, além da significação que apresenta em termos da dinâmica do capital e exigências de capacitação do mercado de trabalho, guarda também um significado para esses sujeitos sociais. Pode-se ver isso claramente na fala de alguns dos rapazes entrevistados:

*“Esse negócio de estudar abre porta, se o X (policial) me vê de manhã saindo para trabalhar, me vê a noite saindo para a escola vai imaginar esse garoto mudou, não há necessidade dele chegar em cima de mim, o que que você tem aí, o que que tu tá fazendo, revista, se ele fizer isso vai perder a razão.”*

Outros que estão fora da escola demonstram perceber a extensão de sua perda em relação aos outros que têm essa possibilidade:

*“Eu tava na escola sabia muitas coisas, agora que eu saí da escola o que eu sabia foi acabando aos poucos. Estudar,*

*ler, ter letra bonita, saber, ajuda a saber o que a gente quer prá gente mesmo."*

Além dessa função a escola, e também o trabalho, aparecem como veículos de reconhecimento e aceitação social em sua vizinhança e na própria família:

*"... é poder andar tranqüilo, sem trabalhar e sem estudar eu não consigo andar tranqüilo, fica um peso na cabeça. Quando a gente trabalha e estuda as pessoas falam com a gente, tem gente lá na minha rua que nunca falou comigo, agora eu passo fala oi, como vai, pergunta até pela minha mãe."*

*"... isso, mais pela família - Ah, não faz nada, os primos tudo estuda e ele não faz nada. Pior coisa é ser xingado pela família, escutar desaforo de mãe, de tio, de primo, ainda mais primo mais novo do que a gente. Dá uma raiva danada, vontade de dar um couro neles".*

Apesar dessa tendência ser persistente, não é apenas residual o quantitativo de jovens, na faixa etária estudada, que ainda são analfabetos na região metropolitana do Rio de Janeiro, como podemos observar no quadro abaixo.

## Rio de Janeiro - Região Metropolitana

População masculina entre 15 e 19 anos por cor ou raça ,por condição de alfabetização

	População Residente			
	Cor ou Raça			
	Total	Branca	Preta	Parda
Total	571 688	283 514	63 432	224 742
ALFABETIZADOS	541 009	273 262	57 037	210 710
NÃO ALFABETIZADOS	30 684	10 251	6 395	14 038

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 91

As tendências presentes nos anos 70 apontadas acima, quais sejam, o rejuvenescimento da PEA urbana, a expansão dos meios de comunicação de massa, em particular a televisão em rede nacional; a ampliação das ofertas de consumo e seu acesso através do crédito direto ao consumidor, impactam de modo significativo a inserção dos jovens na vida social. MADEIRA (1986) mostra isso ao afirmar:

*"(...)podemos dizer que ao longo da década de 70 uma parcela significativa da população jovem pode se inserir de forma mais 'moderna' na sociedade, seja pelo trabalho, seja pela escola ou pelo lazer. (...) Mas parece claro que a série de modificações que ocorreram ao longo deste período*

*reforçaram ou mesmo estenderam a identidade jovem para uma parcela maior da sociedade.” (MADEIRA, 1986, p. 17)*

A autora aponta ainda as vias pelas quais vai se dar essa inserção. Ela mostra que:

*“Assim a expansão das oportunidades de trabalhos remunerados, dos empregos formais, reforça aspirações, ambições e também a onipotência, e torna mais claramente explícitos os conflitos entre gerações. A democratização da escola ao mesmo tempo que aviva as aspirações, satisfaz as carências de sociabilidade (sobretudo dos jovens); os meios de comunicação se encarregam de criar os símbolos visíveis e claros de identidade jovem, o sistema de ‘consumo’ torna-os acessíveis seja pela queda de qualidade, seja pelo barateamento do produto, seja pela criação do sistema de crédito.” (MADEIRA, 1986, p. 18)*

As expectativas criadas na década de 70 se frustraram nas contra-tendências dos anos 80, com a recessão econômica, na primeira metade da década, e com as conseqüências advindas da reestruturação produtiva, e decorrente desemprego, e a globalização dos anos 90. As respostas que se produzem na vida social brasileira para as demandas desses jovens têm sido principalmente de repressão, frente a incapacidade do Estado de formular políticas destinadas a essa faixa etária.

As demandas por consumo não se modificaram, ao contrário, a oferta de novos produtos se ampliou e a distinção de “ser jovem” significa toda uma série de mercadorias e bens simbólicos sem os quais não é possível incluir-se. A expansão do mercado consumidor nos anos 70 estendeu ao segmentos populares essa “identidade jovem” criando novas expectativas que suas famílias não podem cobrir. O enfraquecimento dos laços de autoridade e a feminilização da pobreza dificultam ainda mais as possibilidades de inserção social desses jovens.

Em várias entrevistas pode-se ver como esse processo é percebido por eles:

*"... Igual a Copacabana, chega um menor, chega a mãe, seu safado num falei prá você ficar em casa, tem mãe e tá cheirando cola e roubando no sinal. A gente olha e pensa é miserável, não tem mãe, tá na rua pedindo. Mas não, ele está aqui porque quer, é amizade, pensa que a amizade é tudo na vida".*

*"... Não tem ninguém para dar um apoio, para dizer qual é, não é assim não mano, faz assim que você vai conseguir, mas não, se eu chegar ali e falar faz assim, chega outro ali e pum atrapalha. Nada rapaz você é um bobo, não vai conseguir nada, ele não vai conseguir, nós vamos conseguir primeiro que ele porque vai roubar e ele não vai poder ter."*

Em sua pesquisa, realizada em 1983, MADEIRA afirma ter encontrado elementos que a levavam a supor que as demandas por consumo desses jovens dos segmentos populares produziam um intenso conflito de gerações na vida familiar. Passados 15 anos, no trabalho de campo desenvolvido para esse estudo não surgiram indícios que esses sejam ainda os pontos centrais de conflito. No grupo de rapazes entrevistados os relatos de conflitos que surgiram localizavam-se muito mais em torno dos limites para a circulação na cidade, quer dizer, sobre o controle da permanência na rua. As demandas por consumo tais como a roupa de "marca", o dinheiro para sair com a namorada ou o baile de fim de semana são demandas aceitáveis e atendidas dentro das possibilidades de recursos da família.

Os conflitos referem-se principalmente às amizades e ao não fazer nada, até mesmo em relação às tarefas domésticas. Parece claro que tais preocupações estão associadas ao domínio do narcotráfico das áreas em que residem, uma vez que ele recruta sua mão de obra prioritariamente nesse segmento populacional. Em certo sentido, os depoimentos revelam que o esforço de atendimento mínimo das demandas dos jovens por parte de suas famílias tem sido uma tentativa de não permitir a sedução do consumo fácil e imediato que o tráfico oferece, frente as duras condições de trabalho e baixos salários de seus pais.



Diversos depoimentos dão conta disto:

*“Minha mãe diz que é para eu não ficar igual os outros moleques da rua lá. Ela tem muitas amizades e quando os outros falam, olha lá não trabalha, não estuda, aí ela não quer que falem isso de mim. Se eu fico sem fazer nada ela também já começa a falar como os outros, fica dando bronca.”*

*“Minha mãe me dá dinheiro para gastar e ir para o baile, ela não briga por isso não. Ela briga porque sou muito relaxado e largo tudo espalhado e porque eu fico na rua vagabundando. Ela não pode me ver sem fazer nada que fica dando bronca”.*

*“Meu pai reclama se não estou estudando e se estou de corpo mole quando vou no mercado ajudar ele. Minha mãe reclama porque não quero fazer nada em casa e se ela me vê com uns caras na rua. Ela fica me regulando onde é que eu vou, o que é que eu estou fazendo, essas coisas, mas negócio de dinheiro não dá briga não, se ela tem ela me dá.”*

*“Minha mãe discute comigo prá caramba que não quer me ver fumando maconha. E eu falo: você também tá fumando isso. (a mãe é fumante) Isso aí te mata. Ela disse: mata, mas mais devagar. O problema dela é o medo do pessoal da boca”.*

A mudança dos focos do conflito entre jovens e seus pais pode ser vista a partir de alguns dados. O primeiro deles é que é razoável supor que essa geração que hoje são os pais desses jovens é justamente aquela que viveu em sua própria juventude os impactos advindos das mudanças dos anos 70, em particular a ampliação das pautas de consumo sob a influência dos meios de comunicação. Desse modo, as demandas de seus filhos não lhes são estranhas como as suas próprias eram a seus pais. O estilo de vida que adotam não está em confronto direto com essas demandas que passam a ser consideradas como razoáveis e constituindo-se como necessidades.

O segundo dado a ser observado refere-se ao fato de que a década de 80 estabeleceu uma fronteira importante no que se refere à criminalidade urbana, em particular o tráfico de drogas. Há, nessa época, uma mudança de padrão nesta

atividade que SOUZA (1996)<sup>25</sup> aponta como a mudança do par “maconha e 38” para o binômio “cocaina e AR-15”. Tal mudança vai interferir diretamente nas formas de vida cotidiana da população estudada, pois ela vai sofrer na pele o agravamento da violência através da territorialização de seus locais de moradia por traficantes de entorpecentes. As favelas e grandes conjuntos habitacionais das periferias das cidades serão o cenário das disputas extremamente violentas entre os grupos pelo controle dessas áreas. Esse processo foi particularmente agudo na cidade do Rio de Janeiro.

Parece certo que este processo de florescimento do tráfico de drogas está relacionado à recessão e à queda acentuada da qualidade de vida dos cidadãos. Além da recessão ainda o modelo de política econômica adotado, a compressão dos níveis salariais e o desinvestimento em áreas de políticas públicas e sociais agravaram as condições de vida deste segmento da população.

Souza apresenta uma explicação para esse fenômeno que é particularmente interessante no âmbito desse estudo. Ele afirma que, por um lado há a *ordem* capitalista que para esses sujeitos produz segregação sócio-espacial, pobreza e conflitos sociais intensos, agravados ainda mais na conjuntura atual, pela ausência do Estado no cumprimento de seus deveres na área de saúde, educação e assistência social, tornando essa *ordem* ainda mais enfraquecida e mais profundo o vácuo de poder político e legitimação democrática dos dirigentes.

Por outro lado, há a desordem representada pelo tráfico, que surge em uma ação territorializada, regulando as relações nas áreas sob sua influência, ditando regras, resolvendo conflitos e atendendo algumas demandas dos moradores dessas áreas. Desse modo, o que é *ordem* produz condições de desordem que vem

---

<sup>25</sup> SOUZA, Marcelo José Lopes. As drogas e a “questão urbana” no Brasil. A dinâmica sócio-espacial nas cidades brasileiras sob influência do tráfico de tóxicos. In: CASTRO, Iná et alli (org.), **Brasil: questões atuais de reorganização do território**. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1996. p. 419 – 468

cronicamente frustrando as expectativas de mobilidade social dos jovens e impedindo sua inclusão no mercado de trabalho; e o que é *desordem* dá um atendimento mínimo às necessidades desse grupo social. A dialética entre esses dois elementos produz as condições favoráveis à expansão do tráfico e ao recrutamento de sua mão de obra menos qualificada e remunerada nos jovens originários desse grupo social.

Porém é preciso acentuar que tais condições não seriam suficientes se não houvesse toda uma rede, exterior a essas áreas territorializadas, que propicia condições de importação de drogas e armas, de lavagem do dinheiro proveniente do narcotráfico e para sua inserção nos circuitos da economia legal. Tal ressalva é fundamental para que não se resvale para explicações fáceis e reificadoras que associam as populações residentes nessas áreas a essas atividades ilegais. Essa discussão será retomada mais adiante. No momento é interessante observar como os depoimentos dos rapazes registram essa duplicidade. Eis alguns exemplos:

*“ Ah! Já foi muito ruim já negócio de bandido aqui... já foi muito ruim... agora tá melhor, tá mais calmo. Porque antes tava na guerra dos bandidos aqui de baixo e os do morro e aí os daqui de baixo decidiram ir lá e tomar o morro e aí aqui ficou mais calmo. A polícia não entra mais”.*

*“Nos morros tem menos violência... Porque nos morros tem alguém para tomar conta. Lá embaixo não, nos centros da cidade é mais violento do que aqui, porque ninguém toma conta. Se a polícia também quiser fazer alguma coisa bandido nenhum deixa... é em certo ponto em todos os morros alguém dá segurança para os moradores. Parece esquisito, mas a nossa polícia é mesmo o traficante”.*

Ao mesmo tempo que têm essa visão afirmam também que:

*“...Na vida todo mundo tem maldade, eu vou virar as costas para bandido sabendo que bandido pode me matar? Mesmo bandido dali do meu lugar. Eles só pensam nisso”.*

Em seu estudo MADEIRA (1983) registra rapidamente a questão da difusão do tráfico de entorpecentes e do aumento dos níveis de delinquência juvenil na América Latina associando ambos os fenômenos às mudanças dos padrões de vida familiar ocorridos no período imediatamente anterior. Neste breve exame pode-se perceber como em curto lapso de tempo tal situação se alterou radicalmente. As análises atuais sobre o poder de sedução que o narcotráfico tem sobre esses jovens acentuam muito mais a questão do consumo do que propriamente o conflito de gerações. Os próprios rapazes entrevistados expressam diversas vezes essa relação. Por exemplo neste depoimento essa relação aparece explicitamente:

*“Muitos moleques daí de 16, 17 anos morre porque? Morre porque quer andar de bermuda da company, ciclone, mizuno, reebok, de relógio, anel, aí não tem capacidade de arrumar um emprego, esperar um mês e não poder comprar nada. Sai um dia só por aí, arruma R\$100,00 compra. Sai hoje amanhã vai preso, noutro dia pode morrer, acontece qualquer coisa e a mãe em casa sem saber. O que que a mãe vai sentir, mataram o meu filho.”*

Há nesse depoimento ainda um elemento importante, que é a questão de como o trabalho aparece para esses jovens. Voltando novamente ao estudo de MADEIRA, vemos que o trabalho surge como fator de autonomia do jovem frente à família e como estratégia de solução para o conflito de gerações. No dizer de MADEIRA o trabalho, na percepção dos jovens, é forma de, ao auferir um rendimento, autonomizar-se frente à família. Ela afirma:

*“Trabalhar, receber algum salário para quem tem autonomia apenas relativa mas está procurando aumentar seu grau de autonomia, só pode significar liberdade. (...) Ser livre significa ter liberdade para poder tomar com mais autonomia decisões sobre sua vida, principalmente sobre o consumo e a permanência na escola”. (MADEIRA, 1986, p. 29)*

Na perspectiva apontada por MADEIRA observa-se uma conexão entre trabalho e consumo, ou seja, o trabalho é percebido pelos jovens como via de acesso social e possibilidade de aquisição de certos bens. As alterações do mundo do trabalho encetadas nos anos 80 e aprofundadas na década de 90 produziram alterações também nas formas de sua presença para os sujeitos.

Parte-se da hipótese que o trabalho continua ainda como uma centralidade para esses jovens, porém não mais como forma de autonomizar-se frente à família, *nem mesmo como acesso ao consumo*. As falas dos jovens revelam que o trabalho vem assumindo significados diferenciados, muito mais ligados à recusa do consumo imediato e à adoção de uma perspectiva de vida que se realiza no médio e longo prazo.

Com isso se está querendo dizer que, conscientes dos riscos de vida que a perspectiva do ganho imediato lhes traz, a busca de inclusão social através do mercado de trabalho revela que esses jovens consideram a possibilidade de, ao adiarem a satisfação imediata de seus desejos, jogarem no tempo com as possibilidades de conservação de sua própria vida.

Nesse sentido, o trabalho, pelos baixos salários percebidos, não é visto como possibilidade de satisfação de desejos, mas como forma de auto-regulação, estratégia de conservação da própria vida e tentativa de autoproteção frente aos riscos a partir de sua diferenciação do "vagabundo", a partir da adesão à identidade de trabalhador. Essa identidade é como um último recurso de segurança frente à territorialização de seus locais de moradia pelo narcotráfico e frente ao arbítrio das forças de repressão, *experiências quotidianas em seu viver como sujeito urbano*.

Vários dos depoimentos já citados podem ser esclarecedores desse ponto de vista. Outros ainda demonstram isso com clareza:

*"..lá na área eu falo pros moleques: procura aí no jornal de office boy, tem uns com 7º e 8º série, 16 anos, 17 anos. Não*

vou procurar trabalho não, que está chegando a época do quartel, mas até chegar a época do quartel sabe lá se vai estar vivo.”

“... Às vezes neguinho está na rua, todo dia largado aí sem fazer nada. Os caras daqui vão falar não faz nada, vamos matar logo, não faz nada para ninguém, vai ficar aí roubando. Ainda mais neguinho que aparece com um monte de roupa e não vão acreditar que é a mãe de vocês que dá, vão querer matar vocês, sem vocês estar roubando.”

“...A maioria dos meus colegas fuma, cheira e rouba. Fuma na minha frente, cheira na minha frente e nem me oferece, sabe que eu não aceito mesmo. Sabe que eu não aceito, sabe da minha realidade nova, já fiz, é passado e passado é passado e não quero. Foi ruim no começo, eu comi o pão que o diabo amassou, agora estou trabalhando, ganho mal uns \$50,00 mais as gorjetas, mas dá prá sair com minha namorada e eu estou mais tranqüilo.”

... “quando eu estava na instituição tinha muito moleque de rua. Tinha uma tal de X lá que ela cheira, fuma, aí ela é pirada só pensa nisso. Aí eu falei para ela que tem muito mendigo e mendiga que já foi igualzinho a ela novinha, roubava, cheirava cola então vão ficando velho e não tinha nada. Aí tinha que ficar ali na Central esperando a morte chegar. Ué, é a mesma coisa fica nessa vida de roubo sem trabalho quando tem um certo 20, 22 anos não vai mais conseguir emprego, não vai ter nada, vai ter que virar mendigo, não vai ter disposição para roubar, porque já está fraco de tanto fumar e cheirar sem comer. Vai ter que sentar na calçada ficar esperando a morte chegar, passar alguém, jogar uma comida no chão para ele pegar.”

VALLADARES<sup>26</sup> (1990), em estudo acerca da formação da pobreza urbana, registra a forma como a oposição trabalhador x vadio se transmutou na última década para a oposição trabalhadores pobres x bandido. Ela mostra que:

... “a matriz fecundada na virada do século opondo o trabalhador ao vadio estava fundada na idéia de uma recusa moral por parte do vadio seja ao trabalho seja às normas de

<sup>26</sup> VALLADARES, Lícia. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: Encontro Anual da ANPOCS, ( 15 : Caxambú), GT Planejamento, Pobreza Urbana e Representação Política, 1990.

*convivência que regiam a sociedade urbana. (...) Quase cem anos depois assiste-se à superação da oposição trabalhador x vadio pela criação da categoria 'trabalhadores pobres'. Esta nova categoria logo porém encontrou um oposto a categoria 'bandido', cuja construção social muito se deve ao aumento da criminalidade nas grandes metrópoles brasileiras, notadamente pela contravenção e crime contra o patrimônio cujos índices crescem incessantemente a partir dos anos 70."*  
(VALLADARES, 1990, p. :24)

Dessa forma pode-se também afirmar que o trabalho confere a esses jovens uma visibilidade social que os credencia como confiáveis e capazes de serem respeitados. O trabalho é ainda a ocupação do tempo livre desejável como prevenção ou impedimento das "más amizades", que em seu ponto de vista desviam-nos para a criminalidade. Nas palavras de um deles: "esse mundo oferece muitas coisas".

A renúncia ao consumo e ao poder e reconhecimento na área de sua moradia é feita em favor da manutenção de sua própria vida, o que, é bom assinalar, nem sempre é alcançado. Ela exige do jovem a capacidade de trabalhar com duas medidas de tempo diferentes: o imediato e o mediato, como dito acima. Tal escolha envolve recursos internos do sujeito acionados também por algumas forças externas, pois o poder de sedução e encantamento "desse mundo que oferece muitas coisas" é de fato muito forte.

A experiência de trabalho com esses jovens e as entrevistas confirmam a presença de algumas dessas forças. Elas estão centradas, principalmente, em relações afetivas e de bastante proximidade, como é o caso da família, em particular a mãe e a namorada, figura citada como alguém que aponta para uma perspectiva de futuro, na formação de seu próprio núcleo familiar.

Essas alternativas não incluem nada mais do que um ângulo individual. Seus sonhos estão conformados no ponto de vista de busca da felicidade como

alternativa de indivíduos. O que desejam é formar uma família nos moldes da família burguesa, em um paraíso romântico de uma felicidade entre quatro paredes cujos elementos são:

*"... ter uma esposa pra me esperar vir para casa de um trabalho decente, podia ser num banco ou de bombeiro, ter filhos, que é o mais importante, e dar muito amor para eles".*

Mesmo quando confrontados com as dificuldades de realização desses desejos eles continuam a ser expressos. Como assinalamos acima, MADEIRA (1986) em seu estudo mostra que a saída dos jovens para o conflito no interior da família se dava prioritariamente através do trabalho. Hoje, apesar disso ainda existir como cogitação possível, a rua tem surgido como a alternativa mais imediata e passível de ser solução, pois as chances de inclusão via trabalho são cada vez mais tênues e exigem renúncias cada vez maiores.

Fora do escopo das saídas individuais pouco há em termos de controle social e busca de alternativas de inclusão mais coletivas. Uma das forças que vem crescendo é a religião, especialmente as de base do novo pentecostalismo. A força da Igreja, baseada em um diálogo direto com Deus, aparece como elemento disciplinador que chama o jovem novamente à ordem, trabalhando nesse chamamento com as dimensões do tempo, mas prometendo que o mediato pode realizar-se na imediaticidade. Apelando ao individualismo mobiliza nesses jovens suas formulações mais conservadoras, formando uma identidade e atando-o a um grupo. O depoimento de um dos rapazes é bastante ilustrativo desse processo:

*"Aos poucos a gente vai se conscientizando... Ah eu não devo usar isso, eu não devo falar certas palavras, aos poucos você vai se enturmando com aquele pessoal lá, vai vendo a humanidade de cada pessoa e vai se modificando. Torna-se uma pessoa feliz, eu estou ali porque gosto".*



Finalmente é interessante registrar que no elenco dessas forças de inclusão encontra-se inteiramente ausente qualquer alternativa que passe pela via política e de construção de cidadania. O não reconhecimento e a desconfiança nas formas de gestão do Estado são bastante explícitos, ele não é percebido como articulador de seus interesses. A visão de sociedade que enunciam é muito próxima da “lei da selva”, ou seja, competição acentuada e salve-se quem puder.

Apesar disso parecer uma obviedade, quase como uma decorrência “natural” de como o Estado trata as demandas desse segmento social, não se pode deixar de acentuar a sua identificação às forças policiais. Nas entrevistas quando questionados acerca de sua condição de cidadãos a maior parte dos entrevistados associava imediatamente a questão à ação policial.

Em síntese, podemos dizer que a subjetividade desses jovens se produz em uma cidade conflagrada, na qual os diversos segmentos sociais percebem seus riscos de maneira diferenciada. Porém, para esses jovens a cidade tem sido espaço de permanente risco de vida; em seu caso não se trata de ocorrências mais espaçadas dignas de registro em jornais, mas a negociação cotidiana de sua sobrevivência pelas rotas da cidade<sup>27</sup>.

Os depoimentos citados mostram como os rapazes buscam a identidade de trabalhador como salvaguarda para reconhecimento social e diferenciação, capaz de lhes garantir o mínimo de possibilidades de escaparem ilesos ao conflito que se agudiza nesta época da vida. A juventude tem sido uma travessia de intensos perigos para esses sujeitos no espaço da cidade conflagrada.

É certo que a subjetividade que se produz nessa cidade está também configurada por esses intensos conflitos sociais. O recurso ao trabalho se apresenta

---

<sup>27</sup> Ver as estatísticas de morte por causas violentas já citadas.

como estratégia de auto regulação, como forma de contenção e não de busca de realização de potencialidades do sujeito.

Em suas falas ressalta-se o caráter repressor e repetitivo do trabalho, destacando-se principalmente sua face disciplinadora. Esta percepção não está distante, é claro, das formas correntes de organização do trabalho no capitalismo, ainda mais agravadas pelos modos atuais de sua administração como o *just-in-time*. No caso específico dos segmentos da classe trabalhadora, o caráter de repetição penosa de tarefas e assujeitamento do trabalhador sempre foram características relevantes.

Nas falas dos rapazes sobre o trabalho ou se registra uma visão romantizada e mítica ou a visão de uma atividade que não inclui em seu interior nenhuma possibilidade de criação. A inserção no trabalho se dá pela sua forma, por uma aparência que lhe permita minimamente negociar, com a polícia ou com o crime, sua movimentação pela cidade e, em última instância, sua própria vida.

O exame das formas de superação dessa condição por parte dos jovens urbanos excluídos deverá buscar reconhecer possibilidades de recuperação das experiências criadoras na cultura e de enriquecimento de suas vivências integrando-as no universo das experiências historicamente construídas. Esta é a tarefa do quinto e último capítulo deste estudo. Com a exposição do núcleo da tese neste capítulo é possível agora, desdobrá-lo, fundamentando-o em seus vários elementos.

## Capítulo 2

### **Juventude e exclusão social**

- 2.1. A juventude como noção construída
- 2.2. Ser jovem no Brasil hoje
- 2.3. Breve exame da política dirigida à jovens

O percurso da exposição inicia-se a partir de uma caracterização de dois termos que qualificam os sujeitos alvos deste estudo, quais sejam - jovens e excluídos. Neste capítulo procura-se mostrar como a noção de juventude, enquanto um momento do desenvolvimento da vida dos sujeitos, é uma construção histórica e cultural. E desta forma, ela está claramente referenciada nas formas de clivagem social de cada tempo histórico particular.

Para isso o primeiro item começa por traçar um breve percurso histórico da idéia de juventude procurando, principalmente, desvelar as significações que esta noção foi atribuindo aos sujeitos no curso do tempo. Com isso procura-se construir as diversas idéias que ela movimentou em diferentes momentos históricos e em diferentes formações sociais.

A partir deste traçado, no segundo item, buscar-se-á reconhecer as condições contemporâneas de vida desses jovens, com ênfase particular no Rio de Janeiro, procurando reconhecer se a juventude se torna mais um elemento de clivagem nos processos de exclusão social. Finalmente, enfocando particularmente suas possibilidades de inclusão através do trabalho e da cultura, será feita uma revisão crítica de algumas políticas sociais e públicas destinadas a esse segmento.

## 2.1. A juventude como noção construída:

*mídia.*

Muitas são as formas pelas quais os sujeitos são reconhecidos na vida social. No seu cotidiano as pessoas classificam a si próprias e aos outros como meio de orientação social. Estas classificações estão, em muitos casos, baseadas na aparência dos sujeitos, por características que seus corpos apresentam. Algumas classificações são permanentes, por exemplo ser baixo ou alto, outras são marcadamente transitórias, indicadas por alguma característica de um momento peculiar da vida. As classificações por grupo etário são um exemplo disso. Assim, ser jovem é sempre uma condição transitória, é uma travessia, uma passagem marcada por algumas peculiaridades físicas, sem dúvida, porém marcada também por atributos que são históricos e socialmente construídos. Como travessia não está nitidamente delimitada, é mais longa nas sociedades industriais, e foi extremamente breve em outros períodos, mas, de todo modo, ela aparece marcada por seu caráter limiar, de superação da infância e de margear a idade adulta.

A juventude está sempre carregada de valores. Ela provoca na sociedade um conjunto de intensas representações que identificarão os jovens e que serão, ao mesmo tempo, fonte do julgamento que eles fazem do "outro", aquele que não compartilha sincronicamente com ele essa passagem. No caso da juventude a questão do sincronismo é muito importante, uma vez que todos os sujeitos, sem exceção, já a experimentaram ou experimentarão.

A primeira questão que imediatamente surge quando se está lidando com a noção de juventude é a interrogação sobre o que é a juventude. Como se pode delimitá-la no desenvolvimento da vida? A que faixa etária ela

corresponde? É possível falar em juventude como um singular ou as diferentes identidades que os sujeitos assumem e os diversos espaços de inclusão social não permitem percebê-la como um fenômeno único? Esse pequeno rol de interrogações sobre um termo tão comum na vida cotidiana demonstra a complexidade envolvida na idéia de juventude. Penetrar nessa idéia supõe estar atento a um grande número de elementos que estão envolvidos na questão.

Poder-se-ia começar por marcar a temporalidade presente nessa noção. Em cada período histórico e nas várias formações sociais, as concepções, as representações, as funções atribuídas aos jovens na vida social e a compreensão de seu desenvolvimento serão diferentes. Além desta diversidade, no interior da própria formação social, haverá diferenças a partir da posição que o jovem ocupa nas relações sociais.

Giovanni LEVI e Jean-Claude SCHMITT (1996),<sup>1</sup> em seu estudo sobre a história dos jovens, defendem a posição de que a idéia da juventude é uma construção histórica, social e cultural, apontando a impossibilidade de conhecê-la apenas pelos critérios jurídicos e biológicos que a envolvem, não sendo possível, portanto, delimitá-la com rigor. Sobre isso os autores afirmam:

*“Como construção social a juventude se caracteriza por seu marcado caráter de limite. Com efeito, ela se situa no interior das margens móveis entre a dependência infantil e a autonomia da idade adulta, naquele período de pura mudança e de inquietude em que se realizam as promessas da adolescência, entre a imaturidade sexual e a maturidade, entre a formação e pleno florescimento das faculdades mentais, entre a falta e a aquisição de poder.”(LEVI, SCHMITT, 1996, p.8)*

<sup>1</sup> LEVI, Giovanni, SCHMITT, Jean-Claude. *História dos jovens*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Porém, além disso, os autores demonstram que a juventude está sempre envolvida por uma teia de símbolos e valores que vão torná-la visível sob determinados ângulos em cada época histórica. Preocupados com suas "falas" em cada época histórica e em diferentes formações sociais, eles ressaltam que as formas de clivagem social fazem com que se torne também relevante:

(...) " a desigualdade entre as classes sociais, que torna as condições de vida e as opções culturais da 'juventude dourada' (toda época tem a sua) somente a expressão de uma minoria, embora sua presença nos documentos e a capacidade de atração do modelo que ela encarna sejam muito fortes."(LEVI e SCHMITT, 1996, p. 14)

Essa observação será de grande importância para este estudo, pois é preciso ter claro que não é possível, antes de mais nada, falar-se de juventude no singular. As múltiplas formas de inserção dos jovens a partir de suas origens e posição de classe é que determinarão de que jovens se fala.

Ao se examinar brevemente a trajetória da idéia da juventude ao longo de vários momentos históricos podemos perceber como seu significado foi se transmutando. No mundo grego a juventude está ligada à cidade, somente sendo compreensível em relação a ela, como, por exemplo, na noção de *paidéia*, a educação que possibilita ao jovem rapaz a civilidade, a capacidade de aprender um modo de viver, percebendo-o como um momento de intensa ocupação consigo próprio e autonomia orientado pela beleza física e florescimento de seu erotismo homossexual, ou, na falta desses atributos, por uma destacada capacidade intelectual.

Porém, a noção de juventude como um momento específico da existência humana só vai ser reconhecida no mundo romano. Até então os sujeitos dividiam sua vida em três momentos: a infância, a maturidade e a velhice. Este reconhecimento se dá a partir do momento em que começa a se concentrar aceleradamente a propriedade da terra e do capital e o escravismo como meio fundamental de produção alcança seu máximo desenvolvimento na Antigüidade clássica. Nesse movimento surge uma massa maior de despossuídos que, com o processo de urbanização, vaga pelas cidades romanas vivendo de pequenos expedientes.

O reconhecimento da juventude se dá em um contexto em que é necessário, no resguardo da propriedade, limitar certos poderes àqueles, também proprietários por direitos de família, que são considerados ainda sem condições para assumirem as complexas operações comerciais que começavam a surgir. Desse modo, a juventude surge como um período de dependência ocupado pela aprendizagem e preparação para as responsabilidades da vida adulta. Neste período o jovem tem o dever de obediência absoluta ao pai.<sup>2</sup> Ao lado da aprendizagem e introdução dos jovens nos conflitos cada vez mais complexos da vida social, a noção da juventude permitiu um controle por parte dos adultos e anciãos de um grupo etário que se tornava potencialmente perigoso no contexto da cidade.

<sup>2</sup> O senado romano em 192-193 a.C. aprovou a *lex plaetoria* como um "ato de nascimento de um novo grupo social", por ela seriam punidos todos aqueles que abusassem da ingenuidade de jovens até 25 anos nos negócios. Ver FRASCHETTI, Augusto. O Mundo Romano. in LEVI, Giovanni et SCHMITT, Jean-Claude. História dos Jovens. Vol.1, São Paulo: Companhia das Letras, 1996

Não é aleatório que a idéia da juventude tenha surgido por uma via jurídica. É importante registrar que o jovem que surge no mundo romano é o rapaz oriundo da pequena nobreza e dos segmentos que detinham o comércio e que pela complexidade das tarefas que assumiria e do patrimônio que deveria ser protegido, demandava um tempo mais longo de educação. Para as moças e jovens escravos ou pobres ainda não havia qualquer reconhecimento dessa condição.

A emergência da juventude como um momento peculiar inicia-se portanto sob um signo de exclusão, ela vai surgir diretamente para os rapazes e mais do que isso apenas para aqueles oriundos dos segmentos dominantes da sociedade. As jovens não são consideradas nem mesmo como existentes e aos rapazes pobres e escravos tal condição não era reconhecida, daí não existir para estes qualquer período intermediário entre a infância e a maturidade.

A juventude é, por um lado, um privilégio de certos segmentos em relação aos outros dele excluídos, e por outro lado, ao mesmo tempo, significa uma exclusão do mundo adulto e de seus poderes, já que se caracteriza como uma fase de subordinação, obediência e incapacidade, o que coloca os jovens, em certas condições, como as crianças, as mulheres e os escravos, sendo que para eles esta é uma condição transitória.<sup>3</sup> (LÜTTE, 1988)

A regulação jurídica que caracterizava a juventude no mundo romano vai praticamente desaparecer na Idade Média. Ela passa a ser entendida como um período de liberdade, sem uma definição precisa de seus limites etários, encerrando-se com o casamento e a herança. Na realidade os jovens não desempenhavam nenhuma função social como grupo. Da mesma forma que no mundo romano, a juventude aparece desligada da educação, até porque nessa

---

<sup>3</sup> Ver LÜTTE, Gérard. *Libérer l'Adolescence*. Bruxelas: Pierre Mardaga, 1988.



época os poucos que tinham acesso à escola podiam fazê-lo em qualquer época, independente de sua idade <sup>4</sup>.

Para os jovens pobres ela simplesmente não existia. Por volta dos sete anos eles se vestiam como os adultos e eram considerados capazes de assumir seus papéis sexuais. Nesta idade eram enviados para trabalhar como criados pessoais ou aprendizes em oficinas. Colocados desde cedo no trabalho e assumindo seus papéis sexuais a juventude não é reconhecida enquanto período de preparação para a vida e de desenvolvimento do corpo e do intelecto, deixando desse modo de lhe ser atribuída qualquer característica peculiar.

Isso mudará radicalmente com o advento da industrialização na Europa e as profundas mudanças no modo de vida dos sujeitos daí decorrente. Esse período caracteriza-se por um acentuado distanciamento entre as classes sociais, consequência de um momento de expansão do capital e de sua concentração em alguns segmentos sociais. No surgimento da burguesia e da família nuclear traça-se um novo perfil para os jovens. Com a industrialização e a utilização mais intensiva da tecnologia no processo produtivo há, nas famílias mais abastadas, um afastamento dos jovens do mundo do trabalho, possível por um excedente de recursos em poder dessas famílias.

Nesse momento surge, então, de uma forma mais sistemática, a escolarização serial e regular. Para os jovens da pequena burguesia, filhos de profissionais liberais ou comerciantes, a universidade, e portanto, um período mais longo de estudos, era a alternativa para suceder aos pais em seu trabalho. A escola da Idade Média, que recebia estudantes em qualquer época da vida vai se

---

<sup>4</sup> CROUZET-PAVAN, Elisabeth. Uma flor do mal: os jovens na Itália Medieval (séculos XIII-XIV) In: LEVI, Giovanni, SCHMITT, Jean-Claude. **História dos jovens**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. v. 1

*educação*  
transformando em um espaço cada vez mais da infância e juventude. A disciplina e a obediência, tal como nas instituições militares, eram a base da pedagogia da época. Esta pedagogia supõe uma estrita vigilância sobre os jovens.

A escola não é neste período diferente da família, que vai especializar-se na proteção e vigilância das crianças e jovens, uma vez que eles passam a ser um investimento potencial para o futuro. Norbert SCHINDLER (1996) assinala isso claramente quando mostra que nesse período na Europa começa a se gestar uma concepção presente ainda hoje sobre o período da juventude na vida dos sujeitos:

*(...) "da juventude como moratória, isto é, a de uma economia de vida baseada em uma renúncia temporária na esperança de uma carreira futura e de melhores oportunidades financeiras, idéia que encontra seu fundamento social num período de formação que dura muitos anos, em grande parte livre da necessidade de se manter e que hoje já se tornou demasiado habitual." (SCHINDLER, 1996, p. 271)<sup>5</sup>*

Ao lado disso surge, principalmente a partir do século XVII, o serviço militar como uma tarefa de jovens. Do século XVIII até ao início do século XX essa tarefa, de início voluntária e mais tarde com caráter obrigatório, teve um valor iniciatório. Sabina LORIGA (1996) em estudo sobre a experiência militar afirma que:

*"O serviço militar sanciona o ingresso do indivíduo no mundo dos adultos, sugerindo, entre outras coisas, a imagem do menino que desempenha as tarefas militares como se já fosse homem. (...) A instituição militar é um divisor de águas existencial, que assegura a emancipação*

<sup>5</sup> SCHINDLER, Norbert. Os tutores da desordem: rituais da cultura juvenil nos primórdios da era moderna In: LEVI, Giovanni, SCHMITT, Jean-Claude. História dos jovens. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 v. 2

*econômica, afetiva e sexual do jovem.* ( LORIGA, 1996, p. 18)<sup>6</sup>

No século XVII vai se iniciar na Europa a prática de formação de exércitos regulares mesmo em tempos de paz, tanto com alistamentos voluntários como recrutamento obrigatório. De início o serviço militar não era uma atividade específica dos jovens rapazes; serviam não apenas homens na maturidade, mas também crianças e velhos, assim como era comum a presença de mulheres. Somente no século XIX o serviço militar torna-se uma atividade peculiar dos jovens varões. Isso acontece quando o exército se reveste das funções de educar e de virilizar os rapazes. É nesse período que ele vai assumir o caráter de rito de passagem iniciático para a maturidade, constituindo-se como um limite terminal da juventude.

A instituição do serviço militar obrigatório não se fez sem a revolta dos jovens, que abandonavam as aldeias e usavam de todo o tipo de expedientes para se furtarem a essa obrigação, porém foram duramente reprimidos. Já os jovens burgueses abastados eram poupados através de dispensa ou reforma e se por acaso eram convocados podiam recorrer ao pagamento de uma cifra equivalente a dez anos de trabalho braçal na agricultura a outros jovens a fim de que os substituíssem na tarefa. (LORIGA, 1996, p. 28)

Duas foram as estratégias de combate à insubmissão de jovens pobres ao alistamento militar obrigatório: primeiro a repressão e perseguição aos insubmissos e um pouco mais tarde o caráter educativo que o exército vai assumir. O exército passa a ser um agente educativo, assumindo papel relevante

---

<sup>6</sup> LORIGA, Sabina. A Experiência militar. In: LEVI, Giovanni, SCHMITT, Jean-Claude. História dos jovens. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 v. 2

não só na alfabetização dos jovens pobres, mas também como agente de formação moral e disseminador no interior dos segmentos populares de valores da nova ordem burguesa. Desse modo, o serviço militar obrigatório passa a ser visto como uma oportunidade de liberação do trabalho, em que os rapazes já estavam muitas vezes desde os sete anos, e de autonomização frente à autoridade paterna, que mesmo trabalhando não logravam atingir.

No mundo do trabalho desde os sete anos, esses jovens pobres não tiveram qualquer oportunidade de escolarização. No século XIX a alfabetização tornou-se uma atividade obrigatória nos quartéis, além de outras atividades educativas que abrangiam noções de higiene, disciplina e patriotismo. Começa a se forjar então um ideal de masculinidade, delineando-se um perfil do jovem viril, distanciado do mundo das “fragilidades e futilidades” femininas, com um corpo forte formado pelo exercício físico e com um caráter rijo de moralidade e patriotismo.

O exército passa a ser uma prova sexual que ao ser ultrapassada conferia ao rapaz novos poderes na vida social, tanto no que se refere ao mundo do trabalho como em suas relações com as mulheres. Esse importante papel de socialização e forjador de uma identidade para os jovens só vai começar a ser desfeito na Europa com a Primeira Guerra, já no século XX.

Investigar a formação da noção de juventude nos primórdios da industrialização é de fundamental importância para a compreensão de certas condições que ainda hoje encontram-se presentes nas concepções sobre a juventude que circulam na vida social e que orientam um conjunto de práticas sociais voltadas para essa faixa etária. SCHINDLER (1996) mostra como a noção de juventude reveste-se hoje de um duplo caráter:

educação

*"Hoje, a juventude constitui em si um período da vida, objeto das atenções afetuosas da pedagogia; ao mesmo tempo, contudo, nós a consideramos com profunda desconfiança e a vigiamos, controlando-a por meio de toda uma série de instâncias burocráticas. Somente a sociedade dividida em classes da era industrial desenvolve ao máximo a dramaturgia da juventude enquanto portadora enfática de esperanças e de ameaças sociais latentes, ao passo que atribui à fase de tornar-se adulto as características de um fenômeno de tipo cultural, com conotações tanto negativas quanto positivas, mas de todo modo algo determinante."*  
(SCHINDLER, 1996, p. 267)

A ambigüidade que a identidade dos jovens carrega nas sociedades industriais, oscilante entre esperança e ameaça, vai produzir nas instituições especializadas para lidar com esse segmento etário um tipo de prática de supervisão compulsiva sobre eles. Os jovens são esquadrihados e controlados em seus pensamentos e comportamentos. A juventude passa a ser identificada como um período de emoções violentas, agressividade, instabilidade emocional e curiosidade sexual sem limites. Neste momento a vigilância permanente é a única garantia das famílias, a principal dentre essas instituições, de que seu investimento na educação e manutenção de seus membros não se perca.

A supervisão constante, atitude típica da família burguesa, vai estar presente também nas famílias operárias. A repressão ao sexo do jovem operário reveste-se ainda mais pelo imaginário de selvageria que o envolve. Aos jovens operários, excluídos da escola, precocemente introduzidos nas duras condições de trabalho, só restam a obediência e a renúncia. Desse modo, a juventude para eles esvazia-se do sentido da esperança, permanecendo apenas o caráter de

↳ exclusão.

ameaça potencial expresso por três qualificativos: a vagabundagem, a libertinagem e a rebeldia. (PERROT, 1996)<sup>7</sup>

Surge neste momento a figura do delinqüente juvenil, aquele que inconformado com a existência de pobreza de seus pais e alimentando desejos de consumo ocupa as ruas das cidades. PERROT descreve esse jovem do final do século XIX início do século XX. A longa descrição permite ver traços de permanência entre esse personagem e as representações que hoje são ainda correntes dos delinqüentes juvenis.

*“Esse jovem operário das periferias urbanas, sobretudo parisienses, tem um bairro que dá o nome a seu bando, e uma família que ele contesta. Ele rejeita o trabalho assalariado e a condição proletária dos pais, os maltrapilhos e os sem-vintém. A fábrica e a pobreza são o seu terror. Tem desejos de consumo insatisfeitos. Gosta de deambular, de flunar pelos bulevares - pois esse excluído das periferias reinvidica o centro da cidade - bem vestido, com lenço de seda e boné alto e sobretudo bem calçado (...) O apache sonha com passeios, amigos e amor. Gosta de dança e de mulheres. O apache é um sentimental, um dândi combativo que tem o senso da honra e o gosto da distinção. Ele não se resigna. Quer ser alguém, ver seu nome nos jornais. Espontaneamente anárquico, considera o roubo uma justa restituição e pratica o ‘ressarcimento individual’ com os burgueses, os ‘otários’ que lhe caem nas mãos.”(PERROT, 1996, p. 86)*

Esse personagem vagabundo-delinqüente, que vive em bandos nas cidades do início do século, personagem construído pelos jornais policiais, alimentou uma política de segurança baseada na repressão e na criação de uma justiça especializada para realizá-la, como forma de enfrentamento ao medo que

---

<sup>7</sup>PERROT, Michelle. A Juventude operária, da oficina à fábrica. In: LEVI, Giovanni, SCHMITT, Jean-Claude. História dos jovens. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 v. 2

esses rapazes provocavam na cidade. Mesmo com um discurso reformador, e não é por acaso que o nome das instituições destinadas a acolhê-los é reformatório, toda a "pedagogia" está baseada nos castigos físicos e na humilhação.

Aos jovens pobres que não seguem o caminho da delinquência só resta o do trabalho, já que se encontram excluídos da escola. Sua aprendizagem está diretamente funcionalizada em relação a seu trabalho, que reproduzindo a história de seus pais, começa muito cedo na própria família, na qual os pais são os iniciadores dos filhos em seu ofício e muitas vezes acabam por trabalhar na mesma fábrica.

A inserção no mundo do trabalho vai criar uma divisão no tempo da juventude em dois momentos. O primeiro, que corresponde aproximadamente dos doze aos dezesseis anos, é o tempo da adolescência, caracterizado por uma resistência menor ao trabalho e por maior vigilância dos jovens; ele é a primeira transição entre a infância e a juventude. O segundo corresponde à juventude mesmo, e é o tempo de transição para a maturidade, caracterizado por um corpo já desenvolvido, portanto plenamente capaz para o trabalho, mas ainda sem o status de um indivíduo adulto. Esse período está margeado pelo serviço militar obrigatório. A vigilância familiar sobre eles se atenua, apenas no caso dos rapazes, pois para as moças ela se acentua. Esse é percebido como um tempo de perigos e corresponde na cidade a uma ameaça, já que os jovens operários circulam por ela com mais liberdade.

A destinação para o casamento e a "inata" habilidade para os trabalhos manuais, tornando supérflua a aprendizagem de um ofício, vão tornar as moças invisíveis nas preocupações da sociedade com os jovens. Mesmo quando

ocupadas nas fábricas estão restritas ao universo doméstico. Assim, a juventude era um tempo pensado sempre no masculino.

De todo modo o que é fundamental registrar é que, passado os treze anos, o trabalho é o destino dos jovens pobres no século XIX, que mesmo ainda vivendo com seus pais eram responsáveis por seu sustento, mas não eram independentes em relação a eles. PERROT afirma que:

*“Eles são adultos em relação aos deveres, não em relação aos direitos, que não têm. A oficina, a fábrica, o canteiro de obras tornam-se assim espaços juvenis, pelo menos lugares da juventude operária. As ‘saídas de fábrica’, grande tema de cartões postais do início do século XX, mostram, saindo de manufaturas têxteis, no caso das mulheres, mas também das vidrarias, das usinas metalúrgicas, no caso dos homens a presença desses grupos de jovens, na verdade muito jovens.” (PERROT, 1996, p. 102)*

Essas imagens que se tinha da classe operária à época são uma das fontes de forte identificação entre os ideais revolucionários e a juventude. Esta identificação que, de certo modo, se inicia na Revolução Francesa, vai se expandir muito no século XIX, até explodir nos anos 60 do século XX. É na primeira metade do século XIX, quando fervilham as revoltas do proletariado urbano, que a classe operária vai ser rotulada de ‘classe perigosa’, e, como foi visto acima, ela era composta em sua maioria pelos jovens trabalhadores.

Daí a uma identificação entre juventude e revolução vai ser um passo curto. Essa identificação vai incluir na pauta das questões sociais o conflito geracional, ou seja, a desconfiança das gerações anteriores de que seus sucessores não serão capazes de gerir o mundo a eles legado. Nestas condições começa a se



forjar na sociedade industrial o mundo jovem como um mundo independente dos adultos, construindo uma alteridade para os jovens.

Esse processo de diferenciação em relação aos adultos vai, na sociedade industrial da primeira metade do século XX, chegar à expansão máxima da idéia de juventude como “outro” radicalmente diferente de seus pais. Ela atinge seu clímax na década de 60, quando nas revoltas estudantis de 68 seus protagonistas combatiam duramente a noção de uma revolta juvenil. Porém, PASSERINI acentua que embora combatessem essa visão,

*(...) “na prática e na imaginação privilegiaram a figura do jovem andrógino em versão masculina, rebelde à ordem existente e portador do futuro, com fé numa igualdade fundada no fato de pertencerem a uma mesma classe de idade” (PASSERINI, 1996, p. 319)<sup>8</sup>*

Vários são os campos onde se manifesta essa alteridade, mas, no campo da cultura ela vai ter um relevo particular. No cinema, na música, na moda, na linguagem cotidiana surgem ícones que identificam a juventude e com os quais ela se identifica. Esse jovem, em razão do excedente de capital produzido nos segmentos médios da sociedade, torna-se um ativo consumidor de uma variada pauta de bens, produzidos especialmente para ele.

Acresce-se a isso o fato de que, nesse período, a expansão da produção e a ampliação de mercados consumidores propiciaram aos jovens condições bastante favoráveis de inclusão ao mercado de trabalho. Essa ‘era da juventude’,

---

<sup>8</sup> PASSERINI, Luisa. A juventude, metáfora de mudança social : dois debates sobre os jovens: a Itália facista e os Estados Unidos da década de 50. In: LEVI, Giovanni, SCHMITT, Jean-Claude. História dos jovens. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 v. 2

como GILLIS denominou essa época, que se originou, como dito acima, nos setores médios da sociedade, impregnou também as classes trabalhadoras, gerando nos jovens delas oriundos as mesmas expectativas de consumo e reivindicações de autonomia e liberdade.

Eric HOBBSBAWM (1997)<sup>9</sup> identifica três grandes novidades que essa cultura da juventude vai apresentar no século XX. A primeira é que a juventude é vista como um momento definitivo no curso da existência, após o qual pouco resta de interesse. Nela se concentram a vitalidade, a contestação de velhas práticas de poder na sociedade e a transformação social. A segunda novidade é que por sua maior capacidade de absorção e adaptação ao ritmo acelerado das inovações tecnológicas esse grupo etário tornou-se portador de conhecimentos, muitas vezes, inacessíveis aos mais velhos. Desse modo, os filhos passaram a ter um patrimônio de conhecimentos que seus pais não possuíam, trazendo o que Eric HOBBSBAWM vai denominar de inversão geracional.

Finalmente, a terceira novidade e da maior importância, é a internacionalização da cultura jovem nas sociedades urbanas. Comandada pela cultura norte-americana do blue jeans e do rock, mas admitindo a inclusão de outras influências provenientes do Caribe, América Latina e, mais tarde da África, a cultura jovem globalizou-se e criou um universo de identidades nas quais os jovens podiam reconhecer-se onde quer que estivessem.

Essa cultura global abriu um grande fosso entre as gerações nascidas no primeiro quarto do século e seus filhos nos anos 50 e 60. As dificuldades de aceitação mútua se davam em múltiplas vias. Uma dessas vias eram os novos

---

<sup>9</sup> HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos extremos: o breve século XX : 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

comportamentos existentes no mercado de consumo global, que, cada vez mais, por necessidades de sua própria expansão, incorporou itens oriundos das classes baixas urbanas dissolvendo desse modo, as barreiras entre alta cultura e cultura popular. A diluição dessa fronteira se deu na música, na linguagem cotidiana, na moda, em todos os domínios da cultura

Outra via importante é aquela traçada pelo feminismo. Talvez pela primeira vez, desde o surgimento da idéia da juventude, as jovens eram percebidas como sujeitos particulares, com desejos e direitos sobre seu corpo e seu destino. A sexualidade lhes foi restituída e a juventude começa a deixar de ser pensada apenas no masculino.

A liberalização da sexualidade é um das vias onde o fosso entre as gerações apareceu de modo mais claro. Ao lado do feminismo, a emergência e visibilidade da cultura ligada ao homossexualismo foi um divisor de águas importante nos padrões de conduta pessoal. Nada do prazer deveria ser sacrificado às convenções.

A primazia dos desejos individuais sobre as convenções sociais passa a ser uma atitude política de contestação. HOBBSAWM (1995) cita o slogan de maio de 68: "Tomo meus desejos por realidade, pois acredito na realidade de meus desejos" como paradigmático desta postura. A capacidade de mobilização e ação política estava no subjetivo, na possibilidade da ação afetar as pessoas. Sobre isso afirma o autor: "Liberação pessoal e liberação social, assim, davam-se as mãos sendo sexo e drogas as maneiras mais óbvias de despedaçar as cadeias do Estado, dos pais, dos vizinhos, da lei e da convenção." (HOBBSAWM, 1995, p. 326)

As drogas que haviam estado limitadas a pequenos grupos espalham-se nesse período, valorizadas não somente pelas percepções que produziam, mas

também assumidas como uma atitude de inconformismo e rebelião pessoal, já que diferentemente do álcool e tabaco, são substâncias proibidas.

A ideologia de ser jovem, de não ter 'mais de trinta anos' floresce com toda força em um período de pleno emprego, no qual eles são portadores de um patrimônio de modernidade (por mais paradoxal que os termos possam parecer) que os capacita a enfrentar os desafios que as inovações trazem, e que as velhas experiências acumuladas pelas gerações anteriores parecem incapazes de traduzir.

Os jovens no Brasil não ficaram fora desse processo. São significativas por exemplo, a retomada do samba na música popular brasileira, os temas regionais e populares na linguagem cinematográfica e a valorização de aspectos da cultura popular na linguagem cotidiana dos jovens provenientes dos setores médios urbanos. Uma juventude que freqüentava a universidade e que buscava uma forma de expressão diferente de seus pais, sintonizada na modernidade, mas vivendo em um país de estruturas sociais muito antigas, arcaicas mesmo, alimentou um sonho revolucionário. A convivência entre a modernidade e a desigualdade social vai produzir alguns impactos importantes na "cultura jovem" no Brasil dos anos 60 para cá, que serão analisados mais a frente.

Em síntese pode-se afirmar que a primeira metade do século XX é aquela em que se dá o ápice da grande invenção da juventude. Em uma sociedade que acreditava ser possível um progresso linear e contínuo, a juventude passa a ser nodal na transmissão desse patrimônio e na continuidade deste processo evolutivo. Daí a atenção a esse grupo etário ter sido nessa época particularmente intensa, tanto pelo potencial que representava como mercado consumidor, como força social dinâmica capaz de fazer avançar o progresso.

Hoje esse grupo perdeu essa força, não há mais a fé ingênua em um progresso e o poderoso imaginário que a juventude representava de dinamismo e mudança volatilizou-se com as barricadas de maio de 68. Luisa PASSERINI (1996) lembra Walter BENJAMIN que em 1914 já intuía a contradição entre a juventude e o progresso, quando ele percebe que se a juventude está no centro do novo, este novo não está em lugar nenhum. Hoje mais que nunca isso parece verdadeiro, a figura do jovem perdeu sua importância como difusor de uma nova cultura e portador das esperanças de um mundo renovado. O jovem perde sua força no imaginário da sociedade e como mercado consumidor, cedendo este seu lugar para a infância.

É claro que isso agrava ainda mais as já dramáticas condições de inclusão dos jovens pobres no Brasil. Este é o objeto do próximo item.

## 2.2. Ser jovem no Brasil hoje

Algumas variáveis são de fundamental importância para que seja possível visualizar as condições de vida dos jovens no Brasil. Neste estudo estarão privilegiados como universo os jovens moradores da Região Metropolitana do Rio de Janeiro; porém tudo parece indicar que suas condições de vida não diferem das de seus contemporâneos nas outras grandes cidades do país.

O item anterior afirma que, historicamente, foi a sociedade industrial aquela que desenvolveu ao máximo a idéia da juventude. Sustenta-se ainda que para os jovens pobres, filhos dos trabalhadores urbanos, ela não está associada ao desenvolvimento do intelecto, pela impossibilidade de uma necessária

escolarização, nem ao florescimento do corpo pela idéia de animalização de seu sexo. Baseado neste ponto de partida, o exame das condições de vida dos jovens privilegiará as variáveis referentes à escolarização e inserção dos jovens no mercado de trabalho<sup>10</sup>.

O quadro abaixo permite o exame do rendimento médio das famílias residentes em domicílios na região metropolitana. Algumas conclusões podem ser tiradas deste exame sobre a extensão da pobreza urbana no Rio de Janeiro, permitindo-se ter uma visão da origem destes jovens.

---

<sup>10</sup> No capítulo anterior, através de alguns dados estatísticos, foi esboçado um quadro inicial de caracterização dos jovens, em particular sua quantificação e dados referentes à alfabetização. Esses dados serão reproduzidos aqui com o objetivo de facilitar ao leitor o acompanhamento do raciocínio desenvolvido através da comparação de tabelas.

Famílias residentes em domicílios particulares e valor do rendimento médio mensal dessas famílias, segundo a classe de rendimento mensal - 1996

Classe de rendimento mensal	Famílias residentes em dom. particulares	Valor do rendimento médio mensal
Total	3 193 467	1 264
até 1 mínimo	115 273	105
mais de 1 a 2 mínimos	249 015	183
mais de 2 a 3 mínimos	294 903	287
mais de 3 a 5 mínimos	566 854	446
mais de 5 a 10 mínimos	815 839	809
mais de 10 a 20 mínimos	532 129	1 557
mais de 20 mínimos	435 362	4 698
Sem rendimento	99 600	-
Sem declaração	84 492	-

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 1996 - IBGE

As famílias residentes em domicílios fixos que percebem um rendimento mensal de até R\$287,00 (758 791) correspondem a 23.76% do total geral de famílias, ou seja, estão em situação de extrema pobreza quase ¼ dos habitantes da região metropolitana. Segue-se a esse segmento a faixa cujo rendimento médio está em torno de R\$ 446,00, que corresponde a 17.75%.

Os jovens entrevistados para a pesquisa provêm em sua quase totalidade desse último grupo de rendimentos e alguns poucos da classe imediatamente inferior. Oriundos dessas famílias, os jovens têm um nível mínimo de atendimento de suas necessidades, sendo os principais usuários da rede pública de serviços de educação e saúde. Aqueles jovens que se situavam nas classes de rendimento inferiores foram os encontrados nos programas de dependência química ou ainda de colocação em trabalho, de alguma forma tutelados pelas instituições de justiça da infância e adolescência.

É certo que a pesquisa desenvolvida, de caráter qualitativo, não pode ser considerada uma amostra representativa, porém ela revela uma tendência, que a experiência não parece desmentir, de que as formas de atenção aos jovens pobres seguem o padrão de associação da juventude à delinquência, acima argumentado. O exame das ações de política social dirigidas a esse segmento, que será feito no próximo item, poderá revelar esta tendência de modo mais claro.

Nestas famílias residem um total de 936 692 jovens de 15 a 19 anos, correspondendo a 9.14% da população residente total. Eles estão assim distribuídos em relação à faixa etária e sexo.



## População residente, por sexo, segundo os grupos de idade - 1996

## Rio de Janeiro - Região Metropolitana

Grupos de idade	População Residente		
	Total	Homens	Mulheres
Total.....	10 245 599	4 860 902	5 384 697
15 a 19 anos.....	936 692	496 332	440 360
15 a 17 anos.....	572 988	301 605	271 383
18 a 19 anos	363 704	194 727	168 977

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 1996 - IBGE

Do total de jovens dessa faixa etária apenas 1.4% permanece analfabeto, conforme mostra a tabela seguinte, indicando que se universaliza o acesso a escola pelo menos nos primeiros anos escolares.

## Grupos de idade, por sexo, segundo a alfabetização

Grupos de idade e Alfabetização	Total	Homens	Mulheres
<b>Alfabetizados</b>			
15 a 19 anos.....	922 705	485 701	437 004
15 a 17 anos.....	564 595	295 450	269 145
18 a 19 anos	358 110	190 251	167 859
<b>Não Alfabetizados</b>			
15 a 19 anos.....	13 987	10 631	3 356
15 a 17 anos.....	568 393	296 155	262 238
18 a 19 anos	5 594	4 476	1 118

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 1996 - IBGE

Apesar dos resultados positivos em termos de um baixo índice de analfabetos, um exame da série freqüentada nessa faixa revela dados menos otimistas.

Estudantes por grupo de idade, por grau e série que freqüentavam, segundo sexo

Sexo e Idade	Total	Grau que Freqüentavam			
		1 Grau		2 Grau	Superior
		1. a 4.	5. a 8.		
<b>Totais</b>					
15 anos	173 465	13 429	113 598	45 318	-
16 a 17 anos	266 344	16 225	117 500	128 141	2 798
18 e 19 anos	178 492	6 155	41 967	102 398	26 294
<b>HOMENS</b>					
15 anos	82 254	8 953	51 481	20 700	-
16 a 17 anos	143 803	10 629	69 939	60 997	1 118
18 e 19 anos	94 563	5 036	23 504	53 157	12 307
<b>MULHERES</b>					
15 a 19 anos	91 211	34 476	62 117	24 618	-
16 a 17 anos	122 541	5 596	47 561	67 144	1 680
18 e 19 anos	83 929	1 119	18 543	49 241	13 987

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 1996 - IBGE

A observação revela que o universo total de jovens matriculados nessa faixa etária é de 618 301, que corresponde a apenas 66% do total de jovens residentes na região metropolitana, ou seja, mais de um terço dos jovens estão fora da escola até os 19 anos. Em relação ao total de matrículas nessa faixa etária podemos observar que elas se concentram equilibradamente nas últimas séries do 1º grau – com 44,2% aproximadamente e no 2º grau com 44,3%. São residuais as

matrículas nas extremidades no segmento de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> apenas 5.7% e no curso superior 4.7%.

Ao se examinar mais detalhadamente a concentração de matrículas por grau e série pode-se inferir que é na faixa etária compreendida entre os 15 e 17 anos que se concentra com intensidade o abandono escolar, pois na faixa imediatamente anterior, compreendida entre os 10 e 14, o índice de matrícula é da ordem de 94.6%, enquanto que na seguinte cai para 76.4%, e decresce muito na faixa consecutiva com 49% de matrículas. O índice de matrícula escolar varia pouco em relação ao sexo do jovem, aqui as diferenças são pequenas com ligeira vantagem para as mulheres.

O exame dos índices relativos ao grau e série que freqüentam mostram que se há um crescimento nas matrículas de 2<sup>o</sup> grau, conforme foi visto no capítulo anterior há ainda muito por fazer no sentido da universalização de seu acesso.

Talvez seja possível encontrar esses 34% de jovens que estão fora da escola ao examinar-se os dados referentes à situação de trabalho nessa faixa etária. Os primeiros dados referem-se à condição de atividade, por faixa etária.

Pessoas de 10 anos de idade ou mais, por condição de atividade na semana de referência e por sexo, segundo os grupos de idade

Grupos de idade	Condição de atividade na semana de referência					
	Economicamente Ativas			Não Economicamente Ativas		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
15 a 19	370 405	228 291	142 114	565 157	268 041	297 126
15 a 17	164 503	103 515	60 908	407 365	198 090	209 275
18 e 19	205 902	124 776	81 126	157 802	69 951	87 851

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 1996 - IBGE

Os dados mostram que aproximadamente 40% dos jovens entre 15 e 19 anos participam da população economicamente ativa. Nesse caso há uma diferença de comportamento entre homens e mulheres, pois 46% dos rapazes já trabalham, enquanto que no caso das mulheres esse índice cai para 32%. Parece de fato existir um certo paralelo entre os dados sobre abandono escolar e participação no mercado de trabalho, ou seja, para quase a metade dos rapazes a juventude como um período de moratória para capacitação para a vida adulta praticamente não existe.

Isso se torna ainda mais visível ao se observar os dados referentes à idade de entrada no mercado de trabalho na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Grupos de idade em que começaram a trabalhar as pessoas ocupadas na semana de referência, por sexo

Grupos de idade em que começaram a trabalhar	Total	Homens	Mulheres
Total	4 351 175	2 568 942	1 782 233
10 a 14 anos	1 351 355	913 772	437 583
15 a 17 anos	1 172 828	710 627	462 201
18 e 19 anos	862 258	483 433	378 825

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 1996 - IBGE

Os dados indicam que daqueles economicamente ativos ocupados na semana de referência, 77% deles começaram a trabalhar entre os 10 e 19 anos, sendo que em maior número entre 10 e 14 anos – 31% do total! – seguidos pelos de 15 a 17 anos que são 27% e, já diminuindo significativamente a faixa de 18 e 19 anos que é 19% do total. É possível verificar-se como os jovens vêm prematuramente tendo que assumir atividades geradoras de renda, o que muitas vezes afasta-os das possibilidades abertas por uma escolarização mais prolongada. É interessante ainda observar como a idéia de uma juventude ociosa é muito mais um mito do que a realidade que os dados revelam.

Neste quadro confirma-se ainda uma diferenciação entre os rapazes e as moças no que se refere às condições de inserção no mercado de trabalho, o que praticamente não existe em relação aos dados sobre escolarização. Dos que

começaram a trabalhar entre 10 e 14 anos as mulheres são apenas 32% do total, tendência que se repete na faixa seguinte, onde elas representam 40%.

Um exame das condições de inserção no mercado de trabalho pode dar uma idéia das dificuldades que esses jovens encontram.

Empregados, no trabalho principal da semana de referência, por categoria de emprego, segundo sexo e grupos de idade

Sexo e Idade	Total	Categoria do Emprego		
		Com carteira Assinada	Militares e Func. Públicos	Outros
Total				
15 a 19 anos	226 046	93 448	15 665	116 933
15 a 17 anos	87 844	27 418	-	60 426
18 e 19 anos	132 202	66 030	15 665	56 507
HOMENS	1 815 748	1 168 367	252 347	393 916
15 a 19 anos	159 468	55 961	13 986	89 521
15 a 17 anos	66 584	19 027	-	47 557
18 e 19 anos	92 884	36 934	13 986	41 964
MULHERES	971 956	585 319	195 838	190 799
15 a 19 anos	66 578	37 487	1 679	27 412
15 a 17 anos	21 260	8 391	-	12 869
18 e 19 anos	45 318	29 096	1 679	14 543

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 1996 - IBGE

Este quadro delinea a inserção dos jovens no mercado de trabalho. Seu exame permite que se tirem algumas conclusões interessantes sobre a forma como se dá essa inserção. A primeira delas diz respeito ao mercado formal e informal. Na faixa etária compreendida entre os 15 e 19 anos 41% dos trabalhadores estão no mercado formal e 52% no mercado informal, sendo que a distribuição entre um e outro tipo de inserção varia de acordo com os subgrupos etários nessa faixa.

Os trabalhadores entre 15 e 17 anos têm uma maior diferença entre as duas formas de inserção, eles estão 31% no mercado formal e 69% no mercado informal. Isso significa que aqueles que fazem uma entrada mais prematura no mercado de trabalho têm ainda um menor nível de proteção social ao trabalho, já que apenas um terço deles tem as garantias mínimas para o desenvolvimento de sua atividade.

No subgrupo composto por aqueles de 18 e 19 anos melhora a presença dos trabalhadores empregados no setor formal da economia com uma participação de 49% do total e 43% no informal. Surge nesse segmento a presença dos ocupados no setor público e militares - 11% - demonstrando a força existente ainda do serviço militar obrigatório, que fica mais claramente percebida ao se constatar a discrepância entre o número de mulheres e homens nesta categoria.

Porém o dado mais evidente das desvantagens desses jovens que ingressam prematuramente no mercado de trabalho é revelado pelo percentual de participação deste segmento de 15 a 19 anos no total de trabalhadores do mercado formal e informal. No mercado formal os rapazes representam



aproximadamente 5% do total de trabalhadores com carteira assinada; já no mercado informal eles representam cerca de 23% do total de homens ocupados nesse setor da economia. Ficam evidentes as desvantagens que esses rapazes têm em relação às outras faixas etárias, além de muitas vezes, a inserção no mercado de trabalho significar o abandono da escola, diminuindo ainda mais suas chances de inserções mais vantajosas. Eles ainda estão nesse mercado sem qualquer tipo de proteção social ao trabalho.

Persiste ainda a diferenciação entre os rapazes e as moças no que se refere ao trabalho. Os índices que o quadro mostra indicam que são melhores as proporções entre aquelas que trabalham com carteira assinada - 56% - portanto com um mínimo de amparo de legislação e as que estão no setor informal - 41%, bem como é significativamente maior a presença de trabalhadoras no subgrupo etário de 18 e 19 anos do que no de 15 a 17 anos.<sup>11</sup>

Todos os índices anteriores se referem aos jovens incluídos no mercado na semana de referência da pesquisa, porém algumas diferenças podem ser percebidas se considerados os 365 dias antes da semana de referência. A isso se refere o próximo quadro.

---

<sup>11</sup> Com isso não se está querendo dizer que as possibilidades de inserção das mulheres no mercado são melhores do que as dos rapazes. O trabalho feminino tem características peculiares que não cabem ser discutidas aqui pois fogem ao âmbito desse estudo, tais como o trabalho doméstico por exemplo.

Grupo de idade, por condição de atividade no período de referência de 365 dias e sexo

Grupos de idade	Condição de atividade na semana de referência					
	Economicamente Ativas			Não Economicamente Ativas		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
15 a 19 anos	423 572	257 397	166 175	511 441	238 376	273 065
15 a 19 anos	423 572	257 397	166 175	511 441	238 376	273 065
15 a 17 anos	190 249	119 747	70 502	381 060	181 299	199 761
18 e 19 anos	233 323	137 650	95 673	130 381	57 077	73 304

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 1996 - IBGE

A comparação dos números apresentados no quadro 5 com a anterior demonstra que um contingente significativo de trabalhadores que estiveram ocupados no ano anterior encontra-se desocupado na semana de referência. Em números brutos eles são cerca de 53.000 trabalhadores, aproximadamente 14% do total dos que se encontravam ocupados. Em todos os itens o contingente de trabalhadores ocupados no último ano é superior aos apresentados no quadro 5 indicando o desemprego que se apresenta nessa faixa etária.

Mesmo não permitindo comparações, pois são bases de dados diferenciadas, os índices relativos à situação de emprego revelados pela Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE revelam que, durante o ano de 1997, cresceu o número de pessoas procurando trabalho atingindo o patamar de 32%, acentuando as taxas de desemprego aberto na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que

creceu de 2.9% para cerca de 3.8%. Esse desemprego aumentou indistintamente para homens e mulheres nos principais setores de atividade. Porém, considerando-se a faixa etária, reduziu-se a participação dos mais jovens e também daqueles de menor escolaridade na composição da força de trabalho.

O Cadastro Geral de Admitidos e Demitidos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro do Ministério do Trabalho, correspondente ao período de janeiro de 96 a dezembro de 97, mostra algumas tendências interessantes em relação a faixa etária compreendida entre 15 e 17 anos. A primeira delas é que entre aqueles que obtiveram seu primeiro emprego o nível de instrução mais corrente é da 4ª a 7ª série e o 1º grau completo com respectivamente 41% e 46% do total. Essa tendência se repete também entre os trabalhadores demitidos no mesmo período.

O breve exame feito em torno dos indicadores das condições de inclusão social dos jovens na sociedade brasileira atual configura um quadro no qual é evidente a força dos processos de exclusão social desses jovens, filhos dos trabalhadores. Particularmente, agravados por um quadro recessivo combinado à ampliação do desemprego estrutural, os processos de exclusão social têm agido de modo intenso, destituindo de amplos segmentos sociais desde os direitos mínimos de proteção social do trabalho, historicamente conquistados, até, como no caso dos jovens estudados, o direito à conservação da própria vida.<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup>Os dados do Sistema de Informação de Mortalidade da cidade do Rio de Janeiro mostram que no período 95/96 a causa de morte mais comum no grupo etário compreendido entre os 15 e 19 anos é o homicídio. Aproximadamente oito em cada dez mortes têm essa causa; dentre esses 80% das vítimas são do sexo masculino.

A noção de exclusão social tem sido amplamente utilizada, porém é necessário delimitá-la com clareza para que seja possível perceber a que processos sociais está se referindo. O termo exclusão social surge nos anos 70 na Europa para designar as diversas categorias de trabalhadores que não se encontravam cobertas por nenhum sistema de proteção social, em particular aquelas pertencentes a grupos de imigrantes que não gozavam da proteção do sistema legal de amparo ao trabalhador, constituindo-se como problemas sociais.

Nos anos 80 a noção de exclusão foi ampliada. Ela passa a referir-se à nova pobreza que emergia nos subúrbios das cidades europeias em razão do longo desemprego, que vinha associado à reestruturação produtiva. Com a emergência de um novo modo de organização do trabalho, mesmo trabalhadores qualificados com uma tradição de inclusão no mercado perderam seus postos de trabalho, sem conseguirem se atualizar em uma nova cultura que surgia.

Desta origem o conceito de exclusão social vai guardar a referência a um processo de organização do mundo da produção que,

*“em nome de uma concepção tão estreita quanto estrita da racionalidade individual, coloca em parênteses as condições econômicas e sociais das disposições racionais e as estruturas econômicas e sociais que são a condição de seu exercício”.*<sup>13</sup> (BOURDIEU, 1998)

Hoje a exclusão social é um conceito que se refere não só à pobreza, mas envolve todas as circunstâncias onde se produz e reproduz uma identidade em déficit. Desse modo, é possível incluir nesse conceito as práticas individuais e

---

<sup>13</sup>BOURDIEU, Pierre. A essência do neoliberalismo :. essa utopia, em via de realização, da exploração sem limites. Le Monde Diplomatique, Paris, mar 98.

coletivas e as instituições sociais, políticas e econômicas que atuam na vida social no sentido de produzir, ou de reproduzir e reforçar, as barreiras que produzem esse déficit através da desigualdade e discriminação a certos grupos sociais.

Além deste aspecto, a noção de exclusão social pode ser ainda instrumento fundamental para apreensão de determinadas formas de inclusão, que se apresentam atravessadas por discriminações tais como as condições de trabalho dos negros, das mulheres, dos jovens, etc. Nesse sentido pode-se falar em uma inclusão que apresenta uma diminuição de oportunidades em relação a outros grupos que desempenham os mesmos papéis no processo produtivo. Essa discriminação pode aparecer através de salários mais baixos, maior dificuldade de conseguir trabalho, trabalho aquém de sua capacitação, ou ainda, acesso mais restrito a programas de qualificação e ascensão profissional.

Por seu caráter de multiplicidade, a exclusão social pode ser vista em diversas esferas da vida social, mas sua centralidade está ligada ao trabalho. Anne POSTHUMA e Maria LOMBARDI (1997) vão lembrar quatro esferas para a exclusão em relação ao mercado de trabalho. São elas: desemprego aberto, formas precárias de inserção no mercado de trabalho, formas não remuneradas de trabalho e perda das possibilidades para desenvolvimento de novas potencialidades.<sup>14</sup>

No sentido de perda de novas potencialidades a combinação de exclusão social com uma ordenação de endeusamento do mercado produz um de seus mais perversos aspectos que é a perda de um sentido de pertencimento a um coletivo. Os procedimentos de solidariedade social se diluem em uma razão exclusiva,

---

<sup>14</sup> POSTHUMA, Anne Caroline, LOMBARDI, Maria Rosa. Mercado de trabalho e exclusão social da força de trabalho feminina. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 11, n. 1, jan-mar de 1997

pois baseada na competição. Na regulação econômica do mundo de geração de um mercado "puro", ou de puro mercado, destrói-se a perspectiva dos coletivos, através de uma ação política sistemática que atua também no campo simbólico.

Pierre BOURDIEU (1998) enumera quatro estruturas coletivas que têm sido alvo desta ação política. A primeira delas é a nação que se enfraquece frente ao poderio dos grupos econômicos. A segunda são os grupos coletivos de trabalhadores na produção uma vez que, ao serem escalonados individualmente de acordo com suas competências individuais, tornam-se cada vez mais atomizados e competitivos. A terceira estrutura apontada por BOURDIEU são os coletivos tradicionais de defesa dos direitos dos trabalhadores tais como os sindicatos, cooperativas, etc. e, finalmente, a própria família que, nas palavras do autor, "através da constituição de mercados por classe de idade, perde uma parte do seu controle sobre o consumo."<sup>15</sup>

Não é possível imaginar-se que os sujeitos não reajam a essa destituição promovida pela exclusão social. As tentativas de reação que os trabalhadores têm esboçado em sua luta contra o domínio absoluto da racionalidade do mercado e a conseqüente exclusão social que dele advém têm alcançado alguns campos importantes e mesmo inovadores da luta dos trabalhadores, tal como a questão ambiental, por exemplo.

Outro desses campos se refere aos instrumentos de proteção social. A pressão por políticas públicas e sociais e o debate das questões sociais advindas da exclusão são exemplos disso. A questão da infância pobre e dos jovens não escapam deste debate. As políticas pensadas para esse segmento e as ações desenvolvidas vão variar desde uma lógica inclusiva até as que, ao aprofundarem

---

<sup>15</sup>BOURDIEU, Pierre. A essência do neoliberalismo. Esta utopia, em vias de realização, da exploração sem limites. *Le Monde Diplomatique*, mar de 1998.

a segregação e discriminação dos jovens pobres, acabam por se tornar reforçadoras da exclusão. O exame de algumas políticas e de suas ações implementadoras será o objeto do próximo item.

### 2.3. Breve exame das políticas dirigidas a jovens

O exame das políticas destinadas aos jovens pobres será guiado pela pergunta: em que medida elas favorecem a inclusão dos jovens, ou ao contrário, suas ações são reforçadoras da exclusão?

O esboço delineado anteriormente permite visualizar em que lugar se encontram os jovens na sociedade brasileira hoje, revelando a grande defasagem de oportunidades existentes para os jovens pobres. No último item do capítulo anterior vários pontos foram sinalizados sobre isso, inclusive mostrando essas diferenças a partir dos anos 70. Para o exame das políticas será necessário conhecer ainda as formas de tratamento da juventude pobre no Brasil, que são o pano de fundo sobre o qual são traçadas essas políticas.

Com uma industrialização tardia em relação à Europa e aos Estados Unidos, o Brasil apresenta uma formação social na qual a desigualdade é seu traço mais saliente. Essa desigualdade está ainda acrescida do caráter racial que a pobreza assume, em razão das condições em que se incorpora o negro à sociedade após a extinção oficial da escravidão, período em que se forma o Brasil Republicano. Os jovens pobres no Brasil do século passado não eram, como os europeus e norte-americanos, operários fabris, moradores das cidades. Eles eram escravos, ou, aqueles brancos e livres, que trabalhavam em pequenos

serviços artesanais, sem acesso à escolarização e sem uma função muito clara na vida social.<sup>16</sup> *estes profissionais p/ fazerem...*

Apenas na primeira metade do século XX começa a surgir a figura do jovem trabalhador urbano e ainda assim branco, pois a condição de vida e trabalho dos negros pouco mudou em relação à sua condição anterior de escravos. Eles eram os jovens pobres brancos, funcionários miúdos do comércio e de pequenos artesanatos e, mais à frente, operários das fábricas que se estabelecem na nascente industrialização. Estes são vigiados como potencialmente perigosos de serem contaminados pelo anarquismo e mais tarde pelo comunismo. Esses jovens, apesar de vigiados e disciplinarizados como força de trabalho para a nova produção de tipo capitalista, ainda alcançam algum lugar na vida social.

Porém, ao lado deles, estão os jovens pobres negros e mulatos presentes no espaço urbano. Estes jovens vão compor o estereótipo do malandro, personagem do mundo urbano que começa a se organizar. É o vadio, capoeirista, sempre com problemas com as forças policiais. Identificado como vagabundo incurso no crime de vadiagem, ele é uma ameaça permanente à ordem e à eugenia da cidade.

À presença incomodativa dos jovens pobres a primeira resposta mais consistente é o Código de Menores de 1927 que vai por a questão do enfrentamento das demandas desses jovens no âmbito policial como prática legal

<sup>16</sup> Vários são os exemplos na literatura desses personagens. Os contos de Machado de Assis, por exemplo, registram a falta de função social dos jovens oriundos da classe média, mostrando-os em sua maioria como tipos tolos e fúteis. Abordando outra origem de classe Memórias de um Sargento de Milícias relata um enorme arsenal de pequenos expedientes que eram obrigados a recorrer para sobreviver.



de tratamento. NUNES (1998)<sup>17</sup> mostra que o Código categoriza três tipos de menores: o abandonado, o vadio e o libertino<sup>18</sup>, reproduzindo a categorização dos jovens operários na Europa do século anterior. Para esses dois últimos resta a penalização e a reclusão e para o primeiro tipo organiza-se uma rede de filantropia baseada na exploração de seu trabalho a título de educação.

Para realizar as injunções do Código de 27, foi montado já em 41, com a aceleração do processo de urbanização, um serviço de reclusão de menores considerados delinqüentes em instituições correcionais, que o Serviço de Atendimento ao Menor (SAM) inaugura. Está criada uma cadeia específica para eles que a lei de emergência de 43 vai tornar mais normatizada para a faixa de 14 a 18 anos, inclusive com a retirada do pátrio poder em caso de conduta anti-social<sup>19</sup>.

Com isso vê-se que a estratégia articulada para o equacionamento da presença de uma massa de jovens pobres desocupados e sem função social clara nos centros urbanos então florescentes foi a repressão pura e simples, porém embrulhada em um discurso de reeducação dos jovens pobres pelo trabalho.

É interessante registrar-se que a marca de delinqüente, no Brasil, esteve desde o início associada aos pobres e assim se mantém até hoje. A imagem do delinqüente jovem é o rapaz negro ou mulato que perambula em grupo pela cidade e que de acordo com as modas, recebe atributos diferentes, é o que usa

---

<sup>17</sup> NUNES, Deise Gonçalves. *A infância sem infância* : padrões de intervenção social e reconhecimento da infância pobre no Brasil, Rio de Janeiro, mimeo, 1998.

<sup>18</sup> São considerados vadios aqueles resistentes às tentativas de disciplinarização através do trabalho e que vagam pela cidade, sem um meio de vida identificável. Já os libertinos com esse mesmo perfil têm ainda o agravante de estarem envolvidos em prostituição.

<sup>19</sup> É sintomático que o SAM surja como instituição do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

boné, ou tênis espalhafatosos, ou cordões grossos no pescoço, ou o cabelo de determinado modo, em uma figura atualizada do vadio do início do século. O que parece comum é a questão racial e o perambular não funcionalizado pela cidade.

Ao contrário dos Estados Unidos, não há no Brasil reconhecimento para a delinqüência juvenil da classe média, no máximo, casos isolados, dignos de nota, classificados na idiossincrasia de cada indivíduo. Com isso, a feição 'benevolente' no trato com a delinqüência representada pelas políticas de prevenção só vai surgir bem mais tarde e ainda com a tônica do trabalho. As medidas de privação de liberdade se justificavam pela incapacidade da família de conter seus filhos. De início essa incapacidade era creditada à permissividade e à crise de valores na família. Já na ótica das políticas de prevenção há uma mudança de ênfase sobre as dificuldades da família que giravam agora na ordem dos fatores econômicos e sociais.

A história dos jovens pobres neste século no Brasil se confunde com as iniciativas que o Estado implementou na tentativa de controlá-los. Além da marca da racialização essa história carrega a marca da institucionalização dessa juventude. O trabalho nessa rede de instituições foi um dos primeiros campos no Rio de Janeiro, de profissionalização da assistência social. Segundo IAMAMOTO e CARVALHO (1982) o Juízo de Menores desta cidade, em 1939, já contava com assistentes sociais em seu quadro profissional bem como o SAM desde de sua criação. Fora da esfera de justiça da infância, o SENAI, que é um centro de treinamento profissional destinado a jovens operários, consta também como outra instituição a cedo profissionalizar seus quadros de assistência, tendo assistentes sociais desde 1942. No setor privado as empresas se constituíam em campos privilegiados de ação dos assistentes sociais recém profissionalizados, além das

ações ligadas a grupos filantrópicos, religiosos ou não, com ação centrada principalmente sobre as famílias e as crianças.<sup>20</sup>

Esse trabalho profissionalizado de assistência contava com uma base “técnico-científica” para o desenvolvimento de suas ações, formando o discurso dos especialistas sobre a infância pobre. Algumas fontes de legitimação desse discurso estão fundamentadas na produção de conhecimentos em psicologia e sociologia. A produção nestas áreas é intensa e seu exame vai revelar as diversas concepções ideológicas que subjazem esse discurso produzido pelos especialistas.

Poder-se-ia agrupar os estudos produzidos em três grandes segmentos<sup>21</sup>. No primeiro estariam os estudos de orientação biológica. Neste grupo uma visão naturalizada do desenvolvimento humano levaria a supor que a juventude é uma etapa subsequente à infância e anterior à maturidade que os sujeitos universalmente atravessam, de uma maneira mais ou menos indistinta, em seu desenvolvimento físico e biológico.

Estas teorias remontam principalmente a ROUSSEAU, (1990)<sup>22</sup> que em seu livro *Emílio* vai mostrar esse período como um momento de grandes transformações. Ele a localiza entre os 15 e 20 anos e afirma que é na juventude que se formam a consciência moral, a responsabilidade social, o senso de justiça e o conhecimento do mundo. ROUSSEAU mostra ainda o caráter natural e inevitável desse período da vida no qual o controle dos adultos é particularmente

---

<sup>20</sup> IAMAMOTO, Marilda e CARVALHO, Raul. *Relações sociais e serviço social no Brasil : esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo : Cortez Editora, 1982.

<sup>21</sup> Não se pretende aqui fazer um levantamento minucioso das diversas teorias psicológicas e sociológicas existentes sobre a juventude. Apenas serão registradas as principais influências no trabalho social com jovens no âmbito das políticas sociais no Brasil.

<sup>22</sup> ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio*. Lisboa: Europa-América, 1990

importante e necessário nos primeiros contatos com o mundo adulto. Sua teoria só vai ser inteiramente apropriada no fim do séc. XIX e foi usada como justificadora da subordinação dos jovens.

É representante importante deste ponto de vista o livro *Adolescência*, de Stanley HALL (1904). Nele a juventude aparece como um período demarcado no curso da vida dos sujeitos principalmente por um desenvolvimento biológico submetido às leis da evolução. Para este estudo é importante sublinhar que no pensamento de HALL o caráter natural e universal da experiência da juventude é justificador da dependência imposta aos jovens na sociedade industrial.

Esse tipo de pensamento vai ter uma grande influência sobre as práticas educativas da família e instituições como as escolas e reformatórios, pois racionaliza seus esforços em socializar os jovens nos valores dominantes na época. Essa concepção da juventude vai ser predominante até o período da Segunda Guerra, quando os desafios postos pelas mudanças sociais e da presença dos jovens como sujeitos ativos. Além desses aspectos o desenvolvimento do estudo de outras sociedades pela Antropologia vai mostrar que a idéia de que a juventude é um período universal e inevitável não resiste à comparação com sociedades tradicionais.

Desta interlocução com a Antropologia surge um segundo grupo de estudos sobre a juventude no qual a base de seu entendimento é cultural. Desse ponto de vista a juventude é um período necessário para o desenvolvimento da personalidade dos indivíduos e a sobrevivência das sociedades complexas que demandam um tempo mais largo para socializarem os indivíduos.

Essas concepções emergem com força após a Segunda Guerra sob a hegemonia das formulações da sociologia empírica norte-americana, com seus

inúmeros estudos sobre jovens, com especial relevância para PARSONS. Até o final dos anos 60 a principal orientação que fundamenta o trabalho com jovens nas instituições é de corte estrutural-funcional, com as conseqüentes leituras sobre adaptação e desvio, abstraíndo os conflitos sociais e econômicos que envolviam a situação dos jovens pobres. Neste campo as formulações da psicologia comportamental norte-americana, em particular ROGERS, têm grande influência no modelo de intervenção adotado no trabalho junto a jovens denominado de psico-social.

No terceiro grupo de estudos sobre juventude podem ser classificados aqueles estudos de corte histórico e cultural que vão considerar a juventude como uma produção social, variável ao longo do tempo e diferenciada de acordo com a origem de classe dos jovens. Esses estudos terão grande influência nas concepções educativas que vão surgir nas ações para jovens já nos anos 80 e 90. São referências importantes os estudos de VYGOTSKIJ e de MAKARENKO nos internatos de reeducação de jovens no início da Revolução de 17 e, seguindo a mesma tradição teórica, LEONTJEV. Os estudos de MAKARENKO, por exemplo, influenciam algumas das formulações das ações da rede de instituições, tanto públicas como privadas – as ONGs, que atendem a jovens.

É claro que cada grupo de estudos está orientado por um horizonte ideológico que direciona as práticas sociais voltadas para esse segmento e vai definir a formulação dos objetivos de cada política. Desse modo, a análise das políticas para jovens tem que necessariamente considerar esse horizonte ideológico que orienta sua formulação.

Para fins de ilustração destas ações de políticas para jovens serão apresentadas aqui quatro destas iniciativas<sup>23</sup>. Todas se dão na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, sendo uma delas com abrangência nacional, outra estadual e ainda uma ligada à esfera da justiça. Duas das ações são de iniciativa governamental em parceria com ONGs e uma é bancada pela própria ONG em parceria com empresas privadas.

Um dos programas é formulado e gerido por um banco estatal de fomento ao desenvolvimento, formado portanto por fundos públicos. Ele se dirige ao financiamento de atividades desenvolvidas junto a crianças e jovens em situação de risco social. Seus beneficiários são assim definidos:

*Entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, cuja atuação junto ao público-alvo do Programa seja reconhecida e notória.*

Essa definição de beneficiários, bastante vaga, é complementada por alguns critérios que tornam mais claro a quem o programa se destina. São eles:

*.serão priorizados projetos integrados a outras iniciativas da sociedade civil e do poder público local;*

*. o programa destinar-se-á a projetos localizados nos municípios das capitais e suas áreas de influência e a municípios com população superior a 300 mil habitantes;*

*. os municípios interessados em implantar redes de atendimento, bem como realizar investimentos para atender às*

---

<sup>23</sup> Todas as informações que serão apresentadas foram retiradas de material recolhido junto aos programas. Em dois deles em material impresso e um, na falta deste, através de entrevista com profissional da execução da ação. As fontes não serão indicadas para preservar a identidade de cada projeto.

*exigências do Estatuto da Criança e do Adolescente, poderão pleitear a colaboração financeira do programa.*

Por esse acréscimo de critérios pode-se perceber um direcionamento dos financiamentos às redes já constituídas de atendimento e um privilégio às chamadas 'parcerias' entre municípios e ONGs.

Na mesma linha outro programa, voltado especialmente à capacitação para o trabalho de jovens em situação de risco social, privilegia as parcerias. Em seu documento de referência o programa indica:

*O atendimento aos jovens em situação de risco social tem como pressuposto a conjugação de esforços, a integração e parceria entre Estado e sociedade, setor público e setor privado, no sentido de garantir a elevação da escolaridade e a qualificação profissional dessa clientela, com foco em oportunidades concretas no mercado de trabalho local. Cumpre, particularmente, ampliar e fortalecer essa parceria, mediante envolvimento de outros atores relevantes – especialmente do setor privado, para estender e consolidar o programa.*

Como no exemplo anterior, a responsabilidade do Estado na execução das políticas está cada vez mais sendo transferida para uma rede de entidades privadas e o Estado surge como o provedor das ações através dos fundos públicos. É interessante observar como na terceira experiência essa parceria vai funcionar de outra maneira, com a ONG assumindo parte da responsabilidade das empresas. Trata-se de um programa de colocação em trabalho de jovens. Os rapazes são colocados nas empresas, mas seu contrato de trabalho é de responsabilidade da organização que executa o programa, que acaba, desse

modo, por funcionar como uma empresa tercerizada. A organização recebe para pagar o salário e mais os custos contratuais e sociais envolvidos.

Na parceria as relações entre a ONG e as empresas reproduzem fielmente as relações correntes nas novas formas de ordenamento do trabalho e contratação de mão-de-obra.

Três das experiências trabalham com uma população de jovens que é caracterizada como em situação de risco social. Essa situação está definida em cada uma das ações a partir da direção que atua o programa. Para um dos programas, os jovens em situação de risco são aqueles:

*-habitantes de regiões carentes ou marginalizadas; oriundos de famílias desestruturadas de baixa renda; que morem ou passem o dia na rua e vítimas de exploração, violência física ou psicológica.*

O outro programa, voltado essencialmente para a profissionalização, vai caracterizar os jovens que são seu público alvo como aqueles que:

*Em situação de risco social, traduzido por pobreza crítica; carência ou precariedade de vínculos familiares; escolaridade inferior ao 1º e/ou 2º graus (por evasão, repetência, necessidade de trabalhar, resistência emocional ou cultural, 'desinteresse' ou outros fatores de exclusão); acesso precário ou inexistente a serviços de saúde; ausência de qualificação profissional.*

Esse programa apresenta um elenco mais ampliado de situações nas quais esses jovens podem se encontrar em situação de risco social do que o anteriormente citado. O perfil de atendimento é voltado diretamente para a questão do trabalho, daí a ênfase na escolaridade. No programa mantido pelo sistema de justiça esta idéia do risco social ainda é mais ampla, pois inclui os



rapazes que cometeram atos infracionais e estão em medida sócio-educativa<sup>24</sup>. Já o público da ONG é muito semelhante ao definido pelo primeiro programa, que é o do banco de desenvolvimento.

Em relação aos recursos de manutenção dos programas, em todas as quatro experiências estudadas a base de financiamento é o fundo público. Em duas o Estado entra como um repassador de fundos públicos para que outras entidades executem as atividades; em uma os recursos são da própria justiça que executa o programa e a última recebe recursos públicos para desenvolver sua atividade. Esta é justamente aquela que funciona como uma empresa terceirizada de prestação de serviços às empresas suas 'parceiras'.

Os dois programas que funcionam como repassadores de recursos estabelecem como critério para o financiamento a contrapartida financeira. No caso do banco de fomento, com diferenciações entre instituições públicas e privadas:

Privadas

- . Outras fontes de receitas
- . Apresentar estratégia de sustentabilidade implantada ou em implantação

Públicas

- . Contrapartida financeira
- . Não serão apoiados salários nem custos fixos das instituições públicas

---

<sup>24</sup> Medida sócio-educativa é uma figura jurídica definida no Estatuto da Criança e do Adolescente destinada a reeducar jovens que cometem atos infracionais. As medidas variam de acordo com a infração podendo chegar, nas mais graves, ao recolhimento temporário em internatos.

Os critérios para as entidades públicas parecem mais rigorosos do que aqueles enunciados para as privadas. Estas necessitam apresentar um plano de sustentabilidade da ação desenvolvida, que deverá ser obtida através das articulações com os programas governamentais e outras entidades privadas, o que as coloca novamente como beneficiárias dos fundos públicos, agora originários de outro financiamento.

No programa estadual de profissionalização a contrapartida esperada são os recursos materiais – instalações e equipamentos - para a execução dos projetos. As outras exigências para apoio estão ligadas a capacidade da entidade executora de:

*. mobilizar o empresariado local e/ou regional para o oferecimento de atividades complementares de estágio;*

*. assessorar os jovens egressos para a inserção em empreendimentos produtivos como profissionais autônomos ou em cooperativas.*

As experiências estudadas que são executoras diretas têm sua ação balizada pelas exigências das empresas onde são colocados os jovens. O profissional de uma delas vê com preocupação o nível crescente de exigências e a conseqüente exclusão de grande número de rapazes que procuram a entidade. Ela mostra que;

*Algumas empresas estão passando por uma reforma estrutural muito grande e a gente sente, pois o jovem está sendo mais cobrado, eles querem um adolescente mais qualificado. Cada ano é diferente. Quando o projeto surgiu se exigia a quarta série, foi aumentando e daqui a pouco só vão querer com segundo grau. Cada*

*vez mais a empresa quer adolescentes mais qualificados, principalmente as privadas. Sentimos um baque enorme com a privatização da Light. Não chegaram a reduzir as vagas, mas estão exigindo qualificação maior.*

Essa dificuldade é particularmente aguda para o programa da justiça, pois sua demanda inclui inúmeros jovens analfabetos. A questão da escolarização é uma constante nos programas diretamente ligados à capacitação de jovens. E aí surge uma questão importante pois, se todo o discurso é para o estudo, inclusive com exigências formais de matrícula escolar, a prioridade é para o trabalho. Os jovens trabalham oito horas diárias e a escola passa a ser relegada a um segundo plano e feita no horário noturno.

Ou seja, apesar de seu discurso a questão da qualidade da instrução fornecida a esses rapazes não é uma prioridade. A escola é reduzida a sua seqüência formal de segmentos e certificados ao fim de cada um. Em nenhum deles está citada qualquer ação educativa que não seja absolutamente instrumental, voltada diretamente para o treinamento de habilidades profissionais.

Do mesmo modo, não se desenvolvem ações com vistas a propiciar aos jovens as oportunidades para superação dos déficits culturais que acumulam em razão de suas dificuldades de acesso aos bens de cultura produzidos na vida social. As concepções de educação e capacitação para o trabalho que presidem estes programas estão impregnadas por uma lógica de formação para a subalternidade, sem romper com os lugares sociais que estão indicados para eles.

É, porém, uma subalternidade modernizada de acordo com os ditames da nova organização do trabalho, em razão da reestruturação produtiva. O foco

central não é mais a perspectiva de ser assalariado como fica claro na estruturação das atividades propostas pelo programa estadual de financiamento de treinamento de jovens:

*As ações de educação profissional, para a clientela indicada, deverão incluir, necessariamente, a complementação da escolaridade básica ( 1º e 2º graus), inclusive por via supletiva, para os maiores de 18 anos. Agregar às atividades específicas de profissionalização as habilidades de gestão e de associativismo. Encaminhar para o mercado de trabalho os adolescentes e jovens qualificados, estimulando e apoiando alternativas de trabalho autogerido, microempreendimentos e diferentes formas de associativismo.*

As concepções que os programas apresentam não são, é claro, escolhas aleatórias ditadas por seus formuladores, mas estão orientadas por todo um universo de concepções que fundam as ações, a partir das formas pelas quais seus usuários se apresentam na vida social. Ao mesmo tempo, as idéias que essas ações produzem e difundem são formadoras das idéias que acabam também por circular na vida social, reforçando ou rompendo, com o instituído .

Outro aspecto a se ressaltar é que os programas dirigem-se integralmente a jovens moradores das médias e grandes cidades. Este direcionamento é uma tentativa de responder aos desafios que esses jovens representam nas cidades como pressão sobre o mercado de trabalho e demandas por serviços. Sua presença imprime algumas dinâmicas no desenho das cidades e nas formas de relação estabelecidas com os jovens no controle do espaço urbano.

O reconhecimento destas intrincadas dinâmicas, tarefa do próximo capítulo, é fundamental para que se possa, ao final deste estudo, discutir as

possibilidades de inclusão que se apresentam a esses jovens na contemporaneidade, a partir do exame das estratégias de inclusão que vão negociando no curso de suas vidas.

## Capítulo 3

### **A cultura da cidade na contemporaneidade**

- 3.1. A urbanização excludente brasileira - a cidade do Rio de Janeiro
- 3.2. O desenho da metrópole e o modo de vida dos sujeitos
- 3.3. O tempo e o espaço da cidade - os fluxos na subjetividade
- 3.4. Cultura de consumo e subjetividade

Como havia sido enunciado no início deste estudo, este capítulo tratará da cultura da cidade. Nele buscar-se-á reconhecer alguns elementos centrais presentes nas dinâmicas que constituem a cultura da cidade, para que seja possível responder à questão de como a cidade está presente na subjetividade dos sujeitos estudados. Neste capítulo a cidade será vista como espacialidade, privilegiando-se o seu movimento. O que se buscará perceber é como a cidade, em seus rostos mais contemporâneos, produz uma cultura que lhe é particular.

A cidade é uma das expressões mais acabadas do capitalismo. Ela é uma forma de organização do espaço pelo homem que reflete suas formas de organização, tanto de suas relações entre si, bem como as que estabelece com o mundo da natureza. Desse modo, a ordenação do espaço na cidade, muitas vezes em sua aparente desordem, mostra as características de uma dada sociedade em um tempo histórico determinado.

Milton SANTOS<sup>1</sup> (1991) chama a atenção para o aspecto que a composição do espaço é feita em fixos e fluxos. Ele diz que os fixos são os instrumentos de trabalho e as forças produtivas, incluindo nestas a massa humana que habita o espaço. Como fluxos ele identifica o movimento e a circulação no espaço, acentuando a distribuição e o consumo como fenômenos ligados aos fluxos no espaço. O autor vai acentuar que na contemporaneidade os fluxos sofreram alterações acentuadas. Sobre isso ele afirma:

*“Nos dias de hoje, como certamente jamais antes, quando os fixos têm importância muito grande, a circulação passa também a ter importância fundamental, entre outras razões pelo fato de que o produto se internacionalizou e, por conseguinte, tem de ser distribuído através de todo mundo, sem respeito às fronteiras nem às distâncias.(...) Passamos também de fluxos que são curtos no espaço e que se exercem em áreas limitadas a fluxos que abrangem frações de território cada vez mais amplas.”(SANTOS, 1991,p. 81)*

O que se procura neste capítulo é, portanto, com ênfase em seus fluxos, perceber como a cidade se produz em sua circulação e ao fazê-lo configura um tipo de sociabilidade e subjetividade características deste final de século. Para isso organizamos o percurso da exposição em quatro itens.

Para se avaliar a dimensão da presença do fenômeno urbano na produção da subjetividade dos indivíduos, vale a pena iniciar por uma breve caracterização do processo de urbanização no Brasil nas últimas décadas, com particular destaque à cidade do Rio de Janeiro. Com seu caráter mais sociológico, este processo é o ponto de partida a partir do qual será possível estabelecer as bases materiais onde se constrói a subjetividade dos sujeitos estudados.

---

<sup>1</sup> SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1991

O segundo item procura discutir as profundas alterações pelas quais passam o desenho das cidades na contemporaneidade e como elas conformam um novo modo de circulação dos sujeitos em seu espaço. Neste momento da exposição procuramos ainda dimensionar os impactos destas mudanças na produção das subjetividades no espaço da cidade.

Já o terceiro item vai tematizar essas mudanças na relação do tempo e do espaço na cidade, como elementos constituintes de uma certa subjetividade formada nas condições contemporâneas de organização da vida social.

Finalmente no quarto item será abordado, nos fluxos da cidade, o consumo, em particular, como um elemento presente nesta subjetividade, de fundamental importância na constituição dos sujeitos urbanos contemporâneos.

### 3.1. A urbanização excludente brasileira - a cidade do Rio de Janeiro

A característica mais saliente da urbanização brasileira é seu caráter de não incorporação da pobreza urbana. Os pobres estiveram durante todo esse processo segregados nas dinâmicas espaciais constituintes do espaço da cidade, expressando-se também nelas as características mais marcantes do desenvolvimento do capitalismo no país. Roberto LOBATO<sup>2</sup> (1997) sobre isso nos mostra:

*“A desigual integração da rede urbana brasileira, que foi ampliadamente ratificada nos últimos 20 anos, revela claramente os resultados de um processo de desenvolvimento capitalista que, longe de gerar uma tendência à homogeneização social e da organização espacial, acentua as diferenças entre os diversos segmentos da rede urbana brasileira, revelando, através da rede urbana uma efetiva*

---

<sup>2</sup> CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.



*integração de parte da população ao sistema social e, simultaneamente, uma menor integração, senão exclusão de parcela importante da população." (LOBATO, 1997, p. 104)*

A população urbana brasileira teve um crescimento vertiginoso. De acordo com o critério do IBGE, o número de moradores nas cidades brasileiras que era de cerca de 18 milhões em 1950 atinge em 1980, 80 milhões e, em 91, 115 milhões. Em termos percentuais isso significa que 36% da população total do país vivia nas cidades em 1950 para 68% em 1980 e 78% em 1991.

Essa população, ao mesmo tempo que se concentra em um pequeno número de megacidades, espalha-se, também, em um contingente de cidades de variados tamanhos que se integram a elas em uma complexa rede de divisão territorial do trabalho, na divisão campo - cidade e entre as próprias cidades.

Georg SIMMEL<sup>3</sup> (1967), em seu texto *Metrópole e Vida Mental*, mostra que o número de habitantes das cidades é fundamental para a determinação de sua área de influência; quanto maior a riqueza, maior o volume de propriedade, maior sua influência sobre outras áreas. É como se a cidade crescesse em patamares e produzisse efeitos em "progressão geométrica". Ao se considerar o dado mostrado por Vilmar FARIA (1991)<sup>4</sup> que, em trinta anos, surgiram no eixo Rio de Janeiro - São Paulo, 386 novas cidades de mais de 20 mil habitantes, pode-se ver a extensão dessa influência assinalada por Simmel.

O Estado do Rio de Janeiro apresenta, desde o Censo de 1960, altas taxas de urbanização, demonstrando ser esse um processo historicamente consolidado. A taxa de urbanização apresentada no Censo de 91 é 26% maior que a do país e 8%

---

<sup>3</sup> SIMMEL, Georg. *A metrópole e vida mental*. In: VELHO, Gilberto (org.). *O Fenômeno urbano*. Rio de Janeiro : Zahar, 1967.

<sup>4</sup> FARIA, Vilmar. *Cinquenta anos de urbanização no Brasil*, *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 29, mar. 1991

maior do que a região sudeste, a de maior média no Brasil. O quadro abaixo nos mostra a evolução desta taxa nos últimos censos.

Taxa de urbanização do Estado do Rio de Janeiro de 1960 a 1991

Anos Censitários	Taxa de Urbanização (%)
1960	78.88
1970	87.90
1980	91.82
1991	95.25

Fonte - IBGE, Censo demográfico de 1991

Acompanhando a tendência de desmetropolização da população brasileira, também a Região Metropolitana do Rio de Janeiro<sup>5</sup> apresentou no último Censo taxas de crescimento menores do que as registradas no interior do Estado, 1.0% contra 1.5% no interior<sup>6</sup>. Para maior clareza sobre como se deu tal crescimento é necessário diferenciá-lo em áreas centrais e na periferia metropolitana. Esta cresceu em contingente populacional 17.72% enquanto que a área central expandiu em apenas 7.66% seu número de habitantes.

<sup>5</sup> À época do Censo a Região Metropolitana do Rio de Janeiro era composta por 13 municípios, a saber: Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo, São João de Meriti, Nilópolis, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Maricá, Itaboraí, Magé, Itaguaí, Paracambi, Mangaratiba. Este número se alterou com a emancipação de 4 novos municípios: Belford Roxo, Guapimirim, Japerí e Queimados.

<sup>6</sup> Acerca da discussão sobre desmetropolização ou involução urbana do Rio de Janeiro pode-se remeter, entre outros, ao artigo de Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro e Lucian Correa Lago, *Dinâmica metropolitana e os novos padrões de desigualdade social* (1995) e ainda ao de Sonia Rocha *Renda e pobreza nas metrópoles brasileiras* (1994). Ambos os autores tratam deste debate a partir dos indicadores de crescimento da pobreza na cidade.

Cabe qualificar a expansão da cidade. Esse crescimento não se dá no vazio, aleatoriamente. Ele se constrói sobre as bases materiais de configuração de segmentos sociais que também ocupam locais diferenciados no espaço urbano. Podemos tomar como referência o estudo de Vilmar FARIA (1991) no qual ele assinala alguns segmentos sociais presentes no Brasil urbano hoje.

Este autor reconhece um segmento médio, que não apresenta uma unidade interna, nem qualquer direção política mais clara. Assume posições políticas, expressas no apoio a candidatos em épocas eleitorais, de acordo com seus interesses pessoais imediatos. Além desse segmento, Faria aponta a expansão de outro segmento que é o da burguesia com seus interesses internacionais, que postula o estado mínimo e, ao mesmo tempo, dele recebe subsídios. Esse segmento encontra-se organizado em poderosas entidades defensoras de seus interesses e que veiculam na sociedade seus interesses como universais, tendo, para isso, acesso aos meios de comunicação de massa.

No segmento dos trabalhadores são encontrados os assalariados, empregados dos setores da indústria de transformação e nos serviços sociais. Esses trabalhadores, que se encontravam integrados de forma mais estável ao mercado de trabalho, estavam também participando de sindicatos cuja organização cresceu significativamente na penúltima década, apresentando capacidade de influência e veiculação de idéias no interior da sociedade. Esses trabalhadores foram duramente atingidos pelas alterações sofridas na organização do trabalho nesta década. Eles vêm experimentando um crescente declínio de sua capacidade de influência e condições de vida.

É possível reconhecer-se ainda, outro segmento de trabalhadores pobres que ora estão no mercado formal, em momentos de sua expansão, mas que com o período de expansão do desemprego, estão na economia informal, cada vez mais

empobrecidos. Esse empobrecimento impregna todas as esferas de suas vidas, sua visão do mundo, suas relações.

Além dos segmentos acima apontados por Faria pode-se ainda falar de uma massa miserável em nível de indigência que habita os aglomerados de exclusão<sup>7</sup> das periferias urbanas mais distantes do núcleo das regiões metropolitanas. Esses são os que não alcançam sequer um nível de rendimento que lhes permita suprir suas necessidades calóricas diárias; são os famintos, a quem qualquer horizonte é negado. São hoje o objeto de ações da sociedade civil, mas continuam sem qualquer ação mais sistemática de políticas assistenciais do Estado.

Retomando os dados sobre urbanização no Brasil, nas três últimas décadas pode-se observar que a configuração desses segmentos na expansão urbana brasileira esteve acompanhada por uma expressiva concentração de renda - nos anos 80, 70,5% da população auferia apenas 12,6% da renda nacional. Portanto as condições de pauperização da população são muito graves e, no espaço urbano, têm conseqüências notáveis. Uma delas é a periferização das cidades que, de um fenômeno de grandes centros, estendeu-se também às médias aglomerações urbanas.

Assim, o espraiamento da cidade do Rio de Janeiro para as periferias não contradiz a tendência mais geral registrada nas metrópoles brasileiras<sup>8</sup>. É em sua

---

<sup>7</sup> Aglomerado de exclusão é um conceito que qualifica determinados pontos do tecido urbano onde vivem segregados os segmentos pobres da população, que não recebem os investimentos necessários para a criação de infra-estrutura e equipamentos urbanos. Este conceito será trabalhado em detalhes no item 3.2.

<sup>8</sup> Rocha (1994) mostra que a periferização das metrópoles está inscrita no que denomina de "ciclo de vida" das cidades, caracterizados por diferentes estágios de seu desenvolvimento sócio-econômico. No primeiro ciclo há maior incidência de pobreza, mas esta encontra-se menos localizada nas periferias, distribuindo-se com mais igualdade entre núcleo e periferia. O segundo estágio caracteriza-se por uma metrópole com maior grau de desenvolvimento urbano e econômico, porém com mais altos índices de exclusão dos pobres para as periferias. Finalmente um terceiro momento pode ser caracterizado

direção que vão sendo empurrados os pobres urbanos<sup>9</sup>. Se observarmos que no interstício entre 1980 a 1991 a proporção de pobres na Região Metropolitana do Rio de Janeiro cresceu de 27,2% para 32,2% podemos ver com mais clareza as dimensões assumidas pela periferização da cidade<sup>10</sup>.

Porém., no caso da cidade do Rio de Janeiro esse processo assume alguns diferenciais que interferem diretamente nas dinâmicas da população urbana, conferindo-lhe uma visibilidade peculiar como podemos observar no quadro abaixo.

---

pela saturação do núcleo metropolitano e seu espraiamento em direção às periferias, com a suburbanização das cidades e a decadência dos núcleos.

<sup>9</sup> São considerados pobres urbanos aqueles cujas famílias percebem renda menor do que o necessário para a aquisição da cesta básica de alimentos sob os padrões de regime de calorias recomendado pela FAO/OMS/ONU.

<sup>10</sup> Dados recolhidos no estudo O Mapa da Fome II: informações sobre indigência por unidade da federação, IPEA, 1993.

Estimativa das famílias indigentes na Região Metropolitana do Rio de Janeiro em 1990<sup>11</sup>

MUNICÍPIOS	FAMÍLIAS INDIGENTES	
	Nº de Famílias	%
Duque de Caxias	39.693	23.0
Itaboraí	13.870	34.1
Itaguaí	7.562	26.4
Magé	14.623	30.3
Mangaratiba	1.439	30.1
Maricá	3.759	30.1
Nilópolis	7.369	17.5
Niterói	15.574	12.5
Nova Iguaçu	76.699	24.2
Paracambi	2.357	26.1
Rio de Janeiro	197.275	12.6
São Gonçalo	38.802	18.7
São João de Meriti	32.674	21.4
TOTAL	445.696	16.6

O exame destes números permite inferir que, apesar de empurrada para as periferias, a pobreza urbana no Rio de Janeiro ainda tem forte presença no núcleo urbano. Ao compararmos esta proporção com outra metrópole brasileira como São Paulo vemos que apenas 8% das famílias indigentes habitam no núcleo da região metropolitana, enquanto que no Rio este número alcança 12,6%.

<sup>11</sup> Dados organizados a partir de tabela apresentada em RIBEIRO (1996) que teve como fonte ROCHA E TOLOSA (1993) - Núcleo e Periferia Metropolitana: Diferenciais de Renda e Pobreza, SP.

Ana Clara RIBEIRO (1996)<sup>12</sup> mostra como o processo de expansão da cidade, que se dá ainda com a ocupação pelos pobres de áreas no núcleo, não representa um caráter excepcional de inclusão social e espírito democrático prevalecente na cidade do Rio de Janeiro. Ao contrário, a ocupação das áreas centrais se constrói dentro do texto da exclusão social, característica da urbanização brasileira. Ela afirma que:

*“(..) a rejeição histórica à pobreza corresponde às características dos lugares que esta ocupa na fisionomia urbana - encostas íngremes, baixadas, zonas decadentes, reservas de terras de propriedade pública (ao longo de rodovias, estradas de ferro, canais de drenagem) ou áreas distantes sem equipamentos básicos ou serviços”.* (RIBEIRO, 1996, p. 40)

Esse diferencial da cidade do Rio de Janeiro vai interferir de forma significativa nas dinâmicas sociais da cidade e lhe confere algumas peculiaridades nas formas de circulação dos sujeitos. Tal fato assume relevância especial para o objeto deste estudo.

É certo que os dados sobre a renda são fundamentais para se conhecer a pobreza urbana na cidade, porém, além da renda, outros fatores devem ser considerados quando se avalia as condições de vida destes segmentos de pobres. A moradia nos núcleos urbanos, na proximidade dos equipamentos e serviços coletivos, significa de fato um acréscimo de possibilidades para esse segmento. O acesso aos equipamentos de educação e saúde, aos sistemas públicos de comunicação mais abundantes no núcleo urbano e à maior variedade e acessibilidade aos transportes urbanos estabelece importantes diferenças das

---

<sup>12</sup> RIBEIRO, Ana Clara Torres. Metrôpoles brasileiras: limites à integração social no Rio de Janeiro e em São Paulo. **Urbanidade e Vida Metropolitana**, Rio de Janeiro: Jorbran, 1996.

condições de vida em comparação àquelas experimentadas pelos moradores das periferias afastadas do núcleo metropolitano.

Sonia ROCHA<sup>13</sup> (1994) registra o fato de que, além da ampliação das possibilidades de usufruto desses equipamentos urbanos, o simples acesso às redes de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, mais raro em função do maior investimento público, implicam em um aumento real de renda na família. Essas diferenças nas condições de sobrevivência dos pobres habitantes do núcleo e os das periferias comprometem também, é claro, as possibilidades de renda postas em seu futuro.

Aliada ao uso da rede de serviços urbanos, a moradia no núcleo metropolitano propicia ainda o aumento das oportunidades de geração de renda, devido à proximidade com os segmentos sociais de mais alta renda, que funcionam como empregadores ou consumidores de seus produtos, ou ainda como usuários de seus serviços. Ana RIBEIRO (1996) mostra as alternativas que os segmentos populares têm encontrado frente às dificuldades de inclusão ao mercado formal de trabalho:

*“A luta por oportunidades de obtenção de renda tem significado, nesta região, a multiplicação de iniciativas que rompem os limites do mercado formal de trabalho: abertura de pequenas empresas de ‘fundo de quintal’, sem regularização fiscal ou trabalhista e aumento do comércio de rua, sujeito a permanentes pressões do comércio estabelecido, a confrontos violentos com órgãos públicos e a mecanismos de ‘licenciamento’ e ‘segurança’ oferecidos por policiais corruptos ou por redes ilegais.” (RIBEIRO, 1996, p. 20)*

---

<sup>13</sup>ROCHA, Sonia. Renda e pobreza nas metrópoles brasileiras. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz, SANTOS Jr., Orlando Alves. (org.) **Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.



A autor toca aqui em um aspecto importante para a compreensão das dinâmicas das grandes cidades brasileiras nas duas últimas décadas, e que no caso da rede urbana do Rio de Janeiro é particularmente agudo, que é a existência das redes ilegais que controlam partes do território da cidade.

Para uma breve exposição sobre as condições que tais redes tiveram para estabelecer-se no espaço urbano do Rio de Janeiro é preciso começar por se pensar dois aspectos que se cruzam nesta questão. São eles a seletividade na integração ao mercado de trabalho e a presença, ou melhor a ausência, do Estado no atendimento às demandas oriundas desses segmentos.

Um exame do quadro abaixo mostra, em comparação à Região Metropolitana de São Paulo, alguns indicadores da alta seletividade do mercado de trabalho na cidade do Rio de Janeiro. Nela é possível observar o índice acentuado de crianças entre 10 e 13 anos ocupadas regularmente e a elevada concentração de trabalhadores que, estando no mercado informal, desejariam ser incluídos no mercado formal.

Indicadores de participação no mercado de trabalho da população de 10 anos ou mais de idade. Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo - 1990

INDICADORES (%)	Região	
	SP	Metrop RJ
Taxa de atividade das pessoas de 10 anos ou mais de idade	57.40	53.90
Taxa de atividade das crianças de 10 a 13 anos	3.30	4.70
Pessoal com rendimento de trabalho inferior a 1 sal. Mínimo	4.70	12.40
Pessoas que trabalhavam 40 hs. Ou mais com rendimento inferior a 1 salário mínimo	2.70	6.50
Pessoas que gostariam mudar para um emprego no mercado formal	40.00	47.50
Empregados sem carteira assinada na população empregada	17.90	22.20
Rendimento médio mensal de trabalho das pessoas ocupadas (salário mínimo)	7.10	5.10

Fonte: FIBG / Diretoria de Pesquisas / Mapa do mercado de trabalho no BR n.1 - Rio de Janeiro, 1994, apud RIBEIRO, Ana Clara, op. cit.

Esses indicadores demonstram o caráter de alta seletividade e exclusão do mercado de trabalho da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Além da exclusão, mesmo os que se encontram em atividade apresentam precárias condições de regularização de sua situação de trabalho, inclusive aqueles que estão

incluídos no mercado formal. Prova disso é o percentual de 22,20% de trabalhadores sem carteira assinada na população empregada.

À época da pesquisa, os percentuais observados no Rio de Janeiro se apresentaram sistematicamente mais graves em termos de exclusão social do que aqueles presentes em São Paulo. Tal fato é demonstrativo de um conjunto de dificuldades atravessadas pela cidade e as peculiaridades históricas de conformação de seu mercado de trabalho. Uma destas características é a de ser uma cidade com atividade produtiva voltada para o setor de serviços e financeiro. Tal direcionamento confere algumas exigências à força de trabalho local.

Uma que é possível destacar e que tem impacto direto sobre o objeto deste estudo, é a relação entre anos de escolarização formal e integração ao mercado, como podemos ver no quadro abaixo, segundo dados do IBGE:

ANOS	SP	RJ
4 a 7 anos	36.1%	31.2%
11 anos ou mais	32.0 %	27.6%

Por esse dados, pode-se observar que o mercado de trabalho no Rio de Janeiro apresenta mais possibilidades de inclusão para aqueles trabalhadores com maior escolarização. Sabendo-se que os índices de pauperização são superiores nesta cidade é razoável supor que são menos numerosos aqueles trabalhadores que conseguem responder a essa exigência. Para o grupo estudado o desafio de maior número de anos de escolarização impõe mais dificuldades à sua inclusão no mercado de trabalho.

Desse modo, as soluções que os sujeitos vão produzindo em sua luta cotidiana pela sobrevivência vão mobilizando um arsenal de recursos que nem sempre estão dentro da legalidade, ou no mínimo encontram-se em zonas de fronteira. Essas soluções são também expressões do abandono a que esses

segmentos encontram-se relegados no plano das políticas públicas e sociais, dentro de um quadro mais geral de recuo dessas próprias políticas.

Ana Clara RIBEIRO (1996) ressalta um aspecto particularmente revelador deste recuo:

*“Essa falta de horizonte reflete-se, ainda que de maneira desigual, em recuos nas políticas públicas, na pouca valorização social de seus quadros técnicos e nas dificuldades com que as instituições envolvidas com a assistência social ajustam as suas práticas frente às novas faces adquiridas pela segregação e pela exclusão.”* (RIBEIRO, 1996, p. 54)

O desenho desse breve perfil da metrópole traça um quadro no qual a concorrência de exclusão e o recuo de políticas sociais abandonam os segmentos pobres a sua própria sorte; portanto, na luta pela sobrevivência acabam por ter um horizonte que pouco pode ir além do imediato. Em suas experiências cotidianas não se percebe a presença da esfera pública como poder que os apóia em sua sobrevivência e lhes fornece um horizonte de participação social.

É no imediatismo que as redes locais de crime, que territorializam<sup>14</sup> os espaços de moradia dos trabalhadores pobres, baseiam seu poder, criando as condições para sua permanência e ainda para o recrutamento da mão-de-obra necessária. Através de uma relação conflituosa e violenta, que envolve proteção e ameaça aos moradores, o narcotráfico domina os aglomerados de exclusão onde vivem esses segmentos populares marcando a geografia da cidade.

Essas marcas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro têm uma visibilidade particularmente acentuada devido ao fato, acima mostrado, da localização de um percentual elevado desses aglomerados de exclusão no núcleo

---

<sup>14</sup> A noção de territorialização será trabalhada posteriormente no item 3.3 deste mesmo capítulo.

urbano. Se já é característica da urbanização brasileira seu caráter de acentuada exclusão, o endurecimento da violência urbana nas duas últimas décadas, através da ação do narcotráfico, agrava ainda mais a rejeição a esses aglomerados de pobreza.

A proximidade dos aglomerados de exclusão no núcleo metropolitano amplia a visibilidade da violência que, através da divulgação dos meios de comunicação de massa, torna indistintos trabalhadores pobres e bandidos. Desse modo, as relações entre os diferentes segmentos sociais nos percursos da cidade se dá sempre atravessada pela desconfiança e o temor ao outro. Assim, os canais de comunicação e os espaços de convivência se tornam ainda menores, aprofundando as incomunicabilidades entre eles na vida da metrópole. Com isso é previsível que o corte autoritário presente na cultura e a histórica rejeição aos pobres encontrem mais condições de se desenvolver.

À desconfiança mútua e à exclusão social, a cultura da cidade responde redesenhando-se e traçando mapas de segregação sócio-espacial. Para percebermos este desenho, no próximo item, estaremos examinando o caso particular da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que reflete as mudanças das cidades na contemporaneidade e, ao mesmo tempo, apresenta alguns aspectos que lhe são absolutamente singulares construídos em sua cultura local.

### 3.2. O desenho da metrópole e o modo de vida dos sujeitos

Neste item procuraremos reconhecer as profundas alterações pelas quais passam hoje as megacidades e os impactos disso nos modos de vida dos sujeitos. Sempre é bom lembrar que o ponto de vista deste estudo vai privilegiar o ângulo

das “histórias da cidade”, ou seja, procurar recuperar a cidade pela ótica de seus sujeitos.

Nesse sentido, nosso objetivo neste item é trabalhar com a cartografia que os sujeitos constroem na cultura e através da qual se orientam em seus percursos, reais ou utópicos, pela cidade. Para isso começamos pelo desenho de segregação que a metrópole do Rio de Janeiro tem, compararemos com o das cidades pensadas na modernidade para, finalmente, buscar recuperá-lo na subjetividade de seus sujeitos contemporâneos.

Será nossa referência neste roteiro o conceito de *mapeamento cognitivo* de Fredric JAMESON<sup>15</sup>. Este conceito refere-se à apreensão, na subjetividade, do mapa da cidade, que compreende não só a sua geografia física, mas, encontra-se mesclado pelas referências que orientam os sujeitos no desenho da cidade. Jameson sobre isso mostra que o mapeamento cognitivo:

*“(...) envolve, então, a reconquista prática de um sentido de localização e de reconstrução de um conjunto articulado que pode ser retido na memória e que o sujeito individual pode mapear e remapear, a cada momento das trajetórias variáveis e opcionais. (...) Certamente é essa a função exata que o mapeamento cognitivo deve ter na moldura mais estreita da vida cotidiana na cidade: permitir a representação situacional por parte do sujeito individual em relação àquela totalidade mais vasta e verdadeiramente representável que é o conjunto das estruturas da sociedade como um todo.”*(JAMESON, 1996, p. 77)

No mapeamento cognitivo registram-se os diversos ambientes da metrópole. Nesses ambientes, a que chamamos paisagens, estão registradas as estratégias de sobrevivência que os sujeitos vão traçando no curso das várias gerações.

<sup>15</sup> JAMESON, F. *Pós-Modernismo: A lógica cultural do capitalismo tardio*, São Paulo : Ática, 1996.

Milton SANTOS (1991) acentua que nas paisagens estão inscritos os modos pelos quais se organizam a produção, o consumo e a circulação dos sujeitos pelo espaço da cidade. Ele ressalta ainda o corte temporal que as cidades apresentam na superposição presente nas paisagens. Ele afirma que:

*(...) "Uma paisagem é uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que têm idades diferentes, é uma herança de muitos diferentes momentos. Se juntos se mantêm elementos de idades diferentes, eles vão responder diferentemente às demandas sociais. A cidade é essa heterogeneidade de formas, mas subordinada a um movimento global. O que se chama de desordem é apenas a ordem do possível, já que nada é desordenado." (SANTOS, 1991, p. 66)*

Se nos detivermos no caso do Rio de Janeiro seremos capazes de reconhecer algumas de suas fronteiras internas que configuram paisagens diferenciadas e direcionam fluxos em ritmos também diferenciados. Baseando-nos na divisão feita por Roberto CORRÊA<sup>16</sup> (1997) poderemos identificar algumas dessas paisagens a seguir.

A primeira delas é o núcleo central de onde se origina a cidade, centro financeiro e de serviços, ocupado por prédios altos e permanentemente renovados. A circulação de pessoas e veículos pelas ruas é intensa durante o dia e deserta e vista como perigosa à noite. Concentram-se nas calçadas inúmeros vendedores ambulantes. Circulam nesta área jovens trabalhadores empregados nos escritórios e serviços, estabelecidos no núcleo.

Envolvendo esse núcleo encontram-se áreas degradadas, cuja paisagem é predominantemente composta por antigos casarões que se transformaram em cortiços e residências coletivas de trabalhadores de baixa renda. Nesses locais encontram-se os principais terminais rodo-ferroviários da cidade, pontos terminais

<sup>16</sup> CORRÊA, Roberto Lobato, op. cit., p.158

do transporte proveniente das periferias mais afastadas e dos municípios que compõem a zona metropolitana. Nessa região desembarca diariamente um imenso contingente de trabalhadores pobres que por ali circulam em busca de outros meios de transporte que fazem a conexão para os bairros das zonas sul e norte da cidade.

Além dos trabalhadores que, durante o dia, por lá circulam, há alguns personagens que a ocupam de modo mais permanente. São as prostitutas, os ambulantes vendedores de produtos baratos, parte da população moradora das ruas, e uma pequena "marginália" que sobrevive de furtos e expedientes variados. Essas áreas são objeto de ação intensa policial que se desenvolve, muitas vezes, baseada na exploração desses freqüentadores. Como mostramos nos depoimentos apresentados no primeiro capítulo, é uma região de inúmeros perigos para os jovens estudados, cuja presença está sempre assinalada pela suspeição.

Como dissemos acima, circulam nessa região os moradores oriundos dos municípios que compõem a Região Metropolitana. Esses municípios são distantes do núcleo central da cidade. São bairros sem infra-estrutura urbana, redes de saneamento, transporte irregular e precário, sem equipamentos coletivos de saúde e educação, territorializados por grupos criminosos e onde funciona de forma marcante um "esquadrão da morte" que arroga para si a execução da justiça, muitas vezes mantido pelos comerciantes e pequenos industriais lá sediados. São locais de exclusão que conferem a seus moradores estereótipos e implicam em perdas reais de renda socialmente acumulada.

Os trabalhadores buscam esses locais como a alternativa possível para a aquisição de uma moradia própria. Os lotes são comprados a prazo e a construção feita por esforço próprio com ajuda da família e amigos. Isso resulta em uma casa jamais acabada e com precárias condições técnicas de construção. Além desse sistema de auto-construção que marca a paisagem, são presentes também as



unidades habitacionais construídas pelo Estado, com sua arquitetura monótona e repetitiva.

Apesar dessas trágicas condições, os terrenos disponíveis estão sendo valorizados com a especulação imobiliária, o que faz com que os mais pobres sejam empurrados para os municípios mais distantes da área central. Prova disso são os dados, demonstrados pela tabela acima apresentada, sobre o percentual de indigentes por município da zona metropolitana. Magé e Itaboraí, que apresentam os maiores percentuais, localizam-se nas bordas da área do Grande Rio.

Além das periferias distantes do núcleo, CORRÊA chama a atenção para uma característica particular da cidade:

*“A periferia não se refere apenas à localização distante. Ganha também um sentido de metáfora ao ser identificada como sinônimo de exclusão, de precárias condições de vida. Nesse sentido, a periferia pode ganhar foros de ubiquidade como acontece com as favelas do Rio de Janeiro” (CORRÊA, 1997, p. 163).*

As favelas ocupam na cidade os terrenos que, por alguma razão, se mostraram inadequados à especulação imobiliária, em particular encostas íngremes, terrenos sujeitos a enchentes ou em locais planos, porém perigosos, como margens de ferrovias e torres de alta tensão. Essa forma de ocupação do solo urbano pelos pobres não é atributo apenas dessa cidade, porém novamente é CORRÊA que assinala um caráter que lhe é bem peculiar, ao qual já havíamos nos referido acima, qual seja:

*(...) “A localização das favelas se faz tanto nas proximidades dos bairros nobres como nos de classe média e baixa. Esta ubiquidade, para qual o sítio da cidade muito contribui, está associada à proximidade de mercados locais de trabalho, seja uma zona fabril, seja um mercado de empregos*

*no terciário ou em serviços domésticos.*"( CORRÊA, 1997, p. 163)

As favelas são caracterizadas por uma alta densidade de construções coladas umas as outras, atravessadas por vielas e valas de esgoto, permanentemente assoreadas pelo lixo e com risco de desabamento a cada chuva mais intensa. Nelas se instalaram parte das redes de poder ligadas ao narcotráfico que comercializam drogas na cidade. Sua geografia de becos e vielas, a proximidade aos centros consumidores, bairros da classe média e alta, e o recrutamento de mão-de-obra no mesmo local de moradia foram condições que favoreceram esse estabelecimento.

As favelas e periferias urbanas são aglomerados de exclusão muito correntes na urbanização brasileira. São encontrados nas médias e grandes cidades e decorrentes dos processos de segregação, fortemente presentes na organização das cidades. HARVEY,<sup>17</sup> (1994) sobre a segregação espacial, diz que tal processo tende a formar enclaves nas cidades com alta homogeneidade social em seu interior e grandes diferenciações em relação a seu entorno.

Esses aglomerados segregados oferecem meios de interação entre os sujeitos que lhes permitem produzir uma cultura local na qual se reconhecem e, ao mesmo tempo, são reconhecidos pelos outros moradores da cidade, mas então como estereótipo que reduz o sujeito a uma identidade rígida. Esses enclaves segregados significam diferenciais de renda real à renda de cada um de seus moradores, pois não possuem um mínimo de recursos de infra-estrutura urbana. O limitado acesso à educação, por exemplo, pode reproduzir-se através de várias gerações pelo impedimento à mobilidade social.

A segregação espacial, expressão dos processos de desigualdade social, produz grupos que se distinguem por uma afinidade de valores e modos de vida

---

<sup>17</sup> HARVEY, David.. *Condição pós moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.* São Paulo: Loyola, 1994.

comuns e estratégias de enfrentamento da vida cotidiana semelhantes, que interagem com o ambiente urbano mais geral.

É preciso registrar que, em contraponto a essas periferias segregadas, encontram-se, no extremo oposto, os enclaves fortificados e auto-segregados dos condomínios de classe média alta em bairros de ocupação mais recente, resultantes da expansão da cidade pela orla marítima. Esses habitantes, por disporem de renda, podem escolher morar em qualquer lugar da cidade e escolhem o isolamento do restante de seus moradores. Esses condomínios, tais como os aglomerados de exclusão em outro pólo, têm uma cultura local caracterizada pela homogeneidade, neles encontra-se um conjunto de moradores que dispõe de uma renda semelhante e partilha um conjunto de valores e idéias.

A auto-segregação destes condomínios tem sua expressão mais acabada na segurança que os envolve, com o fim de manter do lado de fora os demais habitantes da cidade, em particular os pobres, que por lá circulam somente como trabalhadores subalternizados. Os equipamentos de segurança, bem como as forças de repressão que os manejam são administrados e mantidos pelo próprio condomínio, sem interferência do poder público.

Tais áreas de residência encontram-se, em sua maioria, em bairros de ocupação recente, que são quase que exclusivamente compostos de outros condomínios e de prédios com fins particulares como os shoppings. Nesses bairros, atravessados por pistas de alta velocidade, os moradores deslocam-se praticamente apenas de carro e sempre em direção a seus prédios especializados. Mais à frente, analisaremos detidamente os impactos que esta forma de organização do espaço produz na circulação dos moradores na cidade.

Além dessas paisagens acima apontadas, há, também, um contingente de bairros de classe média, espalhados pelas Zonas Norte e Sul da cidade, que têm tempos de formação de acordo com a expansão da cidade. Há bairros mais

tradicionais, de formação mais antiga, provenientes das residências de trabalhadores de classe média baixa e os que, margeando a orla marítima, são ocupados por uma classe média mais abastada. Esses bairros contam na cidade com melhor infra-estrutura urbana, o que agrega mais valor à renda real de seus moradores.

Eles são áreas de grande densidade habitacional, que se expandem para os outros bairros onde ainda há residências unifamiliares mais antigas. Nesse processo de expansão agravam-se crescentemente as condições de tráfego de veículos, face a um traçado urbano não pensado para isto, ou pelo menos não para o volume decorrente da densificação de sua população e da abertura de vias em seu tecido.

A expansão pode ainda nos permitir supor que há uma certa mobilidade intrabairros, o que contribui para o esgarçamento das relações de vizinhança, tornando seus moradores absolutamente anônimos. Desses bairros, em seu processo de constituição, não foi possível excluir completamente os pobres, que muitas vezes residem em áreas mais altas ou inacessíveis. Nesses bairros eles têm uma alta visibilidade e controle no ambiente da cidade. Circulam sob vigilância permanente e acompanhados pelo temor e desconfiança dos moradores.

Tais bairros são desenhados segundo várias formas de ordenação espacial da cidade que se superpõem no tempo, compondo a paisagem. Desse modo, guardam traços de sua formação inicial, nos primórdios da cidade, como por exemplo as travessas e becos, passando pelos remanescentes da cidade moderna, que valorizava a circulação livre em amplas avenidas, até às intervenções mais recentes que buscam sintonizá-los com as necessidades de circulação rápida da contemporaneidade.

Nesse sentido, esses bairros guardam traços variados da cidade e compõem uma espécie de amplo painel de registro de sua história ao longo do tempo. Milton SANTOS (1996) usa uma bela imagem para se referir a essas várias paisagens. Ele

diz que a cidade é como um palimpsesto<sup>18</sup> onde se reescrevem permanentemente as histórias dos sujeitos na cidade. Recorrendo ao próprio autor:

*(...) "a paisagem é como um palimpsesto, isto é o resultado de uma acumulação, na qual algumas construções permanecem intactas ou modificadas, enquanto outras desaparecem para ceder lugar a novas edificações. Através desse processo, o que está diante de nós é sempre uma paisagem e um espaço, da mesma maneira que as transformações de um idioma se fazem por um processo de supressão ou exclusão, onde as substituições correspondem às inovações."* (SANTOS, 1996 p. 67)<sup>19</sup>

Uma destas escrituras, de particular importância para a compreensão das cidade contemporâneas, é a da face assumida pela cidade moderna. SIMMEL nos fala dela no início do século como produtora de uma "vida mental" peculiar, adequada às condições daquele momento da expansão do capitalismo e do aprofundamento do domínio da natureza pelo desenvolvimento técnico. Para esse autor, essa "vida mental" se constrói fundada na mercantilização e impessoalidade das relações de troca das mercadorias. Na "economia do dinheiro" novos comportamentos são exigidos em função da técnica. O tempo assume uma impessoalidade que controla a vida interior dos indivíduos, como uma força exterior a eles. Esse controle massificado e massificador produziu um modo de vida de alta impessoalidade e ao mesmo tempo uma subjetividade altamente pessoal.

SIMMEL nos diz que os moradores da cidade, procurando reagir ao excesso de estímulos produzido pelo ritmo acelerado da circulação de mercadorias,

<sup>18</sup> Segundo definição do Aurélio palimpsesto é um "antigo material de escrita, principalmente o pergaminho, usado, em razão de sua escassez ou alto preço, duas ou três vezes [duplo palimpsesto], mediante raspagem do texto anterior".

<sup>19</sup> SANTOS, Milton. *Técnica, espaço tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo : Hucitec, 1996.

assumem uma atitude de autopreservação que dá forma a uma atitude mental de reserva entre os vários habitantes. SIMMEL ( 1967) identifica nessa reserva um estranhamento mútuo. Uma certa antipatia que tem a função de preservar distâncias. Ao contrário de uma aparente divisão em relação à realidade, isso é na verdade a socialização que permite a reprodução da vida urbana. Essa reserva possibilita ainda uma liberdade individual sem precedentes.

A cidade moderna é, para SIMMEL, o espaço privilegiado de socialização do indivíduo moderno. O esforço de constituição de sua subjetividade movimenta-se entre os aspectos individuais da vida e ele busca adaptar sua personalidade "as forças exteriores". Nesse sentido SIMMEL constrói um modelo cultural sobre as grandes cidades, no qual ele vai buscar reconhecer as condições sobre as quais a peculiaridade do espaço urbano produz conteúdos mais variáveis e em mudança permanente, sendo por isso o desenho da cidade moderna particularmente favorável à personalidade do homem moderno.

Walter BENJAMIN ( 1984) mostra que a construção da cidade moderna, que começa no século XIX, vai cumprir principalmente duas funções, atender ao capital financeiro pelo florescimento da especulação imobiliária e controlar a emergente classe operária urbana, não só em seu tempo destinado à produção, mas também ao seu tempo livre, em suas moradias.

Esse controle tem em vista dois objetivos principais: o primeiro é seu disciplinamento como trabalhador, através da regularização de seu modo de vida, o segundo, tão relevante como o primeiro, é que em seu tempo livre o trabalhador se torne um consumidor. A beleza do texto de BENJAMIN<sup>20</sup> sobre a Paris de Haussmann autoriza uma longa citação no qual ele mostra os impactos desta transformação da cidade:

---

<sup>20</sup> Benjamin, Walter. Paris, capital do século XIX. *Espaço e Debates*, São Paulo, n. 11, 1984.

*“O ideal do urbanismo haussmanniano consistia em construir amplas vistas perspectivas através de extensas aberturas. (...) Nessas transposições nos traçados das avenidas as instituições pelas quais se afirma, secular espiritualmente, o reinado da burguesia encontrarão sua apoteose.(...) Em seu discurso perante o legislativo em 1864 ele (Hausmann) expressa seu ódio contra a população desrraigada da metrópole. População essa que seus empreendimentos não cessam de incrementar: o encarecimento dos aluguéis expulsa o proletariado para a periferia; os bairros parisienses perdem sua fisionomia peculiar; nasce o cinturão vermelho. (..) No entanto, ele fez de Paris, para seus próprios habitantes, uma cidade estranha estrangeira. (...) O verdadeiro objetivo dos trabalhos de Hausmann era a defesa da cidade contra a guerra civil. Ele desejava impossibilitar definitivamente a construção de barricadas em Paris. Hausmann pretendeu impedi-las por dois modos: a largura dos ‘boulevards’ inviabilizaria seu levantamento e os novos percursos estabelecidos encurtariam a distância entre os quartéis e os bairros operários. Os contemporâneos batizam o empreendimento de ‘embelezamento estratégico.’ (BENJAMIN, 1984, p. 12)*

BENJAMIN nos mostra, ainda, como a cidade moderna é adequada a um novo sujeito que surge, que valoriza a vivência do privado face à perda de seu poder no domínio público. Novamente estará sendo apropriado o texto do próprio autor:

*“Pela primeira vez o domínio da vivência do homem privado se opõe a seu lugar de trabalho. O homem privado situa-se em seu interior; para ele o lugar de trabalho é complementar. Em seu comércio o homem privado deve ser realista; a seu interior reivindica o entretenimento de suas ilusões. Necessidade tanto mais premente quanto não lhe ocorre estender ao âmbito social a reflexão que efetua enquanto homem de negócio. Para a configuração de seu ambiente doméstico ele rechaça sociedade e negócio: assim são constituídas as fantasmagorias do interior. Para o homem privado seu interior representa o universo e nele reúne o*

*longínquo e pretérito. Seu salão é um camarote no teatro do mundo. (...) O interior não é somente o universo do homem privado mas também seu repositório. Viver significa deixar marcas e o interior nelas coloca a ênfase. Imaginam-se massas de gualdrapas e fronhas, bainhas e baús, onde os objetos de uso cotidiano deixam suas marcas. O habitante imprime seus sinais no interior". ( BENJAMIN, 1984, p.10)*

Esses aspectos característicos das cidades modernas, amplos espaços para controle e encontro de multidões simultaneamente, o privilégio do privado expresso na cidade pelos tipos de habitação e pela divisão entre local de moradia e de trabalho, as amplas praças e extensas aberturas, são continuidades em relação às cidades contemporâneas. Até porque, como vimos acima, as paisagens revelam inscrições de várias idades que se justapõem, porém diversas são as discontinuidades que, introduzidas nas paisagens da cidade contemporânea, são produzidas e produzem mudanças no modo de vida e subjetividades dos seus moradores.

A primeira destas discontinuidades que acentuaremos aqui refere-se a uma cidade ordenada para o fluxo, seja de veículos, pessoas ou informações. O que conta nas novas faces das cidades contemporâneas é agilizar e expandir os fluxos, que assumem tanto o caráter de tráfego incessante, como de ligações transparentes, produzindo uma rede interconectada de vias que possibilitem aos cidadãos uma circulação permanente.

Ao contrário da cidade moderna, que com suas praças, monumentos e jardins estimulava a presença e aglomeração das pessoas nas ruas, a cidade contemporânea não propicia tal presença. A cidade cresceu demais, tornou-se mais e mais impessoal e, principalmente, tornou-se um lugar violento, perigoso e ameaçador, no qual os seus moradores criam formas diferentes de autoproteção,



como por exemplo, nos segmentos mais abastados, a auto-segregação a que nos referimos anteriormente.

No caso das cidades brasileiras quatro processos, ocorridos com maior intensidade nas duas últimas décadas, se entrelaçaram na configuração desse espaço urbano segregado<sup>21</sup>. São eles: o padrão de segregação da urbanização, os movimentos sociais urbanos, a criminalidade violenta e a reestruturação econômica no interior do processo de globalização do capital.

O primeiro deles é o padrão de segregação da urbanização brasileira, já mencionado anteriormente, particularmente agravado pela recessão dos anos 80 e pelo aprofundamento da concentração de renda<sup>22</sup>. Como mostramos acima, nesse padrão de urbanização os mais pobres foram gradativamente, através da autoconstrução, tornando-se proprietários de suas casas nas áreas periféricas das grandes cidades.

Entrelaça-se neste ponto um segundo processo que configura esse novo desenho urbano. No final da década de 70 e com especial ênfase nos anos 80, na esteira da abertura política pós ditadura militar, ressurgem os movimentos sociais vinculados aos locais de moradia dos trabalhadores. Esses movimentos pressionavam o poder público por melhorias na infra-estrutura urbana dos bairros populares e pela legalização e reconhecimento de inúmeros loteamentos clandestinos. Alguns desses movimentos realmente alcançaram êxitos expressivos em termos de melhorias urbanas.

---

<sup>21</sup> Para um estudo aprofundado destes processos remeter-se a Caldeira, Teresa. Enclaves Fortificados: A nova segregação urbana, *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 47, maio 1997

<sup>22</sup> Rocha em estudo já citado sobre pobreza e renda no Brasil assinala que o índice de Gini, que mede distribuição de renda, do Brasil foi, no Censo de 91, de 0,636, um dos mais altos do mundo. Sabendo-se que ele varia em uma escala de zero, se toda renda fosse igualmente dividida, a 1, situação na qual apenas um indivíduo concentraria toda a renda, pode-se avaliar a profundidade da desigualdade entre os segmentos sociais.

O contraponto às vitórias alcançadas pelos movimentos foi justamente o fato que, em decorrência deles, a oferta de terrenos mais baratos foi escasseando cada vez mais nesses locais, ocorrendo não só o impedimento à presença de novos moradores pobres, bem como uma seleção interna na qual vários proprietários, não suportando os custos destas melhorias, acabaram vendendo suas casas. Formam-se, então, novos bairros cada vez mais distantes do núcleo e mais segregados.

O terceiro processo articula-se aos demais e assume relevância particular para os sujeitos deste estudo, os jovens pobres urbanos. Ele se refere ao endurecimento da violência urbana nas metrópoles brasileiras e à resposta de medo que os moradores da cidade dão a ela. Houve não só um aumento da criminalidade urbana, mas também um agravamento da violência nos tipos de crime praticados.

No quadro abaixo está demonstrada a incidência de algumas infrações penais na Polícia Civil, apenas do município do Rio de Janeiro, no período de janeiro de 93 a junho de 94.<sup>23</sup>

---

<sup>23</sup> Neste quadro estão registradas apenas as ocorrências que apresentam relevância para este estudo. Estão agrupados no item de homicídios e lesões corporais, os considerados culposos e dolosos. Em crimes contra o patrimônio registra-se apenas furto e roubo. Na rubrica entorpecentes está englobado uso, posse, tráfico e apreensão. Chamamos a atenção para uma 'zona nebulosa' que aparece nos registros como *atos a apurar* que envolve as seguintes ocorrências: morte suspeita, encontro de cadáver, encontro de ossada, morte sem assistência médica, e outros fatos. Na realidade está se falando de um quantitativo de ocorrências de morte que não se constituem como inquérito, não se chegando a seu esclarecimento. Registra-se ainda o número de ocorrências de desaparecimento.

OCORRÊNCIAS	TOTAL	%
Total Geral	148.875	
Homicídios	5.021	3.37
Fatos a Apurar	5.151	3.45
Lesão Corporal	27.091	18.19
Entorpecentes	887	0.59
Contra o patrimônio	83.307	55.95
Desaparecimento	1.144	0.76

Fonte: Anuário Estatístico da Cidade do Rio de Janeiro

A escalada de ocorrências registradas pela Polícia Militar demonstra ainda seu crescimento. Em 92 elas foram 47% a mais que em 91 apresentando um novo crescimento de 34,5% no ano de 93 totalizando 433.308 casos. Seguindo esta mesma tendência, no ano de 1993, elevou-se o número de homicídios que cresceu em 18.9% em relação ao ano anterior.<sup>24</sup> É importante assinalar que, como já vínhamos demarcando, estes números não representam uma distribuição igualitária entre os vários segmentos sociais, mas as vítimas estão concentradas nos setores populares e são muitas vezes mortas em ações policiais.<sup>25</sup>

<sup>24</sup> Estes dados referem-se a um período no qual o comando desta corporação ainda não havia sofrido uma reorientação que adotou uma política de valorização do confronto violento, em muitos casos seguidos de "morte em confronto policial" que certamente provocou alterações importantes nestes índices. Fonte - Anuário Estatístico da Cidade do Rio de Janeiro 93/94.

<sup>25</sup> O Jornal do Brasil de 21/10/97 publicou com base em relatório da Comissão de Segurança Pública da Assembléia Legislativa e do ISER feito a partir dos dados da própria Secretaria de Segurança Pública -RJ dados acerca das vítimas de homicídio. O relatório mostra que o número de homicídios em confronto policial dobrou desde a posse

Apesar de localizada de modo mais concentrado em um segmento social, a divulgação da violência urbana aparece como se os riscos se distribuíssem igualmente. Essa convivência com o medo do crime, disseminada por todo o tecido social, interfere significativamente na sociabilidade urbana, desenhando novas paisagens que estão se tornando típicas destes últimos anos nas grandes cidades, sejam elas nos países periféricos como o Brasil, seja em grandes economias como a norte americana, onde um exemplo já clássico desse processo é a cidade de Los Angeles<sup>26</sup>.

Teresa CALDEIRA (1997) relaciona algumas áreas diretamente afetadas por esse novo padrão defensivo de sociabilidade. Ela afirma que:

*“Com o crescimento da violência, da insegurança e do medo, os cidadãos adotam novas estratégias de proteção, as quais estão modificando a paisagem urbana, os padrões de residência e circulação, as trajetórias cotidianas, os hábitos e gestos relacionados ao uso das ruas e do transporte público. Na verdade, o medo do crime acaba modificando todos os tipos de interação pública no espaço da cidade.”*(CALDEIRA, 1997, p. 158)

---

do secretário de segurança. De maio de 1995 a julho de 96 morreram 32 pessoas por mês, contra 16 no período entre janeiro de 93 e abril de 95. A média mensal de vítimas nos cinco primeiros meses de 95 era de 3.20 e na gestão do secretário general Nilton Cerqueira elevou-se para 20.55 mortos. A pesquisa mostra ainda que em um universo de 2600 registros e 697 casos examinados ao menos 40 pessoas foram sumariamente executadas, sendo que 65% das vítimas foram atingidas pelas costas, 61% na cabeça, e em 65% dos casos não houve qualquer procedimento de perícia. A violência policial não é apenas característica do Rio de Janeiro; também São Paulo apresenta índices de vítimas de ações policiais alarmantes, durante o ano de 1992 morreram 1470 pessoas em confronto policial, segundo dados da Fundação SEADE.

<sup>26</sup> Para um estudo detalhado da cidade de Los Angeles remeter-se a SOJA, *Geografias Pós-modernas*, Rio de Janeiro : J. Zahar, 1993.

Finalmente, o quarto processo está ligado à reestruturação econômica que no texto da globalização do capital provoca a redefinição das funções da cidade contemporânea.

A globalização, segundo IANNI<sup>27</sup> (1995), refere-se a uma transformação quantitativa e qualitativa do capitalismo. Tal transformação atinge as formas de organização do mercado, das forças produtivas, da divisão internacional do trabalho dimensionando-as em uma escala mundial. A produção de uma determinada mercadoria pode estar fragmentada em vários locais diferentes. A produção associada à comunicação, no dizer deste autor, "dissolve fronteiras, agiliza mercados, generaliza o consumismo, provoca a desterritorialização e a reterritorialização das coisas, gentes e idéias. Promove o redimensionamento de espaços e tempos." (IANNI, 1995, p. 18)

Nesse movimento do capital, as cidades tornam-se principalmente centros financeiros e de serviços especializados. Vários autores apontam os diferentes impactos desse novo caráter da economia das cidades em sua geografia.<sup>28</sup>

Soja, por exemplo, discute a ordenação espacial da cidade contemporânea a partir dos movimentos de reprodução do capital e da reestruturação dos mercados de trabalho na modernidade. Ele registra, assim como CANCLINI<sup>29</sup>, a expansão da área urbana a tal ponto que a cidade, impossível de ser apropriada em sua totalidade, se estilhaçou, rompendo-se em fragmentos espacializados e especializados.

Os locais de residência dos trabalhadores e os "guetos" da pobreza urbana convivem em uma espacialidade contígua, porém, em diversos sentidos, incomunicável. SOJA aponta que : "A intensificação do uso da terra no centro

---

<sup>27</sup>IANNI, Octavio. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995

<sup>28</sup> Além de CALDEIRA (1997) e SOJA (1993) já citados anteriormente podem ainda ser apontados os estudos de HARVEY (1994), CASTELLS (1996), Milton SANTOS (1996), CORRÊA (1997), HAESBART (1995).

<sup>29</sup>CANCLINI, Nestor G. **Consumidores e Cidadãos: Conflitos multiculturais da globalização**, Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

urbano redefiniu a forma da cidade e instigou uma ordenação social e espacial notável - e mais opaca - da vida urbana." (SOJA, 1995, p. 215)

As áreas centrais antes valorizadas, seja como moradia, ou como áreas de concentração industrial, entram em decadência e passam a ser ocupadas pelos segmentos mais pobres, ocorrendo grave deterioração dos equipamentos urbanos. Ao lado desse processo, novos espaços são incorporados à dinâmica urbana pela ocupação de locais antes isolados, ou de periferias, por áreas comerciais, onde grandes *shopping centers*, inteiramente segregados em relação a seu entorno, provocam um intenso fluxo de veículos e de pessoas empregadas nesses estabelecimentos comerciais.

Nessa fragmentação persistem, portanto, as classificações espaciais presentes nas cidades modernas, com suas áreas de segregação e exclusão. É certo que a ordenação contemporânea do capital assinala a reestruturação das relações sócio-espaciais no urbano, porém, tal reestruturação não superou a homologia entre o espaço da cidade com as relações de classe que compõem a urdidura da vida social. Por exemplo, a revalorização de certos espaços da cidade significou, na prática, a expulsão dos pobres e trabalhadores residentes nessas áreas. Mike FEATHERSTONE<sup>30</sup> mostra que:

*"Os novos habitantes procuram se proteger das camadas populares da vizinhança por meio de cercas e guardas de segurança(...), criam espaços privados defensivos, livres de desempregados, dos pobres, da juventude delinqüente e de outros remanescentes das 'classes perigosas'".*  
(FEATHERSTONE, 1995, p. 150)

<sup>30</sup> FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo : Studio Nobel, 1995

O mapa da cidade reproduz a segmentação das pessoas engendrada pela desigualdade. Na verdade, tal mapa é o mapa da diferença tal como observa CANEVACCI.<sup>31</sup>

*"Quais são as partes do território que são transferidas para o mapa? Sabemos que o território não é transferível para o mapa (...) Ora, se o território fosse uniforme, nada seria transferido para o mapa a não ser seus limites (...) O que é realmente transferido para o mapa é a diferença, (...) O que entendemos por informação é uma diferença que produz uma diferença". (CANEVACCI, 1993, p. 25)*

As diversas paisagens da cidade exprimem as contradições que estão presentes na vida da sociedade e nos informam sobre as relações de poder que se estabelecem na organização das relações sociais. A organização do território da cidade é uma projeção das relações sociais em um determinado estado que se encontram. Neste caso, o território é sempre mutável. É formado por elementos mais estáveis, com uma duração mais prolongada em uma escala de tempo, e por elementos mais fluidos, que podem mudar rapidamente, alterando as formas de sua presença no espaço da cidade.

Marcelo SOUZA<sup>32</sup> mostra claramente esse movimento quando conecta o território geográfico às relações sociais que o constituem. Ele afirma:

*"Aqui o território será um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre nós ( o grupo, os membros da coletividade ou*

<sup>31</sup> CANEVACCI, Massimo. *A Cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana*. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

<sup>32</sup> SOUZA, Marcelo José Lopes. O Território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná et alli (org.), *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1995.

*'comunidade', os insiders) e os 'outros' (os de fora, os estranhos, os outsiders)."* (SOUZA, 1995, p. 86)

Neil SMITH<sup>33</sup> (1994) lembra que as diferenças sociais não produzem apenas territórios, mas também escalas diversas que precisam ser consideradas na diferenciação de espaços geográficos e nos processos sociais. As escalas são medidas que os sujeitos usam na representação de diferentes modos de percepção e concepção do real<sup>34</sup>. A diferenciação das escalas geográficas é estabelecida através da rede geográfica de interações, em uma vida social produzida em espacialização e hierarquia entre os diversos segmentos de classe.

Esse conceito de escala, como um recurso da subjetividade dos sujeitos produzido socialmente, permite não tratar as diferenciações espaciais como um mosaico que se encaixa harmonicamente formando uma totalidade que é resultante natural da soma de suas partes. Ao contrário, a cidade é percebida pelos sujeitos como feita de valores diferenciados tanto em grandeza, como em velocidade.

Desse modo, é importante observar que o conceito de escala implica não só em paisagens, mas também nas relações sociais impressas no espaço geográfico.

Neil SMITH afirma:

*"De acordo com a apropriação metafórica do espaço, o contexto entre diferentes posições subjetivas implica um julgamento simultâneo de identidade, como de diferença, um julgamento social sobre a identidade do sujeito e seu posicionamento vis-à-vis 'outros'. (SMITH, 1994, p.74)*

---

<sup>33</sup> SMITH, Neil, Geography, difference and the politics of scale, In: DOHERTY, Joe, GRAHAM, Elspeth, MALEK, Mo. (org.) **Postmodernism and the social sciences**. Londres : MacMillan, 1994.

<sup>34</sup> Este modo de apropriação das escalas será objeto de discussão no próximo capítulo.



Podemos então retornar ao conceito de mapeamento cognitivo de Jameson com o qual iniciamos este capítulo. A cidade como uma totalidade é uma abstração desenhada no mapa. A cidade existente na subjetividade dos sujeitos é fragmentada, apropriada aos pedaços, justamente em suas diferenças. Ela se apresenta como pequenos fragmentos nos quais as noções de tempo e espaço encontram-se relativizadas não só pela escala do cotidiano, mas também pelas interações entre as medidas do local e do global que se articulam no espaço da cidade.

No próximo item estaremos examinando as medidas escalares presentes na subjetividade que captura a cidade. Serão examinadas as medidas do espaço - o local e o global - e as medidas de tempo - história, presente e futuro. Para esse exame será necessário assumir um ponto de vista a partir do qual se fala, em nosso caso ele será, como desde o início deste estudo, a perspectiva dos fluxos da cidade.

### 3.3. O tempo e o espaço na subjetividade dos sujeitos

Antes de iniciar propriamente a discussão das medidas de tempo e espaço proposta neste item, é importante recuperar as várias dimensões envolvidas na noção de escala, que fundamenta a reflexão acerca da subjetividade. É necessário para tal assinalar alguns aspectos sobre os quais as concepções dos sujeitos, acerca da cidade, se constroem.

Um desses aspectos é que o espaço está figurado para o sujeito em uma imagem que vai além da caracterização do território. A figura construída pelo sujeito está referenciada às suas condições particulares que estão inscritas nas relações sociais. Nesse sentido, o espaço não se limita apenas às suas rotas na

cidade como trabalhador subalternizado, por exemplo, mas é também o entrelaçamento de diversas referências que constituem seu universo de identificações, suas experiências de morador, de transeunte, de usuário de equipamentos urbanos, etc. Assim a imagem da cidade é uma figura muito maior do que o que ela realmente é como base material.

A escala envolve, desse modo, escolhas de formas de dividir o espaço e tempo, condicionadas pelas várias identidades assumidas pelos sujeitos no curso de sua produção na vida social. Por isso se pode assumir o ponto de vista expresso por Iná CASTRO,<sup>35</sup> quando afirma que: “as escalas, portanto, definem modelos espaciais de totalidades sucessivas e classificadoras e não uma progressão linear de medidas de aproximação sucessivas.” (CASTRO, 1995, p. 36)

Ressaltar essa questão é de fundamental importância quando se quer pensar a questão do espaço e tempo em sociedades globalizadas. Mais do que uma abordagem sobre esse processo em suas dimensões econômicas e políticas, o que se pretende nesse momento do estudo é examinar os impactos dessa nova organização do capital na vida da cidade e os novos recursos que os sujeitos produzem para lidar com eles.

Como ponto de partida para realizar esta tarefa, é necessário, mesmo que brevemente, resgatar o tratamento que essas noções foram recebendo na produção teórica sobre o tema. SOJA (1993) faz uma longa discussão acerca da noção de espaço na globalização em um contexto da cidade. O espaço é, para ele, o lugar onde se dá a interseção entre objetos e ações, sendo os primeiros, naturais ou produzidos, e as ações intencionais ou não.

---

<sup>35</sup> CASTRO, Iná Elías. O Problema da Escala, In: . In: CASTRO, Iná et alli (org.), **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1995.

Ele mostra que a noção de espaço, como uma categoria importante para a reflexão em torno da constituição do sujeito, é uma ênfase relativamente recente na produção teórica. Tal desespacialização do sujeito na teoria coincide, na visão de Edward SOJA, com o momento de expansão oligopólico imperialista do capital. Ele afirma:

*“Tamanho foi o sucesso com que ela ocluiu, desvalorizou e despolitizou o espaço como objeto do discurso social crítico, que até mesmo a possibilidade de uma práxis espacial emancipatória desapareceu do horizonte por quase um século”.* (SOJA, 1993, p. 11)

FOUCAULT registra que no historicismo a noção de espaço passa a ser depositária do imóvel e reificada em uma aparência de naturalidade.

É somente com o advento das novas estratégias de acumulação do capital, a partir da recessão dos anos 70, que a noção de espaço assume relevo no debate teórico. Tal relevo expressa as novas formas de ordenamento do capital, as novas feições assumidas pela divisão internacional do trabalho, a simultaneidade do desenvolvido e do subdesenvolvido na mesma sociedade, os contornos atuais da ação política dos Estados nacionais e, é claro, a presença disso na geografia do espaço urbano.

A crítica teórica das noções de espaço e tempo significa a tentativa de superação do historicismo e das perspectivas que vêem o espaço através de um materialismo físico reducionista e as noções idealistas que o consideram pura representação. Para Edward SOJA tais concepções criam duas ilusões: a ilusão de opacidade e a de transparência. Recorrendo ao autor:

*“A ilusão de opacidade reifica o espaço, induzindo a uma miopia que enxerga apenas uma materialidade superficial, formas concretizadas que são passíveis de pouco*

*mais do que a mensuração e a descrição fenomênica: fixas, mortas e não dialéticas - a cartografia cartesiana da ciência espacial."*

Por outro lado, a

*"ilusão da transparência desmaterializa o espaço em ideação e representação puras, num modo de pensar intuitivo que também nos impede de ver a construção social das geografias afetivas e a concretização das relações sociais inserida na espacialidade, numa interpretação do espaço como uma 'abstração concreta, num hieróglifo social..."(SOJA, 1993 )*

Neste percurso, portanto, é necessário resgatar a tríplice dimensão da vida social; historicidade, espacialidade e ser político. A desnaturalização desses três elementos nos permite construir um olhar que seja articulador das várias dimensões que estão presentes na subjetividade dos sujeitos sociais.

Através desse olhar é possível reconstruir dialeticamente as interações que se dão no curso de suas vidas entre as esferas do tempo e que se entrecruzam no sujeito e no espaço. Elas são o passado - patrimônio socialmente acumulado legado de gerações anteriores - o presente - condições e construções na contemporaneidade - e o futuro - horizonte de utopias coletivas e de cada sujeito.

Parece certo que sempre existiu um tempo mais geral, um tempo planetário que imprime sua velocidade a todos os outros tempos que governam a vida do sujeito, que é o tempo do capital em sua expansão. Ele pode ser encontrado já em autores que o pensaram anteriormente às condições nas quais se apresenta atualmente. Para citar alguns pode-se começar por SIMMEL, em sua reflexão sobre a cidade moderna, no que ele chama de "economia do dinheiro"; BENJAMIN, em sua discussão também acerca da cidade e da poética de Baudelaire, particularmente da figura do *flâneur*; ADORNO em seus escritos sobre a comunicação e a cultura de

massa. Desse modo deve-se perguntar o que é diferente na contemporaneidade, no tempo e espaço que se convencionou globalizado?

Para iniciar o percurso necessário à resposta a essa questão será necessário delimitar alguns processos em desenvolvimento que alteram de fato a face do mundo. SANTOS (1996) relaciona algumas características do espaço mundializado e atravessado por um meio técnico, científico e informacional que caracteriza o tempo presente.

Serão destacados apenas algumas, particularmente relevantes para nosso objeto de estudo. São elas: o aprofundamento da especialização produtiva no espaço mundial, a aceleração de todas as formas de circulação e a sua influência nas ações locais, em particular as formas de regulação social do trabalho e a tensão entre local e global à medida que os processos de mundialização do capital avançam.

Milton SANTOS aponta ainda dois elementos que, em seu ponto de vista, constituem nossa época. Eles são a unidade técnica, que permite uma linguagem universal na formação das redes informacionais e a convergência de um tempo mundializado, que permite que as redes informacionais simultâneas aproximem todos os lugares, criando uma escala mundial para os acontecimentos.

A unidade técnica é um elemento de fundamental importância nos processos de globalização da cultura, pois como nos mostra este autor:

*“Hoje, objetos culturais tendem a tornar-se cada vez mais técnicos e específicos, e são deliberadamente fabricados e localizados para responder melhor a objetivos previamente estabelecidos. Quanto às ações, tendem a ser cada vez mais racionais e ajustadas.”* (SANTOS, 1996, p. 49)

Portanto, os processos de globalização do capital em curso acrescentam novos elementos que tornam ainda mais complexas as relações entre o espaço, o

tempo e os sujeitos sociais. Essa complexidade vai estar particularmente acentuada nos modos de vida urbana, ou seja, na cultura da cidade.

Nessa cultura pode-se destacar, por exemplo o caráter de simultaneidade que as experiências das noções de tempo e espaço ganham na contemporaneidade, como um diferencial fundamental na produção das subjetividades na cidade, em particular nesta última década.

Porém, se somos capazes de superar, na construção de nosso olhar, as ilusões de opacidade e transparência do espaço, às quais Edward SOJA se referia, é possível encontrar convivendo em uma cultura globalizada, agilizada por um meio técnico repleto de redes informacionais, elementos reveladores de tempos diferentes marcados por experiências diversas de inserção no tecido da cidade.

Por isso é possível, por exemplo, encontrar em um texto de desterritorialização a reconstrução de certas identidades, características de uma cultura extremamente territorializada, assentada sobre identidades rígidas. Os moradores dos aglomerados de exclusão, favelas e periferias das grandes metrópoles territorializadas pelo crime organizado experimentam quotidianamente essa contradição.

Para maior compreensão dessas simultaneidades de tempo e espaço é necessário fazer um breve *détour* em torno de elementos que a compõem. Só é possível apreender o tempo como um tempo globalizado, que comanda os outros tempos, a partir do reconhecimento da existência destes mesmos, pois apenas o registramos através das diferenças, de seus conflitos e também de suas convergências.

Do mesmo modo, não é possível sinonimizar espaço globalizado como espaço mundializado. Novamente é Milton SANTOS quem realça a tensão entre o local e o global:

*“O espaço se globaliza, mas não é mundial como um todo, senão como metáfora. Todos os lugares são mundiais, mas não há um espaço mundial. Quem se globaliza, mesmo, são as pessoas, são os lugares.” (SANTOS, 1996, p.31)*

O espaço é então um campo de construção da vida social onde se entrecruzam, no tempo plural do cotidiano, os fluxos de acontecimentos e os fixos, o incontável arsenal de objetos técnicos. Desse modo cada espaço é global e particular, expressa o mundo e as condições próprias e singulares de sua constituição.

Desse ponto de vista é possível fugir de qualquer determinismo para então perceber que, como assinala o mesmo autor:

*“Na verdade, o tempo e o espaço não se tornaram vazios ou fantasmagóricos, mas, ao contrário, por meio do lugar e do cotidiano, o tempo e o espaço que contêm a variedade das coisas e das ações, também incluem a multiplicidade infinita das perspectivas” (SANTOS, 1996, p.39)*

Quando se acrescenta a dimensão do cotidiano no tempo e no espaço, torna-se possível perceber os valores das escalas com as quais os sujeitos operam na produção de sua subjetividade na cidade. Entre esses valores é de particular relevo para este estudo as dimensões da relação do sujeito com seu território. Desse modo fazer uma reflexão em torno da tensão dialética entre o global e o local nos capacita a perceber a relação territorialização e desterritorialização como um componente central da subjetividade que se produz nas cidades contemporâneas.

No eixo do global o processo de desterritorialização existente nas formas de acumulação do capital também está expresso na cultura contemporânea. Na cultura a desterritorialização pode estar demarcada pela destruição de símbolos, referências de memória, ou de identidades que distinguem um certo grupo.

Essas rupturas vão interferir de maneira marcante no modo de subjetivação dos sujeitos urbanos. JAMESON (1993) mostra que no universo das experiências desses sujeitos da cidade, a realidade se transmuta em imagens e o tempo é uma série de presentes fragmentados e sem profundidade. A história é um confuso ajuntamento de imagens, fragmentos incapazes de os auxiliar na descoberta de uma ordem e de funcionar como uma referência de significantes. A subjetividade produzida nesta referência é também, por conseguinte, descontínua.

Ao se examinar as condições de vida dos moradores dos aglomerados de exclusão na metrópole do Rio de Janeiro, por exemplo, pode-se encontrar em suas histórias particulares sucessivas experiências de desenraizamento forçadas pela intervenção do Estado em seus locais de moradia. Há desde a experiência de uma migração motivada por busca de emprego e salário, passando pelas traumáticas situações relacionadas às remoções de favelas promovidas mais intensamente nos anos 60 e 70, até os deslocamentos para fronteiras mais distantes das periferias das metrópoles, provocadas pela valorização das áreas urbanas que antes ocupavam. A instabilidade, portanto, que o desenraizamento provoca vai surgir como um traço formador dessa cultura.

HAESBAERT<sup>36</sup> (1995) mostra isso quando, ao analisar os aglomerados de exclusão como expressão de desterritorialização, assinala que:

*“Aglomerados de exclusão seriam marcados então pela desterritorialização extrema, uma certa fluidez marcada pela instabilidade e a insegurança constantes, principalmente em termos de condições materiais de sobrevivência, pela violência freqüente e pela mobilidade destruidora de identidades. Tratam-se, em síntese, de espaços sobre os quais os grupos sociais dispõem de menor controle e segurança, material e simbólica”.* ( HAESBAERT, 1995, p.193)

<sup>36</sup> Haesbaert, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná (org). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1995.



Por outro lado, no eixo do local há nesses enclaves urbanos a convivência da territorialização empreendida pela criminalidade, principalmente associada ao narcotráfico, que acentuamos acima. Tal territorialização não escapa ao caráter de exclusão social, entendida como perda de direitos sociais e de relações formais na vida social; ao contrário, ela acentua a própria exclusão.

Essa territorialização marginal, conformadora de territórios segregados no espaço da cidade, é uma face do processo de globalização voltada aos excluídos, àqueles que vêm se tornando supérfluos para as condições de reprodução do capital. Por isso é de fundamental importância distinguir os sujeitos desterritorializados, porque integrados a uma rede informacional global, em escala planetária, daqueles excluídos dos quais nos ocupamos neste estudo. Ainda que ambos vivenciem experiências comuns no espaço, a qualidade a elas associadas será radicalmente diferente.

Marc AUGÉ (1994) chama a atenção para uma outra qualidade dos processos de desterritorialização em curso a que os sujeitos estão submetidos no espaço urbano. Para reconhecê-la ele vai diferenciar a idéia de espaço e lugar, dizendo que os lugares são identitários, relacionais e históricos. Os sujeitos ligam-se a lugares e os reconhecem no curso de sua vida. Há o lugar onde se nasceu, o lugar de onde se vem, o lugar onde se trabalha, se mora, etc. "O lugar se completa pela fala, a troca alusiva de algumas senhas, na convivência e na intimidade cúmplice dos locutores." (AUGÉ, 1994, p. 73)<sup>37</sup> Em síntese, um lugar pode ser simbolizado.

Em oposição a isso AUGÉ identifica o que ele denomina de não-lugar. Para ele a "super-modernidade" é produtora de não-lugares, que não estão integrados aos

---

<sup>37</sup> AUGÉ, Marc. *Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. São Paulo : Papyrus, 1994.

fluxos de memória dos sujeitos da cidade. Este conceito comporta duas realidades, a de espaços construídos em relação a determinados fins e as relações que os indivíduos mantêm com esses espaços.

CANCLINI sobre isso observa:

*"O crescimento dessas instalações necessárias para a circulação acelerada das pessoas e dos bens que se observa tanto no uso do espaço quanto nos hábitos dos cidadãos, revela uma deslocalização das concentrações urbanas, uma diminuição (não um desaparecimento) do distintivo em benefício do desterritorializado e do deshistoricizado".*  
(CANCLINI, 1995, p. 111)

O não-lugar é por excelência o lugar do consumo, saturado de imagens, no qual os sujeitos estão controlados por "textos" ou ícones que prescrevem comportamentos a serem adotados por eles. Marc AUGÉ diz:

*"Assaltado pelas imagens que difundem, de maneira superabundante, as instituições do comércio, dos transportes ou da venda, o passageiro dos não-lugares faz a experiência simultânea do presente perpétuo e do encontro de si".* (AUGÉ, 1994, p. 96)

Ele assinala que essas experiências simultâneas resultam ao menos em duas coisas aparentemente contraditórias. Por um lado, as imagens sinalizam para um universo de consumo que o indivíduo pode assumir como seu, pois é sempre interpelado a isso. "A tentação do narcisismo é, aqui, ainda mais fascinante, porque parece expressar a lei comum: fazer como os outros para ser você mesmo." (AUGÉ, 1994, p. 97) Por outro lado, esse universo assume uma função de cosmologia, ele permite que o indivíduo reconheça como familiares, em qualquer

lugar, as imagens sinalizadas pelo consumo. O paradoxo é o de solidão e similitude.

Para que se evite qualquer determinismo nesta relação é importante registrar a advertência do autor:

*"O lugar e o não-lugar são, antes, polaridades fugidias: o primeiro nunca é completamente apagado e o segundo nunca se realiza totalmente - palimpsestos em que se reinscreve, sem cessar, o jogo embaralhado da identidade e da relação". (AUGÉ, 1994, p. 74)*

Enfim, cada vez mais as cidades são sínteses em sociedades globalizadas, expressando em seus fixos e fluxos a tensão dialética entre o global e o local, que vai estar presente nos modos de inserção dos sujeitos nos vários circuitos de sua vida social.

CASTELLS<sup>38</sup> (1996) realça o protagonismo que as cidades têm assumido nas economias globalizadas como centros de produção, de circulação e de consumo de bens materiais e simbólicos. Este protagonismo se dá tanto no que se refere à vida cotidiana dos cidadãos, quando assumem suas posições de produtor e consumidor que se dão em um ritmo e intensidade consoante aos da cidade, assim como, em nível macro, nas relações internacionais. A cidade assume, desse modo, uma relevância fundamental nas experiências de vida de seus habitantes. É ainda, e por isso, lugar privilegiado da expansão da cultura do consumo como presença significativa no estabelecimento dos desejos e aspirações dos cidadãos.

É na cidade que se desenrolam as relações tecidas na ordem do capital, ela é a dimensão material visível dessas relações, nelas estão os sinais visíveis da

<sup>38</sup> CASTELLS, M. e BORJA, J. As cidades como atores políticos. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 45, jul. 1996

cultura de um povo; é nela ainda que os sujeitos experimentam em sua própria pele a concretude dessas relações. A cidade, desse ponto de vista, é síntese de tempo e espaço, é visibilidade do entrelaçamento entre estes e os sujeitos.

No próximo item procurar-se-á estabelecer, de modo mais substantivo, as bases do que se está chamando de protagonismo da cidade, a partir da cultura de consumo em economias globalizadas. Nesse esforço tentar-se-á traçar alguns parâmetros sobre sua presença para os sujeitos.

#### 3.4. Cultura de consumo e subjetividade

Como já se afirmou anteriormente, a cidade é o locus mais complexo, onde se desenvolveu ao máximo a produção e circulação de bens. Ela é por excelência o espaço de circulação, no qual os acontecimentos no cotidiano de seus habitantes se passam no ritmo das necessidades da produção e do consumo das mercadorias e bens simbólicos.

Nas condições da expansão do capital no início deste século, a variedade e complexidade da divisão do trabalho nas cidades incorporou um enorme contingente de trabalhadores citadinos às relações mercantis. Incorporou-os como trabalhadores assalariados e como consumidores em um mercado de bens e produtos cada vez mais unificado.

Novamente é em SIMMEL (1967) na sua análise do espaço da cidade, que se encontrará uma reflexão sobre a influência dessa incorporação nos sujeitos nas cidades modernas. Ele fala que essa demarcação do espaço urbano, como espaço de produção especializada de bens e de uniformização do consumo, "amplia" o

corpo do sujeito, isto é, extrapola sua área de influência e o faz igual aos outros. A necessidade de diferenciação torna-se mais aguda e vai ter como uma de suas expressões a busca de criação de modos de vida próprios.

Neste momento de formação das cidades-metrópole, ao qual se refere SIMMEL, a ideologia do progresso apontava um horizonte para o desenvolvimento da sociedade humana potencialmente infinito. As possibilidades de expansão do mundo das mercadorias se apresentavam como ilimitadas, face ao aumento do universo de conhecimentos produzidos pela ciência e tecnologia na transformação e controle da natureza. Inúmeras áreas da vida humana, antes fora das trocas mercantis, eram a elas incorporadas e seus artefatos entravam no ritmo da circulação cada vez mais acelerada das cidades.

O domínio da cultura foi uma dessas áreas que o desenvolvimento da tecnologia integrou às relações mercantis na modernidade.<sup>39</sup> O que agora para este estudo torna-se fundamental registrar é que a circulação dos artefatos de cultura, com a expansão das comunicações, criou um mercado de consumidores que em certos sentidos rompiam com as formas tradicionais do estar na cidade. O próprio espaço da cidade torna-se alvo de intervenções planejadas e deixa de ser um traço desordenado ao sabor do movimento de seus moradores e passa a ser ele mesmo um dado da cultura.

Esse período representa uma importante inflexão na relação entre passado e futuro, entre a tradição e a instituição de novas formas no viver urbano. ARRUDA<sup>40</sup> em interessante artigo sobre o modernismo paulista em meados deste século e sua

---

<sup>39</sup> Ver sobre essa discussão os estudos de Benjamin, em particular *A Obra de Arte na Era de sua Reprodutibilidade Técnica*, e Adorno em sua análise sobre o jazz e o rádio na *Dialética do Esclarecimento*.

<sup>40</sup> ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Metrópole e cultura: o novo modernismo paulista em meados do século*. *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 39 - 52, out. 1997.

relação com a metropolização da cidade, observa dois movimentos. O primeiro é dos próprios dinamizadores desta cultura urbana que, baseados na perspectiva do progresso, não se percebiam como seguimento de qualquer tradição anterior, mas como introdutores de rupturas que, descontinuando o passado, possibilitavam o futuro, a formação de novas identidades desenraizadas, geradoras de uma liberdade de ação sem registro anterior na história.

O segundo movimento que a autora registra é que esta descontinuidade em relação ao passado inegavelmente abriu uma vereda de inovações sem precedentes na cultura da metrópole. Em seu rastro, esse movimento produziu na vida da cidade uma tal quantidade de mudanças que suas formas de expressão estilhaçaram-se em múltiplas linguagens.

Registrar esses processos é de fundamental importância, se se quer compreender as condições que tornam possível a emergência da cultura de consumo na contemporaneidade como um fenômeno também propiciado pelo modo de vida urbano. Portanto, as condições do presente têm como uma de suas fontes a impregnação do caráter mercantil a todas as esferas da vida humana. A mercantilização foi sendo justificada em nome de um progresso evolutivo e linear que alcançaria, mais cedo ou mais tarde, todos os habitantes do planeta.

Conforme já se viu no segundo capítulo deste estudo, as décadas iniciais da segunda metade do século são justamente o momento em que se realiza a crítica da ilusão do progresso infinito e contínuo. Esse debate se trava em um quadro de reflexão em torno da noção da modernidade que vai acentuar as questões da proteção ao meio ambiente, a questão urbana, das diversidades culturais, sexuais, religiosas, etc. e mesmo a emergência de uma identidade jovem diferenciadora, fortemente associada a determinados ícones de consumo.

Também as cidades-metrópoles passam a ser questionadas como um modo de vida desumano pela degradação ambiental e pelo crescimento da pobreza e

violência urbana. O modo de vida nas grandes metrópoles é criticado ainda pela cultura de desenraizamento e anonimato, que produz o esgarçamento das relações intersubjetivas. Nesse sentido, a crítica recai sobre a mesma situação que era vista, na primeira metade do século, como possibilitadora da liberdade para as inovações.

Registrar, ainda que brevemente, este percurso é importante para que se possa perceber como o consumo vai adquirir um lugar de relevo no cotidiano dos moradores da cidade e, mais que isso, no próprio desenho da cidade contemporânea.

As exigências da circulação desimpedida das mercadorias produz um desenho particular nas cidades, configurado a partir desta lógica. Quando se está aqui referindo a mercadorias, não se está falando apenas do consumo de bens, mas também o de informações. As intervenções dos planejadores e administradores urbanos, no espaço da cidade, têm se orientado no sentido de agilizar os fluxos, sejam eles de pessoas, veículos, ou informações, procurando estabelecer uma rede de tráfego contínua e conexões entre os vários lugares a mais transparente possível.<sup>41</sup>

Essas intervenções urbanas são feitas sacrificando-se os espaços que tradicionalmente foram pontos de convergência e encontro das pessoas nas cidades. Desse modo, as interconexões dos fluxos urbanos vão substituindo a intensidade dos encontros. Nesse movimento, as partes que as pessoas realmente utilizam do território da cidade diminuem cada vez mais.

Por outro lado e ao mesmo tempo, surgem nas cidades os locais especializados para o consumo. Estes centros são construídos para cobrir uma oferta máxima de consumo, tanto pela diversidade dos produtos à venda, como pela junção de diversas atividades no mesmo local. Nas cidades modernas, as áreas

---

<sup>41</sup> O termo transparente está aqui utilizado com o conteúdo que Soja atribui de ilusão de transparência ao qual nos referimos acima.

comerciais eram separadas daquelas destinadas a outros usos, especializadas de acordo com as funções. Havia a divisão entre os locais de trabalho e lazer, entre estes e os de consumo e, ainda, dentre estes últimos, a especialização por tipos de produtos à venda. A nova ordenação das cidades vai desconstruir essa lógica, construindo centros de comércio, trabalho e lazer em um só equipamento, inteiramente desespacializado em relação a seu entorno e à cidade.

Nesses centros, além do consumo de mercadorias e bens de cultura, os sujeitos consomem um universo de informações e imagens que estão associadas a esses bens. JAMESON (1996) chama a atenção para esse novo campo associado ao consumo que parece flutuar acima da realidade material das mercadorias e se apresenta de forma semi-autônoma para os sujeitos, como propriedades associadas às próprias mercadorias e que impregnam seus consumidores.

Para que seja possível compreender esse significado que as mercadorias carregam ao qual se refere JAMESON, pode-se recorrer à noção do trabalho imaterial que está agregado aos produtos. Maurizio LAZZARATO (1993)<sup>42</sup> mostra como o consumidor está inscrito na fabricação do produto desde a sua própria concepção. Ele afirma que:

*“O consumidor não se limita mais a ‘consumir’ uma mercadoria ( a destruí-la no ato do consumo). Ao contrário, seu consumo deve ser produtor de condições de novas condições. O consumo é agora antes de tudo um consumo de informação. O consumo não é mais apenas a ‘realização’ de um produto, mas um verdadeiro processo social que agora definimos com o termo comunicação”. ( LAZZARATO, 1993, p. 112)*

<sup>42</sup> LAZZARATO, Maurice. Le “cycle” de la production immatérielle. *Futur Antérieur*. Paris, n. 16, 1993



Antes mesmo de um produto ser fabricado ele deve ser vendido. Para tal, todo seu processo de produção está envolvido também pela produção e pelo consumo da informação. Em primeiro lugar no conhecimento das tendências do mercado - produção das informações - e divulgação destas - produção de mercado. A esse trabalho, vinculado diretamente à informação, é que o autor qualifica de trabalho imaterial, pois, apesar de não estar presente concretamente na mercadoria, ele produz valor, agregando a ela significados. Ele desenvolve esta idéia afirmando que o trabalho imaterial:

*"(...) dá forma e materializa as necessidades, o imaginário, os gostos do consumidor e os produtos devem por sua vez serem poderosos produtores de necessidades, de imaginários, de gostos. A particularidade da mercadoria produzida pelo trabalho imaterial ( seu valor de uso é essencialmente seu conteúdo informacional e cultural ) consiste no fato que ela não se destrói no ato do consumo, mas ela se amplia, transforma, cria, o ambiente ideológico e cultural do consumidor. Ela não reproduz a capacidade física da força de trabalho, ela transforma sua utilização".*  
(LAZZARATO, 1993, p. 114)

Pode-se agora compreender a formulação de Fredric JAMESON acerca do campo imaterial que envolve as mercadorias e mais ainda as condições de identificação que elas propiciam como não-lugar na formulação de Marc AUGÉ. Pois, se a produção é hoje, de modo direto, produção de relações sociais, os conteúdos fundamentais do trabalho imaterial estão associados à subjetividade, não apenas em seu aspecto de controle social, mas buscando produzir nos sujeitos identificações poderosas o suficiente para que novas possibilidades de consumo possam se abrir.

Para alguns autores, tais como Mike FEATHERSTONE (1995) o traço mais marcante da cultura na contemporaneidade é seu caráter de consumo. Parte de seu

esforço de análise concentra-se em localizar as mudanças ocorridas nas experiências e práticas culturais dos grupos sociais que, em seu ponto de vista, estão desenvolvendo novas formas de orientação e identificação.

Para o autor, conhecer, hoje, estas novas formas supõe o reconhecimento da dinâmica da cultura de consumo, que pode ser um dos vetores fundamentais para a alteração dos regimes de significação pelos quais os sujeitos se orientam. Sua tese central é de que não é possível considerar o consumo apenas como uma decorrência das exigências da produção, mas que há toda uma ordem diversa de funções que ele vai cumprir na vida social.

Ele assinala as três perspectivas a partir das quais irá desenvolver sua análise da cultura de consumo. A primeira delas é a localização desta cultura na expansão capitalista da produção de mercadorias, "que deu origem a uma vasta acumulação de cultura material na forma de bens e locais de compra e consumo". (FEATHERSTONE, 1995, p. 31) Isso é, na visão deste autor, um elemento fundamental para a compreensão do relevo que as atividades de consumo assumiram nas sociedades ocidentais contemporâneas.

A segunda perspectiva refere-se ao fato de que,

*"a relação entre a satisfação proporcionada pelos bens e seu acesso socialmente estruturado é um jogo de soma zero, no qual a satisfação e o status dependem da exibição e da conservação das diferenças em condições de inflação".*  
(FEATHERSTONE, 1995, p. 31)

Por esta perspectiva, o autor pretende fixar a noção de que as mercadorias são para os indivíduos instrumentos de demarcação das distinções de classe.

Finalmente, a terceira perspectiva apontada vai buscar localizar nos sujeitos "os prazeres emocionais do consumo, os sonhos e desejos celebrados no imaginário

cultural consumista e em locais específicos de consumo que produzem diversos tipos de excitação física e prazeres estéticos."( FEATHERSTONE, 1995, p. 31).

Na discussão da cultura de consumo no estilo de vida dos sujeitos da contemporaneidade ele afirmar que o estilo de vida, no domínio da cultura de consumo, "conota individualidade, auto-expressão e uma consciência de si estilizada" (FEATHERSTONE, 1995, p. 119), na qual as mercadorias consumidas são signos reveladores de distinções sociais.

Ao utilizar a noção de "cultura de consumo" o autor relaciona duas esferas, a primeira é a da dimensão cultural presente na economia, quer dizer, a não relação imediata entre consumo e necessidades. A segunda esfera é a dimensão econômica dos bens culturais, ou seja, a presença dos princípios organizadores do mercado na esfera do estilo de vida, bens culturais e mercadorias. Desse modo a mercadoria é, para ele, um signo, arbitrado num sistema de significantes, no qual valores foram revistos e a imagem triunfou sobre o conteúdo.

Na estilização da vida essa imagem está sugerida nos meios de comunicação como uma permanente possibilidade de auto-expressão e auto-transformação. Como afirma o autor:

*"Este é o mundo dos homens e mulheres que procuram a última novidade em termos de relacionamentos e experiências; que têm espírito de aventura e assumem os riscos de explorar plenamente as opções de vida, conscientes de que têm somente uma vida para viver e precisam se esforçar muito para desfrutar, vivenciar e exprimir a vida."*  
(FEATHERSTONE, 1995, p. 123)

Como a mercadoria diluiu seus vínculos com a necessidade, passando a expressar um estilo de vida, seu consumo se transforma em elemento de diferenciação social. Ele vai opor então, as noções de diferença e alteridade, a

partir do reconhecimento que a tendência, a uma aceitação mais flexível da diferença presente na sociedade de consumo, tem como limite a necessidade de reconhecimento e legitimidade social.

Diferentemente da posição deste autor sobre a cultura de consumo como uma expressão predominantemente individual, Nestor CANCLINI (1995) ressalta um caráter político presente no consumo. Para ele, o consumo assume, além dos aspectos da racionalidade econômica e dos aspectos simbólicos e estéticos, uma dimensão sócio-política interativa. Nesta última dimensão do consumo se inscreve em uma certa racionalidade integrativa e comunicativa da sociedade. O consumo seria, então, mais do que uma atividade individual e atomizada. Ele seria uma atividade social e correlativa, sob um certo controle das elites.

CANCLINI realça que o consumo não é a mera posse de bens individuais mas uma apropriação coletiva, em relações de solidariedade e distinção com os outros, de bens que proporcionem satisfações biológicas e simbólicas que servem para enviar e receber mensagens. Este poder "emissor" do consumo o coloca como uma questão em relação à formação de identidades e às posições assumidas pelos sujeitos na vida social.

Para este autor, em uma sociedade imagética e globalizada tal como a contemporânea, a questão do consumo é fundamental em qualquer discussão em torno da cidadania. Ele afirma:

*"A subordinação da ação política à sua espetaculização pela mídia está reduzindo a importância dos partidos, dos sindicatos, das greves, das manifestações públicas e de massa, enfim, das instâncias em que as negociações podem ser efetuadas" (CANCLINI, 1995, p. 224)*

Essa subordinação dos circuitos de ação política, onde se formulam e exercem a cidadania, a uma cultura imagética coloca em questão a legitimidade da

representação política e questiona nossos conceitos clássicos de cidadania. O autor mostra que:

*"Quando se perde a distinção entre real e simbólico, quando a pergunta sobre a legitimidade das representações se extravie e tudo é simulacro, não sobra lugar para a confrontação racional de posições, nem para a troca, nem, é óbvio, para a negociação." (CANCLINI, 1995, p. 223)*

Nessa perspectiva é fundamental localizar a cidadania na tensão dialética entre público e privado. Ela não está nem subordinada ao Estado nem dissolvida na esfera da "sociedade civil". É ainda Nestor CANCLINI que afirma:

*"A despeito da globalização dos bens materiais e da informação, da convergência planetária em certos hábitos de consumo, as tradições e crenças locais ou regionais continuam configurando diferencialmente o público e o privado, os processos de inclusão e exclusão. (CANCLINI, 1995, p. 258)*

O reconhecimento da tensão global - local possibilita enxergar que essas duas esferas convivem simultaneamente. A globalização da cultura tem limites e resistências frente ao acervo de tradições dos grupos sociais. Não é possível imaginar-se um rompimento total, por exemplo, das identidades nacionais hoje, que por mais mediatizadas que possam se apresentar, sobrevivem na memória coletiva dos sujeitos sociais como um acervo de experiências que têm sua expressão na cultura, sua presença no desenho das cidades.

Tais experiências são um solo de referências, em maior ou menor grau, partilhado por um conjunto de sujeitos sociais que as receberam de herança. Os sujeitos precisam de espaços e lugares para construir suas identidades. A idéia

de uma identidade nacional foi uma forma de organização do capital, mas ela também construiu uma marca na subjetividade dos sujeitos.

Com isso estamos reafirmando a noção de que é no lugar, enquanto uma construção social, que os sujeitos produzem a sua subjetividade. É a partir dele que é possível pensar o viver, o consumir e a ocupação do espaço, percebendo uma poderosa rede de significados pelas quais os sujeitos se orientam.

Em um contexto de globalização do capital, desconhecer esse pertencimento pode encaminhar em um sentido de generalidade abstrata, que não considera a cultura como relacional. Fredric JAMESON (1994) mostra que a cultura não é uma "substância", mas que ela surge do relacionamento entre grupos. "Isso significa que nenhum grupo 'possui' uma cultura sozinho: a cultura é um nimbo percebido por um grupo quando entra em contato com e observa outro grupo." (JAMESON, 1994, p. 29)

Desse modo, a cidade como lugar do sujeito não é apenas um cenário onde ele se movimenta, mas é um personagem nas suas histórias, é onde o globalizado redefine seu conteúdo na tensão do particular. Na relação com a cidade globalizada se produz o sujeito na contradição de dois movimentos: o do estranhamento face à avassaladora entrada de informações mundializadas que confundem referências já estabelecidas, gerando um ritmo de mudanças difícil de ser acompanhado e o movimento oposto de reconhecimento, através do qual os sujeitos vão realizando mediações entre o novo e aquilo que possuem como patrimônio de referências que acumularam em sua trajetória como sujeito histórico. No plano do cotidiano, do vivido, essas mediações são gestadas e é isso que nos permite ver que nem tudo foi homogeneizado.

Na produção dessas mediações os sujeitos formulam sínteses, sempre provisórias, que lhes permitem reconhecer-se, orientar-se frente aos outros, e emitir sinais compreensíveis aos grupos com quem desejam identificar-se, ou, ao

contrário, de quem desejam diferenciar-se. Daniela ROPA<sup>43</sup> (1994) mostra que, segundo Freud, o sentimento de identidade pode ser em parte creditado à idéia de pertencimento a um grupo ou comunidade. Ambos os autores acentuam tanto o caráter trágico deste pertencimento, quando fonte de intolerância ao diferente, o "narcisismo das pequenas diferenças", como a impossibilidade da identidade sem o pertencimento. JAMESON expressa a agudeza desta dualidade:

*"Falando sem rodeios, então, teríamos de dizer que o relacionamento entre grupos deve ser sempre de luta ou violência: pois a única maneira positiva ou tolerante de eles coexistirem é separarem-se um do outro e redescobrirem seu isolamento e sua solidão. Cada grupo é assim o mundo inteiro, o coletivo é a forma fundamental da mônada, sem janelas e ilimitado (pelo menos internamente)". ( JAMESON, 1994, p. 31)*

É ainda Daniela ROPA que ressalta um dos aspectos do pertencimento que é possibilitador da vida social. Ela diz que o pertencimento é

*"o desejo de solidariedade não apenas no seu sentido mais banal de amor ao próximo, mas sobretudo, como sendo o reconhecimento de pertencimento a determinado grupo ou comunidade de tradição, à qual estaríamos atados por vocabulários, crenças e laços de linguagem". ( ROPA, 1994, p. 171)*

As condições de pertencimento dos sujeitos aos grupos sociais estão inscritas dentro e fora dele. Com isso estamos querendo dizer que os sujeitos fazem escolhas, mas que suas alternativas estão codificadas nos limites de uma dada cultura. Buscar pertencer é, para os sujeitos, incluir-se em determinados circuitos,

---

<sup>43</sup> ROPA, Daniela. Ela é ... o que você quiser. In: COSTA, Jurandir F. *Redescrições da psicanálise*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

estar em consonância com outros sujeitos no enfrentamento cotidiano da luta pela sobrevivência e pelo reconhecimento.

O próximo capítulo encaminha a reflexão no sentido de perceber os processos de produção das subjetividades na contemporaneidade. Tal exame será feito dentro das condições demarcadas pela cultura nessa produção.



## Capítulo 4

### A subjetividade

#### 4.1. Subjetividades, uma nova compreensão do múltiplo

#### 4.2. A cultura formadora de subjetividades

#### 4.3. Produção de subjetividades e ordem simbólica

Este capítulo trata da questão da subjetividade. Sua idéia central está baseada no ponto de partida que a subjetividade não é uma imanência, mas é socialmente produzida. Os elementos dessa produção estão articulados na cultura que os sujeitos partilham com outros em uma formação social determinada, em um tempo histórico delimitado. A cultura é, desse modo, o texto que oferece os elementos para a formação das identidades.

Para desenvolver este argumento começa-se por construir a própria noção de identidade, buscando-se resgatá-la em sua multiplicidade. O percurso da reflexão se inicia pelos processos de produção da subjetividade em sua dimensão de particularidade e se encaminha no sentido da apreensão de suas determinações mais gerais, para retornar de novo ao particular.

Este percurso está apresentado em três itens. O primeiro vai tratar da formação das identidades partindo do processo de sua formação nos sujeitos e ampliando-se para os diálogos que estes estabelecem com outras subjetividades presentes nesse processo, e em tempos históricos distintos.

A partir disso o item dois apresenta a reflexão em torno do campo da crítica da cultura. Nele se discute a produção da chamada ordem simbólica procurando registrar, na contemporaneidade, as condições nas quais se realiza o processo de produção das subjetividades. Finalmente, no esforço de retornar à particularidade dos

sujeitos, o terceiro item vai buscar apreender as formas de produção das identidades e as ações dos sujeitos nesta construção hoje.

#### 4.1. Subjetividades, uma compreensão do múltiplo

O estudo da subjetividade supõe a compreensão de, no mínimo, duas dimensões. A primeira é a dimensão da subjetividade como experiência de si mesmo, nela o foco do estudo é o sujeito como centro e origem da subjetividade. A segunda dimensão excede estes limites e acrescenta ao estudo uma perspectiva da subjetividade como condensação de múltiplos elementos extra-individuais que afetam o sujeito no curso de sua vida.

Apesar de se reconhecer a primeira dimensão como um elemento fundamental, determinante também nas ações dos sujeitos, será na segunda dimensão que se concentrará este estudo. Desse modo, os sujeitos serão sempre vistos como se constituindo através e no entrecruzamento de diversas linhas de força, que se movimentam tanto no sentido do sujeito para o mundo, como do mundo para ele. Nesse lugar de tensão entre o exterior e o interior, clivado pelos antagonismos sociais, é que se produz a subjetividade.

Como assinala Renato MEZAN<sup>1</sup>, a própria palavra *sujeito* expressa esse lugar de tensão. Por um lado, ela assume o significado de estar submetido a alguma força ou injunção externa. Por outro, significa também capacidade de iniciativa e liberdade, por exemplo, quando assume, por exemplo, o caráter de “sujeito de direitos”. Esse duplo sentido de assujeitamento e de autonomia que a palavra assume é revelador da pluralidade de sentidos que essas forças movimentam nos sujeitos.

---

<sup>1</sup> MEZAN, Renato. Subjetividades contemporâneas? *Subjetividades contemporâneas*. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 12 – 17, 1997.

No movimento do exterior para o interior pode-se perceber, no processo de construção da subjetividade, a “condensação ou sedimentação, num dado indivíduo, de determinações que se situam aquém ou além da experiência de si, e que de algum modo a conformam, ou pelo menos lhe designam certos limites e condições”. (MEZAN, 1997, p. 13) É certo que os homens não escolhem as condições nas quais vivem. Em sua atividade prático-sensível o sujeito está delimitado pelas condições históricas que lhe são exteriores e anteriores. A produção da realidade humana na vida social se dá portanto, na convergência entre a existência e seus significados e entre a realidade e os sentidos correspondentes que os sujeitos lhe atribuem.

Essas determinações não são absolutas, mas têm seus limites estabelecidos pelo fato de que, se a realidade não se resume aos sujeitos, ela também não existe sem eles. O real é o mundo material – a natureza - e as relações que o homem estabelece na vida social. As relações sociais não são supra-individuais, isto é, não se pode abstrai-las dos sujeitos que as contraem; dessa forma elas não existem como idéias, mas como práticas sociais concretas. Desse modo, o social não é jamais o resultado do somatório das ações de cada um dos sujeitos isoladamente. Nas práticas sociais os homens constroem sua subjetividade e neles sintetiza-se todo o conjunto das relações sociais, que se não determinam inteiramente a subjetividade, estão presentes em algumas de suas formas fundamentais, bem como em seus limites.

Em síntese pode-se entender que na produção da subjetividade, cruzadas pela tensão exterior – interior, movimentam-se três esferas distintas: a natureza, a corporeidade e a história.

A consideração da dimensão histórica da subjetividade permite entendê-la como uma universalidade que é atravessada pela temporalidade. Deste modo, ela nunca é apenas genérica, isto é, formada pelo que é inespecificamente pertencente à condição de ser humano como espécie, em qualquer tempo da história e em qualquer condição. Ao contrário, a corporalidade está sempre particularizada em uma

forma e conteúdo assumidos em referência às relações sociais, em um momento histórico determinado. Reconhecendo a dimensão das práticas sociais Marilena CHAUI (1997) afirma que a subjetividade “é um nó de ações corporais e simbólicas, originariamente intercorporais e intersubjetivas, das quais a consciência de si enquanto sujeito é um dos aspectos e não a definição.” (CHAUI, 1997, p. 19)<sup>2</sup>

Ao se acrescentar a dinâmica produzida pela tensão exterior – interior às esferas da natureza, corporalidade e história no processo de produção da subjetividade, é possível reconhecer três planos diferenciados de movimento nessa produção. São eles: o singular, o universal e o particular.

No plano da singularidade está o que é único de cada um dos sujeitos e o diferencia dos outros, ainda que submetidos a experiências semelhantes na mesma temporalidade. Neste plano se localizam as escolhas, paixões e atos de cada um, que vão se fundido e construindo cada sujeito particular em uma história de vida própria e intransferível.

À universalidade está referido aquilo que distingue o homem como uma espécie: sua corporalidade e sexualidade, a linguagem, as necessidades, a consciência da própria mortalidade, etc., condições que todos os seres humanos partilham.

A dialeticidade entre a singularidade – o estritamente particular - e a universalidade – o genericamente humano - está mediada pelo particular, que são justamente aquelas condições que, externas aos sujeitos, são por eles compartilhadas com alguns outros sujeitos do mesmo segmento social, na formação social e histórica em que vivem. Neste campo de mediação, dentro do processo de constituição da subjetividade, pode-se falar em subjetividades, uma vez que essa exterioridade vai se

---

<sup>2</sup> CHAUI, Marilena. *Comentários. Subjetividades contemporâneas*. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 12 – 17, 1997.

dar de múltiplas formas no interior da cultura, a partir do lugar que o sujeito ocupa nas relações sociais.<sup>3</sup>

Posto que, então, a compreensão dos processos de produção da subjetividade precisa partir dos sujeitos concretos, em uma determinada formação social, com uma cultura particular, considerada sua origem de classe, e com uma visão peculiar do real construída em sua prática social.

Desse ponto de partida é possível pensar sobre como os sujeitos se constituem através da mediação do particular. Esse processo, que se dá no domínio da cultura dos grupos sociais, se realiza através dos instrumentos e instituições responsáveis pela aculturação dos indivíduos desde o seu nascimento e está revestido pelas formas de ordenação do poder na vida social.

Toda sociedade investe em sua reprodução através da transmissão a seus indivíduos do patrimônio que acumulou historicamente, ensinando-os a funcionar segundo ele, a transmiti-lo às gerações subseqüentes e ainda apontando as formas de transgressão toleráveis e até mesmo esperadas dentro de cada grupo social.

MEZAN sobre isso assinala:

*“Em sociedades hierarquizadas, divididas em estamentos, classes ou castas, tal incorporação necessariamente deve incluir elementos que tornem no mínimo suportável e no máximo desejável a pertinência à categoria social em que o indivíduo está, ao menos quando nasce, destinado a funcionar. Estes mecanismos são sutis e complexos, mas sem eles, sociedade alguma poderia se perpetuar, e simplesmente desapareceria como tal.”* (MEZÁN, 1997, p. 15)

---

<sup>3</sup> Mesmo reconhecendo as dimensões da singularidade e da universalidade como fundamentais nas escolhas identificatórias dos sujeitos este estudo, em razão da própria natureza de seu objeto ater-se-á ao campo da particularidade no processo de constituição da subjetividade.

Estes mecanismos aos quais se refere o autor se processam através de identificações. Os sujeitos no curso de sua vida vão se identificando a alguns paradigmas socialmente valorizados, buscando aproximar-se de certos modelos identificatórios que lhes são desejáveis, atribuindo-lhes valor e reconhecimento e, ao mesmo tempo também, buscando diferenciar-se daqueles que rejeitam.

Assim o jogo das identificações é um jogo de diferenciações. Os sujeitos hierarquizam os modelos identificatórios e os diferenciam, buscando sempre *distinguir-se daquilo ou daqueles que julgam inferior ou consideram inadequado*. Nesse movimento vão fazendo escolhas políticas e posicionando-se em relação aos outros sujeitos.

A compreensão das identificações como diferenciações e aproximações obriga a ver a identidade sempre como um campo relacional. Ela não é uma essencialidade, mas, rigorosamente, nem se poderia falar de identidade no singular, pois elas são sempre plurais e estão permanentemente se realizando na cultura. Nem mesmo esta pode ser pensada como um campo centrado e homogêneo, mas relacionada a segmentos sociais que a particularizam e a têm como patrimônio no âmbito de uma cultura mais ampla.

Os sujeitos, no curso dos processos de identificação, vão negociando sentidos que estão sempre em mutação. Desse modo, o campo de mediação do particular no processo de produção da subjetividade, que se dá através desses processos identificatórios no campo da cultura, define pertencimentos e exclusões que se transformam no tempo e no espaço. Como afirma SANTOS "Identities são, pois, identificações em curso." (SANTOS, 1994, p. 135)<sup>4</sup>

Como relacional os processos identificatórios são sempre fenômenos políticos, uma vez que a identidade não se define mais como uma singularidade do

---

<sup>4</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela Mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. Porto : Afrontamento, 1994.

sujeito que é preciso revelar. Mas, ao contrário, como um jogo simbólico no qual os sujeitos, em sua posição social, vão articulando elementos culturais que acentuam sua diversidade em relação ao Outro.

No curso dessas identificações o sujeito se exterioriza a partir de sua relação com o Outro, pólo alteritário, que lhe permite humanizar-se e inscrever-se em uma ordem simbólica, na qual busca, ao mesmo tempo, fundir-se e diferenciar-se. SANTOS lembra que as identificações “além de plurais, são dominadas pela obsessão da diferença e pela hierarquia das distinções.” (SANTOS, 1994, p. 135)

O sujeito realiza esse movimento de identificações sempre com outros, pares ou oponentes, com os quais se relaciona, tanto de modo interpessoal, bem como através de padrões de relação institucionalizados, politicamente definidos<sup>5</sup>. Ao fazê-lo não só produz para si uma imagem, em um movimento de auto-reflexão, como a projeta para os outros, permitindo novas identificações. Paula MONTERO,<sup>6</sup> sobre isso, assinala a dinâmica desse processo na contemporaneidade:

*“No contexto da cena contemporânea, a identidade cultural e a diversidade se carregam pois de significados simbólicos capazes de mobilizar poderosamente e criar, à sua imagem, os grupos que elas designam.” (MONTERO, 1997, p. 63)*

<sup>5</sup> Cabe esclarecer aqui qual o conteúdo que se está atribuindo à noção de instituição. Na verdade ela se refere a padrões de interação que são de domínio coletivo praticados e regularmente conhecidos, segundo os quais os sujeitos sociais interagem e têm a expectativa de continuar interagindo durante um certo período de tempo, sob normas e regras conhecidas e partilhadas. Esses padrões tanto podem se apresentar através de instituições formais reconhecidas, com representantes capazes de falar em seu nome, ou não. Para aprofundamento deste conceito, ver: O'DONNELL, Guillermo. Democracia delegativa? *Novos Estudos*, n. 31, São Paulo: CEBRAP, outubro de 1991, p 25-40.

<sup>6</sup> MONTERO, Paula. Globalização, identidade e diferença. *Novos Estudos*, São Paulo: CEBRAP, n° 49, novembro de 1997.

A complexidade dos processos de identificação tal como se apresentam na contemporaneidade, com suas características de fragmentação e pouca profundidade, tem suas raízes no projeto de modernidade que o Ocidente encetou, mesclado ao desenvolvimento do capitalismo como o modo regulador da produção e trocas sociais.

O domínio da noção de subjetividade relacionada ao Outro é uma construção da modernidade. SANTOS vai afirmar mesmo que o nome que a modernidade dá à subjetividade é identidade. Até fins da Idade Média os indivíduos se reconheciam apenas como parte de um grupo, fosse uma família, um clã, etc, com forte conotação coletiva. Eles só tinham sentido enquanto pertencentes a um coletivo que os identificava. É apenas no Renascimento que se começa a questionar o lugar de criador/produtor dos indivíduos. A questão da autoria do mundo encontrava-se na Idade Média de certa forma resolvida, uma vez que ela não era sequer formulada fora dos domínios religiosos onde Deus é o único criador.

Mesclado à modernidade, o advento do capitalismo é que vai propiciar o surgimento da noção de indivíduo em sua forma mais clara e expandida. É a partir do reconhecimento de sua condição de produtor e da laicização da vida social que se começa a ter então uma noção da autoria dos atos sociais. Ressalta-se com ênfase a questão das liberdades individuais, a noção do livre arbítrio e o domínio da consciência e da vontade no agir dos sujeitos.

A questão da "liberdade individual" passa a ser filosófica e teoricamente cogitada a partir do séc. XVII, e vai cada vez mais se revestindo de um caráter de inerência ao indivíduo isolado. A "condição humana" suporia a liberdade individual como seu atributo e, dessa forma, ficam obscurecidas as condições sociais e históricas frente ao direito natural dos indivíduos. O social é representado então como um somatório de individualidades isoladas e autônomas.



A passagem paradigmática para a modernidade produz tensões que permanecem ainda hoje irresolvidas. Boaventura SANTOS (1994) destaca duas delas como fundamentais, pela dinâmica que imprimem à modernidade. A primeira delas refere-se a tensão entre a subjetividade individual e a subjetividade coletiva. Sobre isso ele mostra que a idéia de um mundo com autores, que é um dos fundamentos do humanismo, raiz do projeto da modernidade, tem que considerar o lugar onde esta autoria se realiza. As condições políticas para a realização do projeto da modernidade e da expansão capitalista se processaram através da formação dos Estados nacionais modernos, que dão suporte a esses novos paradigmas da vida social.

A subjetividade da comunidade da época medieval foi substituída pela subjetividade do Estado liberal. Com o advento do Estado moderno este tendeu a encarnar a subjetividade coletiva, porém com fraturas antes inexistentes quando ela estava centrada na comunidade.<sup>7</sup>

A segunda tensão está entre uma compreensão da subjetividade como concreta e contextualizada e outra que a entende como desespacializada e atemporal, tal como na tradição cartesiana. Nessa tradição a subjetividade e a identidade são unívocas. O sujeito, justamente porque desespacializado e atemporal, é uno e no curso de sua vida constrói uma identidade monolítica, pela qual é reconhecido e se relaciona com o Outro.

Nas tensões entre a subjetividade individual e a coletiva e a subjetividade contextual e abstrata, a solução liberal tenderá a hegemonizar o pólo do individual e do abstrato na subjetividade. Esse paradigma se extrema no individualismo que exacerba o ponto de vista humanista ao identificar univocamente a subjetividade com a individualidade. Joel BIRMAN<sup>8</sup>(1994) sobre essa perspectiva mostra:

---

<sup>7</sup> A noção da subjetividade do Estado e suas formas de ordenação na contemporaneidade serão desenvolvidas mais à frente.

<sup>8</sup> BIRMAN, Joel. *Psicanálise, ciência e cultura*. Rio de Janeiro : J. Zahar, 1994.

*“No individualismo o sujeito fica reduzido ao indivíduo e a articulação entre os indivíduos é representada em termos de relações interpessoais. Essas teses do individualismo se fundam na identidade entre o psiquismo e a consciência, entre o eu e a consciência, que se desdobra nas formulações do liberalismo clássico e do livre arbítrio, onde o sujeito enquanto eu decide sobre as próprias ações sociais usufruindo da posse total de suas faculdades mentais existentes no campo da consciência.”*  
(BIRMAN, 1994, p.128)

O mundo da modernidade individualista, preocupado com a questão do homem como autor das ações sociais, necessita de um sujeito que possa regular a autoria social dos indivíduos. É o Estado liberal quem vai desempenhar esse papel. Ele é o sujeito monumental que, ao reconhecer autorias, contraditoriamente descontextualiza as identidades na forma da contraposição entre Estado e indivíduo ao exercer seu poder sobre a sociedade civil.

No processo dessa descontextualização se repõe a questão do Outro. Ela está repostada na forma em que o Outro se torna uma abstração genérica e esvaziada de sentido a priori. Isso se dá porque ele apenas é reconhecido em sua alteridade na medida em que permita identificações próprias de uma cultura ou grupo social, ou seja, quando partilha uma determinada subjetividade, que, no caso do paradigma ocidental da modernidade, tem seus referentes fundamentais nas noções de indivíduo e Estado.

A questão do Outro como identidade descontextualizada acarreta ainda a transformação da diferença em desigualdade no reconhecimento e julgamento da alteridade. A alteridade é sempre um discurso de diferença porém só o Ocidente o transformou em assimetria. A percepção da alteridade é um fenômeno presente em múltiplas culturas, mas somente o Ocidente construiu uma tradição na qual o discurso

sobre a diferença é um discurso de assujeitamento. Novamente é Joel BIRMAN que assinala essa passagem:

*“A diversidade e a diferença entre as subjetividades na sua dimensão positiva – são os elementos que possibilitam que qualquer sujeito se diferencie simbolicamente dos outros – (quando) transformam-se em negatividade; a diferença se converte em desigualdade, no que concerne às condições básicas para a reprodução do sujeito desejante, e a assimetria entre as individualidades assume feições catastróficas.”* (BIRMAN, 1994, p. 173)

Esse modo ocidental de perceber o Outro tem uma de suas expressões mais acentuadas na colonização da América pelos europeus. A ocupação da América se realizou com um tipo de colonização marcada pelo etnocídio das populações já existentes levada a cabo pela Inglaterra, Espanha e Portugal. No momento em que na Europa está em construção o projeto da modernidade em seus dois pilares – a noção de indivíduo e o Estado nacional - os colonizadores entram em contato com um mundo natural e humano inteiramente novo. Nesse contato são incapazes de identificar na cultura do Outro a subjetividade do indivíduo e do Estado. Por esta incapacidade não logram conferir ao Outro, estranho absoluto, qualquer direito. A estranheza transforma-se em assimetria, que é justificadora da eliminação sumária do Outro, uma vez que este deixa de ser realmente existente.<sup>9</sup>

Mesmo processo pode ser visto na colonização da África e em particular na escravidão baseada em racismo. As chamadas ciências naturais no início do século XIX, influenciadas pelo evolucionismo, preocuparam-se em determinar a posição relativa do homem no reino da natureza. A primeira afirmação foi a da primazia do homem sobre todas as outras espécies, postulado como um ser perfeito, já que o único

<sup>9</sup> Sobre a questão do Outro na conquista da América, ver: TODOROV, Tzvetan. A conquista da América: a questão do Outro. São Paulo : Martins Fontes, 1993.

a dominar a razão para descobrir-se em sua essencialidade. Esse é o fundamento da idéia genérica de "natureza humana".

Porém esse é ainda um conceito muito abstrato incapaz de dar conta das diferenças entre as várias situações em que os homens se encontravam então. Essas diferenças requeriam uma consideração não só das diferenças entre as espécies, mas baseada na noção de progresso, cara ao pensamento evolucionista, das diversidades dentro da própria espécie humana. Daí para os sistemas classificatórios por características físicas foi um pequeno salto, que desembocou nas teorias que hierarquizam os "graus de evolução" dos homens por suas diferenças raciais. Estava pronta a base para a dominação dos chamados povos primitivos.

Como na colonização da América, o escravismo colonial ao considerar a diferença do Outro e de sua cultura o Ocidente o fez transformando a diferença em desigualdade, como justificativa para o assujeitamento.<sup>10</sup>

O movimento de forças entre estas tensões tem um novo arranjo na contemporaneidade. O ponto de vista, hegemônico no projeto da modernidade, da identidade individual e genérica se organiza em outros pólos. Em primeiro lugar rompe-se a unicidade da identidade. Os sujeitos podem assumir múltiplas identidades porque capazes de múltiplas autorias. Porém elas estarão agora novamente espacializadas. A hegemonização de uma subjetividade predominantemente individual, relacionada ao princípio do mercado regulador das trocas sociais, reforça-se a partir da radicalização do estranhamento frente ao Outro pelas severas condições de desigualdade e por uma nova organização da subjetividade do Estado em sua função de regulação da vida social.

---

<sup>10</sup> Somente bem mais tarde é que surge a noção de etnia que vai virar o avesso do pensamento racista afirmando a identidade na diferença. Na noção de etnia está embutido um projeto de identidade no interior de uma cultura peculiar a um grupo que partilha uma representação coletiva.

Neste momento de vigor da idéia do livre mercado emerge uma compreensão do sujeito da chamada pós-modernidade como aquele que é guiado pelo não-significado. Ele é o sujeito do consumismo inteiramente subordinado pelo formalismo da mercadoria em seu valor de troca, portanto em sua forma. BAUDRILLARD (1988) é um dos mais renomados teóricos desse sujeito.

Ele afirma que a subjetividade na contemporaneidade é rasa, nela a forma subordina o conteúdo, através de uma ação mediática de difusão do consumismo que, ao se afastar dos significados, envolve os sujeitos de forma visceral e não em sua consciência refletida, atendendo aos desígnios da mercadoria. Em seu ponto de vista, mesmo as ideologias conscientes de revolta, ou a própria crítica, são parte estratégica do capitalismo hoje, indispensáveis a seu funcionamento. Daí não existir mais o sujeito, mas apenas uma corporalidade desejanse incapaz de significar o que quer que seja e de produzir história, na medida em que é impotente quanto à direção de seus destinos.

Esse sujeito está em oposição frontal, portanto, àquele da concepção humanista que é livre, uno, autônomo e idêntico a si mesmo. Esse sujeito deixa de existir como tal na contemporaneidade por força das necessidades de acumulação e expansão do capital, através de novas formas de criação do consumo. Terry EAGLETON<sup>11</sup> sobre isso afirma:

*“O sujeito unificado avulta cada vez mais a essa luz como uma frase vazia ou um moinho ilusório, um remanescente de uma antiga política liberal do capitalismo, antes de a tecnologia espalhar nossos corpos aos quatro ventos, em tantas bugigangas reificadas de técnica e apetite, operação mecânica ou reflexo de desejo.”* (EAGLETON, 1997, p. 44)

---

<sup>11</sup> EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista: Ed. Boitempo, 1997.

Apesar de um reconhecimento comum desse novo sujeito que emerge neste momento atual do capitalismo, EAGLETON (1995)<sup>12</sup> vai discordar do ponto de vista que o apresenta em sua subjetividade vazia de significados, preso apenas à forma da mercadoria em seu valor de troca. Sua transformação em uma unidade autonomizada de consumo, encetada e diretamente controlada pela ação dos meios de comunicação de massa, não se realiza integralmente. Do mesmo modo que ele não é mais o sujeito do humanismo, livre, autônomo, e idêntico a si próprio, ele não é apenas uma rede descentrada e irrefletida.

A construção desse sujeito da chamada pós-modernidade não é um processo contínuo e concluído. Ainda que inadequado em certos níveis na contemporaneidade, o sujeito da modernidade ainda é funcional em outros nos quais a questão da autoria precisa ser considerada. Os planos ético e político e a questão da justiça, por exemplo, requerem uma profundidade que desmente o esvaziamento absoluto dos significados. As ações de socialização das novas gerações ainda são orientadas por imperativos de autoridade, responsabilidade e iniciativa questionados, por exemplo, pelo consumismo.

Portanto não se trata de uma subjetividade única, ou melhor, de uma não-subjetividade, mas de subjetividades que guardam em si contradições, diferentemente tanto do sujeito unívoco do humanismo, como do sujeito absolutamente vazio da pós-modernidade. As exigências de acumulação e expansão do capital ainda precisam de um sujeito autodisciplinado, capaz de trabalhar, fazer julgamentos e de exercer uma responsabilidade ética como sujeito autônomo e como autor na vida social, que está fora de cogitação em relação ao sujeito das práticas consumistas e manipulado integralmente pelos meios de comunicação de massa. EAGLETON, sobre isso, afirma: "O capitalismo avançado oscila, dessa forma, entre o significado e o não significado,

---

<sup>12</sup> \_\_\_\_\_ Capitalismo, modernismo e pós-modernismo. *Crítica Marxista*, Brasiliense, v. 1, n. 2, 1995. p 53 - 68

impelido do moralismo para o cinismo e afligido pela embaraçosa discrepância entre ambos." (EAGLETON, 1997, p. 46)

A posição niilista sobre o sujeito, da qual BAUDRILLARD é um dos expoentes, levada ao seu extremo supõe uma não fixação e esvaziamento da vida coletiva. Na verdade, a tensão entre a subjetividade individual e a coletiva se dissolveria pelo desaparecimento de um de seus pólos, na medida em que qualquer vida coletiva torna-se impossível sem significados, apontando para uma ruptura social completa.

Nesse ponto é possível questionar-se, então, que elementos se alteraram e fundamentalmente configuram de outro modo esse campo de produção da subjetividade na contemporaneidade. Alguns autores, tais como Fredric JAMESON, por exemplo, o chamam de pós-modernidade, querendo exprimir uma ordenação diferenciada no campo da cultura que está em correspondência às formas atuais em que se apresenta o capitalismo, mas sem um rompimento fundamental com sua lógica organizadora.

Fredric JAMESON (1996) aponta quatro elementos constitutivos do pós-moderno que caracterizam esse campo de produção da subjetividade. São eles: a falta de profundidade, o enfraquecimento da historicidade, um novo tipo de matiz emocional e um predomínio da tecnologia no cotidiano.<sup>13</sup>

O primeiro desses elementos é a questão da falta de profundidade das formas de expressão das experiências subjetivas na cultura. Os artefatos culturais, que eram valorizados por sua capacidade de figurar os modos de ver e sentir de um determinado grupo social, perdem essa profundidade expressiva e se tornam mercadorias descartáveis, das quais os sujeitos se apropriam também em uma subjetividade rasa. Mais do que uma mudança do conteúdo dessas expressões, o que

---

<sup>13</sup> JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo A lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo : Ática, 1996.

ocorre é uma alteração no próprio mundo dos objetos culturais e principalmente da própria disposição dos sujeitos que lidam com eles.<sup>14</sup>

Desse modo, as identificações que os sujeitos construíam a partir desses objetos se enfraquecem perdendo inclusive sua dimensão temporal, pois, estando sempre no presente, ocultam seu processo passado de construção e seus desdobramentos futuros. Se as identificações dos sujeitos unificam seu presente, o passado e o futuro, os artefatos culturais na contemporaneidade conduzem o sujeito a um presente permanente, não relacionado no tempo e vazio de significados.

O enfraquecimento da dimensão histórica desconecta o sujeito dos significados dos processos de produção das coisas e ressalta a dimensão dos espaços onde as coisas são produzidas, atando os sujeitos ao seu local, às formas de identificação localizadas. O sujeito humanista, unitário, centrado e dono da memória se enfraquece e, em seu lugar surge o sujeito descentrado e fragmentado em identificações que são muito mais de corte espacial.

Segundo JAMESON esse presente:

*"(...) que a temporalidade libera, repentinamente, esse presente do tempo de todas as atividades e intencionalidades que possam focalizá-lo e torná-lo um espaço de práxis; assim isolado, o presente repentinamente invade o sujeito com uma vivacidade indescritível, uma materialidade da percepção verdadeiramente esmagadora (...)"*(JAMESON, 1996, p.54)

Esse presente do qual o autor fala, com seus incontáveis artefatos tecnológicos, invade todos os domínios da vida dos sujeitos, fazendo predominar o utilitarismo sobre todos os outros significados da vida social e subordinando todo o resto à forma em detrimento dos conteúdos. O esvaziamento dos significados e a reificação da forma são, em última instância, os responsáveis por uma atualização das

<sup>14</sup> JAMESON, op. cit., pag. 37



relações de assujeitamento do Outro, que é aquele sujeito objeto de uma não-relação social, veiculada pelo ódio e o desprezo social.<sup>15</sup>

Na esfera da cultura também, é claro, a forma predomina sobre o conteúdo, o significante sobre o significado, e com tal intensidade que é possível se questionar sobre a própria existência da cultura nos termos do capitalismo hoje. Esta pergunta tem mais sentido ainda quando se considera que é a cultura que oferece a superfície de reflexão na qual os sujeitos se identificam e se conformam às exigências da vida material. É também nela que eles encontram os instrumentos e mecanismos, mais ou menos consensuais, que definem as regras na luta pela sobrevivência e realização de seus desejos. Que identificação é possível se tudo o que oferece a cultura é um feixe de imagens rasas e vazias de significados?

A cultura, que no projeto da modernidade guardava uma relativa autonomia em relação às exigências da produção e consumo das mercadorias, se tornou hoje um dos eixos fundamentais da expansão do capital. Os meios de comunicação de massa e sua difusão ampliada pelo cenário urbano hegemonomizam o universo de referências dos sujeitos na contemporaneidade. Ela perdeu sua relativa autonomia em relação aos processos de acumulação do capital, mas isso não significou de modo nenhum seu enfraquecimento ou extinção.

Ao contrário, o que parece ser uma dissolução do campo da cultura é, na realidade, uma super-explosão de seu domínio por toda a vida social. Fredric JAMESON afirma que há hoje uma

*“prodigiosa expansão da cultura por todo o domínio do social, até o ponto em que tudo em nossa vida social – do valor econômico e do poder do Estado às práticas e à própria*

---

<sup>15</sup> Esse é o caso dos jovens objetos desse estudo. Eles são os sujeitos a quem se atribui uma violência potencial permanente, como um predicado, mais ou menos fantasmático, que os indivíduos com aquela forma determinada carregam

*estrutura da psique – pode ser considerado como cultural.”*  
(JAMESON, 1996, p. 74)

As condições em que se realiza o domínio da cultura na produção da subjetividade na contemporaneidade é o objeto do próximo item.

#### 4.2. A cultura – o Outro na subjetividade

O exame das formas pelas quais a cultura passa a ser na contemporaneidade um super texto que envolve todas as esferas da vida social pode ser feito de diversos pontos de vista. Pode-se, por exemplo, começar pelo ponto de partida sugerido por JAMESON, da produção do valor no processo de acumulação corrente hoje, ou, ainda, pelas formas de circulação do poder na vida social. Porém, o ponto de partida que será assumido nesta análise é o do consumo, que é hoje um elemento organizador central dos referenciais de identidade no super texto da cultura.

Consumir hoje é muito mais do que adquirir mercadorias que atendam determinadas necessidades dos sujeitos; mas o ato de consumir envolve todo um universo de idéias e imagens que estão agregadas às mercadorias. Essas idéias são veiculadas à exaustão nos meios de comunicação de massa. Esse universo de significados simbólicos que se encontra agregado às mercadorias tem sido um dos sentidos fundamentais pelos quais os sujeitos têm construído suas identificações.

Em momentos anteriores do capitalismo, os sujeitos construíam suas identidades a partir das formas de inserção no mundo do trabalho; ele dominava e definia as outras esferas de suas vidas, conferindo-lhes um leque de opções mais delimitado em seus modos de vida. Como o trabalho é sempre um ato coletivo, que coloca os sujeitos em relação e dependentes de outros, a identidade por ele

organizada tem um cerne social e está referida a um grupo, que partilha certo patrimônio construído em comum, e apresenta uma certa homogeneidade.

Certamente esse sentido de pertencimento a um grupo social, que possui um centro claramente reconhecível, era muito mais definido e capaz de fornecer aos sujeitos um senso de identidade mais coerente e unificado. Essa identidade fechada e unívoca podia propiciar um reconhecimento mais imediato do que os sujeitos eram e do que gostariam que os outros pensassem deles.

O consumo desse modo apresentava-se em uma posição acessória, não sendo um elemento central na formação da identidade, pois estava vinculado muito mais à esfera da necessidade e se apresentava, portanto, menos carregado de significados simbólicos. Nesse sentido, o consumo funcionava muito mais como um diferencial de classe, que podia ser medido pela fruição de determinados bens que compunham uma pauta de consumo considerada como bens de luxo, valorizados por sua escassez.

Hoje o consumo deslocou-se do atendimento das necessidades para a satisfação de desejos que são incessantemente sugeridos aos sujeitos. Esses desejos não derivam apenas da corporeidade, como o desejo sexual em sua versão mais corriqueira, mas são também uma consequência do universo das práticas sociais que envolvem os sujeitos em seus processos de identificação a determinados grupos, de acordo com estilos de vida que consideram mais valorizados. Portanto, ele deixa de ser um signo de riqueza aparente para se tornar um signo de identificação a certos estilos de vida que transmitem determinadas mensagens aos outros sujeitos.

Quando se afirma que o consumo é uma experiência individual de realização de desejos que são produzidos nos sujeitos também pela ação dos meios de comunicação de massa, não se quer dizer que todos os sujeitos estão determinados a desejarem o que seu grupo social considera como recomendável; mas que os valores culturais, padrões, relacionamentos, símbolos e práticas têm um forte componente em

suas identificações, pois lhes dão muitos parâmetros a partir dos quais e com os quais fazem opções, com base naquilo que assumem como seus maiores desejos.

O papel que joga o desejo no consumo, hoje, extrapola os limites do individual. Todos os sujeitos, consumidores reais ou potenciais, indistintamente, estão sendo cada vez mais “educados” para realizarem seus desejos através do consumo de bens e experiências, que se apresentam indispensáveis para eles. Desse modo, as identificações mesclam-se em referências de vários grupos diferentes e combinam identidades diferentes que extrapolam o pertencimento a um segmento de classe determinado.

Um exemplo claro desse processo, particularmente relevante para esse estudo, é o caso do sentido de uma identidade étnica, que pode produzir antagonismos em relação a outras dentro de um mesmo segmento social. BOCOCK<sup>16</sup> (1993) sobre isso mostra que:

*“(...) Etnicidade pode também afetar padrões de consumo no estilo de vestir, preferências na música e utilização do tempo livre, ou ainda no consumo de comidas e bebidas. Os padrões de consumo podem ser usados para assinalar diferenças entre grupos, para marcar fronteiras entre grupos étnicos e identificar os membros do grupo e os outros ‘estrangeiros.’”*  
(BOCOCK, 1993, p. 80)

Os padrões individuais prevalecem sobre aqueles que na modernidade demarcavam coletivamente as identidades, as distinções etárias e étnicas são mais fluidas, já que o consumo de mercadorias se universaliza por vários segmentos. A música negra, o jeans, são ícones largamente consumidos e apropriados pela indústria cultural, propiciando identificações que ultrapassam os limites nacionais de cada

---

<sup>16</sup> BOCOCK, Robert. *Consumption*. Londres : Routledge, 1993.

cultura. Assim as fronteiras entre os grupos tornam-se mais fluidas e os sujeitos acabam por transitar entre elas com mais mobilidade do que na modernidade.

Assumir esse ponto de vista não significa dizer que a clivagem social em classes desapareceu na contemporaneidade e os sujeitos estão agora separados apenas por seu estilo de vida e padrões de consumo. Na realidade parece não haver alteração substantiva nas características objetivas da divisão social em classes e seus vários segmentos, mas as características da subjetividade presentes, nessa e a partir dessa clivagem, é que sofreram alterações profundas.

Essa subjetividade, associada à divisão de classes da modernidade, que estava profundamente impregnada das condições particulares de cada formação social em seu processo histórico, hoje encontra-se mundializada. As fronteiras entre as culturas, tal como as fronteiras dos Estados nacionais, na ação político-econômica das empresas transnacionais perderam nitidez. As questões - estrangeiro e local - interior ou exterior à cultura - deixam de ter seu significado original para assumirem novos contornos. Ainda que se reconheça que a cultura, mesmo na modernidade, nunca esteve restrita ao mapa político dos Estados nacionais, fica claro que hoje as fronteiras encontram-se muito mais diluídas e a interpenetração entre elas é muito mais intensa.

Assim, apesar de ser uma experiência solitária, o consumo e o imaginário que ele movimenta, são cada vez mais determinantes na definição das políticas econômicas que permitem a aceleração das condições de acumulação de capital no mundo hoje. Assim, o pensamento de Fredric JAMESON (1996) enunciado anteriormente fica muito mais explícito em toda sua extensão. A cultura na contemporaneidade vai se constituindo em uma esfera que atravessa todas as outras instâncias da vida social tornando-se um elemento central tanto na esfera da produção como na reprodução da vida social.

Renato ORTIZ <sup>17</sup> (1994) assinala como estão vinculadas todas essas instâncias de tal forma que se constrói uma memória que é partilhada globalmente pelos sujeitos. Ele argumenta que as grandes companhias transnacionais, ao venderem seu produtos, produzem uma linguagem própria que, em suas funções conotativas e denotativas, acionam um conjunto de idéias que são partilhadas por todos os sujeitos que estão imersos no que denomina de modernidade – mundo. Desse modo essas empresas acabam assumindo uma função muito mais ampla do que aquelas restritas à produção, circulação e consumo das mercadorias que produzem. Para o autor tais empresas,

*“(...) se configuram em instâncias de socialização de uma determinada cultura, desempenhando as mesmas funções pedagógicas que a escola possuía no processo de construção nacional. Mídia e empresas são agentes preferenciais na sua constituição; elas fornecem aos homens referências culturais para suas identidades. A solidariedade solitária do consumo pode assim integrar o imaginário coletivo mundial, ordenando os indivíduos e os modos de vida de acordo com uma nova pertinência social.” (ORTIZ, 1994, p. 144)*

Esse processo do qual fala o autor traz em seu interior uma questão central a ser pensada no processo de produção da subjetividade, que é a da centralização e do descentramento da cultura. É falso supor que os sujeitos realizam suas escolhas livremente, desde seus desejos de consumo até seus modelos de identificação, isso seria retornar ao sujeito humanista burguês, possuidor de livre arbítrio, cujas escolhas refletiam suas particularidades e singularidade.

Hoje, com o controle do imaginário a que se referia Renato ORTIZ, fica cada vez mais claro que as expressões mais autônomas, mais afastadas da cultura de mercado, ou ainda, com maior dificuldade de serem absorvidas por ele, têm

---

<sup>17</sup> ORTIZ, Renato. *Mundialização e Cultura*. São Paulo : Brasiliense, 1994.

encontrado imensas dificuldades de manifestação. Ou seja, se antes apontou-se a fragmentação na subjetividade, é preciso agora apontar seu reverso, qual seja, a concentração do domínio dos formadores da ordem das identificações dos sujeitos na cultura contribui para um monopólio da regulação na vida social.

Nesse sentido, apesar de fragmentado em sua forma de organização da produção, o projeto de formação de um mercado global se orienta por uma noção de totalidade que, cada vez em maior medida, concentra os padrões de legitimidade social. Assim pode-se falar em uma globalização da regulação social.

Não se trata, porém, de uma regulação que torna unívoca toda a cultura. Ao global se interpõe o local, ao universal se interpõe a direção especializada a certos segmentos, aos quais determinados produtos e conteúdos se dirigem. A homogeneização da ordem da cultura, que permite identificações mundializadas, não é incompatível com a segmentação dessa ordem. Com isso é possível se afirmar que, mesmo em um mundo que parece valorizar e tolerar as diferenças individuais,<sup>18</sup> a tendência à padronização é mais poderosa do que à diversidade, visto que as próprias diferenças encontram-se homogeneizadas por um consumo segmentado.

O local como fonte de identificações não está em oposição ao global, ao contrário, encontra-se intimamente articulado a ele, de tal modo que deixa de se apresentar como diversidade cultural, para se apresentar como uma diferença em um cenário mundializado. Portanto, na contemporaneidade os pares dicotômicos, local / global, diferença / homogeneidade têm que ser repensados a partir dos patamares postos pelas formas atualizadas de organização da vida social.

Estas formas se desenvolvem sob a égide do princípio do mercado, que está hoje hipertrofiado em relação a outros princípios de regulação da vida social. Boaventura SANTOS (1994) assinala que a predominância do mercado na regulação

---

<sup>18</sup> Veja-se por exemplo o avanço das discussões em torno dos direitos civis das minorias étnicas e sexuais.

social se faz em detrimento dos princípios do Estado e da comunidade. Ele mostra que nos países centrais, no capitalismo liberal inicial, houve uma absoluta hipertrofia do mercado que foi substituída por um princípio do Estado em sua forma de Estado de Bem Estar e que hoje novamente se hegemoniza o mercado, transformando o mundo em um espaço global de acumulação.

Vários são os ângulos pelos quais poderia ser examinada a hegemonia do mercado como princípio de regulação social na contemporaneidade. Poder-se ia, por exemplo, analisar a fragmentação social e geográfica da produção pelo globo, ou ainda, o domínio político das empresas transnacionais na defesa de suas estratégias econômicas sobre as escolhas dos Estados nacionais. Porém, o que se reterá aqui do processo que SANTOS (1994) denomina de 'difusão social da produção', é a crescente indiferenciação entre as esferas da produção e da reprodução na vida social. Para que isso seja possível é necessário detalhar alguns elementos centrais do processo de difusão social da produção.

O primeiro deles se refere à divisão entre o tempo dos sujeitos destinado ao trabalho produtivo, diretamente gerador de valor, e o tempo destinado à reprodução social. O tempo do trabalho, funcionalizado pelas exigências de acumulação do capital, estava separado do tempo da reprodução, que era o espaço do cotidiano, do mundo doméstico e do tempo livre. Hoje tal divisão encontra-se esmaecida pela funcionalização para a acumulação também deste tempo, através da transformação dos sujeitos em consumidores e da integração do consumo na esfera da produção. SANTOS sobre isso afirma:

*“É verdade que o trabalho assalariado, enquanto unidade homogênea e autônoma do tempo vital, tem vindo a ser descaracterizado, mas, por outro lado, isso só tem sido possível na medida em que o tempo de trabalho formalmente não produtivo tem adquirido características de tempo de trabalho*



*assalariado ao ponto de se transformar na continuação deste sob outra forma. (SANTOS, 1994, p. 253)*

Na organização da produção, tal como se apresenta hoje, a produção do consumidor é anterior à própria fabricação do produto. A ação da propaganda e dos meios de comunicação de massa produz nos sujeitos as demandas por um determinado objeto antes mesmo que ele esteja pronto e isso é feito principalmente em seu tempo livre, no momento em que consome objetos de cultura. Desse modo, a esfera da produção, que guardava uma autonomia em relação à da reprodução, hoje a incorporou de tal forma que elas progressivamente se indiferenciam, propiciando uma regulação crescente na vida dos sujeitos.

Tal transformação é facilitada, e ao mesmo tempo é facilitadora, da explosão do domínio da cultura sobre outras instâncias da vida social. Ela atinge em cheio as formas de identificação do sujeito, pois afeta diretamente seus modelos identificatórios, posto que localiza o processo de reprodução social dos sujeitos como circunscrito a seus desejos individuais. O tempo da reprodução social é então também um tempo produtivo, no qual os sujeitos, através do consumo de um universo de bens simbólicos, propiciam a ampliação das condições de acumulação de capital.

O espaço da reprodução social, nas formas correntes de ordenação e disciplinamento dos trabalhadores, é o lugar da intimidade, da espontaneidade, da expressão livre, da afetividade que estão postas para fora do lugar da produção. A mesclagem dos domínios da produção e da reprodução se processa para os sujeitos através do apelo a um conteúdo associado a autonomia, pensamento criador e individualidade que seriam característicos do universo da reprodução social. Esse apelo dirige-se diretamente ao sujeito consumidor.

Através desse apelo o consumo passa a ser então quase que como um outro estado do sujeito. Ele vai assumir um papel importante nas identificações do sujeito

na medida em que, em um mecanismo compensatório das perdas de outras referências subjetivas, vai funcionar como um veículo do narcisismo através dos seus apelos estéticos e morais.

O consumo como modelo para identificação dos sujeitos tem algumas repercussões na forma de produção da subjetividade que são fundamentais. A primeira que se pode apontar é que é valorizada a dimensão do individual, já que o consumo é uma experiência solitária. A segunda é que, sendo estritamente do campo individual, os processos caudatários da produção da subjetividade coletiva tornam-se fluidos, enfraquecendo-se a dimensão da cidadania e solidariedade social, que não está restrita à intersubjetividade.

Esta valorização da subjetividade em lugar da cidadania é a vertente através da qual incorre em que o consumo se torne um outro estado do sujeito, um modo compensatório, veículo do narcisismo, como apontado acima. Nesse movimento os sujeitos acabam mesmo por se confundir com os objetos que possuem ou desejam, atribuindo-lhes capacidades e qualidades, tornando-os animados ou inanimados, confundindo, ou mesmo equalizando o ter e o ser.

É falso supor que tal movimento expressa uma tendência ao materialismo na vida social e nas subjetividades. Ao contrário, a idealização dos objetos, em última instância a subjugação do valor de uso ao valor de troca das mercadorias, ou ainda o domínio da forma sobre os conteúdos, significam um domínio idealista na vida dos sujeitos, mesmo que preso aos objetos. Significa ainda sua objetificação, na medida em que se registra uma crescente indiferenciação entre sujeitos e mercadorias, objetos de consumo.

O mote deste processo é o mercado, a forma pela qual se organiza o sistema de trocas na contemporaneidade. É na noção de mercado que se encontram duas idéias que dão os fundamentos centrais sobre os quais estão assentadas as inversões acima apontadas.

A primeira é a que associa o mercado a um conceito genérico de natureza humana. Nessa idéia podem-se encontrar, do mesmo modo genérico, os dois conceitos que são os valores que movimentam a formação do sujeito burguês da modernidade, quais sejam, as noções de liberdade e igualdade. O mercado, deste ponto de vista, encarna a liberdade de opções dos sujeitos. É no mercado que se encontra todo um leque de opções possíveis de serem combinadas infinitamente à escolha dos sujeitos que exercem desse modo sua liberdade.

Nesse sentido, o mercado seria o modo "natural" dos sujeitos viverem, porque o único que permite que vivam com a menor restrição possível sua liberdade de sujeitos sem regulação externa. Seus limites serão postos apenas pelas próprias exigências do mercado, que certamente serão mínimas, visto que ele é, por princípio, anti-regulador. Fredric JAMESON (1996) apresenta isso de forma muito instigante, ao afirmar que a própria noção de mercado é também consumida como um superavit de prazer, como um excedente no processo de produção das mercadorias. (JAMESON, 1996, p. 276)<sup>19</sup>

O consumo da própria idéia de mercado, que está associada aos objetos consumidos, é caudatário de uma subjetividade baseada em opções. Com isso está se querendo dizer que os sujeitos ficam reduzidos a um mínimo denominador que é a consciência e inteligibilidade<sup>20</sup> mínimas necessárias para decidir a partir de um leque restrito de informações pré-concebidas que ele partilha com os outros sujeitos. Pois, nada é mais restrito do que as escolhas que os consumidores podem ter. Eles podem no máximo selecionar suas opções entre algumas possibilidades de escolhas, mas não podem definir seus conteúdos. Por exemplo, podem escolher entre esta ou aquela

---

<sup>19</sup> JAMESON, Fredric. O pós-modernismo e o mercado. *Pós-modernismo a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo : Ed. Ática, 1996. p. 276.

<sup>20</sup> O termo inteligibilidade está apropriado aqui em seu sentido de reconhecimento de um sistema de significações ou relações lógicas já conhecidas e de domínio dos outros sujeitos que interagem na mesma situação.

forma de mercadoria e os conteúdos que estão a elas associados, mas não tem a possibilidade de alterá-los, de realmente exercer alguma influência sobre eles.<sup>21</sup>

Como modo natural de vida do sujeito do humanismo moderno, quer dizer um sujeito de opções livres e livre para escolher, o mercado oferece um modelo acabado para a vida social, uma totalidade auto-regulada baseada nas opções individuais. Esse é justamente o segundo fundamento da indiferenciação crescente entre sujeitos e mercadorias. O mercado, como um modelo de totalidade, oferece um rol de práticas e modos de ação social previamente estabelecidos e que são “comprados” pelos sujeitos associados às mercadorias. Desse modo, o controle social sobre os sujeitos e, principalmente, sua domesticação e o uso da força na vida social pode prescindir de um Estado forte, que possua o monopólio da violência, pois o sistema de ‘livre’ concorrência desempenha esse papel.<sup>22</sup>

Ao lado de uma subjetividade de opções, pode-se escolher entre este ou aquele objeto, o modelo do mercado oferece uma totalidade onde todas as opções estão previamente dadas. Nesse modelo não é necessário planejar, prever, decidir, ou mesmo considerar as dimensões do tempo imediato e mediato. O modelo de mercado assegura a todos que fora desse modo de vida não há saída, é o caos, o atraso, até mesmo a barbárie. Toda a racionalidade é a racionalidade do mercado. Fredric JAMESON mostra a amplitude do que isso passa a significar ao apontar como:

*“Isso significa que estamos liberados de todos os tipos de mito mais propriamente ‘irracionais’ sobre a subjetividade e podemos dirigir nossa atenção para a própria situação, aquele inventário de recursos disponíveis, que é o próprio mundo*

<sup>21</sup> JAMESON faz uma interessante observação sobre isso ao lembrar que sob o domínio dos oligopólios e das transnacionais não há qualquer possibilidade de se falar em livre mercado. Nessas condições, afirma ele a noção de mercado é uma fantasia disponível justamente para aqueles que não podem ser parte dele. Ver F. Jameson, op. cit. P. 278

<sup>22</sup> Os efeitos devastadores do ajuste neoliberal na organização dos trabalhadores são um demonstrativo do funcionamento desta lógica.

*exterior e que agora pode ser chamado de História.”*(  
JAMESON, 1996, p. 277)

Parte fundamental e condição necessária à existência da noção do mercado como totalidade de opções racionais para os sujeitos é a mídia, a chamada indústria cultural já pensada por Theodor ADORNO e Max HORKHEIMER (1995) na *Dialética do Esclarecimento*. Os autores indicam a capacidade da indústria cultural contemporânea em dar a tudo um ar de semelhança.<sup>23</sup> Nesta indústria a publicidade é o ‘elixir de vida’, que vende a idéia da livre escolha dos indivíduos fundindo gradualmente as mercadorias com sua imagem.

Em razão de seu alto custo, a publicidade é um campo dominado pelas grandes corporações, sendo, é claro, veiculados majoritariamente seus produtos. Desse modo cada vez mais se tecem as cadeias de significado que fixam o consumidor aos objetos vendidos. Isso é feito através de uma estratégia que vai inserindo tais produtos no próprio texto cultural, superando a distinção entre o que era publicidade, portanto um apêndice a obra da indústria cultural, do que era o produto cultural. Com essa operação a publicidade, e principalmente seu apelo ao consumo, penetra no conteúdo mesmo das obras para atingir em cheio o consumidor.

ADORNO e HORKHEIMER assinalam o modo como o consumidor é pego nesta rede de significados:

*“Pois quanto mais completamente a linguagem se absorve na comunicação, quanto mais as palavras se convertem de veículos substanciais do significado em signos destituídos de qualidade, quanto maior a pureza e a transparência com que transmitem o que se quer dizer, mais impenetráveis elas se tornam.”*( ADORNO, HORKHEIMER, 1985, p. 153)

<sup>23</sup> ADORNO, THEODOR W., HORKHEIMER, Max. *A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1985. p. 111

Essa mescla pelo conteúdo é acompanhada por uma fixação de determinadas formas que assumem os produtos da indústria cultural, tornando-se eles próprios novas mercadorias a serem consumidas. Seja em seu conteúdo ou em sua forma, o que se afirma é a perda das fronteiras e o aprisionamento dos sujeitos em suas "opções" individuais no mercado. Recorrendo novamente aos autores acima citados pode-se ver que:

*"As mais íntimas reações das pessoas estão tão completamente reificadas para elas próprias que a idéia de algo peculiar a elas só perdura na mais extrema abstração: personality significa para elas pouco mais do que possuir dentes deslumbrantemente brancos e estar livre do suor nas axilas e das emoções. Eis o triunfo da publicidade na indústria cultural, a mimese compulsiva dos consumidores, pela qual se identificam às mercadorias culturais que eles, ao mesmo tempo, decifram muito bem." (ADORNO, HORKHEIMER, 1985, p. 156)*

Nesta lógica do mercado como modelo de totalidade na vida social é uma decorrência a alteração nos modelos identificatórios que o Estado oferece aos sujeitos. O enfraquecimento do modelo de Estado como uma rede organizada de serviços e solidariedade, irradiador de uma subjetividade fundada em princípios de regulação pautados por interesses coletivos e de solidariedade social é um fato importante para se compreender os mecanismos de hegemonização da lógica do mercado também para os sujeitos em sua reprodução social.

O Estado privatista é fraco, irresponsável frente às necessidades sociais e incapaz de assumir suas obrigações de segurança social para com os cidadãos. Nele os pobres são sempre suspeitos ou de exploração da pobreza ou da criminalidade urbana. A miséria social é transmutada em casos individuais e tratada em uma ótica de solidariedade interpessoal e imediata pelos outros sujeitos que competentemente dela escaparam.

O Estado é controlado por uma burocracia, pólo gerador de um discurso disseminado por todo o tecido social, que preconiza uma visão dos imperativos da globalização como a modernidade necessária à sobrevivência econômica.

Para escapar de suas responsabilidades no provimento dos serviços necessários à seguridade social e transferí-los à responsabilidade da chamada 'sociedade civil', a burocracia veicula seu discurso da modernidade embalado em valores que são caros a uma perspectiva de menor regulação do Estado sobre a vida dos sujeitos.

Esses valores apelam para a capacidade de iniciativa dos cidadãos, para a autonomia dos pequenos grupos, para a construção de redes de solidariedade fora do âmbito do Estado. Todos valores centrados na subjetividade dos sujeitos sociais e na capacidade de iniciativa dos indivíduos.

Pierre BOURDIEU (1997) com precisão assim descreve esses burocratas:

*"São esses novos mandarins, gulosos por gratificações e sempre prontos a deixar o serviço público pelo setor privado, que - cansados de pregar o espírito de 'serviço público' (para os outros), como nos anos 60, ou celebrar o culto da empresa privada, sobretudo nos anos 80 - pretendem administrar os serviços públicos como se fossem empresas privadas, mantendo-se ao abrigo de suas obrigações e riscos, financeiros e pessoais, que estão associados às instituições cujos (maus) costumes procuram macaquear, principalmente em matéria de gestão de pessoal(...)" (BOURDIEU, 1997, p.217)*<sup>24</sup>

A tensão entre subjetividade individual e subjetividade coletiva está dessa forma polarizada ao extremo. O predomínio do pólo individual se dá em tão alto grau que, mesmo aquilo que se apresenta como primordialmente coletivo, como as ações de solidariedade social, está cada vez mais restrito ao campo do indivíduo, ainda que se dê através de ações coletivas.<sup>25</sup>

<sup>24</sup> BOURDIEU, Pierre et al. *A miséria do mundo*. Rio de Janeiro : Vozes, 1997.

<sup>25</sup> Exemplo claro disto é a tendência presente nos debates em torno da questão da previdência social, com a mudança de ênfase de uma previdência distributivista,

Traçadas as linhas centrais que dão feição à cultura na contemporaneidade, cabe agora buscar reconhecer como os sujeitos se apropriam dessa ordem simbólica e ao fazê-lo produzem-se e buscam alternativas frente aos limites que ela apresenta.

#### 4.3. Produção de subjetividades e ordem simbólica

Toda a discussão até aqui empreendida acerca da subjetividade está direcionada em um sentido que dá ênfase a seu aspecto de virtualidade, isto é, o foco da análise tem buscado todo tempo reconhecer como ela se constrói nas relações sociais, cabendo ressaltar mais especificamente, no interior dos antagonismos sociais.

O que se pretende conhecer é como os sujeitos se atribuem identidades na relação com outros sujeitos e coletivos, predominando, no eixo da análise, as relações extragrupos sobre as intragrupos. Deste ponto de vista, as identidades são, de fato, autodesignações simbólicas e não essencialidades. Elas estão construídas em um universo de designações que circulam na vida social como 'modelos' em uma ordem simbólica que as forma.

---

baseada em uma lógica de solidariedade social assumida como tarefa do Estado para uma previdência como capitalização, fundada em uma lógica estritamente privatista e individual. Outro exemplo disto é a concepção que orienta o programa de Comunidade Solidária que desde a composição de seu conselho gestor, formado apenas por indivíduos isolados, sem qualquer ligação ou representatividade junto aos movimentos sociais, considera apenas a dimensão das ações individuais, ainda que financiadas pelos fundos públicos. Sobre os princípios da reforma da previdência ver, por exemplo, Fund. SEADE, Seguridade, crise e trabalho. **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo : SEADE dez. de 1995.



A compreensão das identidades como autodesignações simbólicas pode ser entendida tendo presente o ponto de vista que as subjetividades se constroem socialmente, a partir dos parâmetros de tempo e espaço. Isto é, em seu processo de auto produção, os sujeitos trabalham com referências que articulam suas raízes e também seu porvir e, ainda, as dimensões espaciais do local e do global. Uma subjetividade que é, portanto, espacializada e temporal.

Nesta subjetividade o passado vai emergir como um acervo quantificado de referências. Ele é um legado de referências conhecidas de um determinado grupo, constituindo uma memória na qual se identifica e que identifica aquele grupo. Essa memória coletiva pode ser de base nacional, étnica, e contemporaneamente ainda de base internacional.<sup>26</sup> Essa memória é o universo dos significados mais permanentes, que propicia identificação e certa segurança. Nela os sujeitos cruzam sua história com a história de seu grupo, localizando seus acontecimentos, encadeando-os na seqüência do passado, presente e futuro.

A seqüência só é possível de ser construída através de uma memória que é seletiva. Isto é, para lembrar é necessário em primeiro lugar esquecer. Esquecer seletivamente os acontecimentos, ou seqüências de acontecimentos, que interrompem ou violentam o que se quer lembrar, que é aquilo que possibilita a conexão com o futuro, que é o que fundamenta as projeções e os modelos de identificação. Os acontecimentos que se tornam "esquecimentos" não são simplesmente enterrados; eles retornam permanentemente, como uma fantasmagoria que acaba por irromper, muitas vezes de forma violenta.<sup>27</sup>

---

<sup>26</sup> Como o caso da memória associada ao consumo dos produtos das transnacionais anteriormente referida

<sup>27</sup> Wacquant mostra como as revoltas de jovens das periferias das grandes cidades são demonstrações da violência do retorno desta fantasmagoria. Ver do autor : O retorno do recalcado.: violência, raça e dualização em três sociedades avançadas. Revista da ANPOCS, n 24, ANPOCS : Rio de Janeiro, fev de 1994.

Essa memória cumpre uma função fundamental nos mecanismos que garantem as comunicações entre os sujeitos e também a reprodução da ordem social, pois as lembranças são também a memória das hierarquias sociais e dos princípios de autoridade nelas embutidos.

Os sujeitos, ao lembrarem junto com os outros sujeitos, e portanto partilharem uma ordem simbólica comum, atualizam permanentemente este acervo. Nesta atualização, muita vezes ressemantizam-na, atribuindo-lhe significados nas novas conexões que estabelecem com o futuro. Como genialmente afirma Walter BENJAMIN (1987)<sup>28</sup> “A história é objeto de uma construção cujo o lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras’.” ( BENJAMIN, 1987, p. 229)

A ordem simbólica que apresenta a dimensão temporal é ao mesmo tempo uma ordem espacial, ela resulta também do espaço no qual se produz. Passado, presente e futuro se dão circunscritos por uma espacialidade que lhes confere uma materialidade própria nas relações sociais. Essa dimensão é particularmente visível na contemporaneidade, visto que a indústria da comunicação desenvolveu uma tecnologia que possibilitou a criação de concomitâncias temporais em espaços as vezes muito distantes. Esta forma de participar dos acontecimentos, tanto como indivíduo como coletivo, certamente produziu alterações nas formas pelas quais os sujeitos se orientam no mundo.<sup>29</sup>

Nesse sentido, a seqüência do tempo é também uma seqüência de espaços que os sujeitos atravessam imprimindo suas marcas e, ao mesmo tempo, sendo marcados por eles. Portanto, a chave de orientação na ordem simbólica possui dois registros que se complementam para os sujeitos sem os quais os seus significados seriam

<sup>28</sup> Benjamin, Walter. Sobre o conceito de história. *Magia, e técnica, arte e política*. (Obras Escolhidas), São Paulo: Brasiliense, 1987. v. 1, p. 222 - 232

<sup>29</sup> Exemplo paradigmático destas concomitâncias foi a cobertura jornalística da Guerra do Golfo pelas redes de televisão norte americana.

impenetráveis, pois as relações sociais se apresentam com uma determinada forma porque se dão em um tempo e espaço determinados.<sup>30</sup>

Na ordem simbólica se apresenta todo um complexo de idéias que circulam na vida social e que orientam, regulam, explicam, ou mesmo mistificam as relações sociais. Essas idéias difundem modelos de identificação múltiplos, hierarquizando-os. Porém se ela fosse só esse complexo de idéias seria frágil, posto que sua força residiria apenas em sua capacidade de apresentar argumentos, condição insuficiente para produzir os “esquecimentos” necessários à sobrevivência do patrimônio comum.

Além de idéias, na ordem simbólica se encontra uma materialidade que dá forma às relações sociais. O Estado em sua subjetividade encarna esta materialidade, regulando através de suas instituições, a vida dos sujeitos. É através dessa regulação, baseada em padrões de relação, que eles encaminham sua vida quotidiana, e comportam-se desta ou daquela forma.

Porém, ainda que com argumentos e práticas sociais, a ordem simbólica seria frágil como espaço de produção de subjetividades, uma vez que os “esquecimentos” poderiam ressurgir como memória e não como fantasmagoria, desarticulando as idéias e práticas sociais. Portanto, é necessário que esta ordem esteja tão naturalizada que ela passe a ser invisível para os sujeitos, é necessário que ela seja a própria “realidade” em seu sentido de totalidade. Já não se trata mais de uma ilusão que reflete a realidade como idéias ou práticas, mas é o próprio processo de produção dessa realidade. Assim, a ordem simbólica supera a divisão entre a realidade factual e a experiência subjetiva.

---

<sup>30</sup> Poder-se-ia lembrar a título de exemplificação o caso das relações étnicas no Brasil, onde a diferença racial transformou-se em desigualdade social, produzindo um processo de racialização da pobreza que é muito peculiar à formação histórico social brasileira tristemente referida na literatura internacional sobre o tema como um exemplo paradigmático.

Em suma, na ordem simbólica estão as idéias, as práticas e em seu cerne, a realidade em sua forma de pensamento. Desse modo chega-se à noção de ordem simbólica como uma forma de pensamento anterior e externa ao pensamento do próprio sujeito. Nas palavras de Slavoj ZIZEK <sup>31</sup> ela é:

*“... a forma do pensamento cujo status ontológico não é o do pensamento, ou seja a forma de pensamento externa ao próprio pensamento - em suma, uma Outra Cena, externa ao pensamento, mediante a qual a forma do pensamento já é articulada de antemão.” (ZIZEK, 1996, p. 304)*

Este pensamento assume a forma do antagonismo social que a cultura reproduz e reflete e “esquece”. Os sujeitos se produzem representando e se orientando nessa ordem. Esses dois movimentos guardam uma estreita relação entre eles. Ao representarem os sujeitos necessariamente distorcem, dimensionam em diferentes escalas os acontecimentos e prejudicam a orientação. Por outro lado, uma representação, ainda que rudimentar, pode orientar suficientemente em relação à totalidade.

Os sujeitos localizam-se buscando um sentido mais exato de seu lugar. Para isso realizam todo o tempo julgamentos de posição em relação ao Outro, e através desses julgamentos vão negociando seu lugar e estabelecendo fronteiras.

Nos embates que os sujeitos travam quotidianamente para reproduzirem-se na vida social, estes julgamentos são fundamentais para sua orientação. Neil SMITH (1994) lembra que os processos básicos de competição ou de negociação sempre acarretam a necessidade do estabelecimento de fronteiras sociais de semelhança ou

---

<sup>31</sup> ZIZEK, Slavoj. Como Marx inventou o sintoma In: ZIZEK, Slavoj. (org.) *O Mapa da ideologia*, Rio de Janeiro : Contraponto, 1996. p. 297 - 333

diferença, construídas em relação ao Outro, fronteiras essas que são continuamente forjadas e reinventadas na prática social em suas dimensões de tempo e espaço.<sup>32</sup>

Neste esforço de diferenciação e semelhança, representam-se em relação à totalidade, mas que é sempre irrepresentável em seus “esquecimentos”, daí a impossibilidade de que estas representações não se apresentem em escalas diferenciadas. A escala assume, dessa maneira, um sentido de representação dos diferentes modos de perceber o mundo e das concepções a partir daí produzidas.

As escalas são medidas de representação. A escala, portanto, não é apenas uma figuração da ordem simbólica em relação a um referencial definido como o ponto de vista do sujeito, como quer uma visão vulgar fenomenológica. Suas medidas não dependem apenas dos desejos do sujeito, mas estão socialmente definidas pela forma como se apresentam as relações sociais que têm lugar no tempo e espaço representados.

A escala é uma figuração que acaba por tornar-se mais ampla do que aquilo que pode ser representado, ou seja, a imagem que constrói acaba por substituir aquilo que representa. Através das escalas os sujeitos colocam em um mesmo nível os particularismos que diferenciam os acontecimentos na ordem simbólica, permitindo dessa forma destacá-los, compará-los, realizar, enfim, julgamentos de valor sobre eles.

Nesse ponto de vista insinua-se um problema, pois a escala nunca é unívoca. O sujeito, ao representar, realiza um jogo de escalas que o é o jogo das relações sociais em seu tempo e espaço definidos. Assim, a pertinência da representação está também definida pela pertinência da escala em relação ao que ela representa. O que

---

<sup>32</sup> SMITH, Neil, Geography, Difference and the Politics of Scale, In: DOHERTY, Joe, GRAHAM, Elspeth, MALEK, Mo. (org.) *Postmodernism and the social sciences*. Londres : MacMillan, 1994. p. 56 - 79

encaminha a um segundo sentido da escala na subjetividade, qual seja o grau de *ilusão na representação que o sujeito usa no entendimento das relações sociais.*

Essa ilusão no processo de representação das relações sociais é sempre um movimento que distorce. Isto porque sempre está suposto um lugar do qual se olha. Este lugar acaba por se tornar para os sujeitos o "centro natural", referente primordial de toda a construção da ordem simbólica. Este centro, como já assinalado acima, não é do livre arbítrio de cada indivíduo tal como se pensava no humanismo burguês, e sim o centro posto pela ordenação das relações dos sujeitos na produção da vida material, mas que aparece para os sujeitos como sendo de sua livre escolha. Da perspectiva do capitalismo, o centro que referencia as escalas dos sujeitos está baseado nos processos de concorrência e de solidariedade nas relações sociais.

Desse centro os sujeitos organizam ou dispersam os acontecimentos que estarão projetados a partir dele. Desse modo, a decisão sobre o que priorizar, sobre a partir de qual lugar olhar, está marcada pelo lugar que os sujeitos ocupam na divisão social, além de posições subjetivas construídas na biografia de cada um. De todo modo, o repertório de opções que os sujeitos podem considerar está socialmente construído. É preciso ainda assinalar que essas projeções não são imutáveis, elas variam não só no diacrônico, bem como no sincrônico, quer dizer, as medidas escalares diferentes e as projeções delas resultantes podem conviver em função de necessidades apresentadas pelas práticas dos sujeitos.

Finalmente, é necessário ainda assinalar que as escalas, em seu segundo sentido acima mencionado, o grau de ilusão ou definição que o sujeito usa nas relações sociais, implicam em considerar, na relação com os objetos, como os sujeitos os associam a conteúdos a partir de sua forma, atribuindo-lhes determinadas características que extrapolam seu valor de uso.

Para que isso possa ficar mais claro é possível examinar um dos objetos onde esta simbolização é mais visível: o dinheiro.

Discutir o caráter material do dinheiro é perceber que, além da matéria sensível, ele é constituído por um outro corpo indestrutível e imutável que o impregna que é o universo de conteúdos que a ele está associado. Na efetividade social do mercado, o dinheiro é uma matéria física que é apenas um veículo da função social que assume, qual seja a expressão de equivalências entre as mercadorias na troca.

Porém, como é sabido por todos, o dinheiro carrega consigo muito mais do que seu poder de troca de mercadorias. Fala-se mesmo hoje em um dinheiro virtual, que 'circula' apenas como pura abstração nos fluxos entre os centros de especulação financeira, sem qualquer equivalência material. Mas, ainda sem se atingir esta fronteira mais extrema, é possível ver as virtudes de poder, status social e realização de desejos que estão associadas ao dinheiro no mais comezinho quotidiano. Essa abstração associada ao dinheiro, é claro, não se opera no sujeito, é externa a ele, encontra-se circulando na vida social e transforma a forma dinheiro na abstração que ela carrega.

Sohn-Rethel afirma: "A abstração da troca *não* é o pensamento, mas tem *a forma* do pensamento." ( ZIZEK, 1996, p. 304)

Dessa afirmação é possível ainda perceber como nesse movimento atuam através da forma os "esquecimentos" que possibilitam as lembranças. Novamente se recorrerá a um exemplo que possa facilitar a apreensão desse movimento. O valor mais caro ao sujeito humanista burguês é a liberdade. É sobre ela que está assentada toda a arquitetura que o capitalismo fabricou na organização não só da produção, mas ainda dos domínios da cultura na vida social. À idéia de liberdade estão associados inúmeros e múltiplos conteúdos. A liberdade é liberdade de iniciativa na concorrência no mercado, é liberdade de venda da força de trabalho, é liberdade de consciência e informação, é liberdade de ir e vir.

Um exame mesmo que imediato destes conteúdos revela a precariedade deste valor, pois o trabalhador, ao ter que vender sua força de trabalho, perde sua liberdade

e torna-se dependente do capital e os outros conteúdos a ela associados são ao mesmo tempo prejudicados. É certo que isto é uma constatação que os sujeitos conhecem, até porque a experienciam em suas vidas corriqueiramente, porém está “esquecida” quando são chamados a atuar com “liberdade”.

Inúmeros outros exemplos podem ser dados sobre a forma como atuam os ‘esquecimentos’; mas um é particularmente importante para o conteúdo deste estudo. No primeiro capítulo foi apresentada uma argumentação sobre a visibilidade e invisibilidade dos sujeitos no cenário da cidade a partir de sua identificação ou não ao espaço em que se encontram.

Nesta linha é facilmente perceptível como, por exemplo, a quase total ausência de negros em determinados ambientes como universidades, teatros, prédios de classe média, etc. é despercebida. Ela só é lembrada ou como crítica de sua ausência, ou quando algum deles encontra-se “fora de seu lugar” lembrando a ausência. A lembrança pode se dar de um lugar simbólico, que possibilita o pensamento de como não se está defendido de sua presença, em nenhum lugar, pois eles são cada vez mais numerosos! A lembrança, aqui, não é da ausência factual e óbvia dos negros, mas justamente da impossibilidade do “esquecimento”.

Na ordem simbólica tais abstrações não são desconhecidas do sujeito. Na contemporaneidade não se trata mais de desvelar os sentidos ocultos que os acontecimentos carregam. Na realidade sabe-se da falsidade do que é aparentemente universal, mas, ainda assim não se abre mão desta falsidade. Por exemplo, nas situações em que os sujeitos são capazes de reconhecer no discurso do governante os interesses que não estão claramente manifestos em sua fala, mas que em última instância a governam. O governante sabe o que faz e, principalmente, sabe que os destinatários de sua mensagem também sabem e participam do jogo, cuja regra fundamental não é o ocultamento, mas uma transparência cínica e apresentada sempre



como o inelutável, aquilo que é o único caminho e o único pensamento possível naquela situação.<sup>33</sup>

Dessa forma, pode-se dizer que os sujeitos não estão iludidos acerca das proposições e conjuntos de idéias que abraçam em suas práticas. Não se trata, portanto, de uma questão de saber ou conhecer as coisas; ela se deslocou na ordem simbólica deste lugar do conhecimento, portanto do conjunto de idéias e representações, para os próprios fazeres dos sujeitos. A assertiva passa a ser: “sei o que faço, mas ainda assim continuo fazendo”.

Fredric JAMESON ( 1996) mostra como as interpenetrações de sentidos e níveis de realidade e fantasia podem, na contemporaneidade, ser percebidas de modo paradigmático no tratamento dado às obras de ficção. Ele afirma,

*“... a emergência de um novo campo de realidade da imagem, que tanto é ficcional ( narrativo) quanto factual (até os personagens dos seriados são apreendidos como estrelas reais, dotados de “nomes”, com histórias externas sobre as quais se pode ler), e que agora - como a clássica ‘esfera da cultura’ do passado torna-se semi-autônomo e flutua acima da realidade, mas com a diferença histórica fundamental de que, no período clássico, a realidade persistia independentemente dessa esfera cultural sentimental e romântica, ao passo que, hoje, ela parece ter perdido esse modo de existência distinto.” (JAMESON, 1996, p. 295)*

É claro que não é possível supor que os sujeitos confundam de modo razoável o ator com seu personagem, até porque os personagens mudam. Mas é razoável supor que, apesar de saberem que é um relato ficcional, ainda assim agem como se não o soubessem. Ou seja, o que desconsideram não é o acontecimento, na

<sup>33</sup> Esse cinismo precisa ser distinguido daquele que representa a rejeição popular à cultura oficial, a rejeição da plebe, através da ironia e do sarcasmo, ao discurso oficial em sua tentativa de encobrir os interesses aos quais está à serviço, muitas vezes expresso por um universo de humor que ridiculariza e expõe o patético destes personagens, algumas vezes com um corrosivo humor negro.

observação de JAMESON a confusão entre narrativa ficcional e realidade; mas aquilo que organiza o próprio acontecimento, o jogo da ilusão que faz a confusão entre os níveis onde o acontecimento se desenvolve. Apesar de saberem, os sujeitos continuam a agir como se não soubessem.

Novamente os ódios raciais são um exemplo claro disso. Quantas vezes o relacionamento cotidiano com um Outro destrói factualmente uma sentença de preconceito racial, mas ainda assim o sujeito permanece genericamente odiando a todos que possuem aquela característica. Do mesmo modo, outras qualidades desvalorizadas socialmente acabam por qualificar o sujeito, reduzindo-o a elas, tomando todo o sujeito pela parte, é o caso do 'favelado' por exemplo.

Como afirma Terry EAGLETON:

*"Há certos tipos de 'erros' que decorrem simplesmente de lapsos da inteligência ou da informação, e que podem ser solucionados por um maior refinamento do pensar. Mas, quando tropeçamos vez por outra num limite de nossas concepções que se recusa teimosamente a ceder, essa obstrução pode ser sintomática de um 'limite' incorporado em nossa vida social. (...) Nossas práticas sociais instauram o obstáculo à própria idéia que procura explicá-las e, se quisermos fazer avançar essas idéias teremos de mudar nossos modos de vida. (EAGLETON, 1997 )*

Desse ponto pode-se retomar a observação feita acima de que a ordem simbólica, como um pensamento que se produz na exterioridade do sujeito, se apresenta como conjunto de idéias, práticas e com cerne da própria realidade, para se perguntar então: de que forma os sujeitos na contemporaneidade reiteram suas práticas, apesar de reconhecê-las como baseadas em ilusões?

Para pensar elementos que possibilitem responder a tal questão pode-se recorrer novamente à análise feita no item anterior sobre a indiferenciação da ordem dos objetos e dos sujeitos. A cultura contemporânea, baseada no consumo, dirigida pelo mercado e suas exigências, acaba por indiferenciar os sujeitos e os objetos.

A forma através da qual os sujeitos se identificam e identificam o Outro pela via da esfera do ter, atribuindo aos objetos qualidades que são dos sujeitos, está na raiz das escalas que os sujeitos utilizam para se orientarem no processo de se auto produzirem. Nessa perspectiva, que explicitamos acima, o segredo não está no conteúdo, mas na forma que ele vai assumir neste processo. Pela objetificação dos sujeitos a forma assumida é a forma da mercadoria.

Desse modo a chave para apreensão do pensamento do sujeito na ordem simbólica não está tão localizada em seu conteúdo, mas na forma em que ele se apresenta, consubstanciado em forma de crenças nas ilusões. Elas são produzidas pelos “esquecimentos”, que acabam por jogar um papel fundamental no modo como se organizam as relações sociais.

A cultura de consumo, regida pelas injunções do mercado, leva ao paroxismo o apagamento das fronteiras entre sujeitos e objetos, animando o inanimado e desmanchando ainda a oposição entre as pessoas e as coisas, quase como se as próprias coisas – mercadorias – acreditassem em lugar dos sujeitos. É a submissão do sujeito às formas das mercadorias em sua produção e circulação que o capitalismo em suas faces contemporâneas vai realizar de maneira mais acabada, através da pregnância do princípio do mercado e da competição sobre todos os outros.

A força da forma está na predominância do valor de troca sobre o valor de uso dos objetos, está no primado do fragmento; mesmo as mercadorias estão identificadas cada vez mais por sua imagem – marca ou logotipo – que é espalhada pelo mundo global, pois,

*(...) “não se trata mais de uma questão de conteúdo, mas de uma mutação mais fundamental, tanto no próprio mundo dos objetos – agora transformados em um conjunto de textos ou de simulacros – quanto na disposição dos sujeitos”.(JAMESON, 1996, p.295)*

A tendência de que, sob a presidência da lógica de mercado, todas as razões substantivas que podem fundamentar a ação dos Estados na regulação da vida social sejam sempre de caráter econômico, viabiliza ainda mais a abstração das condições de vida dos sujeitos, submetendo-as radicalmente ao domínio das necessidades da mercadoria.<sup>34</sup>

Como foi discutido acima, a lógica do mercado é sempre uma lógica individualista e concorrencial. O mercado não cria laços sociais e destrói as formas de solidariedade social que se tecem principalmente através do trabalho. A dominância da subjetividade individual sobre a subjetividade coletiva se dá aprofundando a objetificação dos sujeitos e diluindo ainda mais o conjunto de valores e modelos que se opõe à lógica dominante do mercado. É claro que são trágicas as conseqüências disto para aqueles que, em processo de exclusão social, encontram-se mais frágeis na concorrência.

Uma das conseqüências mais imediatas da exacerbação descontrolada do mercado é a irrupção da violência e a banalização da vida. A violência sem regulação atravessa a vida social e aparece “naturalizada” na ordem simbólica como atributo de alguns segmentos sociais. Na violência em busca de reconhecimento como as lutas em torno de identidades étnicas, ou na violência instrumental para a obtenção de recursos materiais, pode-se apreender o desejo de ser reconhecido, de buscar um lugar e um significado individual. Michel WIEVIORKA (1997)<sup>35</sup> reconhece na violência a perda de alguns sentidos presentes na ordem simbólica. Ele diz que:

---

<sup>34</sup> Olgária MATTOS, em artigo de jornal, com fina ironia mostra o absurdo deste pensamento quando diz: “A linguagem econômica expressa-se, por sua vez, em números, fórmulas, estatísticas. Pensamentos por média, pode ser assim entendido: “X come quatro sanduíches por dia; Y nenhum. Na média, o faminto come dois”. **Das reformas do atraso.** Jornal Folha de São Paulo, 27-09-98

<sup>35</sup> WIEVIORKA, Michel. O novo paradigma da violência. *Tempo Social; Rev. Sociologia da USP*, São Paulo, 9(1):5-41. Maio 1997.

*“(...) os progressos da mundialização dão maior intensidade do que davam no passado a tudo que remete ao individualismo, bem como às fragilidades pessoais que vêm junto, sobretudo quando se trata de combinar os dois registros, da eficiência instrumental, estratégica, e da construção de uma subjetividade autônoma (...)” (WIEVIORKA, 1997, p. 23)*

No registro da violência, a morte perde sua dimensão trágica e se banaliza, tornando-se espetáculo. As imagens da fome na África, dos corpos de rapazes mortos em ações policiais, ou encontrados sem identificação nas áreas pobres das grandes cidades, são imagens de acontecimentos desarticulados de seus conteúdos de exclusão, violência e desrazão. A morte violenta não é mais uma ruptura radical da ordem da vida, é uma naturalidade e uma possibilidade inscrita na vida.

Essa experiência é particularmente aguda na cidade. A cidade é o lugar de produção desta ordem simbólica, porque é por definição o lugar que potencializa ao máximo o consumo e a fragmentação. Em um primeiro sentido, mais imediato, é o do consumo das mercadorias facilitado pela instantaneidade da comunicação e a circulação acelerada das mercadorias.

Mas há outro sentido fundamental também nos modelos como os sujeitos se apropriam do espaço, que é a própria cidade em seu valor de uso e de troca. Também a forma que a cidade apresenta está ordenada pela sobreposição do valor de troca sobre o valor de uso. Essa predominância não se realiza, é claro, sem conflitos e eles atingem seu máximo quando o espaço urbano torna-se um objeto, passível portanto de compra e venda segundo a lógica do mercado, e se reproduz como tal na ordem simbólica, esvaziado do sentido de lugar habitado, de cenário da vida quotidiana, de repositório das memórias espaciais dos sujeitos, de cruzamento das biografias e das histórias do Outro.

Produz-se neste processo o estranhamento do cidadão à cidade, com a perda das referências conhecidas e a criação de novos padrões estrangeiros às necessidades dos sujeitos, mais consoantes às necessidades da reprodução do capital.

Porém os sujeitos, individual e coletivamente, não estão determinados a aceitarem plenamente o que está dado. Eles podem obter outros sentidos, que se encontram também presentes na ordem simbólica, elaborando outras idéias, produzindo novos significados, gestando no *vivido a experiência* em seu sentido benjaminiano, pois nos interstícios há significados que não foram cooptados e homogeneizados.

No primeiro capítulo deste estudo procuramos apresentar, em uma primeira abordagem, as estratégias de inclusão que os jovens urbanos têm construído em sua luta contra a exclusão social. Das questões que elas nos suscitaram desenvolvemos os capítulos seguintes, procurando conhecer a dinâmica pela qual a produção da subjetividade destes jovens se dá, desdobrando alguns elementos nesta compreensão.

Estamos agora em condições de buscar o caminho que, em certo sentido, nos remetem ao nosso ponto de partida, porém com uma nova qualidade. O quinto e último capítulo deste estudo é o esforço de buscar a síntese. Retrabalhando as falas dos jovens, a partir dos elementos teóricos desenvolvidos, estaremos tentando construir uma visibilidade destes sujeitos.

É fundamental registrar aqui que, apesar de uma escolha que realça certas singularidades, portanto diferenças, o horizonte que norteia este estudo é o da igualdade de oportunidades. Como já dissemos anteriormente, este estudo assume uma perspectiva de solidariedade com os sujeitos que são seu alvo. Nesse sentido, o que nos interessa sempre é afirmar suas possibilidades de inclusão na luta pela igualdade de oportunidades no escopo de uma sociedade realmente democrática.

## Capítulo 5

### A luta pela inclusão

#### 5.1. Estratégias dos jovens para inclusão

#### 5.2. Um ensaio de conclusão

Neste capítulo serão examinadas as estratégias buscadas pelos jovens em suas tentativas de inclusão na vida social. Ele é o ponto de chegada de toda reflexão até aqui empreendida e, em certa medida, é também um retorno ao ponto de partida, pois da decomposição feita nos elementos categoriais, buscar-se-á reconstruir a síntese apresentada no primeiro capítulo, agora com uma nova dimensão conferida pelas discussões elaboradas nos três outros capítulos.

Para tal ele está dividido em dois itens. No primeiro se discutirá, a partir da questão da relação Estado – mercado na produção das subjetividades na contemporaneidade as estratégias de inclusão dos jovens, recuperando-se a questão da exclusão social no encaminhamento destas estratégias.

O segundo item, que é de fato um ensaio de conclusão do estudo, se ocupará em discutir quais as possibilidades que as ações de política social podem oferecer para que novas subjetividades possam emergir nesse contexto .

Finalmente, nesse capítulo buscar-se-á ainda recuperar as falas dos jovens entrevistados para a pesquisa, a fim de que possam novamente com suas histórias apontar os caminhos da reflexão.

### 5.1. As estratégias dos jovens para inclusão

No capítulo anterior para o exame das condições de produção das subjetividades na contemporaneidade foi traçada uma discussão que localizou na dinâmica da relação Estado – mercado aquilo que, na cultura, dá um desenho a esse processo de produção. É desse ponto que partem as reflexões sobre as estratégias de inclusão que vão sendo tentadas pelos jovens.

As estratégias, enunciadas no primeiro capítulo deste estudo, são os caminhos pelos quais eles vão tentando estabelecer sua inclusão na vida social. Basicamente essas alternativas estão relacionadas à inserção produtiva no mundo através do trabalho. Para realizar essa inserção, eles vão negociando com a moeda de seus sonhos e corpos, que, na maioria das vezes, é único o patrimônio que possuem.

Para que seja possível estabelecer uma análise destas alternativas, será necessário delinear uma rápida reflexão em torno de dois elementos básicos quando se fala em estratégia, quais sejam: a intencionalidade e a dimensão do mediato e imediato na vida dos sujeitos e na coletividade. Sem esses dois elementos é impossível tornar substantiva a noção de estratégia tal como está assumida aqui.

A noção de estratégia liga-se à idéia de ação. Ela é uma noção que se refere à decisão sobre um percurso a ser seguido em uma ação racional, orientada por objetivos que estão esboçados em um projeto que se realiza na mediaticidade. A noção de estratégia supõe ainda uma certa reflexividade e cálculo que orientem as decisões que os sujeitos, individuais ou coletivos, tomam no curso de suas ações. Desse modo, a estratégia supõe um pesar e medir as condições e o grau de sua conveniência em relação aos objetivos desejados.

GIDDENS (1991) vai ressaltar que a contemporaneidade tem se apresentado como um período em que se desenvolveu ao máximo a reflexividade, tanto individual



como socialmente. Para este autor tal desenvolvimento inscreve-se em um quadro no qual os sujeitos buscam maximizar o princípio de realidade através de uma consciência de caráter discursivo e prático. Assim, para Giddens, a reflexividade, que seria característica de nossa época, é essencialmente cognitiva e está baseada em um universo de informações disponíveis que circulam na vida social..

José DOMINGUES (1998), ao contrário de GIDDENS, distingue dois tipos de racionalidade. A primeira seria uma reflexividade que ele denomina de prática. Para ele essa reflexividade é : “quotidiana e bastante difusa, onde decisões e opções são tomadas e assumidas sem clareza, no fluxo dos processos de consciência e das vivências complexas dos sujeitos inseridos em situações interativas”. (DOMINGUES, 1998, p. 214).<sup>1</sup> Apesar do aparente paradoxo, uma reflexividade quase que irrefletida.

O segundo tipo seria aquela que o autor denomina de racionalizada. Nela as decisões e escolhas são feitas com base no cálculo das alternativas disponíveis, buscando a maximização dos meios para o alcance das intenções dos sujeitos. Tal reflexividade informaria a conduta dos sujeitos em determinados momentos e situações de suas vidas que envolvem escolhas complexas.

Com essa divisão DOMINGUES institui uma diferenciação espaço – temporal no universo da ação dos sujeitos. Pois, a reflexividade que ele denomina de prática está circunscrita às ações encaminhadas no domínio do cotidiano e articuladas em um tempo imediato que se dá no fluxo das relações intersubjetivas; tanto aquelas que ocorrem de sujeito para sujeito, quanto as que envolvem subjetividades coletivas. As ações não são medidas por intenções previamente determinadas. A dimensão temporal, porém, aparece claramente na reflexividade racionalizada. Nesta escolha a imediaticidade está mediada pela intenção que se realiza no mediato.

---

<sup>1</sup> DOMINGUES, José Maurício. Modernidade, tradição e reflexividade no Brasil contemporâneo. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 2, n. 10, p. 209 – 234, out. 1998.

É claro que essa distinção assinalada pelo autor não se realiza plenamente. Os sujeitos, em sua ação, seja em uma ou outra reflexividade, nem agem movidos somente pelo mais racional cálculo, nem se deixam levar por uma pragmática radical, decidindo apenas ao sabor do momento. O estabelecimento dessa distinção tem por objetivo apenas acentuar os aspectos envolvidos nas opções estratégicas que os sujeitos realizam.

Um elemento ainda precisa ser assinalado, para que seja possível apreender a extensão da noção de estratégia quando se fala de escolhas em ação no tempo. Este elemento é o caráter identitário que a reflexividade carrega, pois ela se realiza no jogo das relações sociais, nas cenas coletivas que configuram o processo de produção das subjetividades. Desse modo, as escolhas são sempre referenciadas pela identidade e/ou diferença que os sujeitos, ou grupos, querem estabelecer uns com os outros.

Por isso pode-se dizer que as estratégias assumidas pelos sujeitos encontram-se em um universo mais ou menos delimitado de alternativas socialmente construídas em padrões institucionalizados de práticas. Com isso está se querendo dizer que as vias que os sujeitos têm disponíveis para a realização de seus objetivos são aquelas oferecidas no escopo da cultura de uma sociedade em um tempo histórico determinado, e é considerando-as que os sujeitos traçam seus objetivos. Posto que então, mesmo as alternativas que apontam no sentido da intenção de ruptura da *ordem* encontram-se inscritas na própria ordem.

A partir dessas delimitações pode-se retomar então as estratégias de inclusão tentadas pelos jovens. Conscientes da *ordem*, eles sonham seu futuro dentro das fronteiras que estão desenhadas para eles. Neste desenho vão negociando seu lugar na vida social, porém muitas vezes sem condições de acompanhar e entender as mudanças que ocorrem muito mais rápido que sua capacidade de compreendê-las e produzir novas estratégias frente a elas.

Interrogar-se hoje, portanto, sobre as estratégias que apontam para o futuro apresenta um patamar de dificuldade muito mais elevado. As novas formas de ordenação da vida social, em particular àquelas ocorridas no mundo do trabalho, diminuem, senão inviabilizam, as seguranças mínimas com as quais os sujeitos pensam sobre seu futuro e estreita a já pequena margem de controle sobre os destinos dos sujeitos e da sociedade.

A grande maioria dos jovens entrevistados para a pesquisa, como já mencionado anteriormente no primeiro capítulo, deseja um futuro assentado no binômio trabalho e família estável, sendo que o trabalho incluído na rede de proteção social aparece em praticamente todos os depoimentos.

*“Eu queria trabalhar em qualquer lugar, sei lá, um lugar que te desse segurança, que ia ter o meu dinheiro, ter os meus direitos. (pausa) Todo mês eu ia ter o meu dinheiro, ter os meus direitos.”*

*“Eu quero ser polícia civil. Para quebrar todo mundo. Brincadeira. Eu quero porque acho que polícia faz tudo e não é mandado embora. Não tem essa de patrão chegar e dizer tá despedido.”*

*“Só vou estudar de noite se arrumar um emprego de carteira assinada, mas agora tá difícil de arrumar.”*

Seus desejos estão construídos no universo de uma sociedade salarial. Suas imagens de futuro estão circunscritas aos ideais da família nuclear burguesa. O paradigma da felicidade está assentado em família estável, que significa boa esposa e filhos, e emprego estável, que dá dinheiro para viver. Poucos são aqueles que expressam uma opção vocacional. Essa não é uma escolha para eles, o trabalho é o que for possível, desde que ofereça boa remuneração e segurança; o depoimento acima demonstra bem isso. Quando chegam a expressar algum desejo mais definido em relação a uma profissão é mais por imaginarem um estilo de vida que lhes parece sedutor.

*“Meu sonho é fazer aquilo que eu quero que é entrar para a Marinha e seguir carreira lá dentro, viajar e chegar longe.”*

Mesmo aqueles que se equilibram na tênue fronteira entre a *ordem* e *desordem*, imaginam uma vida que mescla esses ideais da família e da segurança. O depoimento de um dos rapazes cumprindo medida sócio-educativa por roubo é atravessado por essa ambigüidade.

*“Ficar com meu filho, minha mulher, morar no lazer, né? Na favela, ninguém para me perturbar, e ter um comércio pra mim sobreviver. Um bar, qualquer coisa que dê dinheiro. É pode ser um comércio assim de mercado, qualquer coisa. Um envolvimento, mas ficar morando na favela, mas com meu dinheiro, meu próprio, não ficar roubando ninguém. É porque roubando o dinheiro vem fácil. Vem muito dinheiro e quando eu quero. O problema é que não é meu, está comigo, daí vai fácil. Eu queria um comércio porque me acostumei a ter dinheiro, por isso eu quero ter um negócio que dá dinheiro todo o dia e comércio toda hora tô com dinheiro, toda hora tem nego comprando lá.”*

De onde esses jovens retiram a matéria para produzirem seus sonhos? Durante séculos os trabalhadores que se libertaram da corvêia foram disciplinados para o trabalho assalariado. Aprenderam a desejá-lo e se assujeitaram a ele, forjaram-se na idéia do “mercado de trabalho”, e nele estiveram como mercadoria, fiando-se no pacto do Estado como mantenedor da coesão social e controlador do mercado. Nessa matéria esses jovens trabalhadores, filhos de trabalhadores, se construíram e projetam seu futuro.

Robert CASTEL (1998)<sup>2</sup> assim descreve esse pacto que vai atingir seu auge no Estado social:

<sup>2</sup> CASTEL, Robert. *As metamorfoses na questão social*. Petrópolis : Vozes, 1998.

*“Ainda que a penosidade e dependência do trabalho assalariado não estivessem completamente abolidas, o trabalhador recebia uma compensação para elas, tornando-se um cidadão em um sistema de direitos sociais, um beneficiário das subvenções distribuídas pelo Estado e, também um consumidor reconhecido das mercadorias produzidas pelo mercado. ( CASTEL, 1998, p. 513)*

Mesmo que no Brasil este sistema de direitos sociais não tenha se realizado em sua plenitude, as compensações apresentadas, principalmente como consumidores, mantiveram e reproduziram a base de uma sociedade salarial. Essa sociedade, ainda que com um índice de pauperismo que jamais foi residual, e sequer esteve próxima a isso, foi capaz de garantir um certo ritmo de inclusão dos jovens urbanos através do trabalho. Porém, hoje não realiza mais isso e a exclusão social dos jovens se aprofunda e amplia cada vez mais.<sup>3</sup>

É crescente o número de jovens em dificuldades. Àqueles que precisavam do apoio da rede de proteção social para a superação de suas desvantagens, tais como, os jovens provenientes de famílias em pobreza extrema, ou os possuidores de dificuldades de ordem física, ou ainda aqueles que, por particularidades de sua história de vida, enfrentavam situações de desvantagem, somam-se agora os jovens que, apesar de não reunirem nenhuma dessas condições, estão fora da escola e do trabalho, ainda que aptos para eles.

Como discutido no segundo capítulo, a idéia de juventude como um tempo de espera e investimento para o florescimento físico e intelectual dos sujeitos não é uma experiência para os jovens trabalhadores urbanos. Sua formação intelectual está entregue a uma rede pública de ensino que sofreu duramente o desinvestimento do Estado nas políticas públicas e a desvalorização da educação promovida pela ditadura militar.

<sup>3</sup> Ver capítulo 2 desse estudo.

O sistema público de ensino básico e de 2º grau é hoje, salvo algumas exceções, freqüentado em sua maioria pelos jovens oriundos dos segmentos populares, aprofundando ainda mais a segregação social deste grupo, uma vez que as oportunidades de convivência entre eles e os outros jovens são muito restritas.

As escolas públicas não atendem às suas funções com um mínimo de condições materiais compatíveis com suas responsabilidades. Um estudante pode chegar ao fim do primeiro grau sem de fato ser capaz de interpretar o que lê. Os "cursos profissionalizantes" são muitas vezes meros requisitos formais para cumprir a legislação. A penúria crônica de professores, recursos materiais e equipamentos condena a educação destes jovens a ser muito mais uma instância de disciplinamento do que de desenvolvimento de capacidades e potencialidades.

Nas entrevistas, a resposta dos jovens a isso é bem clara. São praticamente unânimes em afirmar que o universo da escola é chato, desinteressante e que os conteúdos não têm qualquer relação com suas vidas. A escola aparece como mera etapa formal para que alcancem requisitos mínimos necessários para a entrada no mercado de trabalho, ou ainda como proteção e diferenciação da figura do vagabundo. É sintomático que, quando queriam se referir a um trabalho visivelmente desvalorizado, as duas profissões recorrentemente citadas eram as de professor e gari, é bem verdade que com maior incidência desta última.

*"Ruim na escola são os professores, os caras parecem que têm raiva da gente, também gari ganha mais que professor".*

Em relação a seu desenvolvimento físico, a juventude para eles também não é um tempo de florescimento e preparação do corpo para a vida adulta. O relato de um rapaz de 16 anos sobre seu trabalho mostra o quanto seu corpo ainda em crescimento é exigido.

*“Era um trabalho na obra, era bom, mas tinha um lado pesado. Eles colocavam a manilha, eu fazia a massa e batia concreto e aí vinha aqueles caminhões de concreto para fazer muro, esse negócio de vala. Igual aquela favela-bairro, fazia aquele murão de concreto e eu fazia o chão. Fazia também com aquelas pedras portuguesas, portuguesas não! Qual o nome? Paralelepípedo. Fazia meio-fio daquele cimento pronto na máquina. Cara ficava morto, só pensava em dormir.*

*“O duro desse trabalho é ficar sentado o dia todo naquela salinha parado, sem andar, preferia o outro, que eu operava a máquina xerox. Era mais legal eu ir de um lugar para o outro, pegava os papéis, tirava as cópias, levava de novo, passava tudo pela minha mão. Nesse eu fico o dia todo sim senhor, telefone para o senhor, lá sentado.”*

Se para esses jovens a escola como via de inclusão não é uma alternativa, resta-lhes apenas a via do trabalho. Porém essa é cada vez mais uma alternativa remota. Os processos globais de reordenamento do mercado, como foi assinalado anteriormente, atingem os sujeitos não só em suas condições de sobrevivência, mas também na construção de suas identidades. Não se trata mais de um fenômeno de desemprego, mais ou menos sazonal, porém trata-se da aguda sensação de ser um trabalhador sem trabalho, ou seja, de ser um sujeito sem um de seus predicativos mais definidores e instituintes e que se questiona sobre a sua utilidade social.

No universo de designações simbólicas em que, na vida social, os sujeitos constróem suas identidades, o trabalho é ainda uma centralidade, na medida em que se apresenta como definidor de outros círculos de inserção. O trabalhador, o bairro dos trabalhadores, o modo de vida dos trabalhadores são círculos de localização para identificação, ou rejeição, para esses jovens.

Por exemplo, perguntados sobre se gostariam de se mudar do lugar onde moravam, não houve uma resposta positiva e as justificativas gravitavam sempre em torno da identidade ao lugar e aos outros.

*"Eu moro aqui há 17 anos, gosto porque é a parte mais calma da cidade. Aqui só falta água. Ah, falta asfalto também. Tem violência também. Mas, também tem violência em todo lugar, atrapalhar não atrapalha, mas incomoda muito. Prá mim aqui tá bom. Eu conheço tudo, sabe como é? Conheço as casas e as pessoas, tá bom morar aqui mesmo."*

*"Eu queria ter um trabalho que ganhe bem, Ter uma casinha aqui mesmo, por perto, subúrbio mesmo, precisa ser Zona Sul não. Ter uma casinha, Ter um emprego bom, é isso, é só isso."*

*"O legal aqui é que sempre tem alguém para encontrar, de noite depois que eu chego, jogo sinuca com os amigos lá embaixo, e tem as minas, a gente se encontra."*

Identificados com o modo de vida de seus pais, não põem como questão em seu horizonte um rompimento radical com estas identificações, não almejam uma ascensão social que os tire do modo de vida a que estão acostumados. Ao contrário, o rompimento é sempre identificado ao bandido, ao rapaz inserido no tráfico de entorpecentes. O rompimento é dado pela evasão que a droga proporciona, pela ruptura da *ordem*.

*"Às vezes, nessa questão de educação dos pais é importante. Muita gente que tá aí foi criado largado, pai batia e tal, o garoto quer sumir daquilo, fica ali de bobeira, aí já vem má influência, já vai convencendo ele, e começa a usar droga, a ficar viciado, a querer outra coisa e acaba bandido."*

Ao mesmo tempo em que percebem isso, percebem também as imensas dificuldades para conservarem a identidade de trabalhador. Falam sobre as dificuldades de inclusão no mercado de trabalho, da sucessão de estágios que não definem uma situação de trabalho mais clara, falam com agonia dos períodos de desemprego, seguido dos períodos de trabalho instável, incerto e pesado.

*"O sujeito procura mesmo (trabalho), sai todo dia para procurar emprego mais não consegue, se vira lá em obra, lá virando concreto, pesadão, lá para os caras grandes, lá para*



*arrumar algum, para sair no final de semana, sair para o baile, sair com a namorada."*

*"Fiz o curso, mas até agora não consegui estágio nem em banco ou em outra firma de contabilidade. O jeito foi entrar na farmácia e trabalhar de balconista. Serviço sem futuro, só para ir levando até acabar aqui."*

*"Aí tinha dia que não tinha aula e eu ficava por lá porque era um serviço gostoso de fazer, também o ambiente era muito legal, as pessoas me tratavam super bem. Foi uma experiência muito proveitosa para mim, só tinha cientista, tudo gente fina, educada que pede por favor. Acabou o tempo acabou o emprego. Agora estou procurando outra coisa, mas divido que ache tão legal. Está difícil. Vou ter que pegar o que aparecer, senão não vai dar para ficar na escola. Lá era legal também porque eu podia estudar à tarde. Chegava no serviço 8 horas e ficava até o meio dia, depois eu ia estudar."*

Na verdade não são trabalhadores, na acepção mais completa que essa categoria carrega, qual seja, portadores de um projeto pessoal e social que se reconhece em uma estrutura coletiva, junto a outros sujeitos. Na fronteira entre o trabalhador e aquele que não tem lugar no mundo vão sendo identificados no cenário da cidade com o vagabundo do início das cidades modernas, que ocupava os espaços públicos e era duramente reprimido.

*"Fico p. da vida quando estou só parado em um lugar, de bobeira, esperando o tempo passar, só olhando as minas e o pessoal já começa a olhar esquisito, né? Devem estar pensando, vai assaltar. Logo vem a polícia. Tem que ficar esperto o tempo todo."*

São sempre indivíduos e seus vínculos são fluidos. O provisório vai sendo a marca mais perene em suas vidas. Acabam por ter dificuldades de reconhecer seu lugar no mundo e de encontrar seu destino, de forma particularmente acentuada quando seus vínculos familiares são frágeis. Em suas falas é a família a rede de proteção mais forte e ativa. Quando, por alguma razão, ela não pode assumir esse lugar eles estão muito mais vulneráveis.

*sevens - Estabilium - 2012 - J. G. P.*

CASTEL (1998) mostra que essa vulnerabilidade se espraia por todos os domínios de suas vidas. Ele diz que esses jovens, moradores dos aglomerados de exclusão das grandes cidades estão em uma espécie de “zona de fronteira” de exclusão social, visto que a precariedade de seus vínculos acaba por colocá-los em todos os lugares e, ao mesmo tempo, em lugar nenhum, desafiando as várias formas de identidade até aqui correntes.

Ele assim os descreve:

*‘Nem representantes das classes laboriosas, ainda que trabalhem; nem emanção das classes perigosas, ainda que cometam, havendo oportunidade, atos delituosos, nem verdadeiramente ‘pobres’, pois não são resignados nem assistidos e se viram no quotidiano; nem expressão de uma cultura específica de gueto, porque partilham os valores culturais e consumistas de sua classe de idade; nem completamente estranhos à ordem escolar, porque são escolarizados, porém mal etc., eles não são realmente nada e, ao mesmo tempo, são um pouco de tudo isso. Interrogam todas as instâncias de socialização, mas nenhuma pode lhes responder. Suscitam uma questão transversal, sobre a qual se pode dizer que é a questão de sua integração e que se declina segundo múltiplas facetas: em relação ao trabalho, ao quadro de vida, à polícia e à justiça, aos serviços públicos, à educação...Problema de lugar, ter um lugar na sociedade, isto é, ao mesmo tempo e correlativamente, uma base sólida e uma utilidade sociais.’*  
(CASTEL, 1998, p. 545)

É nesse quadro que os jovens estabelecem suas ações, interpelando e negociando quotidianamente sua inclusão na vida social. Nessa negociação trabalham com tempos diferenciados, jogando com os recursos que encontram na rede de proteção social. Quanto mais sólida esta rede, mais o mediato está presente nas escolhas do tempo imediato. Quanto mais exposto, mais solitário, mais seu tempo é curto, suas relações são frágeis e sem horizonte temporal.

*“Lá onde eu moro, em Belfort Roxo, é um morro só. Mas lá é só morro mesmo, não tem nada. Já tem muitas casas, já dá para botar uma boca de fumo. Mas quando tiver concreto mesmo aí eu vou ficar satisfeito. Que eu quero que botem uma boca de fumo onde eu moro. Quero por causa dos polícias, dos vermes. Porque não tendo a boca eu não posso fumar lá, não posso fazer nada.”*

O isolamento social é expresso em um individualismo exacerbado, em um sujeito sem referências, desenraizado, sozinho. Está exposto por sua falta de vínculos, por sua não inserção em um coletivo, por não ter futuro a construir e por não ter também uma história a partilhar com um grupo.

*“A dificuldade de pensar no futuro é pelas coisas boas que eles acham que é a cola, ficar fumando ali, está na onda ali, a irmãozinho quando está todo mundo ali cheirando a cola, ah! irmão que não sei o que. Quando está junto: ai irmãozinho, mas na hora do pega para capar não aparece nenhum irmão. Ai eles só acreditam naquele irmão, ainda mais que eles são cabeça fraca.”*

O coletivo é sempre algo eventual, sem ligações e sem objetivos comuns. A fragmentação de sua vida não lhe permite compreender as intrincadas relações que envolvem o lugar onde está. Só consegue vislumbrá-lo quem está fora dele.

*“O cara quer viver ali mesmo, sabendo que vai morrer. Mas, esse negócio de violência vem lá de cima esse negócio de violência dos caras não é maior que a violência que o povo, que o jovem do povo está sofrendo, a violência política mesmo, essa sacanagem toda rolando na economia, de lá de cima, casca grossa mesmo é a maior pressão, né? Quem tiver cabeça fraca vai mesmo.”*

*“Nesse negócio de drogas todo mundo usa, vejo os ‘playboys’ tudo usando, fuma, cheira, é o dependente químico (ironizando), faz tratamento. Playboy que rouba a mãe para cheirar, coitado é doente! Mas, se é neguinho é viciado, traficante, violento, tem que morrer! Morre o cara que foi moleque com você, que zoava na escola com você. Ruim para*

*ele, ruim para nós, porque não é mole ver todo mundo morrendo. Ruim ter medo do que foi moleque com você."*

Em uma sociedade individualista e liberal os conflitos são sempre privados. Cada um desses jovens que morre nesse caminho é responsável por sua escolha; a origem social está apagada e o que se ressalta é a "escolha" pessoal. No controle dessas escolhas a punição é o recurso mais usado e ela incide cada vez mais sobre o corpo do sujeito. A punição pode ser a surra, a perseguição a revista - a 'dura' - humilhante, e a morte, em sentenças proferidas sem julgamento, pois se a escolha é individual, o controle vai recair do mesmo modo sobre o indivíduo. Seu corpo é a única moeda que entra nessa negociação. Como afirma CASTEL (1998): "seu corpo é seu único bem e seu único vínculo, que ele trabalha, faz gozar e destrói numa explosão de individualismo absoluto." (CASTEL, 1998, p. 603)

Desenraizados e fora das relações institucionalizadas, esses jovens ainda assim estão presentes na vida social. Sua exclusão não significa que não estão em lugar algum e podem ser esquecidos. Ao contrário, suas demandas e presenças, particularmente visíveis no cenário urbano, estão no jogo das relações sociais. A alternativa em curso, de execução sistemática desses jovens, certamente não é uma forma de atendê-los, pois uma sociedade que se deseja estável não poderá mantê-la como solução às demandas.

Ao vagarem pela cidade esses jovens despertam um imaginário de medo, de uma violência destruidora e sem controle. Esse imaginário está associado a uma idéia de "revolta da plebe". Como todo imaginário assenta-se sobre alguns indícios presentes na objetividade. O medo da plebe não é uma sensação nova, Maquiavel já fala dela. Os jovens hoje são uma das faces mais temidas da plebe. Vistos como uma plebe cada vez mais numerosa, que avança ameaçadora sobre aqueles que lograram

minimamente construir para si e seu grupo social um lugar, uma inclusão em vários circuitos e, portanto, têm o que conservar.

Essa violência não está articulada a nenhum projeto, por isso suas maiores vítimas serão sempre eles próprios. Em primeiro lugar por oferecerem a justificativa para os discursos que exigem mais punição e menos tolerância, tais como a discussão sobre a diminuição da idade de responsabilidade penal, o confinamento em estabelecimentos penais e até mesmo a pena de morte.

Em segundo lugar, a raiva que se transforma na dependência química, na entrada no circuito do tráfico, não tem apresentado outra saída que não a sua própria morte. Nesse circuito não há meias tintas, a vida é a única moeda corrente com a qual tudo é pago.

Ao se desmanchar a ordem baseada na sociedade salarial, ao se enfraquecer a subjetividade coletiva que o Estado encarnou a partir da construção do projeto de modernidade, todo um conjunto de valores e condutas que regulavam a vida social desabam junto. Porém não desabam com a emergência de um novo projeto e novas subjetividades; nada está posto como alternativa a não ser o individualismo extremado do mercado e do consumo.

A ordem liberal desarticulou as redes de solidariedade social existentes, justamente no momento em que, pelo desemprego estrutural, elas são mais necessárias. A vulnerabilidade dos sujeitos torna-se maior porque eles estão fora de seus coletivos de pertencimento, porém mais do que nunca são dependentes deles. E quanto maior sua dependência, maior a experiência de inutilidade social.

As alternativas estratégicas racionalizadas, que jogam no tempo as perspectivas de inclusão, só são possíveis para aqueles jovens que estão situados em um patamar de circuitos de inclusão. Tal patamar necessita ser suficiente para que lhes propicie um patrimônio acumulado tanto materialmente quanto culturalmente. Materialmente, que lhes permita manter um atendimento mínimo de seus desejos de

consumo, e que seja um suporte para as alternâncias emprego – desemprego; e culturalmente lhes proporcione uma possibilidade de reconhecimento e inserção em um grupo, poderoso o suficiente para que ele possa se identificar e descobrir sua importância para o Outro.

Esses são aqueles capazes de negociarem com o tempo, capazes de renunciarem no imediato, porque constroem projetos e, de algum modo, os julgam com possibilidades de serem realizados. Para eles não se perdeu de todo a idéia da juventude como moratória, como investimento. Sua moeda de negociação é o tempo futuro.

Os outros, que constroem suas ações no tempo imediato, são aqueles para quem o futuro é apenas uma miragem. Sua ação é irrefletida, construída no momento, no curso dos acontecimentos, movida por uma raiva surda e violenta. Não há vínculos, não há nada que não seja o fragmento do tempo presente, sem coletivos, sem solidariedade; desse modo não há estratégia, não há escolha, não há profundidade nem intensidade.

Tanto uma como outra subjetividade estão presentes no universo simbólico. São alternativas que circulam na cultura que os jovens vão assumindo no curso de suas vidas. Suas histórias, portanto, não são histórias idiossincráticas de sujeitos naturalmente pervertidos e cruéis, mas sim as histórias forjadas na cultura desse fim de século de domínio selvagem do mercado. Ainda que se possa contabilizar outras vítimas, são eles próprios as maiores vítimas de sua história. Eles são os grandes perdedores.

É certo que não será possível transformar os aglomerados de exclusão em guetos isolados e não permitir a presença desses jovens na cidade. Até porque não se trata de uma identidade permanente, uma característica passível de ser isolada para que não contamine os outros; como se demonstrou até aqui a exclusão é um movimento de posições e não uma condição dada e fechada. Não é possível isolá-los

e nada indica que a pressão exercida por suas demandas na vida social se atenuará; por isso, de algum modo, a sociedade terá que olhar esses jovens para que possa olhar também para seu próprio futuro.

Que alternativas podem ser construídas na direção deste futuro? Que estratégias podem ser formuladas no sentido de produzir uma nova sociabilidade capaz de fazer emergir outras subjetividades? Essas são questões que os jovens desafiam hoje àqueles que trabalham nas políticas sociais e públicas a eles destinadas.

## 5.2. Um ensaio de conclusão

Ao final do percurso traçado neste estudo espera-se que seu objetivo inicial se tenha realizado, qual seja que os jovens tenham sido visualizados em suas condições peculiares de vida no contexto das condições oferecidas na contemporaneidade. Espera-se que tenha sido construída uma visibilidade tal que permita o reconhecimento das complexas articulações entre a história individual desses jovens e o destino coletivo daqueles que fazem a travessia da juventude neste conturbado fim de século. Espera-se ainda que sua presença esteja substantivada através de suas demandas e identidades permitindo pensá-los como os usuários de algumas políticas formuladas para esse segmento.

Como foi enunciado na introdução deste estudo, o olhar sobre esses jovens é um olhar de solidariedade, produzido a partir do ponto de vista de que o destino desses jovens é definidor para o destino desta sociedade. Isto quer dizer que se não se for capaz de construir para eles um lugar no mundo não haverá mundo a ser construído amanhã.

Certamente seu lugar está atado às possibilidades de realização de uma sociedade democrática, orientada por um projeto coletivo de emancipação social cujo horizonte está expresso nas várias lutas sociais que os trabalhadores vêm travando ao longo da história. Este projeto de emancipação não será realizado pelos reformadores sociais, todos aqueles que atuamos no âmbito das políticas sociais. Porém, esse projeto não se realizará num tempo futuro sem que se produzam, no tempo presente, sociabilidades que apontem em sua direção. Desse modo, as ações de política social podem assumir um valor tático na construção dessas sociabilidades.



Este é o ponto de vista deste estudo e por isso para encerrá-lo serão pensados, ainda que brevemente, alguns caminhos dessas políticas na direção de um projeto de emancipação.

Ao se falar em ações de política social está se falando em um conjunto de programas desenvolvidos pelo Estado, financiado com recursos da sociedade, cujos objetivos primordiais são o provimento do controle e coesão sociais. Esses objetivos, que parecem concorrentes, na realidade receberão ênfases diferenciadas de acordo com o caráter que o Estado assume.

Quanto mais o Estado for privatista, mais suas ações são destinadas a alguns grupos específicos portadores de certos déficits. Nesse sentido as políticas estarão atuando no controle social através de um conjunto de ações que visam integrar os grupos em dificuldades em condições mais vantajosas na vida social.

Por outro lado, quanto mais o Estado é forte na regulação social, mais atuará no sentido da atenuação de desigualdades sociais. Articulam-se políticas com alvos amplos que agem na coesão social através de políticas redistributivas que procuram interferir na concentração da renda, sem ocupar-se prioritariamente de alvos particulares. Os programas de renda mínima são exemplo de ações baseadas nessa orientação.

As políticas de inserção são dirigidas a segmentos particulares. Seus objetivos visam prioritariamente oferecer algumas condições aos indivíduos para que possam superar ou amenizar algumas carências e buscar sua integração à vida social. Essas políticas realizam a chamada 'discriminação positiva', quer dizer, isolam um grupo em dificuldades e atuam concentradamente sobre eles.

Nessas políticas a regulação social exercida pelo Estado é mínima, deixando ao mercado a tarefa de se auto regular enquanto o Estado apenas coíbe os excessos e atua sobre seus efeitos mais desastrosos. São políticas que agem sobre os indivíduos, sem estabelecer princípios de solidariedade social.

Já as políticas de integração agem no sentido da construção de redes de solidariedade social, especialmente através do conceito de seguridade social, onde a ajuda social surge como complementar ao seguro social. A seguridade é regulada pelo Estado, assim como a ajuda social em sua função subsidiária à seguridade.

A ênfase sobre uma ou outra política decorre dos pactos Estado – mercado. Tal como foi visto no capítulo anterior estes pactos direcionam a ação política mais ampla que configura a materialidade que dá forma às relações. É o Estado em sua subjetividade que encarna esta materialidade, regulando através das instituições a vida dos sujeitos.

Os anos 80 e 90 têm assistido à primazia das políticas de inserção sobre as de integração, na esteira do predomínio do mercado sobre o Estado. As políticas dirigidas a jovens, é claro, não estariam fora desta tendência. O exame de algumas ações, realizado no capítulo 2, não deixa dúvida sobre seu caráter de políticas de inserção. Todas tratam os jovens como portadores de um déficit, nos casos examinados a pobreza, e que necessitam de algumas intervenções que os capacitem a competir no mercado.

Não é aleatório o fato de que as ações mais comuns estão dirigidas para a profissionalização dos jovens, tarefa que, por princípio, é responsabilidade das políticas de educação. A profissionalização como ajuda social, desarticulada de uma concepção mais ampla de formação intelectual e capacitação para o trabalho que a educação formal pode oferecer, traz alguns problemas.

O primeiro que pode ser apontado é que ainda que seja uma discriminação positiva, esse tipo de formação está, em certo sentido, isolado dos caminhos reconhecidos socialmente como aqueles para o alcance da formação para o trabalho. Isso resulta em duas questões.

A primeira é que essas iniciativas tendem a reproduzir um tipo de formação que, na realidade, prepara para a subalternidade, pois, como está distanciada de uma

educação da totalidade do sujeito, não consegue instituir práticas que auxiliem o jovem a ampliar seus acessos e assim formar-se com outra qualidade. Por isso, normalmente o "treinamento" oferecido não passa muito do estágio de *boy*, constituindo-se muito mais como uma solução imediata para sua sobrevivência do que um investimento para o futuro bem como uma forma de disciplinamento.

A segunda questão é, em certa medida, decorrência desta. Os tipos de capacitação oferecidos pouco correspondem às demandas tanto do mercado como dos jovens. Elas são muito mais definidas em função da conjugação entre recursos materiais, sempre escassos, e pessoal capacitado para o ensino. Portanto, muitas vezes esses jovens possuem uma profissionalização de baixo valor no mercado e que também é de qualidade insuficiente para atender às exigências necessárias na acirrada competição por trabalho.

Finalmente, mesmo quando as dificuldades do imediatismo e da baixa qualidade não estão presentes, há ainda a questão de qualificação de mão-de-obra para o desemprego, em função da conjuntura<sup>4</sup>.

Em síntese, esse tipo de política atua em situações que são coletivas como se fossem individuais. Esses jovens, que estão na situação chamada de "risco social", não se encontram nela por uma desadaptação pessoal, ou uma incapacidade física. Esses jovens encontram-se integrados na vida social, pois são participantes dela como consumidores, não estão às margens da vida social, como se pensava antes. Eles são um novo público para as políticas e formulam novos desafios que não podem mais serem pensados na imediatividade, pois tratam-se de desafios que se referem a ter um lugar na vida, ter utilidade social e reconhecimento que apenas o consumo não dá.

Que alternativas seriam então possíveis para as políticas destinadas a esses jovens? Do ponto de vista deste estudo, tais alternativas passam necessariamente por

---

<sup>4</sup> Uma das políticas analisadas como resposta a esse desafio incluía no conteúdo do curso noções sobre como montar e abrir pequenas empresas e trabalhar por conta própria.

estabelecer relações solidárias e por construir coletivos. O rompimento com o individualismo exacerbado só parece possível com o pertencimento a coletivos. À subjetividade individualista das ações políticas de ajuda social contrapõe-se uma subjetividade coletiva.

As alternativas não se encontram fora da esfera pública. Somente o público pode atuar como a instância de conexão entre a *diversidade* e a *diferença*, conquistas dos processos de individuação dos sujeitos e a *desigualdade* nas condições de reprodução destes sujeitos. CASTEL (1998) assim descreve esse papel do Estado:

*“O recurso é um Estado estrategista que estenda amplamente suas intervenções para acompanhar esse processo de individualização, desarmar seus pontos de tensão, evitar suas rupturas e reconciliar os que caíram além da linha de flutuação. Um Estado até mesmo protetor porque, numa sociedade hiperdiversificada e corroída pelo individualismo negativo não há coesão sem proteção social. Mas esse Estado deveria ajustar o melhor possível suas intervenções, acompanhando as nervuras do processo de individuação.”*(CASTEL, 1998, p. 610)

Nesse sentido, as pressões no sentido que o Estado assumira suas responsabilidades são cruciais para o estabelecimento de uma outra lógica. As responsabilidades no reforço das redes de proteção que envolvem os jovens, o debate em torno da educação pública e de qualidade, a intervenção no espaço das cidades, são algumas das grandes frentes de políticas pelas quais pressionar, além, é claro, sobre todas, a questão do trabalho.

A complicada relação entre trabalho e escola tem que ser pensada em termos de uma possibilidade de conciliação entre formação profissional e permanência escolar. O recurso à solução de uma inserção sempre descontínua no mercado de trabalho, que não lhe traz nenhum acúmulo de experiência e capacitação, mostrou-se até agora inócuo.

Desse modo, nos anos iniciais da juventude, que se encerram para os filhos dos trabalhadores com o serviço militar obrigatório, possibilitar sua permanência na escola é crucial. Pois, o prolongamento de seus anos de escolarização, agregado a uma formação profissional mais longa, ampliam suas possibilidades futuras de inserções mais vantajosas no mercado de trabalho. Além do que, uma escola de qualidade lhes daria o respeito social necessário para que pudessem circular pela cidade diferenciados dos "vagabundos".

Em relação a esses jovens urbanos as ações desenvolvidas no cenário da cidade são relevantes; não apenas as de inclusão dos aglomerados de exclusão na dinâmica da vida da cidade, através do estabelecimento de serviços públicos em seu espaço físico, mas também as de criação de sentidos e valores através de um circuito de cultura.

Exemplo disso são as experiências das rádios piratas, que divulgam uma produção cultural desses jovens ainda longe de ser assimilada pela mídia, e que funciona como um pólo poderoso de irradiação de outras subjetividades. As experiências que possibilitam a superação dos déficits de acesso à cultura impostos a esses jovens também contribuem no sentido de seu reconhecimento. Os grupos proporcionam experiências de um fazer coletivo, de recuperação de certos sentidos de luta contra limites, proporcionam ainda visibilidade e reconhecimento na cidade.

Em síntese, da mesma maneira que na reflexividade presente nas estratégias buscadas pelos jovens que consideram a dimensão da mediaticidade, as políticas sociais voltadas para eles precisam interrogar-se sobre o futuro deles. Isso significa romper com soluções imediatistas que não articulam sua cultura no tempo presente com o tempo futuro que a juventude como passagem indica.

As ações, portanto, precisam caminhar na direção do reforço de suas redes de proteção social no presente, fortalecer suas referências de forma a propiciar-lhes a

criação de circuitos nos quais possam descobrir sua utilidade social e construir uma reflexividade que lhes dê condições de projetarem o futuro.

Enfim, ações que sejam capazes de recuperar para esses jovens aquilo que é corriqueiro para aqueles oriundos de outros segmentos sociais, que é a juventude como um período de passagem, para acúmulo de condições para uma vida adulta a ser vivida com um corpo desenvolvido e um trabalho vocacionado. Nesse sentido o direito à escola diurna é sempre uma meta central a ser buscada.

A juventude é travessia para todos, mas precisa deixar de ser para esses jovens, filhos dos trabalhadores, travessia sob o risco de morte iminente.

## Bibliografia geral

- ABERCROMBIE, Nicholas; HILL, Stephen; TURNER, Bryan S. Determinismo e indeterminismo na teoria da ideologia. In: ZIZEK, Slavoj. (org.) **O Mapa da ideologia**, Rio de Janeiro : Contraponto, 1996. p. 153-167
- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, M.. **Dialética do esclarecimento**, Rio de Janeiro : Zahar, 1986.
- ADORNO, Theodor W. Progresso, **Lua Nova**, n. 27, São Paulo : CEDEC / Marco Zero, 1992. p. 217 – 236
- \_\_\_\_\_. Mensagens numa garrafa. In: ZIZEK, Slavoj. (org.) **O Mapa da ideologia**, Rio de Janeiro : Contraponto, 1996. p. 39 - 50
- ADORNO, Sergio. Conflitualidade e violência : reflexões sobre a anomia na contemporaneidade. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 19-47, maio 1998.
- AHMAD, Aijaz. A Retórica da alteridade de Jameson e a “alegoria nacional”, **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 22, p. 157 – 181, out. 1988.
- ALENCASTRO, Luis Felipe de. Escravos e proletários. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 21, p. 30 – 56, jul. 1988.
- \_\_\_\_\_. O fardo dos bacharéis. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 19, p. 68 - 72, dez. 1987.
- ANDREANI, Tony. Rapports sociaux et rapports interindividuels: un point obscur de la pensée marxienne, In: ZAKALULIS, M. et VINCENT, J. (orgs.) **Marx, après les marxismes**, Paris : L'Harmattan, 1997. v. 1

- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Metrópole e cultura: o novo modernismo paulista em meados do século*. **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 39 – 52, out. 1997.
- AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. São Paulo : Papyrus, 1994.
- BECKER, Bertha. O uso político do território : questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, Bertha. **Abordagens políticas da espacialidade**, Rio de Janeiro : UFRJ, 1983. p. 1 - 15
- BENHABIB, Seyla. A crítica da razão instrumental. In: ZIZEK, Slavoj. (org.) **O mapa da ideologia**, Rio de Janeiro : Contraponto, 1996. p. 71 - 96
- BENJAMIN, W. Sobre o conceito de história, **Magia e técnica, arte e política**, (Obras Escolhidas), São Paulo: Brasiliense, 1987. v. 1, p. 222 - 232
- \_\_\_\_\_. Sobre alguns temas em Baudelaire, In: ADORNO, T. **Textos Escolhidos**, São Paulo: Abril Cultural, 1975. (Os Pensadores, v. 48)
- \_\_\_\_\_. Experiência e pobreza, In: \_\_\_\_\_ **Magia e técnica, arte e política**, São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 114 – 119. (Obras Escolhidas , v. 1)
- \_\_\_\_\_. Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 9 – 151. (Obras Escolhidas , v. 3)
- \_\_\_\_\_. O Flâneur. São Paulo : Brasiliense, 1989. (Obras Escolhidas , v. 3) p. 185 - 236
- \_\_\_\_\_. O Narrador. v. 48, São Paulo : Abril Cultural, 1975. (Os Pensadores, v. 48)
- \_\_\_\_\_. Paris, capital do século XX, **Espaço e Debates**, n. 11, p. 5 - 13, São Paulo, 1984.
- BERQUÓ, Elza. Demografia da desigualdade. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 21, p. 74 – 84, jul. 1988.
- BIRMAN, Joel. **Psicanálise, ciência e cultura**. Rio de Janeiro : Zahar, 1994.



BOCOCK, Robert. **Consumption**. Londres : Routledge, 1993.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo : Companhia das Letras, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo : Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_ **A essência do neoliberalismo : essa utopia, em via de realização, da exploração sem limites**. *Le Monde Diplomatique*, Paris, março de 1998. Documento eletrônico.

\_\_\_\_\_ **A miséria do mundo**. Petrópolis : Vozes, 1997.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Cadastro geral de admitidos e demitidos**. Rio de Janeiro. 1997. Base de dados

BUCK-MORSS, S. O Flâneur, o homem-sanduiche e a prostituta: a política do perambular. **Espaço e Debates**, São Paulo, n. 29, p. 9 - 31, 1990.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 47, p.155 – 178, mar. 1997.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e cidadãos : conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro : UFRJ, 1995.

CÂNDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira : momentos decisivos**. Belo Horizonte : Itatiaia, 1981.

CANEVACCI, Massimo. **A cidade polifônica : ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana**. São Paulo : Studio Nobel, 1993.

\_\_\_\_\_ (org.) **Dialética da família**. São Paulo : Brasiliense, 1987.

CARLOS, Ana Fani Alessandrini. **O lugar no / do mundo**. São Paulo : Hucitec, 1996.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social : uma crônica do salário**. Vozes : Rio de Janeiro, 1998.

CASTELLS, M. e BORJA, J. As cidades como atores políticos. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 45, p. 152 – 166, jul. 1996.

- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1991.
- CASTRO, Iná Elias. O Problema da escala, In: CASTRO, Iná et alli (org.), **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1995. p.117 – 140.
- CHAUÍ, Marilena. Sobre o medo. In: **Os sentidos da paixão**, São Paulo : Companhia das Letras, 1987. p. 35 – 76
- \_\_\_\_\_. **Política cultural, cultura política e patrimônio histórico : o direito à memória**. São Paulo : Secretaria Municipal de Cultura/DPH, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Comentários. Subjetividades contemporâneas**. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 18 – 25, 1997.
- COMAROFF, Jean. O retrato de um sul-africano desconhecido : a identidade na era global. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 49, p. 65 – 83, nov. 1997.
- CORREA, Roberto Lobato. Espaço um conceito chave na Geografia. In: CASTRO, Iná et alli. (org) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1995. p. 15 - 48
- \_\_\_\_\_. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1997.
- COSTA, Jurandir Freire. **Violência e psicanálise**. São Paulo : Graal, 1986.
- COSTA, M., LIPPI, L., OLIVEIRA, I. Mortes violentas, vítimas e homicídios. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 87 – 93, jul./set. 1995.
- COUTINHO, Anamaria Ribeiro. A questão da subjetividade: justificativa de uma abordagem transdisciplinar baseada na pragmática. **Cadernos de Subjetividade**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 315 – 340, set./fev. 1995.
- CROUZET-PAVAN, Elisabeth. Uma flor do mal : os jovens na Itália Medieval (séculos XIII-XIV). In: LEVI, Giovanni, SCHMITT, Jean-Claude. (org.) **História dos jovens.**, São Paulo : Companhia das Letras, 1996. v.1, p. 191 – 244

- DAVIS, Mike. O Renascimento urbano e o espírito do pós-modernismo. In: KAPLAN, Ana. (org.) **O mal estar no pós-modernismo: teorias e práticas**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993. p. 106 – 116
- DEWS, Peter. Adorno, pós-estruturalismo e a crítica da identidade. In: ZIZEK, Slavoj. (org.) **O mapa da ideologia**. Rio de Janeiro : Contraponto, 1996. p. 51-70
- DIRLIK, Arif. A aura pó-colonial: a crítica terceiro-mundista na era do capitalismo global. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 49, p. 7 – 32, nov. 1997.
- DOMINGUES, José Maurício. Modernidade, tradição e flexibilidade no Brasil contemporâneo. **Tempo Social - Rev. Sociologia da USP**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 209 – 234, out. 1998.
- DOW, Sheila. Postmodernism and economics. In: DOHERTY, Joe, GRAHAM, Elspeth, MALEK, Mo. (org.) **Postmodernism and the social sciences**. Londres : MacMillan, 1994. p. 148 – 161
- EAGLETON, Terry. Capitalismo, modernismo e pós-modernismo, **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 53 – 68, 1995.
- \_\_\_\_\_. A ideologia e suas vicissitudes no marxismo ocidental. In: ZIZEK, Slavoj. (org.) **O mapa da ideologia**, Rio de Janeiro : Contraponto, 1996. p. 179 - 226
- \_\_\_\_\_. **Ideologia : uma introdução**. São Paulo : Universidade Estadual Paulista : Boitempo, 1997.
- ENGERMAN, Stanley. A propriedade sobre o homem. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 21, p. 57 – 73, jul. 1988.
- FARIA, Vilmar. Cinquenta anos de urbanização no Brasil, **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 29, p. 98 – 119, mar. 1991.
- FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. São Paulo : Studio Nobel, 1995.

- FEIGUIN, Dora, LIMA, Renato Sergio. Tempo de violência: medo e insegurança em São Paulo, **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 73 – 80, abr./jun. 1995.
- FERREIRA, Carlos Eugenio de Carvalho, CASTIÑEIRAS, Luciane Lestido. O rápido aumento da mortalidade dos jovens adultos em São Paulo, uma trágica tendência. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.10, n 2, p. 34 – 41, abr./jun. 1996.
- FRASCHETTI, Augusto. O mundo romano. In: LEVI, Giovanni, SCHMITT, Jean-Claude. (org.) **História dos jovens.**, São Paulo : Companhia das Letras, 1996. v.1, p. 59 – 96
- FREUD, S. **O mal estar na civilização.** Rio de Janeiro : Imago, 1974.
- FURTER, Pierre. **Juventude e tempo presente.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- GARCIA, Sylvia Gemignani. Antropologia, modernidade, identidade. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 123 - 145, nov. 1994.
- GAY, Peter. **O cultivo do ódio.** São Paulo : Companhia das Letras, 1995.
- GAZOLLA, Ana Lúcia Almeida. Frederic Jameson: uma epistemologia ativista. In: JAMESON, Fredric. **Espaço e imagem : teorias do pós-moderno e outros ensaios**, Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1994.
- GHIRALDELLI Jr., Paulo. O destino dos impulsos e o programa social da modernidade. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 8, n 2, p. 34 – 41, abr./jun. 1994.
- \_\_\_\_\_ Os corpos de Ulisses: geografia e história da subjetividade moderna. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 195 - 200, maio 1996.
- GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade.** São Paulo : Ed. da UNESP, 1991.
- GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial.** São Paulo : Ática, 1985.

- GUATTARI, F. **Caosmose : um novo paradigma estético**. Rio de Janeiro : Ed. 34, 1992.
- GUELFÍ, Maria Lúcia Fernandes. Identidade cultural em uma perspectiva pós-moderna. **Gragoatá, Niterói**, n. 1, p. 137 – 150, 2º sem. 1996.
- HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná et alli (org.), **Geografia: conceitos e temas**, Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1995. p.165 – 206
- HALL, Stuart. **A questão da identidade cultural.**, São Paulo, UNICAMP, dez. 95. (Textos Didáticos, n. 18)
- \_\_\_\_\_ Identidade cultural e diáspora, **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 68 - 75, 1996.
- HARVEY, David. **Condição pós moderna : uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo : Loyola, 1994.
- HELENA, Lucia. Queremos a revolução caraíba: identidade cultural e construção discursiva. **Gragoatá, Niterói**, n. 1, p. 55 – 66, 2º sem. 1996.
- HOBBSBAWM, Eric. **A era dos extremos : o breve século XX : 1914-1991**. São Paulo : Companhia das Letras, 1995.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro : José Olympio, 1955.
- \_\_\_\_\_. **Visão do paraíso**. São Paulo : Brasiliense, 1992.
- IAMAMOTO, Marilda e CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil. esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo : Cortez, 1982.
- IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1995.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**. Rio de Janeiro, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios.** Rio de Janeiro, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Mensal de Emprego.** Rio de Janeiro, v. 7, dez. 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico.** Rio de Janeiro. 1991.

INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS APLICADOS. **O mapa da fome II : informações sobre indigência por unidade da federação.** Brasília, 1993.

JAMESON, Fredric. Sobre os "Estudos de Cultura". **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 39, p. 11 – 48, jul. 1994.

\_\_\_\_\_. **Espaço e imagem : teorias do pós-moderno e outros ensaios.** Rio de Janeiro : UFRJ, 1994.

\_\_\_\_\_. **O inconsciente político : a narrativa como ato socialmente simbólico.** São Paulo : Ática, 1992.

\_\_\_\_\_. O pós-modernismo e a Sociedade de Consumo. In: KAPLAN, Ana. (org.) **O mal estar no pós-modernismo : teorias e práticas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar , 1993. p. 25 – 44

\_\_\_\_\_. **Pós-modernismo : a lógica cultural do capitalismo tardio.** São Paulo : Ática, 1996.

\_\_\_\_\_. Pós modernismo e o mercado. In: ZIZEK, Slavoj. (org.) **O Mapa da ideologia,** Rio de Janeiro : Contraponto, 1996. p. 279 - 296

\_\_\_\_\_. Reificação e utopia na cultura de massa. **Crítica Marxista,** São Paulo, v.1, n 1, p. 1 – 26, 1994.

\_\_\_\_\_. **O marxismo tardio : Adorno, ou a persistência da dialética.** São Paulo : UNESP: Boitempo, 1997.

- KELLNER, Douglas. Popular culture and the construction of postmodern identities. In LASH S., Friedman, J. (org). **Modernity and identity**. Cambridge: Mass Basil Blackwell, 1992. p. 141 – 177
- KOSIK, K. **O século de Grete Samsa**, Trad. Leandro Konder, [ s. l.: s. n.], 1995.
- LASCH, Cristopher. **Refúgio num mundo sem coração**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1991.
- \_\_\_\_\_. Posmodernism or modernism?: social theory revisited, In: DOHERTY, Joe, GRAHAM, Elspeth, MALEK, Mo. (org.) **Postmodernism and the social sciences**. Londres : MacMillan, 1994. p. 162 – 178
- LAZZARATO, Maurice. Le “cycle” de la production immatérielle. **Futur Antérieur**. Paris, n. 16, p. 111 - 120, 1993
- LEITE, Marcia de Paula, POSTHUMA, Anne Caroline. Reestruturação produtiva e qualificação : reflexões sobre a experiência brasileira. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.10, n 2, p. 63 – 77, abr./ jun. 1996.
- LEVI, Giovanni et SCHMITT, Jean-Claude. **História dos jovens**. São Paulo : Companhia das Letras, 1996.
- LORIGA, Sabina. A experiência militar. In: LEVI, Giovanni et SCHMITT, Jean-Claude. (org.) **História dos jovens**. v.2, São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 17 – 48
- LÖWY, Michael, VARIKAS, Eleni. A crítica do progresso em Adorno. **Lua Nova**, São Paulo, n. 27, p. 201 - 216, 1992.
- LÖWY, Michael. A escola de Frankfurt e a modernidade. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.32, mar. 1992. p. 119 – 127
- LUTTE, Gérard. **Liberer l'adolescence**. Liège : Pierre Mardaga, 1988.
- MADEIRA, Felícia Reicher. Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e sugerindo pistas, **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.15, n. 48, p. 15 - 30, ago. 1986.

- MADEIRA, Felícia R. et TORRES, Haroldo da Gama. População e reestruturação produtiva: novos elementos para projeções demográficas, **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.10, n 2, p. 3 – 8, abr./ jun. 1996.
- MARTÍN-BARBERO, Jesus. América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social”. In: SOUSA, Mauro W. (org.) **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo : Brasiliense, 1995.
- \_\_\_\_\_ Mediaciones urbanas y nuevos escenarios de comunicación. **Sociedade**, Buenos Aires, p. 25 - 47, out. 1994.
- MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. São Paulo : Abril Cultural, 1974. ( Os Pensadores, v. 35)
- \_\_\_\_\_ **O Capital**. São Paulo : Nova Cultural, 1983. v. 1, tomo 1.
- MASSEY, Doreen. Um sentido global de espaço, **Marxism Today**, jun. 1991.
- MATOS, Olgária. A cidade e o tempo: algumas reflexões sobre a função social das lembranças. **Espaço e Debates**. São Paulo, n. 7, p. 45 - 52 , 1982.
- \_\_\_\_\_ A modernidade neoliberal é criptogenocida. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 set. 1998.
- MATTOS, Fernando Augusto. Estrutura ocupacional e distribuição de renda: regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 91 – 99, abr./jun. 1995.
- MERQUIOR, Márcia. Sujeito? que sujeito? o percurso da condição subjetiva pós-moderna. **Cadernos de Psicanálise**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 149 – 175, 1996.
- MEZAN, Renato. Subjetividades contemporâneas? **Subjetividades contemporâneas**. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 12 – 17, 1997.
- MIGNOLO, Walter. La razón postcolonial: herancias coloniales y teorías postcoloniales. **Gragoatá**, Niterói, n. 1, p. 7 – 30, 2º sem. 1996.
- MILITO, Claudia. et alli. **Homicídios dolosos contra menores no estado do Rio de Janeiro (1991-1995)**. Rio de Janeiro : ISER, 1996.



- MONTAG, Warren. O que está em jogo no debate sobre o pós-modernismo? In: KAPLAN, Ana. (org.) **O mal estar no pós-modernismo: teorias e práticas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. p. 117 – 138
- MONTERO, Paula. Globalização, identidade e diferença. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 49, p.47 - 64, São Paulo, nov. 1997.
- MOURA, Clóvis. A dinâmica político ideológica do racismo no novo contexto internacional. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 8, n 3, p. 66 – 76, jul./ set. 1994.
- NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social : notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 50, p. 87 – 132, abr. de 1996.
- NUNES, Deise Gonçalves. **A infância sem infância : padrões de intervenção social e reconhecimento da infância pobre no Brasil**, Rio de Janeiro, 1998. mimeografado
- O'DONNEL, Guillermo. Democracia delegativa?. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 31, p. 25 – 40, out. 1991.
- OLIVEIRA, Francisco. A revolução dos Zés. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.8, n 3, p. 3 – 14, jul./ set. 1994.
- OLIVIER, Blaise. **Vers un nouvel acteur économique**. Paris: Desclée de Brouwer, 1995.
- ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo : Brasiliense, 1994.
- ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu**. Coleção grandes cientistas sociais, n. 39, São Paulo : Editora Ática, 1994.
- PAOLI, Maria Célia et ALMEIDA, Marco Antonio. Memória, cidadania, cultura popular, **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 185 – 192, 1996.

- PASSERINI, Luisa. A juventude, metáfora da mudança social. Dois debates sobre os jovens: a Itália facista e os Estados Unidos da década de 50. In: LEVI, Giovanni et SCHMITT, Jean-Claude. (org.) **História dos jovens**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. v. 2, p. 319 – 382
- PASSETTI, Edson. Os novos miseráveis. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.8, n 3, p. 48 – 55, jul./ set. 1994.
- PÊCHEUX, Michel. O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. In: ZIZEK, Slavoj. (org.) **O Mapa da ideologia**, Rio de Janeiro : Contraponto, 1996. p. 143-152
- PÉCORA, Antonio Alcir Bernárdez. O demônio mudo, In: **O Olhar**, NOVAES, Aduino. (org.), São Paulo : Companhia das Letras, 1990.
- PELLEGRINI, Tania. Aspectos da produção cultural brasileira contemporânea. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 69 - 91, 1995.
- PELLEGRINO, Hélio. **A burrice do demônio**. Rio de Janeiro : Rocco, 1988.
- PERROT, Michelle. A juventude operária. Da oficina à fábrica. In: LEVI, Giovanni et SCHMITT, Jean-Claude. (org.) **História dos jovens**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. v.2, p. 83 – 136
- PIERUCCI, Antônio Flávio. Ciladas da diferença. . **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 195 - 200, ago. 1990.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias. . **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 45 - 52, maio 1997.
- POLAN, Dana. O pós-modernismo e a análise cultural na atualidade. In: KAPLAN, Ana. (org.) **O mal estar no pós-modernismo: teorias e práticas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar , 1993. p. 64 – 81

- POSTHUMA, Anne Caroline e LOMBARDI, Maria Rosa. Mercado de trabalho e exclusão social da força de trabalho feminina. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n 1, p. 124 – 131, jan./ mar. 1994.
- RIBEIRO, Ana Clara T. **A nacionalidade no processo de globalização**. Comunicação apresentada no seminário: O IPHAN NA CONSTRUÇÃO DE NOSSA NACIONALIDADE, [Rio de Janeiro, 1996 ].
- \_\_\_\_\_. **Urbanidade e vida metropolitana**. Rio de Janeiro : Jorbran, 1996.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira : IPPUR, UFRJ: FASE, 1997.
- RIBEIRO, Luis C. Q. et LAGO, Luciana. Dinâmica metropolitana e os novos padrões de desigualdade social. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 25 – 32, abr./jun. 1995.
- RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Saúde. Sistema de Informação de Mortalidade, **Relatório de Trabalho**, n. 5, set. 1997.
- RIO DE JANEIRO. **Anuário estatístico da cidade do Rio de Janeiro**. IPLANRIO, 1993/1994.
- ROCHA, Sonia. Renda e pobreza nas metrópoles brasileiras. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz, SANTOS Jr., Orlando Alves. (org.) **Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994. p. 121 – 146
- ROPA, Daniela. Ela é ... o que você quiser. In: COSTA, Jurandir Freire. **Redescrições da psicanálise**. Rio de Janeiro : Relume-Dumará, 1994.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio**. Lisboa : Europa-América, 1990.

SANTIAGO, Silvano. Atração do mundo (políticas de identidade e da globalização na moderna cultura brasileira). **Gragoatá**, Niterói, n. 1, p. 31 – 54, 2º sem. 1996. 1996.

\_\_\_\_\_. Quando em viagem aos países metropolitanos..., **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 16 maio 1998.

SANTOS, Helio. Uma teoria para a Questão Racial do Negro Brasileiro: A Trilha do Círculo Vicioso, **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 56 – 65, jul./set. 1994.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A queda do *angelus novus* - fragmentos de uma nova teoria da história. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 47, p. 103 – 126, mar. 1997.

\_\_\_\_\_. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 31 - 52, nov. 1994.

\_\_\_\_\_. **Pela mão de Alice : o social e o político na pós-modernidade**. Porto : Afrontamento, 1994.

\_\_\_\_\_. Uma cartografia simbólica das representações sociais: prolegômenos a uma concepção pós-moderna do direito. **Espaço e Debates**, São Paulo, n. 33, p. 63 – 79, 1991.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo : Hucitec, 1991.

\_\_\_\_\_. **Técnica, espaço tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo : Hucitec, 1996.

SAWAIA, Bader B. O Calor do lugar: segregação urbana e identidade. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 20 – 24, abr./jun. 1995.

SCHINDLER, Norbert. Os tutores da desordem: rituais da cultura juvenil nos primórdios da Era Moderna. In: LEVI, Giovanni, SCHMITT, Jean-Claude. (org.) **História dos jovens**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. v. 1, p. 265 – 324

- SCHNAPP, Alain. A imagem dos jovens na cidade grega. In: LEVI, Giovanni et SCHMITT, Jean-Claude. (org.) **História dos jovens**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. v. 1, p. 19 – 58
- SCHWARZ, Roberto. **Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis**. São Paulo: Duas Cidades, 1990.
- SHIELDS, Robert. Social science and postmodern spatialisations: Jameson's aesthetic of cognitive mapping. In: DOHERTY, Joe, GRAHAM, Elspeth, MALEK, Mo. (org.) **Postmodernism and the social sciences**. Londres : MacMillan, 1994. p. 39 – 56
- SMITH, Neil, Geography, difference and the politics of scale, In: DOHERTY, Joe, GRAHAM, Elspeth, MALEK, Mo. (org.) **Postmodernism and the social sciences**. Londres : MacMillan, 1994. p. 56 – 79
- SILVA, Marilene Rosa Nogueira. **Os escravos na paisagem urbana**. Rio de Janeiro, 1988, mimeo.
- SIMMEL, Georg. A metrópole e vida mental. In: VELHO, Gilberto. (org.) **O Fenômeno urbano**. Rio de Janeiro : Zahar, 1967.
- SINGER, Paul. Globalização positiva e globalização negativa: a diferença é o Estado. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 48, p. 39 – 66, jul. 1997.
- \_\_\_\_\_. Desemprego e exclusão social. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.10, n 1, p. 3 – 12, jan./ mar. 1996.
- SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas. A reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro : J. Zahar, 1993.
- \_\_\_\_\_. Uma concepção materialista da espacialidade. BECKER, Bertha. In: **Abordagens políticas da espacialidade**, Rio de Janeiro : UFRJ, 1983. p. 119 - 145
- SOUZA, Edinilsa Ramos. **Do sonho de vida à realidade da morte : homicídios de adolescentes no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, ENSP/FIOCRUZ, mimeo, 1995

SOUZA, Marcelo José Lopes. O Território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná et alli (org.), **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1995. p. 77 – 116

\_\_\_\_\_. As drogas e a “questão urbana” no Brasil. A dinâmica sócio-espacial nas cidades brasileiras sob influência do tráfico de tóxicos. In: CASTRO, Iná et alli (org.), **Brasil: questões atuais de reorganização do território**. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1996. p. 419 – 468

SOUZA, M. Adélia A.. A Metrópole Global: uma reflexão sobre o espaço intrametropolitano. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 3 – 7, abr./jun. 1995.

SPOSITO, Marília Pontes. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. . **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 161 - 178, nov. 1994.

THERBORN, Göran. Dialética da modernidade: a teoria crítica e o legado do marxismo do século XX. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 2, 1995.

\_\_\_\_\_. A formação ideológica dos sujeitos humanos. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 1, nov. 1996.

\_\_\_\_\_. As novas questões da subjetividade. In: ZIZEK, Slavoj. (org.) **O Mapa da ideologia**, Rio de Janeiro : Contraponto, 1996. p. 167 -178☺

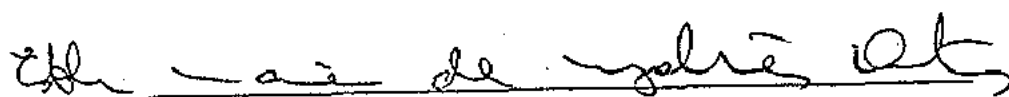
TORRES, Sonia. Desestabilizando o discurso competente: o discurso hegemônico e as culturas híbridas. **Gragoatá**, Niterói, n. 1, p. 179 – 190, 2º sem. 1996.

VAITSMAN, Jeni. Indivíduo, casamento e família em circunstâncias pós-modernas. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 2, 1995.

VALLADARES, Lícia. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: Encontro Anual da ANPOCS, ( 15 : Caxambú), GT Planejamento, Pobreza Urbana e Representação Política, 1990.

- VERANI, Sergio. **Assassinatos em nome da lei**. Rio de Janeiro : Aldebará, 1996.
- VÉRAS, Maura Padini Bicudo. A nova cidade do gelo: notas perplexas sobre os novos nômades urbanos. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 10 – 20, abr/jun. 1995.
- VIEIRA, Antônio Pe. O Demônio mudo, In: **Sermões**, Lisboa : Edameris, 1957. v. 19
- WACQUANT, Loïc J. D. O retorno do recalcado: violência urbana, "raça" e dualização em três sociedades avançadas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, n. 24, p. 16 – 29, fev. 1994.
- \_\_\_\_\_. Estigma e Divisão Social nos EUA e na França. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 43, p. 64 – 83, nov. 1995.
- WIEVIORKA, Michel. O novo paradigma da violência. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 5 - 41, maio 1996.
- ZIZEK, Slavoj. Critique de l'ideologie aujourd'hui. In: ZAKALULIS, M. et VINCENT, J. (org.) **Futur Antérieur**. Paris, 1997.
- \_\_\_\_\_. Como Marx inventou o sintoma?, In: ZIZEK, Slavoj. (org.) **O Mapa da ideologia**, Rio de Janeiro : Contraponto, 1996. p. 297 - 333
- \_\_\_\_\_. O espectro da ideologia, In: ZIZEK, Slavoj. (org.) **O Mapa da ideologia**, Rio de Janeiro : Contraponto, 1996. p. 7 - 32

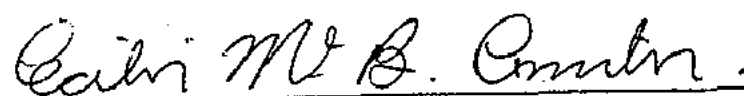
Tese apresentada ao Departamento de Psicologia da PUC-RJ pela aluna Maria Aparecida Tardin Cassab, intitulada "Jovens pobres e o futuro: a construção da subjetividade na instabilidade e incerteza" e aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes Professores:



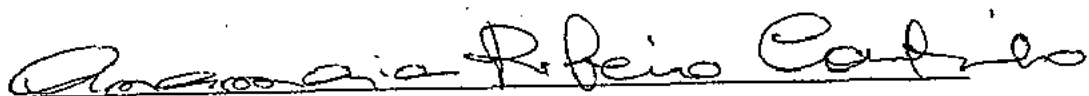
Esther Maria de Magalhães Arantes – PUC-RJ



Nobuco Kameyama – UFRJ



Cecília Maria Bouças Coimbra – UFF



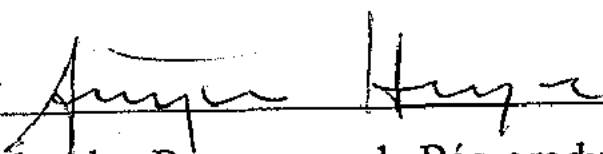
Anamaria Ribeiro Coutinho – PUC-RJ



Junia de Vilhená – PUC-RJ

Visto e permitida a impressão

Rio de Janeiro, 5 de março de 1999



Coordenador dos Programas de Pós-graduação do  
Centro de Teologia e Ciências Humanas